

Nahuel Moreno

**A Traição da
OCI(U)**

Sumário

- Capítulo I: A teoria dos campos burgueses progressivos
- Capítulo II: O revisionismo nos partidos revolucionários
- Capítulo III: A frente única antiimperialista como expressão da teoria dos campos burgueses progressivos
- Capítulo IV: A realidade francesa através da teoria dos campos
- Capítulo V: A política da OCI(u)
- Capítulo VI: Se houvesse uma guerra civil na França?
- Capítulo VII: A política frente os partidos operários contra-revolucionários
- Capítulo VIII: A OCI abandona o Programa de Transição em benefício de um programa mínimo
- Capítulo IX: Um programa oportunista frente as necessidades mínimas das massas
- Capítulo X: Um programa mínimo frente ao estado e a igreja
- Capítulo XI: Lambert e Pablo apóiam o governo
- Apêndice: Em resposta a algumas críticas
- Bibliografia

CAPÍTULO I

A TEORIA DOS CAMPOS BURGUESES PROGRESSIVOS

A direção da OCI, como toda direção revisionista que se reivindica trotskista, esconde suas verdadeiras posições atrás de um amontoado de frases trotskistas. Em vez de dizer que apoia o governo e a coalisão frente populista liderada por Mitterrand, como faria um stalinista ou um social democrata, afirma que “nossa tática está dirigida contra a burguesia, e nesse combate contra a burguesia, /não temos/ a menor responsabilidade pelo governo Mitterrand” (*Projeto de Informe Político*, p. 3).

No entanto, basta separar as frases necessárias para disfarçar-se de trotskista para que apareça a verdadeira política da OCI:

“Nesse combate contra a burguesia, sem assumir a menor responsabilidade pelo governo Mitterrand, *estamos no campo de Mitterrand em suas ações de resistência à burguesia*”. (op. cit. p. 3)

(1)

Como o documento não menciona nenhuma outra tática ou combinação de táticas, devemos concluir que esta é a orientação central da OCI para todo o próximo período: estar no “campo” burguês frente populista. É preciso reconhecer o poder de síntese do autor do documento (Pierre Lambert); essa fórmula é, textualmente, a que utilizaram todos os revisionistas do leninismo e do trotskismo.

Lambert nos diz, com total clareza, que a OCI formou parte do campo integrado dos partidos operário traidores gaullistas e radicais de esquerda liderados pela máxima instituição do estado burguês e da V República: a presidência exercida por Mitterrand.

O trotskismo afirma, endossado por toda sua experiência histórica, que o campo da frente popular é burguês e portanto contra revolucionário; e que este caráter se acentua ao máximo quando a frente popular chega ao governo porque se converte em líder do campo capitalista através do exercício do poder do estado capitalista. O atual revisionismo da OCI não tem levado a que seja modificada essa concepção clássica. Lambert é consciente de que passou para o campo burguês contra revolucionário, por isso esconde sua máscara revisionista afirmando que “sua tática está dirigida contra a burguesia”.

Se desenvolvermos este raciocínio, chegamos a uma conclusão duvidosa para dizer o mínimo, que Mitterrand é um campo burguês bastante raro uma vez que realiza “ações de resistência a burguesia” e a táticas principal ou única da OCI é formar parte política do mesmo.

Se trata evidentemente de uma contradição. Consciente disso, Lambert trata de fundamentar sua tática com o seguinte argumento: Lenin e Trotsky fizeram parte do mesmo campo que Kerenski contra Kornilov; Trotsky tomou parte do campo de Chiang Kai-Shek contra a invasão japonesa da China e do campo da República espanhola contra Franco.

Nós respondemos que, efetivamente, Trotsky tomou parte nesses campos burgueses contra seus respectivos adversários e denominou os que se opuseram a esta tática de traidores. Porém existem duas diferenças fundamentais entre Trotsky e Lambert, Trotsky nunca disse que se devia tomar parte política, senão apenas *militar* no campo de Kerenski e Negrín, e que além disso toda sua tática estava dirigida a *destruir* o campo burguês. Este era seu objetivo ao entrar no campo burguês e assim o proclamava. Sua política poderia ser sintetizada na frase, “estamos no campo militar de Kerenski para derrotá-lo como única forma de derrotar a Kornilov e todos os Kornilovs que virão.

Quando Lambert diz que tem que estar “no campo de Kerenski ou Negrín nas suas ações de resistência a burguesia”, está afirmando não só que luta contra o golpe de Kornilov e a insurreição fascista de Franco, como *apoia as ações políticas de Kerenski e Negrín*.

Os três exemplos que dá Lambert se referem a situações históricas em que as circunstâncias objetivas obrigaram os revolucionários (os bolcheviques na Rússia e os trotskistas na China e Espanha) a fazer parte de um campo comum com um governo burguês contra a reação fascista ou bonapartista ou a invasão imperialista de um país semicolonial. Mas denunciaram constantemente Kerenski como agente de Kornilov, Chiang como agente dos japoneses e Negrín como agente de Franco, e combateram suas ações por serem anti-operárias.

Se trata de uma situação igual a que nos leva a aplicar a tática de entrismo em algum partido operário burguês de massa. Suponhamos que um grande partido social democrata “o de Blum por exemplo” surjam correntes de esquerda que comecem a desenvolver posições iguais as do trotskismo. Segundo Lambert, teríamos que aplicar um entrismo dizendo que “estamos com Blum em suas ações contra a burguesia”. Os trotskistas sustentariam o contrário. Ao entrar, denunciaríamos mais do que nunca a política contra revolucionária de Blum e trataríamos de desenvolver essas correntes trotskistas para destruir o partido de Blum por dentro e captar essas correntes para a seção nacional da IV Internacional. Essa é a política principista tradicional do trotskismo quando a situação objetiva nos obriga a permanecer em uma frente com um partido que não é da classe operária em luta com a burguesia.

Então, voltando à política atual de Lambert, ele está em um campo burguês “progressista” contra o outro campo burguês que considera mais reacionário. Esta é a característica mais notória do revisionismo neste século. Este revisionismo tem se expressado historicamente sob duas formas: a dos mencheviques e a dos stalinistas. A essência do menchevismo com sua “frente anti-czarista” e a do stalinismo com a sua “frente popular” (que desenvolveremos em detalhes um pouco mais adiante) consistia no seguinte: o eixo da estratégia permanente deste partidos é formar frentes com a burguesia “liberal” (os mencheviques) ou “democráticos” (os stalinistas), mesmo quando os mesmos não existam na realidade.

Existe um terceiro tipo de revisionismo que se diferencia do anterior por causa de sua conformação de frentes policlassistas desta natureza não é sua estratégia permanente senão uma reação frente a realidade objetiva.

Explicamos. Quando duas frentes burguesas se enfrentam em choque físico (guerra colonial, guerra civil entre republicanos e fascistas, etc.) aparecem os partidos revolucionários correntes oportunistas que capitulam politicamente a direção burguesa do “campo progressista”, com o argumento de “derrotar primeiro o fascismo” (ou ao imperialismo) . Este é o caso de Kamenev e Stalin em 1917, Molinier-Schachtmam em 1936, Pablo em 1951, Mandel a respeito da Nicarágua em 1979 e agora a OCI na França.

Os dois primeiros revisionistas são um claro projeto político que se perseguem constantemente: a conformação de um campo com um setor “progressivo” da burguesia. A direção do mesmo pode estar formalmente nas mãos de um partido operário burguês, como acontece com o atual campo miterrandista. Porém sua essência pró capitalista, contra revolucionária não muda, por mais que o mesmo seja liderado por partidos operários contra revolucionários e participe em tal momento somente a “sombra” da burguesia. Por isso a política dos campos burgueses progressistas são revisionistas.

O terceiro revisionismo é a resposta empírica a um processo da realidade, ao surgimento de campos burgueses que se enfrentam fisicamente. Não responde a concepção geral senão que constituem uma capitulação oportunista. Em alguns casos (como o de Molinier, que depois veremos) a capitulação não é diretamente à frente “progressiva” senão a sua ala a “esquerda”, alguma ala do partido operário burguês que faça parte do campo porém mantendo uma posição crítica frente a sua direção. Esta política é tão revisionista quanto a anterior, visto que não trata de *romper* o campo apenas empurrá-lo para a esquerda.

Neste capítulo nos deteremos nos revisionistas conseqüentes e num próximo estudaremos as transformações dos partidos revolucionários.

1. Dos possibilistas a Bernstein

Quando dizemos que a teoria dos “campos burgueses progressistas” constitui a base do revisionismo neste século, nos referimos ao revisionismo pós-bersteiniano, ou seja, posteriormente

às revoluções russas de 1905 e fundamentalmente de 1917. Sem dúvida nos parece útil rever rapidamente os revisionistas anteriores e suas diferenças com o menchevismo.

O revisionismo de Bernstein corresponde a época do capitalismo em ascenso e o começo do imperialismo, quando as lutas do movimento operário conquistavam reformas que não contestavam a propriedade privada capitalista e nem o Estado burguês. Começamos pela situação francesa na década de 1880, para ver como o revisionismo bernsteiniano é um produto típico desta época.

Em 1881, a organização proletária francesa, chamada Federação dos Trabalhadores Socialistas, sofre um forte revés eleitoral. Como consequência dele se produz uma forte discussão interna que dá lugar a formação de duas correntes, as quais se enfrentam no congresso Sant Etienne. A minoritária, dirigida por Jules Guesde, se reivindicava marxista. A majoritária passou para a história com o nome de “possibilistas”, apelido que lhes puseram os guesdistas. Esta, que se proclamava inimiga do marxismo, teria todas as concepções que caracterizaram posteriormente ao bersteinianismo, a primeira corrente revisionista dentro do marxismo.

Eles proclamaram em seu órgão, *Le Proletaire*, a famosa fórmula reivindicar, de algum modo, no imediato, algumas de nossas reivindicações para fazê-las finalmente possíveis (daí vem o apelido de possibilistas). Esta frase significa com efeito o abandono da luta pelo socialismo, e coloca-se por lutar unicamente por migalhas que o capitalismo possa conceder.

Vinte anos mais tarde, Bernstein retoma esta concepção. Ela se baseia num feito certo: que o movimento operário, em suas grandes lutas arrancava do capitalismo uma conquista atrás da outra (legalização dos sindicatos, legalização dos partidos socialistas, etc.) por isso Bernstein considera que não está desistindo da luta pelo socialismo mediante a conquista do poder. Para ele, o programa cotidiano do movimento operário e da social democracia consiste em conquistar reformas, não em implantar tarefas revolucionárias que questionem a propriedade privada capitalista e o Estado burguês. Se chegaria a sociedade socialista mediante o acúmulo de reformas, e a mesma conquista do poder seria produto de uma evolução gradual. Para Bernstein a estrutura estatal parlamentarista está acima das classes, e o proletariado pode chegar ao poder dentro do seu marco. Em síntese, o socialismo seria produto das conquistas sociais do proletariado e dos avanços eleitorais da social democracia (hoje temos 10 deputados, amanhã teremos 100 e depois de amanhã maioria do parlamento).

Essa concepção, baseada na célebre máxima “o movimento é tudo, o fim, nada”, explica o fato de que Bernstein não formulará uma estratégia para a conquista do poder senão apenas táticas.

A partir desta concepção, baseada na realidade da luta de classes e da prática do movimento operário de sua época, Bernstein chega a conclusão geral teórica de que o processo histórico sempre se desenvolveria com esta dinâmica e perspectiva. Sustenta em que a etapa que o capitalismo imperialista poderá conceder reformas se ampliará constantemente, e somente chegará ao seu fim com o socialismo.

Este processo histórico deu um profundo matiz a essa concepção e a política reformista derivada dela. A primeira guerra imperialista demonstrou que o regime capitalista mundial e os países imperialistas não poderiam seguir ampliando as liberdades democráticas e as conquistas mínimas da classe trabalhadora: que pelo contrário a vivência deste sistema obrigava o capitalismo a retirar dos trabalhadores as conquistas econômicas e políticas já conseguidas.

Rosa Luxemburgo e em princípio Kautsky se opuseram à teoria bernsteiniana. Assinalaram que o problema central da política social democrata era a conquista do poder pelo proletariado, não a obtenção de pequenas reformas. Quem mais desenvolveu esta teoria foi Lenin e os bolcheviques, não é casual: na Rússia estava colocado a queda do czarismo pelos revolucionários como primeiro passo para obter as conquistas mínimas e democráticas já conseguidas pelo movimento operário da Europa Ocidental.

2. O revisionismo menchevique: a teoria dos campos burgueses progressivos

Se considera os mencheviques russos, com justa razão, como pólo de fundamental importância do desenvolvimento do marxismo neste século. Hoje em dia se conhece muito melhor que a Bernstein, a quem muitos consideram uma superada teoria que só deve ser objeto de estudo por

parte dos historiadores. Ao contrário, o menchevismo como corrente política antagônica aos bolchevismo, é ponto de referência obrigatório. Sem dúvida, não se tem refletido suficiente sobre esta corrente como ponto de partida do revisionismo característico do presente século.

O revisionismo menchevique é a resposta oportunista a uma etapa histórica diferente da de Bernstein: não é a etapa das conquistas mínimas do proletariado dos países ricos, senão a de revoluções e contra revoluções.

Na Rússia, a luta entre bernsteinistas e marxistas ortodoxos (revolucionários), se manifestou como combate encarniçado entre o economicismo e o iskrismo: entre os que diziam que a classe operária deveria lutar por conquistas econômicas e os que davam a luta um eixo político e a derrubada do czar para restaurar a democracia.

A luta entre mencheviques (revisionistas) e bolcheviques (marxistas) teve um eixo inteiramente diferente. Ambos coincidiam plenamente na luta contra Bernstein e seus discípulos russos, os economicistas, em que o eixo da luta operária na Rússia deveria ser a derrubada do czar.

Os mencheviques jamais negaram a necessidade de lutar para a derrubada do czar como tarefa imediata do movimento operário. A diferença com os bolcheviques residia em como fazê-lo e que tipo de regime deveria sucedê-lo.

A grande “contribuição” dos mencheviques ao revisionismo é a teoria dos campos ou frentes burguesas progressistas. De acordo com essa teoria para derrubar o czarismo autocrático e instaurar um novo regime, o movimento operário e seus partidos deveriam formar um campo ou frente anti-czarista, cuja direção estaria nas mãos da burguesia liberal e seu partido, o cadete. Para dizer em palavras de Axelrod, um de seus teóricos mais importantes:

“O proletariado luta para conseguir as condições que permitam um desenvolvimento burguês. As condições históricas objetivas determinam *que seja o destino de nosso proletariado colaborar inevitavelmente com a burguesia na luta contra o inimigo comum*”. (citado por Trotsky, *Escritos*, T.XI, vol. 1, p.78).

Durante a revolução russa, o ex-marxista Plejanov convertido no porta voz da extrema direita social patriota dizia “devemos nos alegrar pelo apoio dos partidos não proletários e *não afastá-los de nós com ações pouco táticas*.” (op.cit., p.82).

Daí à teoria da revolução por etapas foi um só passo. Os mencheviques sustentavam que a derrubada do czarismo, longe de por fim a frente “anti-czarista” policlassista, abriam uma etapa na qual o governo da burguesia liberal da atrasada Rússia se converteria em um país capitalista rico. Nesta etapa o proletariado adquiriria experiência e consciência, através da luta por conquistas mínimas. Logo se abriria a segunda etapa, a da conquistas do poder pelo proletariado.

A essência da política menchevique foi sintetizada anos depois por Trotsky, ao afirmar que a “linha de demarcação entre o bolchevismo e menchevismo” consistia em que este buscava formar “uma frente comum de colaboração política com o inimigo de classe.” (*The Crisis of the French Section*, pp. 56 e 57).

3. A resposta bolchevique e trotskista

Frente à teoria dos campos do menchevismo, Lenin e Trotsky defenderam uma teoria oposta. Eles adotaram, cada um no seu lugar, esta segunda teoria, é o que explica sua profunda unidade em 1917 e o fato de dirigir conjuntamente a Revolução de Outubro, superando suas divergências anteriores.

Para eles, a divisão fundamental da sociedade russa é, como sustenta o marxismo ortodoxo, em classes: burguesia e proletariado. O eixo de sua política é o desenvolvimento da luta de classes até a conquista do poder pelo proletariado. Daí vem uma teoria dos campos diametralmente opostos a dos mencheviques, baseada no fato de que, por fora das duas classes fundamentais, existem outros setores explorados e exploradores na sociedade. Um desses campos é o *contra-revolucionário*, integrado pelo czarismo, os latifundiários e *toda* a burguesia, incluídos os setores liberais “antizaristas”. O outro, *revolucionário*, é integrado pela classe operária, os camponeses e todos os explorados. Esta é, como se vê, uma teoria “campista” baseada na concepção marxista tradicional da luta de classes.

A diferença entre Lenin e Trotsky antes de 1917 foi que este desenvolveu esta teoria até suas últimas conseqüências. Ao compreender, como Lenin, a verdadeira natureza dos campos enfrentados, Trotsky chegou a conclusão de que o campo revolucionário necessitava de uma direção, e esta não poderia ser outra que não o proletariado. Assim negava, ao mesmo tempo, a teoria menchevique da revolução por etapas.

Dado que o campo revolucionário, anticapitalista, é encabeçado pelo proletariado, a revolução contra os exploradores é diretamente socialista por sua dinâmica de classe, por suas tarefas, e pelo tipo de governo que imporá ao chegar ao poder. Uma ditadura da classe operária apoiada no campesinato e no conjunto dos explorados. Esta é a teoria da revolução permanente tal como a desenvolveu Trotsky em seu início, ao tirar as lições de 1905.

Esta teoria de Trotsky tem uma debilidade fundamental: não inclui a concepção de um partido centralizado que encabece a classe operária (a qual encabeça por sua vez o campo revolucionário) na luta contra o czarismo. Nessa etapa entre 1905 e 1917, Trotsky compreende a organização proletária como um partido do tipo da social democracia ocidental, apto para as eleições e a luta parlamentar, quer dizer, para a ação reformista, não revolucionária.

Em Lenin se dá a contradição oposta. Compartilha da compreensão de Trotsky quanto ao caráter dos campos, porém não coloca que classe deverá dirigir a aliança revolucionária das classes exploradas; neste ponto coincide com os mencheviques na idéia das duas etapas para a revolução. Em contrapartida, sua concepção da organização revolucionária é a de um partido centralizado, apto para a luta pela tomada do poder. Sua concepção geral é “mais revolucionária” que a de Trotsky, porque a prática da construção de tal partido o levaria as mesmas conclusões que aquele. Lenin chegará finalmente a essas conclusões, não por assimilação da teoria da revolução permanente, senão como culminação do desenvolvimento de sua própria teoria dos campos e do partido.

A contradição no pensamento de Trotsky se resolve em 1917, por um processo análogo ao de Lenin. O desenvolvimento de sua teoria o convence, depois de anos combatendo a concepção leninista de partido, da necessidade de construir uma organização centralizada como a dos bolcheviques para fazer a revolução. O partido de Lenin era, pois, o adequado para a teoria de Trotsky.

A síntese do leninismo e trotskismo que se produz em 1917 obedece a lógica de classe da teoria “campista” compartilhada por ambos.

4. Stalin e a frente popular

A concepção dos “campos” e da luta entre eles que supera a luta de classes aparece, pois, com os mencheviques. Porém, quem eleva esta concepção ao nível de uma teoria geral, de aplicação permanente pelos partidos operários em todos os países e circunstâncias, foi Stalin com sua frente popular.

Em 1935 se realiza o sétimo congresso mundial da Internacional Comunista, já totalmente dominada pelo stalinismo. Aí se promulga esta estratégia, que passou a ser a característica do stalinismo desde então.

O problema em discussão era o avanço do fascismo na Europa: o triunfo de Mussolini uns quinze anos antes, se unia agora ao de Hitler na Alemanha, mesmo que a III República francesa havia adquirido fortes traços bonapartistas a partir da ação reacionária. Disse Trotsky:

“A conclusão que /os dirigentes stalinistas/ tiraram de tudo isso é que se necessita a mais *sólida unidade de todas as forças ‘democráticas’ e progressistas*, de todos os “amigos da paz” para a defesa da União Soviética por um lado e da democracia ocidental por outro(...). O eixo de toda essa discussão no congresso foi a última experiência na França, sob a forma de chamado “Frente Popular”, que era um bloco de três partidos: Comunista, Socialista e Radical. (“El congreso de liquidación de la Comintern”, em *Escritos*, t. VII, vol. 1, pp. 133 e 135-6).

Como vemos, esta é a teoria dos campos, agora a nível internacional: onde os mencheviques diziam “czarismo”, Stalin diz “fascismo”, e no lugar da burguesia “liberal antizarista” temos a “democracia antifascista”. O campo reacionário internacional, liderado pela Alemanha nazi, está integrado pela Itália fascista, o governo japonês e outras forças como Lavat na França e Franco na Espanha. O campo democrático está integrado pelo estado operário soviético e as forças chamadas

“democráticas” e “amigas da paz”: o governo frentepopulista de Blum, seu homônimo espanhol de Largo Caballero e Negrín e os imperialismos francês, britânico e norte-americano.

A política dos partidos comunistas em todos os países deve orientar-se em torno ao fortalecimento do campo democrático “antifascista” a nível nacional e mundial. É necessário fazer todos os esforços por manter a burguesia “Democrática” no campo antifascista, o qual é precisamente o que propõem os mencheviques com respeito a burguesia “liberal”.

A nível nacional, esta política teve sua expressão mais clara na Espanha, aonde o PC entrou para formar o governo frente populista de Largo Caballero antes da guerra civil, e o de Negrín durante a mesma.

A teoria das frentes populares já teve diversas variantes: por exemplo, nos países semicoloniais, os stalinistas buscavam conformar “frentes antiimperialistas” com a chamada “burguesia nacional” ou “antimonopolista”.

Porém, a essência é sempre a mesma: a conformação do campo burguês progressivo.

5. Mao e a teoria das contradições

Como vimos, os mencheviques foram os primeiros a aplicar a política dos campos burgueses progressivos, embora Stalin a elevou ao nível de uma estratégia permanente. Faltava dar um passo: elaborar um princípio teórico-filosófico que lhe desse fundamento. Este é o papel que cumpriu Mao Tse-Tung, com a teoria das contradições.

Em sua conhecida obra “Sobre a contradição” disse, elevando a um nível filosófico o que era sua política frente a invasão japonesa na China.

“Quando o imperialismo faz uma guerra de agressão contra um país /semicolonial/, as diferentes classes deste, excetuando um pequeno número de traidores, podem unir-se em uma guerra nacional contra o imperialismo. Então, a contradição entre o imperialismo e o país em questão passa a ser a contradição principal, enquanto que *todas as contradições entre as diferentes classes no país ficam relegadas temporariamente a uma posição secundária e subordinada*”. (Mao, *Obras Escolhidas*, T.I, p.354.)

E conclui: “Deste modo, se num processo se tem várias contradições, necessariamente uma delas é a principal, a que desempenha o papel dirigente e decisivo, assim, as demais ocupam uma posição secundária e subordinada. Por outro lado, ao estudar qualquer processo complexo em que exista duas ou mais contradições, devemos esforçarmo-nos ao máximo para descobrir a contradição principal”. (op.cit., p.355)

Invertendo a ordem dos argumentos, perceberemos que para Mao existem na sociedade contradições principais e secundárias, porém o caráter do principal e o secundário não é permanente, senão que muda de acordo com as circunstâncias. O mesmo disse que “na sociedade capitalista, as duas forças contraditórias, o proletariado e a burguesia, constituem a contradição principal”. Porém, acontece que quando ocorre uma invasão imperialista, essa contradição passa a ser temporariamente secundária e subordinada, e a contradição entre a nação semicolonial em seu conjunto e o agressor imperialista passa a ocupar o lugar principal. Como conseqüência disso, toda a nação, ou seja, suas distintas classes, com exceção de “um pequeno número de traidores” devem unir-se contra o imperialismo.

Aqui temos a teoria dos campos burgueses progressivos, expressa em termos filosóficos, ou pseudofilosóficos. Contra o campo conformado pelo imperialismo e o “pequeno número de traidores” que o apoia, se forma o campo progressivo da “nação”, dirigido pela burguesia.

6. Revisionistas e marxistas: síntese das diferenças

Como conclusão, vemos um fio condutor perfeitamente claro desde a “frente antizarista” dos mencheviques até as “contradições” de Mao: é a teoria dos campos burgueses progressivos.

Esta teoria se justifica com a generalização abusiva de um fato real: as diferenças entre os distintos setores burgueses. Segundo Trotsky, na classe burguesa sempre existem antagonismo muito maiores que no seio do proletariado. É um fato fácil de explicar: para o trabalhador dá no

mesmo ser explorado por um patrão ou por outro, seja este “nacional” ou “imperialista”, embora que entre os distintos setores burgueses existe uma luta constante e feroz para repartir a mais valia nacional e mundial. No plano político esta luta se traduz no choque dos partidos, sindicatos burgueses, etc., que com freqüência chegam ao enfrentamento físico: golpes de estado, guerras civis, invasões imperialistas e guerras imperialistas.

Às vezes, como no caso de Mitterrand, o setor mais “esquerdista” da burguesia é o próprio governo. Em outros casos, o setor mais “direitista” instaura um governo fascista ou bonapartista e pode segurar o resto da burguesia contra este. Deste fato real, o revisionismo deduz que o partidos do proletariado devem formar parte do campo “progressivo” ou “democrático” ou o “antiimperialista” no caso dos países semicoloniais. Para esta teoria e política, tanto faz que o campo “progressista” esteja no poder ou na oposição.

Contra esta teoria da colaboração de classe o marxismo levanta sua concepção clássica, da sociedade dividida em classes e da necessidade de desenvolver a luta entre os mesmos até a conquista do poder pelo proletariado. Isto não significa que o marxismo ignore a existência de rivalidades entre os distintos setores da burguesia e se estas rivalidades chegam ao choque físico, o partido deve formular uma política de acordo com as circunstâncias. Porém isso significa que se deve aproveitar estes choques, jamais apoiar politicamente a uma frente de colaboração de classe que pode surgir dos mesmos. Qualquer que seja a situação da luta de classes, o objetivo *imediate* dos marxistas revolucionários não muda: é a revolução proletária e a conquista do poder.

Esta última é a diferença fundamental entre revisionistas e marxistas, a que sintetiza a todas. Stalin ocultou sua política de colaboração de classes durante a guerra civil espanhola, por traz do seguinte argumento: “primeiro derrotar Franco, depois lutaremos pelo socialismo”. O mesmo fez para justificar a aliança com o imperialismo anglo-norte-americano durante a guerra mundial: “a primeira tarefa é derrotar Hitler”. Mao expressou em termos filosóficos: primeiro liquidar a contradição principal - China frente ao Japão - e logo a contradição entre as classes voltará a ser a principal. Em outras palavras, a revolução deve passar por duas etapas. Na primeira, o campo progressivo deve derrotar ao reacionário; nesta etapa se aplica a política da contradição de classes. Na segunda etapa, relegada a um futuro indeterminado, estará colocada a luta pelo socialismo.

O que defendem os marxistas? Suponhamos o caso aparentemente mais favorável para a posição dos revisionistas: que dois campos burgueses estejam se enfrentando na guerra, como aconteceu entre a República e o franquismo na Espanha. Diante desta situação os revisionistas partem da base de que existem dois campos se enfrentando e que *um é mais “progressivo” que o outro*, embora não neguem o caráter burguês de ambos.

O ponto de partida dos marxistas é: *os dois são campos burgueses, logo contra-revolucionários*. Essa é a essência do problema. A aparência do problema é que existe um enfrentamento, o qual de nenhuma maneira significa que esse enfrentamento não seja real. Significa que o enfrentamento responde a que existem diferenças em relação à *maneira de derrotar um grande ascenso operário e impor o triunfo da contra-revolução*. A direção da República sustenta que isso deve colocar-se abolindo a monarquia, instituição especialmente prejudicial para as massas, e canalizando as lutas para o parlamentarismo burguês. Os fascistas sustentam, o contrário, que é necessário massacrar fisicamente aos trabalhadores, liquidar suas organizações sindicais e políticas, seguindo o modelo hitleriano.

Na Espanha esta diferença de desfez pelas armas, porém não sempre acontece assim. Na França, em 1934, aconteceu uma ação fascista que buscava a derrota do presidente. No entanto, os fascistas não conseguiram arrastar um setor importante da burguesia, porque os dois campos preferiram um acordo: manter o parlamento para manter as formas democráticas, porém incrementar os poderes do presidente para que cumprisse um papel bonapartista. Foi por isso que Trotsky qualificou a III República, a partir de fevereiro de 1934, de “bonapartismo semiparlamentar”, ou seja, uma república bonapartista com alguns traços de parlamentarismo.

A partir da análise de classes dos campos que se enfrentarão na guerra, os marxistas sustentam que seu objetivo imediato, a conquista do poder pelo proletariado, não muda. Pelo contrário, se o proletariado não toma o poder não pode haver solução para nada: nem ao fascismo, nem a miséria do proletariado nem a nenhum dos problemas das massas, todos produto da existência do regime capitalista.

Mas no exemplo que estamos trabalhando existe uma situação objetiva: o fascismo se levantou para massacrar fisicamente aos trabalhadores e liquidar todas as suas conquistas; isto se combina com o fato de que os marxistas revolucionários (os trotskistas) são uma pequena minoria, embora as massas sigam os partidos operários contra revolucionários que formam parte do “campo burguês progressivo”.

As massas vêm corretamente, em Franco o inimigo imediato para derrotar; os marxistas queremos ganhá-las para nossa concepção de que o inimigo a derrotar de forma imediata é a burguesia em seu conjunto, mediante a conquista do poder e a instauração de um estado operário. Por qual desses dois objetivos imediatos lutamos nós marxistas? Por ambos: sabemos que se não estamos na primeira fila da luta contra Franco, não teremos condições de ganhar as massas para a luta contra a burguesia em seu conjunto. Por isso Trotsky disse: “Participamos na luta contra Franco como os melhores soldados, e ao mesmo tempo, com interesse da vitória sobre o fascismo, agitamos a revolução social e preparamos a derrota do governo derrotista de Negrín. Só uma atitude assim pode nos aproximar das massas. (*A revolução espanhola*, T.2, p.166).

Em outras palavras, a guerra entre a república e o franquismo pode terminar com o triunfo de um ou outro lado. Porém o triunfo da república jamais significa a derrota *histórica* do fascismo. Este perigo seguirá existindo, embora exista o regime capitalista. Também existirá a miséria crescente não como perigo, senão como realidade, nenhum problema pode ser resolvido senão pela conquista do poder.

CAPÍTULO II

O REVISIONISMO NOS PARTIDOS REVOLUCIONÁRIOS

A política dos mencheviques, estendida e generalizada logo por Stalin com a frente popular e Mao com as “contradições”, corresponde a uma teoria clara, a dos campos. Insistimos na palavra teoria: não se trata de uma resposta empírica ante determinado giro da realidade, senão de uma concepção que leva a essas correntes revisionistas e oportunistas a aplicar essa orientação para que as frentes apareçam na realidade.

Nem os mencheviques, nem Stalin e nem Mao podiam sempre realizar as frentes. Ao contrario, a burguesia liberal russa tinha como estratégia buscar acordos com o czarismo. Assim mesmo, apesar dos esforços de Mao para conformar uma frente sólida com Chiang Kai-shek contra a invasão japonesa, esta se rompeu em várias ocasiões. E se bem que a frente popular é uma política permanente dos partidos stalinistas desde o VII congresso do Comintern, na maioria dos casos ou países não conseguiram conformar a frente, apesar de seus esforços.

Porém, em momentos excepcionais do processo histórico surgem de fato duas frentes antagônicas que podem desfazer suas diferenças políticas através de uma guerra civil. Isto é característico das situações geradas por grandes triunfos do movimento operário: a revolução de fevereiro na Rússia, a revolução de 1952 na Bolívia e as revoluções em andamento na Nicarágua e Irã, ou então os triunfos eleitorais das frentes populares francesa e espanhola de 1936.

Nestes momentos, a realidade parece dar razão aos teóricos dos “campos”, posto que os mesmos surgem na realidade e tem, sobre tudo este último, um caráter policlassista.

O surgimento destas “frentes progressivas” exercem uma forte pressão sobre os partidos revolucionários que não vivem em um vaso de cristal, senão que, embora sendo muito minoritários, estão inseridos na sociedade e no proletariado. Sob estas pressões, surge no seio dos partidos revolucionários correntes que adotam a teoria menchevique-stalinista-maoísta dos campos.

Este fenômeno se observa principalmente quando o triunfo operário se vê ameaçado gravemente pela contra revolução: por exemplo, quando esta se lança em armas para derrotar um governo frente populista e derrotar o movimento operário, como aconteceu na guerra civil espanhola, ou quando o imperialismo resolve que chegou o momento de colonizar um país semicolonial e derrotar o governo burguês local. Justamente, o stalinismo encontrou no surgimento destes graves

perigos contra revolucionários uma magnífica oportunidade para colocar em prática a sua teoria dos campos. Isto por sua vez multiplica enormemente as pressões sobre os partidos revolucionários, levando alguns setores dos mesmos, a integrar, como dissemos, o “campo burguês progressivo”.

Digamos então para sintetizar, que a política permanente dos mencheviques e seus discípulos, os stalinistas e os maoístas, se fundamenta na teoria dos campos. Daí que todos seus esforços se orientam para a conformação de “frentes populares”, “frentes antifascistas”, “frentes antiimperialistas”, ou mil e uma variantes do mesmo, com setores da burguesia “democrática”, “antimonopolista”, etc. Esta política não depende de que ditas frentes existam na realidade. Se não existem, como acontece na maioria das vezes, então se trata de criá-las, mesmo quando isso nos obriga nadar contra a corrente.

Em contrapartida, os partidos revolucionários ou centristas de esquerda que violam todos os princípios bolcheviques, tem apoiado politicamente estas frentes populares de aliança de classe, não fizeram por adotar conscientemente a teoria dos campos, senão porque se dobraram perante as tremendas pressões que se exerceu sobre os partidos inseridos no movimento operário quando estas frentes surgem na realidade.

No entanto, o fato de ceder a estas pressões gera uma lógica infernal. O partido revolucionário que viola seus princípios para apoiar uma frente policlassista, aí finalmente na degeneração teórica e política e termina adotando a teoria dos campos como base permanente de sua política. É o que aconteceu com o stalinismo, que surgiu como a ala de um partido revolucionário, e em nossas fileiras com o pablismo.

O partido revolucionário (ou setor do mesmo) que abandona a política de independência de classe quando surgem os dois campos na realidade, cai em uma política oportunista cujas características principais são as seguintes.

Abandona a denúncia sistemática do governo em sua agitação quotidiana e em sua imprensa e concentra todos seus ataques nos adversários reacionários do mesmo, deixa de atacar aos partidos operários contra revolucionários que participam de um governo frente populista para buscar acordos com eles, não denuncia o caráter imperialista do governo nem chama o movimento operário para a solidariedade ativa com seus irmãos de classe do país colonial; não leva adiante uma luta intransigente contra as forças armadas do regime; abandona a tarefa de “explicar pacientemente” às massas que o objetivo fundamental na etapa aberta pelo triunfo proletário é realizar a insurreição operária para derrotar o governo burguês e implantar o poder operário revolucionário; não levanta consignas de governo; não tem uma política permanente para desenvolver e fortalecer o partido revolucionário, condição indispensável para o triunfo da revolução.

É justamente a política oposta a de um verdadeiro partido trotskista. Sem deixar de atacar a burguesia, o imperialismo e os adversários reacionários do governo, este leva um ataque constante e implacável contra o governo frente populista e o “campo burguês progressivo” e os partidos operários contra revolucionários que o apoiam ou integram como servidores dos inimigos declarados das massas. O partido trotskista denuncia constantemente o governo e repudia, em sua agitação quotidiana, todas as suas medidas, por mais “progressivas” que pareçam. Coloca na cabeça das massas a mais absoluta desconfiança e ódio de classe para com o governo e coloca constantemente as consignas de poder que indicam que classe de governo é necessário construir. Não abandona por um só dia a luta contra o imperialismo de seu país, contra o governo frente populista que o serve e contra as forças armadas do regime.

Existem certas seitas e grupos ultra-esquerdistas ou anarquistas que podem coincidir com essa política geral. Porém há um fato que os separa do partido leninista. O eixo da política desse é dirigir a classe operária e as massas a seus objetivos, a insurreição para chegar ao governo e implantar a república socialista. Para isto considera, e proclama constantemente, que é condição indispensável desenvolver e fortalecer a seu partido. O partido revolucionário que esconde seu objetivo e essa condição, cai no oportunismo. O partido revolucionário que não se propõe a conquistar o poder na etapa do governo frente populista, que não prepara a derrota revolucionária deste governo, cai no oportunismo, *porque é justamente na etapa do governo frente populista que esta colocada a possibilidade de que a classe operária conquiste o poder dirigida pelo partido trotskista.*

Agora veremos como, através de toda a história da luta de classes do presente século, sempre existiram partidos revolucionários ou correntes centristas de esquerda que adotaram a política revisionista dos campos.

1. Kamenev-Stalin contra Lenin e Trotsky

O exemplo clássico do que dissemos se deu na revolução russa entre fevereiro e outubro, durante o governo provisório. De um lado existiu um bloco revolucionário integrado por uma ala do partido marxista (Lenin - Trotsky), alguns grupos anarquistas e os social revolucionários de esquerda.

No outro polo surgiu um bloco oportunista integrado por anarquistas como Kropotkin, revisionistas do marxismo como Plejanov, os mencheviques internacionalistas liderados por Martov e um setor do partido marxista revolucionário: a ala Kamenev-Stalin do Partido Bolchevique.

Desde a revolução de fevereiro até março de 1917 o partido bolchevique foi dirigido por uma corrente jovem cujo principal orador era Molotov, diretor do *Pravda*. O eixo de sua orientação era a denuncia sistemática ao governo burguês surgido da revolução de fevereiro e o repúdio a todas suas medidas. Kamenev e Stalin, desde sua chegada a Petrogrado em março, excluem este grupo da direção e dão uma nova orientação, totalmente oportunista, ao partido e seu órgão. Vejamos o que diziam, por exemplo, com respeito a questão crucial da guerra:

“Quando um exército combate contra outro exército não tem política mais absurda que a de propor que um dos dois abandone as armas e vá para casa. Essa política não seria uma política de paz, senão de escravidão, uma política que um povo livre deve refugar com desprezo. Não. O povo permanecerá valentemente em seu posto, respondendo as balas com balas e a obuses com obuses. Isto não admite discussão. *Não devemos permitir a menor desorganização nas forças armadas da revolução*” (*Pravda* nº 9, 15 de março de 1917, editorial “Nada de diplomacia secreta”).

Sendo assim, como se propõe colocar fim a guerra? O mesmo artigo responde: “Nossa consigna não é a palavra de ordem oca “Abaixo a guerra”, que significa a desorganização do exército revolucionário (...) Nossa consigna é *pressionar o governo provisório para obrigá-lo a tentar abertamente, sem indecisões, aos olhos da democracia mundial, induzir a todos os países beligerantes para que iniciem negociações imediatas para por fim a guerra mundial. Por hora, que todos permaneçam em seus postos!*”

E se esses países beligerantes não querem fazer a paz, o que acontece? “Se as forças democráticas da Alemanha e Áustria não escutam nossa voz, defenderemos a pátria até a última gota de sangue.” (resolução do Soviet de Petrogrado, citado com aprovação no mesmo artigo).

O *Pravda* de 16 de março insiste: “*A saída consiste em pressionar o governo provisório para que se proclame disposto a iniciar negociações imediatas pela paz*”. (1)

Clarifiquemos estas posições. Em primeiro lugar, aqui não tem classes que lutam, senão um “povo livre” que “permanece em seu posto”. Esse “Povo livre” é, evidentemente, o que triunfou na revolução de fevereiro, porém *não só os operários e camponeses que fizeram a revolução*, senão também a burguesia liberal que chegou ao poder graças a ela, e implantou o governo provisório.

Aqui já está formado o campo, chamado “povo” e governo provisório burguês, a burguesia liberal com seu partido, o cadete, o soviético dirigido pelos partidos operário contra revolucionários, e os operários e camponeses que lutam no exército burguês, chamado aqui “forças armadas da revolução”. Frente a ele, se lança o outro campo, o reacionário, integrado pelos demais “países beligerantes” (novamente, não se fala de *classes* mas de *países*).

Nosso dever como revolucionários é lutar lealmente no campo do “povo”, “que todos permaneçam em seus postos”, “defendamos a pátria até a última gota de sangue”. Porém ao mesmo tempo, é necessário por fim a guerra, coisa que está nas mãos do “chefe” do nosso campo, o governo provisório. Para ele, devemos pressionar para que declare estar “disposto a iniciar negociações pela paz”.

E agora, o que o *Pravda* “esquece” muito convenientemente de mencionar: que o líder do nosso “campo” é um *governo burguês e imperialista*; que a guerra é uma guerra antiimperialista de rapina, iniciada pelo lado da Rússia pelo czarismo; que o exército é o mesmo exército czarista, com sua casta de oficiais e sua mesma estrutura, que envia os soldados(ou seja, operários e camponeses)

para morrer nas trincheiras a serviço da burguesia imperialista russa e seus aliados da aliança Entente.

Nada disso importa a Kamenev e Stalin: o importante é a unidade do “povo”, ou seja, do campo do governo burguês e as massas.

Como sabemos, foi Lenin quem colocou uma reorientação radical a política do Partido Bolchevique, reorientação expressa em suas *“Teses de Abril”*: nenhum apoio ao governo provisório, combate implacável contra ele, orientação até a conquista do poder pelos soviets liderados pelo partido revolucionário. Porém não colocou essa idéia sem dificuldades: ao contrário, teve que fazer mediante uma batalha política árdua e prolongada contra essa ala do comitê central Bolchevique.

A política de Kamenev e Stalin é o exemplo clássico de como uma ala do partido revolucionário aplica a política de apoiar ao “campo burguês progressivo”, cedendo a pressão gerada pelo surgimento do mesmo na vida real. Stalin elevou sua política ao nível de uma teoria alguns anos depois.

3. Stalin e o socialismo em um só país

O coroamento da teoria stalinista é, desde o início, o “socialismo em um só país”, formulada por seu autor em 1924 e consagrada como base de orientação aos partidos comunistas no VI Congresso da Comintern.

A teoria do socialismo em um só país nasceu como reação a um fato real, a derrota da Revolução Alemã, e se consolidou diante de outro fato semelhante, a derrota da Revolução Chinesa em 1925-27. Essas derrotas derrubaram momentaneamente por terra as esperanças de Lenin e Trotsky, de que a expansão da Revolução proletária de um país adiantado como a Alemanha colocaria fim ao isolamento da URSS e daria um poderoso impulso ao desenvolvimento das forças produtivas sob o regime da ditadura do proletariado.

Junto com isso, a paralisia total das forças produtivas na URSS devido a Guerra civil e ao isolamento do Estado Operário, havia obrigado a direção bolchevique, desde 1921, a implementar a Nova Política Econômica (NEP). A essência dessa política consistia na restauração do mercado interno capitalista (não do comércio exterior, cujo monopólio seguiu nas mãos do Estado Operário), para facilitar o intercâmbio entre a agricultura, privada em sua maior parte, e a indústria, majoritariamente estatal.

A aplicação dessa política teve um duplo efeito: por um lado, deu um impulso as forças produtivas, por outro lado permitiu o ressurgimento de uma pequena classe capitalista, exploradora, na URSS: os homens da NEP nas cidades e os kulaks, ou camponeses ricos, no campo.

A burocracia governante, encabeçada por Stálin e Bujarin, lançou a consigna de “enriquecei-vos” aos camponeses, sustentando que com ela se ganharia os camponeses para o socialismo. Mas, na realidade, como mostra Trotsky, isso só significou o enriquecimento de uma pequena minoria de camponeses às custas da maioria. Ao mesmo tempo, surge o chamado “homem da NEP”, o comerciante privado entre a agricultura e a indústria.

Contra essa situação a oposição de esquerda propôs seu plano de industrialização, cujos fundos deviam vir dos impostos arrecadados da nova classe de kulaks. Como é do conhecimento, a oposição foi acusada de “super industrialização” e de “inimiga do camponês”.

A política da NEP, tal como foi aplicada pela burocracia, foi a origem do “socialismo em um só país”. Escutemos Trotsky:

“A vacilação perante as empresas camponesas individuais, a desconfiança perante os planos, a defesa do ritmo mínimo de industrialização, o descuido com problemas internacionais, tudo isso junto, constitui a essência da teoria do “socialismo em um só país”, apresentada pela primeira vez por Stálin em 1924, após a derrota do proletariado na Alemanha. Não apressar a industrialização, não lutar contra os camponeses, não acreditar na Revolução Mundial, e, sobretudo, proteger o poder da burocracia partidária das críticas”. (*The Revolution Betrayed*, Pathfinder, 1972, p. 32).

Ou seja, que a teoria do socialismo em um só país, é também, uma aplicação particular da teoria dos campos. Neste caso, o campo inimigo é o da burguesia dos países capitalistas, que querem derrotar a Revolução Proletária. O campo progressivo é o da NEP, como o Estado Operário e a burguesia que começa a reaparecer (kulaks e os Nepman). Este campo deve ser preservado a todo

custo: por isso, é necessário construir o socialismo “a passo de tartaruga”, segundo a conhecida frase de Bujarin, não acelerar a industrialização, nem aplicar políticas que impeçam o enriquecimento dos aliados no campo. Ao mesmo tempo, se nega e oculta a luta de classes dos kulaks e Nepman, contra os explorados e o estado operário.

Evidentemente, o processo de enriquecimento de uma classe exploradora traz uma dinâmica fatal para o Estado Operário. Os kulaks e os homens da NEP sabem que seu enriquecimento tem um limite, imposto pela existência da indústria nacionalizada e do monopólio estatal do comércio exterior. Ao começar a questionar estes limites para seu desenvolvimento, colocam em perigo a existência do Estado Operário, fonte de poder e privilégios da burocracia. Então, esta realiza um giro de 180 graus: a consigna “enriquecei-vos” foi trocada pela de “destruição dos kulaks como classe”; e o “passo de tartaruga” da industrialização se converte em um “galope furioso”. O campo se rompe, porém, não por culpa da burocracia, que favorece dentro de todas as possibilidades o enriquecimento dos “aliados de campo”, senão por estes últimos, que vêem corretamente na existência do estado operário um empecilho para seu maior enriquecimento e desenvolvimento como classe capitalista.

O socialismo em um só país é também a teoria dos campos a nível internacional. O campo progressivo, neste caso, é o da URSS e os estados burgueses e imperialistas que “coexistem pacificamente” com ela, mantém boas relações comerciais, etc.

Para não exagerar em exemplos, recordemos que no afã de manter o campo “anti-fascista” com as burguesias democráticas se adotou a política das frentes populares, que conduziram a derrota da Revolução na Espanha e França.

Na atualidade, é considerado um “aliado de campo” qualquer Estado burguês que mantenha boas relações diplomáticas e comerciais com a URSS. É em base a essa consideração que a burocracia soviética é uma inimiga feroz da ditadura de Pinochet, no Chile, mesmo que ela e o PC Argentino se encontrem entre os melhores aliados da ditadura de Viola. A única diferença entre as duas ditaduras, é que esta última, mantém excelentes relações comerciais com a URSS.

4. Marceau Pivert e a frente popular de combate

No ascenso revolucionário do proletariado francês de 1936, que possibilitou a instauração do governo frente populista de Blum, uma tendência socialista centrista de esquerda, a esquerda revolucionária dirigida por Marceau Pivert, foi pressionada para apoiar o governo burguês frente populista de Leon Blum.

Queremos expressar que a ala bolchevique do movimento operário era bastante débil. Estava integrada unicamente pelos trotskistas do partido operário internacionalista, em uma frente única revolucionária com a Federação do Sena da Juventude Socialista, dirigida por Fred Zeller. Esta frente pode se conformar graças ao audaz trabalho de entrismo dos trotskistas na SFIO.

Quanto à corrente de Pivert, não se pode negar que tinha uma postura crítica frente ao governo e de impulsionar as lutas operárias. Tanto é assim que segundo relata Daniel Guérin (*Front populaire, révolution manquée*, Paris, Maspero, 1976), no Congresso de Huyghens da SFIO a IR apresentou uma moção de solidariedade total com os grevistas.

No entanto, sua política a respeito do governo não avançou além da crítica: jamais rompeu com Blum, e ele mesmo, Pivert, fez parte do seu governo.

Sua política, chamada de “frente popular de combate”, consistia em conformar uma frente com as bases dos partidos operários, para pressionar seus dirigentes traidores para uma política “revolucionária”. Segundo Guérin: “No que diz respeito à frente popular número dois, /a de combate/, fomos pressionados a participar lealmente, demasiado lealmente, na Frente Popular número um, /a de Blum/. Esse compromisso tinha uma justificativa aparente. *Devíamos estar dentro da número 1 para impulsionar e levar a confundir-se com o número 2*. Queríamos encontrar uma solução para as nossas dificuldades de vocabulário, fazendo-nos campeões de uma Frente Popular de combate (...). Porém acabou sendo uma denominação bastarda. Apesar das duas palavras agregadas, não nos diferenciamos o suficiente da Frente Popular número 1; assim, ajudamos de certa forma a divulgar propaganda enganosa”. (Guérin, op.cit. p.103).

Tem razão Guerin ao dizer que a Frente Popular “de Combate” não se diferencia da de Blum, apesar da fraseologia revolucionária, o apoio as lutas operárias e as críticas ao governo: “toda a eloquência fraternal de Pivert não podia desfazer o trato inicial: ele pertencia a equipe do governo, aparecia perante os grevistas como um personagem consular que trazia uma saudação desde a cúpula”. (op.cit., p. 123).

Isto, como reconhece o próprio Guerin, se deve a que “não podíamos repudiar a Frente Popular sem mais trânsito, porque nos isolaríamos deste formidável movimento, surgido do mais profundo das massas ...”. (op.cit., p.103).

Este argumento de “não isolar-se das massas” é também uma variante da teoria dos “campos”. As massas estão no campo da Frente Popular, então, devemos estar aí. É o argumento típico usado pelos centristas e inclusive os revolucionários que capitulam na Frente Popular. Diante da necessidade de não isolar-se do campo onde se encontram as massas, não chamamos para que estas rompam aliança com a burguesia e o governo frente populista. A Revolução Francesa de 1936 foi derrotada porque, como disse Trotsky, “os operários forma incapazes de reconhecer ao inimigo, porque o haviam disfarçado de amigo”. (citado por Guerin, op.cit., p.136).

5. Molinier e Schachtman: a primeira aparição da teoria dos campos em nossas fileiras

As fileiras do trotskismo não ficaram imunes ao fenômeno pelo qual o setor do partido revolucionário passa a formar parte da frente oportunista. Isto ocorreu na França, em 1936. Ali não se tratou de uma capitulação *direta* a Frente Popular de Blum, senão que indireta, por via da adaptação à “Frente Popular de combate” de Pivert. Seus protagonistas foram Raymond Molinier e Pierre Frank.

A ele se dirigiu a carta de Trotsky, citada no capítulo anterior, para alertar a sessão francesa sobre a existência de “sintomas perigosos em nossas fileiras”.

Estes sintomas se concretizaram pouco depois, quando Molinier e Frank romperam com o partido trotskista para formar seu próprio grupo, ao redor do jornal *La Comuna*. E o primeiro ato político deste grupo foi o de chamar a corrente centrista de Pivert a formarem uma frente comum.

Em uma carta ao seu colaborador Jan Frankel (11/12/35), Trotsky disse: “você já está informado da traição de Molinier. *Estes rapazes não querem permanecer “isolados”, por isso, capitulam perante a tendência de Pivert, que por sua vez, capitula perante Blum. Se dizemos que estão participando na preparação da união sagrada, logicamente se indignarão. Porém essa é a pura verdade. Esta é a primeira e desgraçada capitulação diante da poderosa pressão chauvinista que a opinião pública burguesa exerce sobre a classe operária com a ajuda indispensável da burocracia stalinista.*” (Trotsky, *The Crisis of the French Section*, p. 13).

Novamente, temos o argumento de Pivert, com uma ligeira variante. Segundo ele, se trata de estar na frente de Blum para não isolar-se das massas. Para Molinier-Frank, se trata de estar com Pivert com o mesmo fim, a política é sempre a mesma: estar com as massas significa estar no “campo progressivo” burguês no qual eles confiam.

Schachtman aplicou outra variante da teoria dos campos na Espanha, ao perguntar a Trotsky se os revolucionários deviam apoiar nas Cortes o pressuposto militar solicitado por Negrin. Sua surpresa “segundo ele mesmo esclarece”, foi enorme, ao receber a seguinte resposta de Trotsky: “se tivéssemos deputados nas Cortes teríamos votado *contra* o orçamento de Negrin (...), votar o orçamento militar de Negrin significa outorgar-lhe apoio *político*.” (*A Revolução Espanhola*, vol. 2, p.164; sublinhado no original).

Aqui a política dos campos, tal como aplica Schachtman, tem uma aparente fundamentação na realidade, já que os campos realmente existem e estão enfrentados na guerra civil. O orçamento que solicita Negrin é para combater o fascismo, por isso, disse Schachtman deveríamos aprová-lo.

A resposta de Trotsky, de evitar qualquer ato de solidariedade política com o governo burguês, é decorrente da política bolchevique e das lições da Revolução Russa. Assim como se derrotou ao levante de Kornilov e a contra revolução denunciando a Kerenski e conquistando o poder, na única garantia para a vitória definitiva e histórica contra o fascismo é a política de independência de classe,

usada até a derrubada do governo burguês frente populista de Negrin e a conquista do poder pelo proletariado.

6. A teoria dos campos, versão pablista

Em 1951, em seu célebre documento “*A onde vamos?*”, Pablo apresenta uma nova versão da teoria dos campos. Vejamos o que disse:

“Para nosso movimento, a realidade social objetiva consiste essencialmente *no regime capitalista e no mundo stalinista* (...), dito esquematicamente, a relação de forças a nível mundial é a relação de forças entre estes dois blocos.” (SWP, Education for socialiste bulletin, março 1974, p.5).

Como vimos, também aqui tem dois “campos” a nível internacional: o “progressivo” da URSS e o reacionário do regime capitalista. Em que consiste a novidade ?

Para o marxismo, o regime capitalista é uma totalidade integrada pela burguesia e o proletariado. Significa, então, que Pablo integra em seu campo reacionário ao *proletariado* dos países capitalistas e principalmente dos Estados Unidos, país líder do campo. Embora que, para os revisionistas anteriores, o proletariado sempre era parte do “campo progressivo”.

Por outro lado, o “campo progressivo” pablista estava integrado pela URSS em seu conjunto, ou seja, pela burocracia.

É possível notar que a teoria revisionista de Pablo, como todas as que estamos vendo neste capítulo, também respondia a um fato real: a “Guerra Fria” entre a burocracia soviética e o imperialismo americano.

A posição de Pablo foi magnificamente refutada por Favre-Bleibtreu da sessão francesa em “*para onde vai o camarada Pablo?*” Nós acreditávamos que a realidade social consistia na contradição entre as duas classes fundamentais, o proletariado e a burguesia. Evidentemente estávamos equivocados: de agora em diante, o regime capitalista, que inclui essas duas classes, se convertem em uma totalidade contraditória... ao mundo stalinista”. Favre-Bleibtreu analisava que, ao abandonar o critério marxista, de classe em favor das idéias revisionistas dos campos, Pablo se veria obrigado a alinhar-se com o “Bloco anticapitalista” (o stalinismo) e terminaria capitulando diante dele.

Os trotskistas ortodoxos latino-americanos, como nos chamava-mos nesta época os que combatiam Pablo, sustentávamos que a definição de Favre-Bleibtreu era completa, porém, limitada: Pablo capitularia não só ao stalinismo, mas que a todos os aparatos burocráticos ou burgueses que tivessem apoio de massa.

7. Bolívia e Nicarágua: duas aplicações do revisionismo pablista

Os fatos não tardaram em nos dar razão, a Favre-Bleibtreu e a nós. A Revolução Proletária Boliviana de 1952 destruiu as forças armadas da burguesia e levou ao poder o partido nacionalista burguês de Paz Estenssoro que formou seu governo com alguns burocratas sindicais como Lechin.

Fiel à sua teoria revisionista, Pablo sustentou que se formaram duas frentes: a reacionária, integrada pela oligarquia Boliviana, os grandes patrões de estanho, os fazendeiros e o imperialismo expropriado. O progressivo estava integrado pelo governo nacionalista e a direção da Central Operária.

O partido trotskista POR, nessa época muito poderoso, defendia, orientado por Pablo, Mandel e Posadas, que devia defender este governo dos ataques do imperialismo e da oligarquia, e apoiar suas medidas “progressivas”. Em outras palavras, devia formar parte deste campo.

Os resultados dessa política são conhecidos: a burguesia boliviana pôde reconstruir seu exército e derrotar a revolução. Por seu lado, o trotskismo Boliviano, *que estava em condições de tomar o poder*, não pôde até o momento (30 anos depois) recuperar-se dessa derrota.

Nas três décadas transcorridas as massas Bolivianas se levantaram numa ou outra vez, porém o trotskismo, se reduziu a uma pequena seita, não cumpriu nenhum papel nestes ascensos.

Outro caso muito mais recente e conhecido por nosso movimento: o caso da Nicarágua em 1979. Ali uma organização guerrilheira de caráter pequeno burguês e influência de massas, a Frente

Sandinista dirigiu a luta que tirou do poder a ditadura de Somoza, para instaurar um governo burguês.

O Socialist Workers Party dos Estados Unidos caracterizou a GRM diretamente como operária e camponesa. Em contrapartida Mandel, fiel discípulo de Pablo, o caracterizou corretamente como burguês, porém defendeu que era necessário apoiar. Levou essa política até o ponto de apoiar o governo em seus atos de repressão aos combatentes internacionalistas da brigada Simon Bolívar, criada por iniciativa da fração bolchevique, e entre os quais, existiam muitos camaradas trotskistas.

Nisso, Mandel foi conseqüente com sua política de anos, de apoiar os grupos guerrilheiros latino-americanas e por meio deles o castrismo.

Com sua política na Nicarágua, Mandel aplicou a teoria dos campos: apoiou o “campo progressivo” do governo burguês contra-revolucionário formado pela FSLN, inclusive contra os revolucionários trotskistas.

8. As razões de uma capitulação

Vimos como em todas as etapas abertas por grandes triunfos do movimento operário, num setor do marxismo revolucionário, formando um bloco com correntes oportunistas, capitula a Frente Popular apoiando-se na teoria dos “campos”. A vítima mais recente deste fenômeno é a direção da OCI, os mesmos camaradas que defenderam a nossa internacional do liquidacionismo pablita.

Que camaradas com semelhante trajetória tenham capitulado ao frentepopulismo, como já ocorreu com outros revolucionários da história, requer uma explicação marxista, ou seja, de classe.

Ao chegar ao poder, um governo frente populista, aparece entre as massas, principalmente seus setores mais atrasados, ilusões de que tal governo pode resolver seus problemas (desemprego, miséria, etc.). Essa falta esperança exerce uma tremenda pressão sobre os partidos que militam no movimento operário. É assim, nas fábricas, oficinas, universidades, exército, etc., os militantes estão rodeados por companheiros que confiam no governo. Esses militantes começam a perguntar-se: “Depois de tudo, não será verdade? O governo frente populista, não será melhor do que acreditávamos, ou do que nos ensinou Trotsky? Em todo caso, damos um prazo ao governo para ver o que faz”.

Sobre a direção do partido revolucionário se coloca outra pressão, porém mais forte e perigosa. Mais forte, porque não vem das massa atrasadas que perderiam as ilusões rapidamente perante as inevitáveis traições do governo burguês, senão que os *quadros dos partidos operários contra-revolucionários*, os mais interessados em manter o governo frente populista no poder, já que são parte do mesmo.

Nossos quadros e dirigentes tem estreitas relações (que podem ser conflitivas, porém nem por isso menos estreitas) com os quadros e dirigentes dos partidos oportunistas, porque estão nas mesmas organizações e sindicatos operários. Quando chega um governo frente populista ao poder os dirigentes traidores se tornam funcionários estatais e adquirem grande influência no aparato estatal. Aproveitam essa situação para “oferecer seus bons serviços” a nossos dirigentes, fazer-lhes acreditar que, com uma política paciente e esperta, se pode satisfazer gradualmente todas as reivindicações com o novo governo. Sobre este dizem é compreensivo até com a esquerda revolucionária, é quase amigo dela. Se a esquerda revolucionária não acredita nisso, que peçam uma entrevista com o ministro tal, com o secretário do Estado tal ou com o próprio presidente, e vão perceber como o recebem e atendem os seus pedidos.

Por isso, o verdadeiro inimigo não é o governo senão os burgueses e sobretudo os grandes monopólios.

Nenhum verdadeiro partido revolucionário é imune a essas pressões. Um partido trotskista que num período de governo frente populista não sofre grandes lutas internas, não é um partido senão, no melhor dos casos uma seita cristalizada, separadas das massas e suas organizações. Se é um partido inserido no movimento de massas - mesmo que seja minoritário - um setor de sua direção cederá perante as suas pressões de seus “amigos reformistas”, com argumentos do tipo, “não devemos nos isolar das massas” ou “é necessário combater as ilusões no terreno da ilusões” e terminará capitulando ao frentepopulismo.

Isto é, praticamente o mesmo que dizia Trotsky, em sua carta já citada, para explicar as razões da capitulação de Molinier e Frank. A OCI está sofrendo agora as mesmas pressões, e está percorrendo o mesmo caminho que os fundadores da *La Commune*.

CAPÍTULO III

A FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA COMO EXPRESSÃO DA TEORIA DOS CAMPOS BURGUESES PROGRESSIVOS

Uma das expressões específicas mais importantes da teoria dos campos burgueses progressivos foi formulada pela própria Internacional Comunista: é a frente única antiimperialista. Posteriormente, esta teoria foi desenvolvida de maneira oportunista por Stalin e Mao pelas correntes revisionistas do marxismo e o trotskismo, até chegar a Lambert e Favre.

O conteúdo principal desta teoria pode ser sintetizado assim: *o eixo estratégico do partido revolucionário nos países atrasados é a conformação de uma frente única antiimperialista com a burguesia nacional.*

Dada a enorme importância que possui nos países atrasados na luta de classes mundial, pelo fato de envolver a imensa maioria da humanidade, este aspecto particularmente odioso da teoria revisionista dos campos merece que dediquemos um capítulo para isso. No presente capítulo veremos em primeiro lugar a teoria de Lambert-Favre e seus mestres, Stalin e Mao, por consequência também as concepções da III Internacional, Lenin e também Trotsky até 1917, concepções que em nossa opinião se orientam num sentido muito parecido ao que tinham os Bolcheviques antes da revolução de 17, ou seja, a revolução por etapas e a ditadura revolucionária operária e camponesa para desenvolver a revolução democrática burguesa, e finalmente o posterior desenvolvimento ideológico de Trotsky até chegar a sua concepção da revolução permanente nos países atrasados.

1. A teoria Lambert-Favre da frente única antiimperialista

Em nossas fileiras, esta variante da teoria dos “campos burgueses progressivos” foi explicada por Luís Favre em uma intervenção no Conselho Geral da CI (QI), diretamente inspirada em seu conteúdo por Pierre Lambert.

Ao início de sua intervenção, Favre sustentou categoricamente: “Creio que, em linhas gerais, o eixo da luta pela frente única nos países coloniais e semicoloniais passa pela luta pela *frente única antiimperialista* e a auto-organização da classe operária. (“Sobre a frente única antiimperialista”).

Aqui se expressam dois conceitos. Um, implícito, é que a frente única é uma estratégia permanente. Não nos deteremos sobre este falso conceito aqui, já que será tema de um capítulo posterior. O outro, este sim explícito, é que nos países colônias e semicoloniais a frente única se concretiza na frente única antiimperialista e que esse é o eixo da estratégia revolucionária e ditos países.

Estabelecido este eixo, Favre passa a definir a frente: “O partido do proletariado deve lutar em um bloco unido com os partidos da burguesia e a pequena burguesia”.

Isto é assim, segundo Favre-Lambert, porque “existe uma *diferença qualitativa* entre a burguesia imperialista e a dos países coloniais e semicoloniais”. (idem).

A conclusão é: “Não se trata de fazer a frente única antiimperialista somente quando existe conflitos com o imperialismo: a luta contra a dominação imperialista do país é permanente (...). Pois

bem, estamos dispostos a *levar esta luta com quem queira. A fazer um bloco com qualquer um em base a essa linha. Inclusive com o PSR /peruano/, que se proclama nacionalista burguês*”.

Resumindo os argumentos de Lambert-Favre, teremos: nos países semicoloniais e coloniais existem dois campos, o antiimperialista com o proletariado, as massas e o setor da burguesia chamada “nacionalista” e o imperialista com o imperialismo e os setores da burguesia ligados a ele.

O dever do partido do proletariado, o eixo de sua política, é conformar um “bloco unido” com os partidos da burguesia e a pequena burguesia , contra o campo imperialista.

O eixo da política de Lambert-Favre não é buscar a independência de classe do proletariado e neste marco , estudar a conveniência tática de fazer tal ou qual acordo limitado e circunstancial com algum setor da burguesia, senão que fazem exatamente o contrário. O permanente, o estratégico é o acordo com a burguesia, a “auto-organização da classe operária” (supondo, com uma grande dose de boa vontade, que isso é sinônimo de independência de classe) , fica em um plano secundário.

Neste terreno, Lambert e Favre não coincidem com Molinier e Schachtman, que capitularam à política dos campos quando estes apareceram na realidade. Sua coincidência é com os mencheviques, os stalinistas e Pablo, que levaram essa política ao nível de uma teoria e uma orientação permanente. Lambert e Favre sustentam que, quando o bloco com a burguesia não existe (como é na absoluta maioria dos casos), *o partido revolucionário deve criá-lo*.

2. Stálin, Mao e a luta contra o “militarismo” e o “ imperialismo” na China

Na realidade, Lambert e Favre não “descobriram a pólvora”. Sua concepção é igual a que formulou Stalin e Mao para a Revolução Chinesa de 1925-27.

O célebre, de forma lamentável, programa do Comintern escrito por Bujarin, sob a inspiração de Stálin sustentava , tal como sustenta Lambert e Favre hoje em dia, que a burguesia colonial pode desempenhar um papel anti-imperialista e que portanto, “os acordos com a burguesia nacional dos países nacionais são legítimos na medida em que a burguesia não destrua a organização revolucionária dos operários e camponeses e leve uma autêntica luta contra o imperialismo”. (citado por Trotsky, *The Third International After Lenin*, pp.167-168).

Se existe alguma diferença entre Stálin-Bujarin e Lambert-Favre, é que aqueles são um pouco mais cautelosos empregam o termo condicional em suas afirmações (“na medida que”). Segundo eles, é possível que a burguesia lute contra o imperialismo, e neste caso os acordos com ela são “legítimos”. Já, para Lambert-Favre, o que se busca não é um acordo, senão um “bloco unido” com a burguesia “anti- imperialista”, e essa política mais que legítima, é um “dever” e o “eixo” da atividade do partido revolucionário.

Voltando ao Stalinismo, o principal impulsionador dessa política no Partido Comunista Chinês foi o jovem Mao Tse-tung, recentemente eleito ao comitê central do partido. Mao expôs sua posições no jornal do partido, no artigo “O golpe de Estado de Pequim e os comerciantes”; os comerciantes aqui são a burguesia.

“Devido à necessidade histórica e a situação conjuntural, a obra pela qual os comerciantes deveriam assumir responsabilidade na Revolução Nacional é mais importante que a obra que deve assumir o povo. Sabemos que os militares e as potências estrangeiras se uniram para impor uma dupla opressão sobre o país. Logicamente, o povo de todo o país sofre profundamente debaixo de uma dupla opressão desse tipo. No entanto, quem sente estes sofrimentos de maneira mais aguda são os comerciantes”. (citado por Peng, op.cit., p.41; sublinhado do original).

Conseqüente com essa análise, Mao chega a seguinte conclusão: “quanto mais ampla seja a organização dos comerciantes, quanto maior seja a sua influência, *maior será a sua capacidade para dirigir o povo de todo país e mais rápido será o êxito da revolução*”.(op.cit., p.42.; sublinhado do original).

Outro novo membro do CC, Chu Chiu-pai, avançou um pouco mais; “*Os comerciantes, camponeses, operários, estudantes e mestres, todo o povo deve unir-se a Kuomintang*”. (op.cit., p.43; sublinhado do original).

A concepção aqui expressa é que as tarefas da revolução anti-imperialista (“nacional”) deve ser cumprida principalmente pelos comerciantes, ou seja, a burguesia, é quem deve *encabeçar* o campo

do “povo” contra o campo dos “militares e potências estrangeiras”. Com um adendo, o de Chu, de que o campo progressivo deve integrar-se em um partido único, o Kuomintang.

Como disse Peng, muito acertadamente, “é evidente que estamos diante de duas manifestações do pensamento menchevique”. São três expressões, acrescentaríamos nós, se juntar-mos a de Lambert-Favre, idêntica a de Stálin-Mao, menos o aspecto do partido único.

3. Mao e a invasão japonesa da China

A concepção clássica de frente única anti-imperialista como variante da teoria dos campos burgueses progressivos foi elaborada por Mao, durante a invasão Japonesa na China logo antes da Segunda Guerra Mundial.

Em um informe programático, apresentado a Conferência Nacional do PCCh (maio de 1937) com o título “A tarefa do PC da China no período da resistência ao Japão”, disse:

“Devido que a contradição entre China e Japão passou a ser a *principal*, e que *as contradições internas da China ficaram relegadas a um plano secundário e subordinado*, nas relações da China com o exterior e nas relações de classe dentro do país, sofreram mudanças que iniciam uma nova etapa de desenvolvimento da situação atual”. (*Obras escolhidas de Mao Tse Tung*, T.I, p.283).

Quais são essas “contradições internas” que passaram a um “plano secundário e subordinado”? O próprio Mao responde: “Faz muito tempo que a China vive duas contradições agudas e fundamentais: a contradição entre a China e o imperialismo e a contradição entre o feudalismo e as grandes massas populares (...). Com seu desenvolvimento, a contradição nacional entre a China e o Japão *superou com peso político relativo a das contradições entre as classes...*”. (op.cit., pp. 283 e 285).

Quer dizer que, para Mao, as contradições jamais são *entre as classes*, senão que, entre o povo e o feudalismo por um lado, e entre a nação chinesa e o agressor japonês por outro. Em ambos os casos são contradições entre campos burgueses, com a classe operária e as massas formando parte do mais “progressivo” destes. No momento em que Mao escreve seu documento, a contradição China-Japão relegou a contradição povo-feudalismo a um plano secundário, devido a realidade da invasão. Prossegue Mao:

“Isto coloca ao PC da China e ao povo Chinês a tarefa de formar *uma frente única nacional antijaponesa*. *Nossa frente única incluirá a burguesia* e todos aqueles que estejam a favor da defesa da Pátria, e *simbolizará a unidade nacional* contra o inimigo estrangeiro”.

Porém, tem mais: “A China não só deve unir-se com a URSS que sempre foi amiga fiel do povo Chinês, senão também, na medida do possível, *estabelecer relações de luta conjunta* contra o imperialismo Japonês *com aqueles países imperialistas* que no momento estejam dispostos a manter a paz e se oponham a novas guerras de agressão”. (op.cit., p. 284).

Daqui se desprende um programa cujos pontos principais são os seguintes:

“No interesse da *paz interna, a democracia e a guerra de resistência*, e com vistas a estabelecer a frente única nacional antijaponesa, o PC da China, em seu telegrama à III Seção plenária do Comitê Executivo Central do Kuomintang, contraiu os seguintes quatro compromissos:

“1) Mudar o nome do governo (...) quem dirige o PC da China (...) e o do Exército Vermelho fazem jus formar parte do Exército Revolucionário Nacional, de modo que tal governo e tal exército fiquem dentro da jurisprudence do governo central de Nankín e de seu conselho militar, (ou seja, sob o comando político-militar de Chiang Kai-shek);

2) Aplicar um sistema democrático;

3) *Suspender a política de derrubar o Kuomintang pelas forças das armas* e;

4) *Suspender o confisco das terras dos latifundiários*”. (op. cit., pp.289-290).

Então, a invasão japonesa a chinesa propiciou o surgimento de dois campos: o imperialista, integrado pelo Japão e seus aliados, e o progressivo, o antiimperialista (antijaponês), encabeçado pelo governo burguês de Chiang Kai-shek e integrado pela burguesia nacional e as potências imperialistas que tenham diferenças com o Japão. O partido do proletariado deve integrar-se nesse campo progressivo anti-imperialista, para isso “suspende” a luta por derrotar o governo e as expropriações revolucionárias dos latifundiários pelos camponeses. Mais ainda, dissolve os

governos revolucionários das zonas controladas por ele e seu exército, para integrar o governo e exército burguês sob o comando do fascista Chiang Kai-shek.

Conclui Mao: “Nossos inimigos - os imperialistas japoneses, os colaboracionistas chineses, os elementos pró japoneses e os *trotskistas* - vem fazendo tudo quanto podem para torpedear cada passo que se dá a favor da paz e da unidade...”. (op.cit., p. 289).

Tem razão ao dizer que os trotskistas são inimigos da unidade com a burguesia que ele defende, já que se trata de unidade *política*, de subordinação do proletariado a burguesia. Justamente para a mesma época, Trotsky escrevia, na carta encerrada no dia 23/9/37.

“Não negamos a necessidade de um *bloco militar* entre o PC e o Kuomintang. No entanto, pedimos que o *PC mantenha sua independência política e organizativa total*, que tanto na guerra civil contra os agente interno do imperialismo como na *guerra nacional contra o imperialismo estrangeiro*, a classe operária, embora permanece na primeira linha da luta militar, prepare a derrota política da burguesia”. (On China, p. 570).

Isto é exatamente o oposto do que defenderam os teóricos dos campos. A guerra nacional de defesa frente ao imperialismo de nenhuma maneira relega a luta de classes a um plano secundário. Pelo contrário, o proletariado e seu partido lutam na primeira fila contra o invasor estrangeiro, porém, mantém sua total independência política e organizativa e prepara a derrota revolucionária da direção burguesa.

Os trotskistas lutam contra o imperialismo japonês na primeira fileira, porém:

1) Não se subordina a “jurisprudência do governo central e seu conselho militar”, senão que “criam organizações militares *sobre bases classistas* (...) em tempo de guerra a vanguarda proletária permanece na *oposição irreconciliável com a burguesia*”;

2) Não suspende a política de derrubar o Kuomintang, senão que prepara o autêntico governo operário e camponês, ou seja, a ditadura do proletariado;

3) Não “suspende os confiscos de terra” senão que compreende que “se abrem grandes oportunidades para as lutas econômicas dos trabalhadores”.

Os partidos que seguem a orientação de Lambert-Favre nos países coloniais e semi-coloniais, se são conseqüentes até o fim, *deverão aplicar a política de Mao e não a de Trotsky*.

4. A política da III Internacional para os países coloniais e semi-coloniais

Se Lambert, Favre e os atuais defensores dessa teoria revisionista que estamos comentando querem encontrar um ponto de apoio, muito relativo e muito difícil por outro lado, nos textos clássicos do marxismo, desde logo os pouparemos deste trabalho de busca: poderão encontrar nos documentos e resoluções da Terceira Internacional e em certos textos de Lênin e Trotsky daquela época, referindo-se aos países atrasados.

Na continuação analisaremos alguns destes textos, que em nossa opinião - e o dizemos com toda franqueza - em relação a revolução permanente são centristas, como era a posição de Lênin antes de 17, ao concordar com os mencheviques sobre o caráter burguês da revolução e o etapismo, divergindo com eles sobre a dinâmica de classes. São textos que expressam a concepção não somente da revolução por etapas, mas também do apoio e defesa do “campo burguês progressivo” nos países coloniais e semi-coloniais, principalmente nos mais atrasados.

Se trata porém, de um menchevismo “sui generis”, que tem um aspecto revolucionário, já que integra essa revolução por etapas dentro da revolução socialista mundial, e principal mente porque se insiste na independência política da classe operária européia. Entremos no assunto.

O IV Congresso da Comintern aprovou umas “teses gerais sobre a questão do Oriente”, que inclui uma tese sobre a “Frente anti-imperialista única”. Ali se diz:

“Nos países ocidentais em que se atravessa um período transitório caracterizado por uma acumulação organizada das forças, se lançou a consigna de frente única proletária. Nas colônias orientais é indispensável, na atualidade, lançar a consigna de frente única anti-imperialista. No momento essa consigna está condicionada pela perspectiva de uma luta a longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias (...) Assim como a consigna de frente única proletária contribuiu e contribui no Ocidente para desmascarar a

traição cometida pelos sociais democratas contra os interesses do proletariado, assim também a consigna da frente única anti-imperialista contribuirá para desmascarar as vacilações dos diversos grupos do nacionalismo burguês. Por outro lado, essa consigna ajudará ao desenvolvimento da vontade revolucionária e ao esclarecimento da consciência de classe dos trabalhadores, incitando-os à lutar nas primeiras fileiras, não só contra o imperialismo, *mas também contra todo o tipo de resquício feudal*.

“O movimento operário dos países coloniais e semi-coloniais, deve antes de tudo, conquistar uma posição de verdadeiros revolucionários autônomos na frente anti-imperialista comum. Só assim, se faz reconhecer com importância autônoma e conserva a sua plena independência política, os acordos temporários com a democracia burguesa são admissíveis e até indispensáveis.(...) A frente antiimperialista única está indissolivelmente vinculada com a orientação da Rússia dos Soviets.

Explicar as multidões de trabalhadores a necessidade de sua aliança com o proletariado internacional e com a República Soviética é um dos principais pontos da tática de Frente Única anti-imperialista. A Revolução colonial só pode triunfar com a revolução proletária nos países ocidentais”. (*Los cuatro primeros congresos...*, Tomo 2, pp. 231-232).

Depois sintetiza o programa para os países atrasados, em relação a frente única antiimperialista:

“A reivindicação de uma aliança estreita com a República dos soviets é a bandeira da frente única antiimperialista. Desde quando se prepara, é preciso levar à cabo uma luta decidida pela máxima democratização do regime político a fim de privar de toda sorte aos elementos social e politicamente mais reacionários e assegurar aos trabalhadores a liberdade de organização, permitindo-lhes lutar pelos interesses de classe (*reivindicação de uma república democrática, reforma agrária, reforma tributária, organização de um self-government (autogoverno), legislação operária, proteção do trabalho, proteção da maternidade, da infância, etc.*)”. (op.cit., pp. 232-233).

Como vimos, aqui não se coloca a perspectiva da revolução operária e a ditadura do proletariado para os países atrasados. Pelo contrário, só se coloca a luta contra o “imperialismo” e, dentro do país contra os restos feudais”, com o objetivo de chegar a uma república democrática na qual a classe operária conquiste reivindicações parecidas com as do proletariado ocidental.

A quinta tese esclarece o papel do partido do proletariado na revolução democrática e na república democrática:

“Duas tarefas se fundem em uma só cabe aos partidos comunistas colônias e semicoloniais: por um lado, *luta por uma solução radical dos problemas da revolução democrática burguesa cujo objetivo é a conquista da independência política*, por outro lado, organização das massas operárias e camponesas para permitir *lutar pelos interesses particulares de sua classe*, utilizando par isso todas as contradições do regime nacionalista democrático burguês”. (op. cit., p. 230).

Novamente, se trata de conseguir a revolução democrática burguesa e conseguir um lugar específico, independente, para a classe operária dentro da mesma. A tarefa do Partido Comunista, o Partido Revolucionário do proletariado não é a conquista do poder, mas ganhar um lugar próprio dentro do campo burguês que realiza a revolução democrática burguesa.

Temos um bom exemplo da aplicação dessa política, na “Carta aberta ao Quarto Congresso da Comintern aos comunistas e ao povo trabalhador da Turquia:

“O Partido Comunista da Turquia *sempre apoiou ao governo nacionalista burguês* na luta das massas trabalhadoras contra o imperialismo. O Partido Comunista inclusive se mostrou disposto, frente ao inimigo comum, *a fazer sacrifícios temporários quanto ao seu programa e ideais*”. (*The Communist International*, vol. 1, p. 380).

Alguns delegados falaram contra a posição das teses, por exemplo, o hindu Roy defendeu: “Os *movimentos revolucionários nacionais* nos países aonde milhões e milhões querem a libertação nacional, e que não podem progredir sem libertar-se econômica e politicamente do imperialismo, *não triunfarão sob a direção da burguesia*”. Agregou que a burguesia seguramente desertaria da revolução nacional e a trairia, e neste caso a direção deveria ser assumida *pelos PCs*.(op. cit., p. 382).

No entanto, como mostrou Radek em sua resposta, também as teses do Segundo Congresso da Comintern chamavam pelo apoio aos movimentos nacionalistas do Oriente sem referir-se a luta de

classes, advertiu Radek que Marx em seu tempo, propôs uma política de apoio à burguesia, embora fosse revolucionário. Essa é a política que se impôs no Quarto Congresso.

5. O contexto teórico das posições da III Internacional

O chave da resolução da Terceira Internacional que estamos analisando reside numa concepção teórica imposta por Lênin e Trotsky em relação aos países atrasados.

A teoria da revolução permanente, tal como havia formulado Trotsky até esse momento estava se referindo a Revolução Russa e Européia, não aos países atrasados, ao que ele não prestou uma maior atenção até depois da Revolução de Outubro. Trotsky considerava que a Revolução Permanente, como combinação das revoluções democrático burguesas e socialistas, e como a necessidade da conquista do poder pelo proletariado para resolver as tarefas da revolução democrática, era uma teoria para a revolução no império czarista combinada com a Revolução Européia. Ou seja, era uma teoria para os países adiantados e para um país como a Rússia, europeu e atrasado, porém com elementos de forte desenvolvimento capitalista (segundo disse em sua conhecida exposição da Lei do desenvolvimento desigual e combinado e no prefácio da *História da Revolução Russa*).

Depois de 1917, ao estudar a situação dos países da Ásia e África e comprovar a tremenda debilidade de seu desenvolvimento capitalista, chega a uma conclusão semelhante a de Lênin e dos mencheviques, e oposta a da revolução permanente. Considera que a revolução nos países atrasados do Oriente e da África passarão por duas etapas, claramente diferentes: primeiro a revolução nacional e democrática, até que se consolide o proletariado como classe, logo depois, a etapa da revolução socialista.

No entanto, como dissemos no começo, essa concepção inclui um aspecto adicional: que a primeira etapa dos países atrasados se combinaria com a revolução proletária nos países adiantados da Europa Ocidental. Em outras palavras, ele vê a revolução mundial (conceito este que está totalmente ausente da teoria menchevique) como um processo em que se combinam “revoluções desiguais”: socialistas nos países adiantados e democrático burgueses nos atrasados.

E vejamos com suas próprias palavras. O Manifesto do Primeiro Congresso escrito por ele diz, em relação as “insurreições e o fermento revolucionário que se produziu nas colônias”. “Escravos coloniais da África e Ásia, a hora da ditadura proletária na Europa será para vocês a hora de vossa emancipação !” (*The First Five Years...* vol. 1, pp. 24 e 25).

E insiste: “Nos países onde o processo histórico brindou essa oportunidade, a classe operária utilizou o regime da democracia política para organizar-se contra o capitalismo. O mesmo ocorrerá também no futuro, nos países aonde as condições para a revolução proletária *ainda não amadureceram*. (op.cit., p.2)

Ou seja, existem países maduros e “todavia não maduros” para a revolução proletária. Nestes está colocada a tarefa da libertação nacional e a democracia, e a luta pela mesma se combinará com a revolução proletária na Europa.

Algo parecido dirá Trotsky no Segundo Congresso: “A luta simultânea contra os opressores estrangeiros e seus aliados locais - senhores feudais, padres e agiotas - estão transformando o crescente exército da insurreição colonial em uma grande força histórica, em uma poderosa reserva do proletariado mundial”. (op.cit., p.125)

Como vimos, aqui Trotsky fala de um “exército da insurreição colonial”, sem diferenciação de classe e dos inimigos deste exército: os opressores estrangeiros, os *senhores feudais, padres e agiotas*, não a burguesia.

Entre o Segundo e o Terceiro Congressos volta a insistir dando ênfase aos dois aspectos de sua concepção, tanto do caráter da revolução nacional no Oriente como de sua íntima ligação com a revolução proletária no Ocidente imperialista. Em resposta a ultra esquerdista Gorter, que defendia que a classe operária inglesa estava isolada da pequena burguesia, ao contrário da Rússia que teve o apoio dos camponeses, disse:

“Os proletários ingleses não podem conseguir a vitória final, até que não se levantem os povos da Índia e até que o proletariado inglês não proporcione o dito levante um objetivo e um programa,

não se pode falar de vitória na Índia sem a ajuda e direção do proletariado britânico. Ai você tem a colaboração revolucionária do proletariado e dos camponeses nos conflitos do Império britânico” .

Ai temos a vinculação entre as revoluções britânicas e hindu, qual é o “objetivo e programa” que o proletariado britânico proporcionará aos camponeses hindus? Trotsky responde:

“Gorter enfoca a questão desde o ponto de vista inglês, esquece da Ásia e África, passa por alto a conexão *entre a revolução proletária do ocidente e as revoluções agrárias nacionais no oriente.*”

Ou seja, na Índia não está colocada a revolução proletária, mas, a revolução nacional e agrária, e não isoladamente, mas em íntima relação com a revolução, está sim proletária, na metrópole.

Recém tinha acontecido o IV Congresso, a posição de Trotsky começa a modificar-se num sentido: o da dinâmica *interna de classe* da revolução mas todavia não quanto aos objetivos de classe da mesma: “O desenvolvimento do proletariado nativo paralisa as tendências nacional-revolucionárias da burguesia nacional. Porém ao mesmo tempo as multitudinárias massas camponesas obtém uma direção encarnada na vanguarda comunista consciente. A combinação da opressão nacional militar exercida pelo imperialismo estrangeiro e nativo, com as subserviência da servidão feudal, está criando condições favoráveis nas quais o *jovem proletariado colonial se desenvolva rapidamente e ocupará seu lugar a cabeça do vasto movimento revolucionário das massas camponesas*”. (op. cit., vol. 1, p. 250).

Sintetizando, Trotsky enquanto viveu Lênin, chega até o plano da combinação das lutas camponesas e os movimentos nacionalistas dos países atrasados com a revolução socialista nos países adiantados. Como análise das perspectivas revolucionárias dos países coloniais e semicoloniais o máximo que chegou em sua análise é sua afirmação que a revolução camponesa ou antiimperialista pode ter como ponto de apoio a direção do proletariado se este fica independente politicamente. Porém, igual Lênin antes de 1917, que considerava que a revolução antizarista seria acaudilhada pelo proletariado e as massas exploradas porém seus objetivos seriam puramente nacionais e democráticos, Trotsky jamais colocava para os países atrasados, como dinâmica de classe da revolução, a conquista do poder pelo proletariado, a instauração de sua ditadura e o começo da realização da revolução socialista.

6. A Revolução Chinesa e a evolução teórica de Trotsky

No início, Trotsky enfocará a Revolução Chinesa dentro da concepção teórica que acabamos de estudar, ou seja, que será uma revolução em duas etapas, e que o processo chinês se encontra em sua primeira etapa, de caráter nacionalista e democrático burguês. Nesta etapa, a política do PC Chinês deve ser de aliança com a burguesia nacional e inclusive com o seu governo, contra o imperialismo japonês. É nada menos que a política dos “campo burguês progressivo”, e neste caso “anti-imperialista”.

Assim, em uma nota datada de 22 de março de 1927, coloca claramente:

“É evidente que *os comunistas não podem abandonar o apoio ao exército nacionalista e ao governo nacionalista, nem, aparentemente, podem negar-se a fazer parte do governo nacionalista.* Porém o problema da independência organizativa total do PC, ou seja, se retirar do Kuomintang, não pode ser adiado (...) Os comunistas podem conformar um governo unificado com o Kuomintang sob a condição de total independência dos partidos que conformam o *bloco político*”. (*On China*, p.126)

Trotsky estava colocando aqui que o PC deve colocar fim a política que vinha praticando, de entrismo no partido nacionalista burguês, porém, não só não deve romper sua aliança política com ele, mas que deve apoiar seu governo e inclusive *participar neste governo burguês*.

Mais ou menos na mesma época, insiste:

“Ao atrasar a demarcação organizativa (do PCCh com o Kuomintang), coisa que deriva inevitavelmente da diferenciação de classe não exclui, mas pelo contrário, sob as condições políticas existentes, *pressupõe o bloco político com o Kuomintang em seu conjunto e com elementos do mesmo, em toda a República ou em certas províncias de acordo com as circunstâncias.* Porém em primeiro lugar, o PCCh deve garantir sua própria independência organizativa total e a clareza no programa político e a tática na luta para ganhar influência nas massas proletárias que acabam de

despertar. Só com esse enfoque se permite falar seriamente de ganhar as amplas massas do campesinato chinês para a luta”.

A contradição desta posição é evidente. Trotsky está propondo que o PC deve ganhar sua independência organizativa, como partido, em base a diferença de classes, para ganhar influência sobre o proletariado e que este dirija o campesinato. Em outras palavras deve conformar um bloco das classes exploradas contra a burguesia. Porém ao mesmo tempo, deve manter sua aliança política com a burguesia, seu bloco com o Kuomintang. Isto, com o objetivo, “não de tirar a classe operária do marco da *luta nacional- revolucionária*, mas para garantir o papel de lutador mais decidido na mesma...”

Em síntese, é a proposta de lutar em bloco contra a burguesia e ao mesmo tempo fazer um bloco com a burguesia para realizar a revolução nacional e democrática.

Trotsky começa a superar essa contradição um pouco depois. Em uma carta a um camarada da oposição de esquerda (em 29/3/27), coloca:

“O problema da luta por um governo operário e camponês de nenhuma maneira pode identificar-se com problema de um via de desenvolvimento não capitalista para a China. Esta só pode colocar-se de maneira provisória e só dentro da perspectiva da revolução mundial. Só um ignorante de tipo socialista reacionário poderia pensar que a China atual, com suas atuais bases tecnológicas e por seus próprios esforços poderia *saltar para a fase capitalista*. (...) Mesmo o problema de que a Revolução Chinesa se converta em uma revolução socialista é só *uma hipótese a longo prazo* o problema da luta por um governo operário e camponês tem uma importância imediata tanto para o curso da Revolução Chinesa como para a educação revolucionária do proletariado e seu partido”.

Trotsky aqui segue defendendo que a revolução é democrática burguesa e que a revolução socialista deve ser adiada para uma segunda etapa (“Não se pode faltar a fase capitalista”, “A revolução socialista é uma hipótese a longo prazo”). No entanto, aqui já se mostra a concepção de *governo operário e camponês* para impulsionar a revolução democrática. O que defende aqui é a concepção *leninista* (não a sua própria) do que devia ser a Revolução Russa: uma revolução burguesa democrática e nacional por seus objetivos, operária e camponesa por sua dinâmica interna de classes. É a política que Lênin sintetizou na consigna de “ditadura democrática revolucionária dos operários e camponeses”.

Esta carta de Trotsky tem uma importância fundamental por outro aspecto: aqui se nega com várias décadas de antecedência a teoria Lambertista dos campos - progressivo e reacionário - que se enfrenta. Vejamos:

“Você comete um erro quando expressa com toda a clareza (...) que na China surgiram dois campos notadamente hostis: num estão militaristas, os imperialistas e certa parte da burguesia chinesa; no outro, os operários, artesãos, pequenos burgueses, estudantes, intelectuais e certos setores da média burguesia que possuem uma orientação internacionalista. Na realidade, existem *três campos* na China, os reacionários, a burguesia liberal e o proletariado, e *os três lutam por conquistar a hegemonia sobre os grupos inferiores da pequena burguesia e o campesinato* (...) O Kuomintang sob sua forma atual acreditava na ilusão de que existem dois campos, com o qual mantém a máscara nacional revolucionária da burguesia e com isso, facilita sua traição.

Os três campos que colocava Trotsky são os campos de classe e cada um deles luta para ganhar o campesinato e a pequena burguesia, não são os mesmos campos de Lambert e que aqui aparecem com os mesmos nomes.

Qual deve ser a política do PC nesta situação? “O que devemos fazer no curso da revolução é, principalmente, o partido independente do proletariado que avalie constantemente a revolução desde o ponto de vista dos três campos e seja capaz de lutar pela hegemonia do terceiro campo e, por consequência, da revolução em seu conjunto”.

O “terceiro campo” é, claro, a aliança dos operários e camponeses contra a burguesia. Isto, combinado com a colocação da necessidade de um governo operário e camponês, mostra uma decidida superação das posições de Trotsky. No entanto, subsiste a contradição de que para ele, a revolução é democrática burguesa:

“Não podemos esquecer o pequeno detalhe de que o que está ocorrendo na China não é uma revolução socialista senão que uma revolução *nacional burguesa*”.

Que não se diga que é abusiva nossa interpretação da política de Trotsky em toda esta etapa: como acabamos de ver, ele exclui explicitamente que a Revolução Chinesa pode assumir tarefas anti-capitalistas, socialistas, para ele, suas tarefas são exclusivamente democráticas e burguesas.

Vamos citar, por último, sua carta ao Burô Político do Partido Russo de 31 de março de 1927:

“Um sistema de soviets na China não seria, no próximo período, *um instrumento da ditadura proletária, mas da libertação nacional revolucionária* e de unificação democrática do país (...) Na China, o que está ocorrendo é uma *revolução nacional democrática e não socialista*”. (op. cit., p. 135)

Ou seja, novamente está expressada a contradição entre o caráter da revolução, democrático burguesa, e sua dinâmica de classe: a dirige o proletariado organizado em *soviets*.

A superação definitiva vem logo em setembro de 1927, em suas teses “as novas oportunidades para a Revolução Chinesa, novas tarefas e novos erros”, contra o programa de Stálin e Bujarin:

“Dado que existe um estado de guerra civil entre as tropas revolucionárias e o Kuomintang, o movimento revolucionário só pode triunfar sob a direção do PC, e só sob a forma de soviets de deputados operários, soldados e camponeses(...) Isto exige um programa para o *período de luta pelo poder, a conquista do poder e a implantação do novo regime* (...) Em outras palavras, do que se trata agora é da ditadura do proletariado”.

E inclui: “A Revolução Chinesa em sua nova etapa triunfará com ditadura do proletariado ou não triunfará”.

Esta é a concepção que Trotsky desenvolverá daqui em diante, sintetizada nas teses da Revolução Permanente.

CAPÍTULO 4

A REALIDADE FRANCESA ATRAVÉS DA TEORIA DOS CAMPOS

Para a OCI - acreditamos ter estabelecido isto com toda clareza- o triunfo eleitoral das massas francesas ao derrotar a Giscard e eleger a Mitterrand, deu surgimento a duas frentes ou “campos”. O campo “reacionário” está integrado pela patronal agrupada na central sindical CNPF (a que em várias ocasiões se qualifica de “verdadeiro estado maior político da burguesia”), os partidos burgueses UBF , RPR e as instituições da V República. O campo “progressivo” está integrado por Mitterrand, o PC, os radicais e os gaulistas de esquerda (que tem ministros no governo). O outro integrante deste campo é a OCI, posto que está “no campo de Mitterrand em suas ações de resistência a burguesia”.

E quanto ao campo mitterrandista, cabe fazer um esclarecimento. Existe no governo de Mitterrand dois ministros burgueses, Jobert e Crépeau. Os documentos da OCI assinalam a necessidade de fazer “um governo PS - PCF sem ministros burgueses”, por conseqüência, pareceria que existe uma luta entre “campos” no seio do próprio governo, no qual Jobert e Crépeau seriam elementos do campo inimigo. No entanto, não é assim, posto que a OCI *se nega* a levantar a tradicional consigna Leninista - Trotskista de “fora os ministros burgueses da Frente Popular”. Mais adiante veremos dessa negativa, os argumentos com que a OCI a sustenta e como isso é coerente com toda a sua trajetória revisionista. Aqui só queremos mostrar o fato de que, para a OCI, os ministros Jobert e Crépeau e seus partidos, o radical e o gaulista de esquerda formam parte do campo progressivo, mitterrandista.

Dado que existem esses dois campos, para a OCI a realidade atual e futura da França, para os próximos anos, se caracteriza por um enfrentamento agudo, cada vez mais violento, entre os mesmos, ou seja, exatamente o mesmo que defendia Pablo para a realidade mundial nos anos 50.

Já para os marxistas o ascenso do governo frente populista não altera a realidade fundamental, permanente, das lutas sociais sob o capitalismo: que a luta, agora e sempre, se estabelece entre as *classes*. Se existe dois campos, estes são o da *revolução* integrado pelos explorados e dirigidos

pelos explorados, e o da *contra-revolução* integrado pelos exploradores e encabeçado pelo atual governo burguês, seja frente populista, fascista ou de qualquer outro tipo.

Vejamos agora se é correta nossa afirmação de que para a OCI a realidade francesa atual e futura não se caracteriza pela luta de classes, mas pela luta entre dois campos burgueses.

1. Os campos incompatíveis

De acordo com o *Projeto de Informe Político*, o governo de Mitterrand é um governo burguês: “o governo Mitterrand - Mauroy é um governo burguês de colaboração de classe de tipo, frentepopulista. Uma vez determinado seu caráter de classe, os revolucionários não podem considerá-lo como um governo operário e camponês. Este não é *nosso* governo”.

Estas frases aparecem com insistência em todo o extenso documento, e aparentemente não deixa lugar a dúvidas. Porém só *aparentemente*, pois se trata tão somente da repetição ritual de alguns conceitos, como demonstrar que, depois de tudo, a OCI é um partido trotskista. A verdadeira caracterização do governo Mitterrand, palavras a parte, aparece um pouco mais adiante, e é coerente com a teoria dos campos: “existe uma *contradição (antagonismo) insuperável entre o governo burguês de Mitterrand e a burguesia*”. (op. cit., p. 4).

E mais adiante: “... o governo Mitterrand-Mauroy *entra forçosamente a cada passo em conflito com o aparato do Estado burguês, com a burguesia, cujos interesses, que no entanto defende.* (idem)

E esta caracterização se completa com a seguinte caracterização: “... a *mera existência* da eleição de Mitterrand a presidência da República e de uma maioria PS-PCF (assembleia nacional) é *incompatível* com as instituições anti democráticas e reacionárias da V República”. (Informations Ouvrieres, Nº 1019, editorial).

Tudo se une a cita afirmação em que o governo de Mitterrand realiza “ações de resistência a burguesia”.

Resumindo, teremos um governo que é “burguês”, ainda que possui algumas características bastante especiais, para dizer o mínimo:

- 1. realiza “ações” contra a burguesia;
- 2. sua mera eleição é “incompatível” com as instituições reacionárias da V República;
- 3. entra “forçosamente” em conflito com a burguesia e seu aparato estatal;
- 4. entre o governo e a burguesia existe uma “contradição insuperável”.

Sendo assim, é chegada a hora de mudar a posição tradicional do trotskismo a respeito dos governo de frente popular. Já não são governos burgueses contra revolucionários e, no caso da França, imperialista, senão governo burgueses “sui generis” (para impregnar a terminologia pablista) que tem um antagonismo insuperável com a burguesia.

De nossa parte, seguimos defendendo a velha caracterização marxista e trotskista. Opinamos que não exista outra “incompatibilidade” e “contradição insuperável” na sociedade capitalista que existe entre exploradores e explorados, ou seja, entre o “campo” que integra os operários, camponeses, e demais setores explorados liderado pelo proletariado, e o “campo” dos burgueses liderados pelo *governo burguês de plantão*. Esses são os dois campos que se enfrentam agora e seguirão se enfrentando até que exista a sociedade capitalista.

Um governo burguês pode em determinado momento aplicar uma política e tomar alguma medida que desfavoreça algum setor do seu campo (no sentido marxista de classe).

O que *nenhum* governo burguês pode fazer é governar contra toda a burguesia, nem contra todo o aparato do Estado burguês. Em outras palavras, nenhum governo burguês pode governar contra a sua própria classe.

Levada pela teoria dos campos, a OCI é obrigada a inventar uma nova categoria, a do “governo burguês anti burguês”, merecedor do apoio do Partido Operário Revolucionário.

2. Uma guerra civil em gestação

No afã de justificar sua política de estar “no campo de Mitterrand”, o autor do *Projeto de Informe Político* (o camarada Lambert), se vê obrigado a avançar muito mais adiante da “incompatibilidade”

dos campos. Num lapso de realismo mágico - escola que nos deixou obras de ficção novelística, porém cuja introdução na política tem resultados absolutamente catastróficos - chegou a sustentar que os campos estão enfrentados de fato em uma guerra civil latente, que pode deflagrar em qualquer momento.

O *projeto de informe político* repete umas mil vezes que “a burguesia não pode reconhecer ao governo Mitterrand como seu governo”, até chegar a seguinte afirmação: “*Mitterrand se enfrenta com as necessidades reais da sociedade burguesa porque elas são antagônicas a das massas, tal como estas as colocaram quando tocaram a Giscard. Sempre em todo lugar uma situação assim leva a formação de uma guerra civil, e a burguesia não pode fazer mais nada do que prepará-la. Evidentemente, essa é a linha geral do desenvolvimento geral da luta de classe ...*”.

Novamente, temos a concepção do “antagonismo insuperável” entre o governo burguês e a burguesia. A necessidade das massas são antagônicas as da burguesia (efetivamente, dizemos nós), porém que expressa as necessidades das massas é ... o governo burguês. E pelo fato de expressar as necessidades das massas, o governo burguês está enfrentando a sua própria classe em uma guerra civil em gestação.

Se diz que o início da guerra civil corresponde a “linha geral do desenvolvimento da luta de classes”. Podíamos estar de acordo com essa colocação, já que nossa época de decadência total do sistema capitalista se caracteriza justamente pelas guerras e revoluções, como produto de que a burguesia não pode satisfazer sequer minimamente as necessidades das massas. Ou seja, existe uma guerra civil de fato, entre o proletariado e a burguesia. Porém o que defende a OCI (u) é que existe uma guerra civil entre a burguesia e o governo de Mitterrand, e que está a ponto de iniciar, amanhã ou no próximo mês: “O grande capital está preparando *ataques de guerra civil* e mesmo que Mitterrand queira opor-se a eles, está criando ele mesmo as condições (como a operação contra o SAC, a mudança feita entre os funcionários públicos)”.

Em outras palavras, Mitterrand não quer a guerra civil, porém, com as medidas que está tomando (aqui cita-se duas contra o aparelho estatal), o grande capital já está preparando a guerra civil contra ele.

E para confirmar que essa é verdadeiramente a análise que faz a OCI da atual situação francesa, o *projeto* quer justificar sua política com três exemplos: a política bolchevique do levante de Kornilov contra Kerenski, a política trotskista quando da invasão japonesa a China e novamente a política trotskista na guerra civil espanhola. Quando se faz uma comparação histórica não é para buscar as diferenças (já que não existem duas situações históricas *idênticas*), mas os pontos comuns. O que existe de comum entre as três situações históricas citadas é a existência do enfrentamento *militar*, não só político, entre os grupos: levante contra revolucionário, invasão imperialista e guerra civil.

Portanto, para a OCI, a guerra civil não só corresponde a “linha geral do desenvolvimento da luta de classes”, mas que é iminente, pode começar em qualquer momento.

3. Um novo acordo entre Pablo e Lambert

Isso de basear toda uma política (equivocada e revisionista) em uma guerra iminente, tem um antecessor não muito honroso em nossas fileiras. No documento “*Aonde vamos ?*”, Pablo dizia:

“Nada sobra ao capitalismo senão tomar o caminho dos *maiores preparativos* militares, econômicos e políticos para uma *nova guerra* (...) O capitalismo avança rapidamente *para a guerra* (...) por conseqüência a discussão entre os marxistas revolucionários não pode ser se a guerra é inevitável ou não, mas que se limita ao problema de saber quando começará a guerra e qual será a sua natureza e conseqüências”.

Pablo justifica sua política de capitulação ao stalinismo e ao nacionalismo burguês com a perspectiva imediata e inevitável de uma “Terceira Guerra Mundial” entre o “campo stalinista” e o “campo imperialista”. Lambert justifica a sua capitulação diante de Mitterrand com a perspectiva da guerra civil (em germe), que em seu caso significa imediata, entre o “campo mitterrandista” e o “campo burguês”.

Insistimos no que diz o *Projeto de Informe Político* da OCI, de que a guerra civil corresponde “a linha geral de desenvolvimento da luta de classe” seria justo se adendássemos que essa guerra civil

é entra as classes, não entre campos burgueses. Porém existe outro problema, Lambert e Pablo caem no erro metodológico de abstrair uma *tendência* da realidade e fundamentar toda a sua política nela. Neste procedimento, ao contrário dos marxistas, que buscam em todo o momento precisar a dinâmica e as perspectivas da situação, traçam uma política que responda a situação atual, não futura, da luta de classes.

Por outro lado, a diferença de que fala Lambert, é que o início da guerra civil não dependerá das medidas de Mitterrand contra o aparato estatal (suponhamos que verdadeiramente existissem tais medidas) nem qualquer outra medida do governo burguês. Dependerá do desenvolvimento da luta de classes, e fundamentalmente, do assenso das massas. Até agora, o movimento operário e popular freiado por suas direções traidoras, tem realizado algumas lutas isoladas, várias delas importantes pelo caráter da empresa envolvida, como a Renault. Porém não observamos todavia, uma tendência de que essas lutas se ampliem e sejam centralizadas. No momento, a perspectiva da guerra civil na França deve medir-se por *anos* (quem sabe, poucos, 2, 3 ou 5), não por *meses* ou *semanas*.

4. Uma confusão deliberada

Diz o *Projeto de Informe Político*: “Nós nos pronunciamos contra o governo de Chiang Kai-shek, porém estávamos em seu campo durante a guerra contra o imperialismo japonês. Os bolcheviques se pronunciaram contra o governo de Kerenski, porém estiveram na primeira fileira do campo de Kerenski contra Kornilov. Nós condenamos o governo frente populista espanhol, e no entanto, estávamos no campo deste governo contra Franco”. (op. cit., p. 7).

Esta é a única comparação histórica que aparece no documento; por consequência devemos concluir que Lambert considera que esta é a situação atual da luta de classes na França: uma situação de *choque físico*, de enfrentamento militar direto entre os “campos”.

Nós acreditamos que está tendo visões ao confundir os choques entre distintos setores burgueses, com suas expressões fortes, hostis, com uma guerra em germe. Realmente deve estar mal de vista política para confundir os editoriais de “*Les Echos*” e “*Le Figaro*” e as declarações de Ceyrac (o Presidente da CNPF) com a invasão japonesa a China, o levante de Kornilov ou a Guerra civil espanhola.

No entanto, não é casual que o *Projeto de Informe* não dê algum exemplo mais próximo da verdadeira situação francesa: por exemplo, o da Alemanha sob o governo Ebert - Scheidemann ou da França sob Blum. Estas analogias são relativas, já que não existe na França atual um ascenso de massas atual, um assenso de massas remotamente comparado aquelas situações. O que as três situações tem em comum, são a existência de profundas diferenças entre distintos setores da burguesia, diferenças que davam lugar a fortes divergências entre alguns setores e o governo. Por isso é qualitativamente diferente dos três exemplos do *Projeto*, nos quais as diferenças alcançaram um grau tal que se traduziram em lutas físicas, na guerra.

Como tudo em política, a descabida comparação do *Projeto* tem um objetivo. É certo, Trotsky assinalou que os Bolcheviques lutaram na primeira fileira contra Kornilov, e os comunistas chineses deviam combater na primeira fileira contra a invasão japonesa e os partidos da IV Internacional na Espanha deviam lutar na primeira fileira contra Franco. Na Espanha chamou aos que se negaram a aplicar esta política “traidores” e “agentes do fascismo”.

Porém, nestes três casos existia uma luta militar. Jamais Lenin e Trotsky defenderam que deveriam estar no “campo de Kerenski” *antes* do levante de Kornilov, ou no caso de Ebert e Scheidemann, Trotsky jamais chamou seu partido a combater “campo de Largo Cabalero”, ou seja, no campo do governo republicano anterior o levante franquista nem a apoiar suas ações contra a burguesia.

Com sua comparação absurda, o *Projeto* nos diz de forma subliminar que a política trotskista na França *hoje* consiste em lutar na primeira fileira do campo de Mitterrand contra o campo burguês.

Porém, o *Projeto* sustenta que nesta luta devemos apoiar *politicamente* o governo, com isso rompe completamente com o Trotskismo, que jamais se confunde politicamente com uma direção burguesa, exista ou não exista guerra civil.

Mais adiante veremos o que significa exatamente para os bolcheviques e trotskistas lutar “com Kerenski contra Kornilov” ou “com Negrín contra Franco”. Agora tomamos um exemplo da luta de classes cotidiano. Suponhamos que a patronal envie um grupo fascista para destruir um sindicato. Logicamente, a burocracia sindical vai defender o organismo que é fonte de seus privilégios, nós trotskistas defenderemos a organização operária dos agentes do capital. Isso nos coloca no mesmo “campo” com a burocracia, do ponto de vista militar, e deveremos aceitar esta condução em tanto seja mais forte que nossa organização. Porém, jamais apoiaremos politicamente a burocracia, nem sequer no meio da luta. Sempre diferenciamos o plano político do plano militar.

Concluindo, devemos dizer que a analogia histórica, que se faz no Projeto é inútil sob este ponto de vista. Na França não há perspectiva imediata de guerra civil, porém se houvesse, a política da OCI será igualmente revisionista.

5. A verdadeira realidade francesa

Se a OCI considera que existe “incompatibilidade” e “antagonismo absoluto” entre o campo do governo frente populista e dos capitalistas e banqueiros, até o ponto de uma guerra civil “em germe” entre eles, não pode dizer que os mesmos capitalistas e banqueiros pensam o mesmo de si.

Vejamos, por exemplo, uma das declarações mais “violentas” do diário *Les Echos*, porta voz autorizado do CNPF:

“Se por causalidade o Presidente da República e o Primeiro Ministro lerem estas linhas, talvez compreendam porque os chefes de empresa, aos quais apelam todos os dias, tem desconfiança neles; não se pode chamar ao apoio e por sua vez permitir que os ministros se comportem como vulgares militantes para semear a desordem nas empresas” (8/10/81).

Isso de nenhuma maneira pode ser considerado como um chamado para derrotar o governo. Pelo contrário, o mesmo diário, inimigo ferrenho de Mitterrand, chama os patrões a terem paciência: “Governada pela esquerda a direita e o centro, a França jamais cede aos extremos por muito tempo. Que não chegue o dia em que a França deva reprovar a quem detém o poder econômico e financeiro, aos chefes de empresa *a terem se desesperado muito cedo!* (*Les Echos*, 30/9/81)

Exagerando um pouco nos termos empregados pelo *Les Echos*, a patronal está dizendo: “Não temos visto pior lixo que o governo de esquerda de Mitterrand, porém basta ter um pouco de paciência e a França o rechazará”.

Então, o que existe entre a patronal e o seu governo são algumas discussões fortes. Porém, essas discussões não saíram, nem no momento mostra sintomas de sair, dos marcos comuns de um regime bonapartista com elementos de democracia burguesa: o parlamento e as colunas editoriais dos jornais que representam as distintas correntes.

6. A verdadeira incompatibilidade

Para os marxistas, nenhum governo burguês, mesmo que seja frente populista, é “incompatível com o regime e o estado burguês nem pode haver um “antagonismo absoluto” entre a patronal e um governo burguês. O único incompatível com o regime burguês é a *mobilização das massas* e o surgimento de uma *situação de duplo poder*. Isso é o que a burguesia não pode tolerar por um só instante.

O governo frentepopulista de Blum foi perfeitamente compatível com a Terceira República, a qual Trotsky caracterizou como “Bonapartismo semi parlamentar” a partir das jornadas de fevereiro de 1934. O governo de Blum caiu quando se mostrou incapaz de conter o assenso das massas, porém a terceira república sobreviveu até a invasão da França pelos nazistas e a implantação do regime de Vichy. E o mesmo Blum foi chamado a governar novamente depois da guerra, sob o regime da quarta república.

Mitterrand é perfeitamente compatível com a quinta república, desde que seja capaz de enfrentar o movimento de massas. Quando a luta dos trabalhadores franceses se amplia e centraliza, quando começa a aparecer organismos de duplo poder, sequer embrionários *então* a situação se tornará incompatível com a manutenção do regime burguês. Neste caso, é provável que

a burguesia tenha necessidade de desfazer-se do governo frente populista, por métodos legais, ou mediante o golpe de estado, segundo o que a situação exigir.

Quando esta situação está colocada, e *nem um minuto antes*, nós trotskistas, lutaremos militarmente no campo de Mitterrand.

7. Quem previu a atual situação francesa ?

Para o partido revolucionário é indispensável prever corretamente a dinâmica da situação, pois ao contrário, é impossível elaborar uma linha, ou seja, o conjunto das consignas e tarefas que o partido coloca para as massas. Nesse sentido, vejamos quais foram as previsões feitas pelas duas correntes em que se dividiu a Quarta Internacional.

O camarada Miguel Capa, dirigente de nossa corrente, fez um prognóstico muito claro em seu artigo, "o Governo Mitterrand, suas perspectivas e nossas tarefas". Nos permitimos citá-lo por extenso:

"Mitterrand sobe ao governo em meio a uma séria crise da economia francesa e sem que tenha ocorrido uma primeira onda de grandes greves que o obriguem a fazer concessões. Esses dois fatos empurraram o seu governo a *impor os duros planos de fome e desemprego da burguesia, continuando a orientação de Giscard - Barre*. Tratará de convencer os trabalhadores de que aceitem, se não, apelará à todos os meios (...)

Para o movimento operário e demais setores populares a vida é mais dura, tanto a inflação como o desemprego aumentaram durante os quatro meses do governo frente populista (...)

Tudo indica que a frente popular *trará rapidamente mais miséria e desemprego para os trabalhadores, senão estoura a primeira onda grevista e revolucionária que, por um tempo o impedirá*". (*Correspondência Internacional*, 13).

O artigo de François Forgue, em resposta a Capa, publicado na mesma edição da revista não responde a estes conceitos tão claros, nem formula uma alternativa própria. Nenhum outro material da OCI (u) o faz.

O mais parecido a uma posição própria aparece no *Projeto de informe político*:

"As contradições entre o governo Mitterrand - Mauroy e a burguesia são tantos *que Mitterrand pode sentir-se obrigado a comprometer-se muito mais do que ele havia previsto em um conflito com a burguesia...*".

Isto está colocado em forma de hipótese, no entanto, na falta de qualquer afirmação devemos considerar que este é o veredicto que faz a OCI (u) sobre a política de Mitterrand. Sua política se baseia nessa hipótese, já que apoia o governo em suas "ações de resistência a burguesia".

Quem teve razão. Capa ou Lambert? É certo que Mitterrand se comprometeu mais que o previsto num conflito com a burguesia e que, por consequência as massas vivem cada vez pior? Ou pelo contrário, teve razão Capa, ao afirmar que Mitterrand aplicaria os planos de fome e desemprego da burguesia e que seu governo traria mais miséria as massas ?

Não é necessário ir muito longe para encontrar as respostas: A situação do proletariado francês, que a própria OCI(u) se vê obrigada a denunciar:

"Os salários estão congelados, os preços continuam aumentando, os aluguéis aumentam cada vez mais e se tornam uma carga tão pesada que cada vez mais desempregados não podem pagá-los, e já começaram os despejos; as condições de trabalho em vez de melhorarem se tornam intoleráveis(...) isto, para não falar do aumento do ritmo de trabalho, que já provocou uma greve de várias semanas dos metalúrgicos da Renault - Sandouville. Sem falar do aumento do percentual do seguro social".

E a lista segue: "... os operários sem especialização, continuam sem especialização, o trabalho segue sendo trabalho explorado, continua a falta de estudos, as salas de aula muito numerosas e sem professores, as demissões continuam e aumentam".

Todo esse quadro se resume em poucas palavras: *superex ploração dos trabalhadores, garantida pelo governo a serviço dos patrões*.

Tudo isso confirma o prognóstico de Capa e nega categoricamente o de Lambert.

CAPÍTULO 5

A POLÍTICA DA OCI (u)

Todo partido trotskista, toda corrente revolucionária do movimento operário que não seja ultra esquerdista, nem sectária, tem como política, quando existe um enfrentamento político-econômico bastante grave entre os distintos setores da burguesia (levante fascista, invasão imperialista, enfrentamento nas ruas, sabotagem burguesa e guerra civil) alinhar-se ao campo que considera mais progressivo. Se trata de um levante fascista ou bonapartista contra um governo de Frente Popular, democrático ou bonapartista parlamentar, nos alinhamos ao “campo” deste último, inclusive, muito excepcionalmente, podemos chegar a acordos práticos, estritamente delimitados, para a luta.

Pareceria que isso nos leva a confundir com a OCI(u). No entanto, não é assim. Para os trotskistas este alinhamento é puramente físico, militar. Jamais nos subordinamos à direção *política* da burguesia e nem dos partidos operários contra revolucionários. Além do mais, consideramos que este alinhamento, que nos obriga a estar subordinado ao comando *militar* do campo progressivo, é um fato tático que depende da relação de forças: o fazemos mesmo que a direção burguesa - stalinista - social democrata seja mais forte que nosso partido, porém nosso eixo político é sempre o de *romper* a aliança de classes, ou seja, o “campo progressivo” frente populista ou bonapartista parlamentar. Concretizamos este eixo colocando para as massas que, se os operários não tiram o governo frente populista e tomam o poder, não pode haver uma verdadeira luta de fundo contra a ofensiva reacionária. Como disse claramente Trotsky, tivemos que derrotar a kerenskiada para derrotar definitivamente a korniloviada. Esta tarefa se completa com outra: o enfrentamento físico com os kornilovistas, quando está acontecendo.

A OCI(u) tem uma política contrária. Em primeiro lugar, o choque físico entre os dois campos burgueses na França de hoje, só existe na imaginação febril do autor do *Projeto de informe político*, que busca com isso, justificar seu alinhamento político com o campo mitterrandista.

Em segundo lugar, a política da OCI(u) busca espalhar confiança no campo do governo burguês e em sua direção Mitterrand; é uma política de apoio explícito ao governo, de aconselhamento e servir-lhe de assessor fraternal para impulsioná-lo à romper com a burguesia e tomar o rumo anti capitalista. No presente capítulo veremos como se expressa essa política e sua aplicação prática.

1. A teoria Lambert - Forgue do “campo mitterrandista”

Vimos a política dos “campos”, alternativa Lambert - Favre, com respeito as colônias e semi colônias do imperialismo. Porém, o que acontece com os países imperialistas? Que acontece concretamente com a França? Não poderia aplicar-se aí essa política?

A resposta da OCI e de Lambert é um enfático *sim*, também na França se aplica a teoria e a política dos “campos”. Já vimos que o *Projeto de informe político* sustenta a necessidade de estar no “campo de Mitterrand em suas ações de resistência a burguesia”.

Por sua vez, Francois Forgue em sua resposta à Capa afirma:

“A crítica ao frente populismo, se refere ao governo de Mitterrand, não é um fim em si mesmo, senão somente um meio para que a classe operária se mobilize contra a burguesia”. (*Correspondência Internacional*, 13)

Ou seja, se trata de mobilizar as massas somente contra a burguesia, não contra o governo (como se este não fosse justamente o estado maior da burguesia e da contra revolução); se chama um governo de colaboração de classes, imperialista até a medula como o de Mitterrand, a governar contra a burguesia; não se denuncia este governo, mas se critica fraternalmente seus erros.

O argumento sobre os fins e os meios, que coloca Forgue, é muito velho para impactar. Ele o usou muito mal.

Cada fim requer um meio, os meios adequados. Os meios são as ferramentas que usa o partido para alcançar seus fins. Qualquer operário sabe que, para tirar um parafuso, se deve usar uma ferramenta adequada: uma chave de fenda. É necessário a crítica sistemática ao governo burguês de plantão, dizer incansavelmente que os operários devem derrubar o governo burguês e eles tomarem o poder, como único meio, como única ferramenta para derrotar a burguesia e arrancar esse parafuso social que nos destrói e esmaga.

Forgue nos diz que o meio que utilizamos para cumprir uma tarefa é uma questão secundária. Nós dizemos que existe uma profunda unidade entre meios e fins, que afirmar que “o principal são os fins” é tão falso como “os principais são os meios”.

Como exemplo de sua orientação Forgue disse: “O governo frente populista respeita a burocracia do estado, nós a atacamos”.

Um marxista diria: o governo frente populista respeita a burocracia do estado, nós atacamos essa burocracia e denunciamos o governo por respeitá-la”.

2. O outro integrante do “campo progressivo”

Devemos assinalar que em nossa relação dos integrantes do “campo progressivo” que encabeça Mitterrand, esquecemos de um, e não muito honrado. Se trata de Pablo, o grande teórico da concepção dos campos, que levou o trotskismo a cometer a grande traição de sua história na Bolívia.

O primeiro número de seu jornal, chamado *Pour l'autogestion*, Pablo publica um editorial referindo-se a sua política para o governo de Mitterrand, onde diz: “*Apoiaremos todas as medidas que tomem, que satisfaça todas as reivindicações dos trabalhadores e o movimento de emancipação geral do capitalismo e da burocracia a nível internacional*”.

Evidentemente, Pablo, vê maiores virtudes no governo de Mitterrand, que as que vê Lambert, já que a ação “progressiva” de tal governo se expande para o plano internacional. Porém, Pablo e Lambert dizem o mesmo.

Pablo: Este governo toma medidas que satisfazem as reivindicações dos trabalhadores.

Lambert: Este governo realiza ações contra a burguesia e por isso, estamos no seu campo, apoiando seus passos progressivos.

Diferenças terminológicas à parte, a coincidências são totais. Tanto Lambert como Pablo estão no “campo” político de Mitterrand e apoiam suas medidas. Se é correto o antigo ditado que diz, “Me dizes com andas e te direis quem és”, os camaradas da OCI devem refletir. Depois de décadas de um combate feroz contra o stalinismo e contra Pablo, seu agente em nossas fileiras, agora se encontram no mesmo campo que ambos.

3. Impulsionar ao governo burguês para posições anticapitalistas

Em um documento escrito por Stéphan Just e aprovado pelo burô político da OCI como “preparatório para o XXVI Congresso da OCI(u)” (e que portanto, tem a mesma importância que o *Projeto de informe político*), se diz com uma clareza e franqueza, digna das melhores causas:

“*Estamos dispostos a apoiar toda resistência do governo à pressão e sabotagem dos capitalistas, todo o ato que questione a V República e suas instituições (o estado RDR - UDF), as reformas reacionárias da V República que satisfaça as reivindicações das massas que atente contra os capitalistas. Sem ilusões, e sem semear ilusões, tratamos de que o governo Mitterrand - Mauroy avance o máximo possível por esta via, /de satisfazer as reivindicações das massas e atentar contra os capitalistas”.* (La Letre d’I.O. Nº11, p.4).

Isto completa a informação do *Projeto de informe político*, de que a OCI está “no campo de Mitterrand em sua ações de resistências à burguesia”. Aqui diz-se que o governo efetivamente vai resistir a “pressão e a sabotagem dos capitalistas” e “questionar a V República”, não para trocá-la por algum outro regime burguês, mas para “satisfazer as reivindicações das massas” e “atentar contra os capitalistas”. Ou seja, que o governo frente populista, contra revolucionário, burguês, imperialista de Mitterrand - Mauroy pode orientar-se para uma posição anti capitalista. A tarefa da OCI é impulsionar

para que ele “avance o mais possível por esta via”. Se criticasse ao governo “coisa que a OCI faz às vezes, num tom muito fraternal, como dirigindo-se à um camarada “desorientado”, é sempre com um mesmo fim: nossa crítica ao governo Mitterrand - Mauroy é sempre abordada desde o ponto de vista do combate contra as burguesia e o capital”. (op.cit. p.4)

Se isso fosse realmente assim, se desde o ponto de vista do marxismo um governo burguês putrefato, contra revolucionário e imperialista poderia ser orientado contra a burguesia, então o stalinismo teria razão. Existiriam governos populares, não classistas, que poderiam governar contra uma ou outra classe de acordo com a pressão exercida sobre eles.

Ao adotar a teoria dos campos, a OCI(u) abandonou o método marxista, que define aos governos por seu caráter de classe. Frente a essas afirmações de Just, e outras semelhantes caem as mil e umas declarações formais do *Projeto de informe político*, de que o governo Mitterrand é “burguês” e “não é nosso Governo”.

Um jovem camarada poderia perguntar-se: Por acaso o trotskismo não exige que se adote uma política de pressionar os partidos operários para que rompam com a burguesia, tomem em suas mãos o poder e apliquem um programa revolucionário de reivindicações transitórias?

Efetivamente, respondemos e acrescentamos que essa análise tática do trotskismo confirma o método e a política classista do marxismo.

Do ponto de vista de seu caráter de classe, existe um abismo entre os partidos operários, mesmo que traidores, e os governos burgueses de qualquer tipo. Um partido operário traidor, segue sendo *operário*, e portanto, altamente contraditório dentro da nossa classe. Em determinadas ocasiões, sob a direção das massa, sua direção pró-burguesa pode ver-se obrigada a avançar mais do que desejaria no caminho da ruptura com a burguesia, nós trotskistas devemos ter uma política para impulsionar este processo. Porém os momentos em que aplicamos essa política são excepcionais e os momentos em que esse processo ocorre na realidade são *ultra excepcionais*.

Além disso, essa política se aplica para os partidos *operários*, jamais para governos *burgueses*, sobre tudo quando inclui partidos *burgueses*, nem mesmo operário-burgueses.

Por razões de classe um partido trotskista não pode jamais aplicar a política da OCI (u), de chamar ao governo burguês de Mitterrand à avançar pela via de ruptura com a burguesia. Esta política é absolutamente irreal (e portanto, reacionária), tão irreal como pedir a Reagan que avance o máximo possível pelo caminho de deixar de ser imperialista. Ou essa é uma política acertada, e neste caso o stalinismo tinha razão: existe governos que não são burgueses nem proletários, e sob esses governos tem que abandonar a luta de classes, porque a pressão exercida sobre eles pode orientá-los para um sentido antiburguês.

Voltando à Stéphane Just, sabemos que ele jamais entendeu coisa alguma do marxismo, porém devemos reconhecer o mérito de sua clareza. Acreditamos que Lambert, sendo tão revisionista como Just, ou quem sabe até mais, jamais disse que o *eixo* de nossa política é impulsionar o governo *burguês, imperialista*, que inclui aos ministros *gaulistas e radicais* até a ruptura com a *burguesia*. E, para culminar, “sem ilusões e sem semear ilusões”. Seria o mesmo que dizer que o eixo de nossa política para a igreja Católica: “Sem ilusões e sem semear ilusões façamos que o Papa João Paulo II avance o máximo possível até fazer cantar o hino da *Internacional* na missa”.

4. Semear ilusões é diferente de depositar confiança?

Segundo a teoria de Lambert - Just, a política da OCI não deve “semear ilusões”. No entanto, já vimos que para eles o governo burguês pode converter-se em um governo anti burguês (“satisfazer as necessidades das massas e atentar contra os capitalistas”). Isto já por si só já é bastante estranho, porém tem outro aspecto. Para nós, “semear ilusões sobre o governo” e “depositar confiança no governo” são duas formas de designar a mesma política. Parece que a OCI não vê assim, porque “sem semear ilusões” toda sua política está orientada a levar as massas a *confiar* no governo.

Vamos ver alguns casos disso, mas não qualquer caso: vamos ver os que o *Projeto de informe político* menciona, como exemplo do que deve ser a política da OCI aplicada na militância cotidiana de seus membros.

Primeiro exemplo: A Caixa do seguro médico

Segundo o *Projeto* (no capítulo “Um governo de crise”), o ministro Barrot do governo Giscard decretou o fechamento da Caixa Central de Seguro para a aposentadoria na região de Paris (CPC). Agora a ministra da Solidariedade Social Nicole Questiaux, do governo Mitterrand, decretou que o fechamento deve concretizar-se antes do fim deste ano. A CPC está sob o controle do CNPF desde 1967.

A célula da OCI na CPC publicou um panfleto dizendo: “Não se votou em Mitterrand para que seu ministro Questiaux leve adiante essa política. (a de Giscard; op.cit.,p.4).

E o autor do *Projeto* comenta furioso: “Esta linha está completamente errada”. (idem)

Por que está errada? O *Projeto* esclarece: “A conclusão desta linha errada deveria ser a seguinte: É preciso impulsionar o combate contra o desmantelamento da CPC organizado *pelo governo de Mitterrand - Mauroy e seu ministro* e que foi ditado pela CNPF, tudo isso na linha de: É preciso derrubar esse governo burguês”. (idem)

A linha está errada porque *é dirigida contra o governo*. Qual é a linha correta?

“No caso do decreto de desmantelamento da CPC, a linha correta é a seguinte: (...) Pela defesa real dos nossos direitos e garantias, pela defesa dos segurados sociais, queremos o atendimento de nossas reivindicações, queremos a derrubada do decreto *Barrot*. Nessa linha (...) a OCI unificada deve tirar um panfleto, chamando a constituição de comitês e de *uma delegação para uma audiência com a ministra Questiaux*”. (idem)

Em outras palavras a “linha errada” consiste em organizar os trabalhadores da CPC contra o governo Mitterrand. A linha correta consiste em demonstrar que os verdadeiros responsáveis do desmantelamento são o governo de Giscard e a CNPF, e portanto, os trabalhadores da CPC devem organizar *uma delegação para visitar a ministra de Mitterrand, para que esta resolva o problema*. A OCI(u) não chamou a mobilização, mas, somente a fazer uma visita a ministra, como única alternativa contra a política ultra reacionária de Mitterrand de liquidar o seguro social.

Para Lambert - Just isso significa “não semear ilusões no governo”. Para nós, significa depositar uma confiança quase absoluta no governo, e que este resolverá os problemas dos trabalhadores, bastando para isso, fazer uma visita à ministra.

Segundo exemplo: a greve no aeroporto

Em julho começou uma greve no aeroporto Roissy - Charles de Gaulle, porque o governo estava efetuando uma “reestruturação” que significava o fechamento de 6 postos de trabalho. Diante da greve, o governo faz uma série de concessões, porém mantém as 6 demissões. Qual é a política da OCI?

“Teria que ter falado na assembléia geral: (...) ‘por acaso não houve uma mudança política depois da vitória das massas que derrotou a Giscard? Porque, então, vendo que a direção geral *giscardiana* do aeroporto teve que recuar diante da greve estaríamos obrigados a aceitar seu plano de reestruturação, contra o qual, justamente iniciamos a greve? Proponho que a delegação regresso ao ministério para pedir-lhe os seis lugares, ou seja, a garantia formal da derrota do *plano giscardiano de reestruturação*’ ”. (op.cit., p.5)

O plano de reestruturação que o elaborou e aplicou o governo de Mitterrand. No entanto, a “linha correta” da OCI consiste em denunciar os funcionários *giscardianos* e enviar delegações ao ministério (neste caso o de transportes) para que o ministro *mitterrandista* resolva o problema.

Mais adiante veremos sobre os dois exemplos, porque constituem uma síntese da política da OCI em todos os sentidos. Aqui queremos destacar que em um dos conflitos em que o partido participou, e no qual o patrão era o governo de Mitterrand, a linha da OCI foi não só *impedir* que os trabalhadores lutassem contra o patrão, fosse quem fosse, sem leva-los a *confiar* no patrão Mitterrand.

5. Lambert, conselheiro de Mitterrand

A linha de Lambert-Just de impulsionar o governo para que avance pela via “anti - capitalista” produziu algumas expressões curiosas, por dizer o mínimo, em *Informations Ouvrières*, o órgão da OCI. Porque acontece que o governo, tal como era óbvio, não está avançando pela via anticapitalista, está se comportando como um governo burguês normal na época de crise capitalista: está tomando medidas francamente anti operárias, que incluem um plano *de austeridade*.

Frente a isto, a OCI não está atuando como um partido revolucionário “normal”, que aproveitaria esta situação para desmascarar o verdadeiro caráter do governo frente populista diante das massas. O que a OCI está fazendo, em sua linha de empurrar o governo para a esquerda (sem semear ilusões, entenda!), é *aconselhar* o governo, pior, *implorar* que tome o bom caminho. Vejamos:

Em IO 1021 aparece uma “Declaração do Burô Político da OCI (u)”, primeira declaração do partido perante a promulgação do plano de austeridade: ali se disse: “nós militantes da OCI(u) que temos lutado incondicionalmente contra a divisão e a favor da unidade pela maioria do PS-PCF e um governo de unidade PS-PCF sem representantes das organizações e partidos burgueses, dizemos que tomar medidas que se escreve e põe em prática no plano de austeridade *é um erro muito grave, desastroso.*”

Um pouco mais abaixo: “As medidas essenciais tomadas pelo governo golpearam direta e duramente as massas trabalhadoras ao deixar as mãos livres para os capitalistas e os banqueiros.”

Ou seja, o governo toma uma série de medidas, escritas no plano de austeridade em que deixa as mãos livres para os capitalistas e banqueiros e golpeiam as massas trabalhadoras. Revela com ele sua essência burguesa? Segundo a OCI, não: está cometendo “um erro muito grave, desastroso”, que consiste no seguinte:

“Todo mundo constata: em lugar de apoiar a mobilização das massas trabalhadoras e a juventude /o governo/ trata de apaziguar os capitalistas e banqueiros.

O que devemos fazer diante deste “erro desastroso” do governo, de querer “apaziguar” a burguesia no lugar de apoiar as mobilizações da massa? Mostra-lhe que existe a “declaração” do BP chama “a outra via”:

“A outra via é a de quebrar a resistência dos altos funcionários que, por exemplo na educação, *sabotam cinicamente as medidas tomadas pelo ministro.* A outra via, compreendendo que o seguro social representa um salário direto, consiste em não permitir que o déficit desta seja pago pelos assalariados (...) senão, mediante impostos as fortunas e capitais dos capitalistas e banqueiros.”

E depois de uma série de conselhos adicionais sobre o que significa “a outra via”:

“O dilema está claramente colocado: colaboração de classes com o capital ou luta de classes com o capital. Assim se coloca a questão diante dos graves problemas econômicos e financeiros. *Só as medidas anticapitalistas poderão salvar as massas trabalhadoras e a juventude.*”

Há que reconhecer em Lambert, Just, Forge e Favre sua consequência stalinista. O dilema do governo frente populista é o “campo progressivo” e, “colaboração de classes” ou “luta de classes”. Ou seja, que ao assumir o governo a frente popular pode produzir o milagre de praticar a “luta de classes”. Depois de tudo, este dilema, como qualquer outro, pode se resolver em um ou outro sentido.

Com isso vêm abaixo o leninismo e o trotskismo e novamente tem razão os stalinistas: a frente popular e seu governo pode romper com a colaboração de classes e praticar a luta de classes, porque é “progressivo”, popular, supra classista.

Voltando ao anterior, acontece que o governo quer pacificar a burguesia com medidas anti operárias, por isso o erro “desastroso” porque as massas vivem cada vez pior e a burguesia não se deixa pacificar. Aconselhamos este governo que comece a tomar a “outra via”: que se incline pela “luta de classes” e tome medidas anticapitalistas.

Em 23 de outubro a OCI realizou um ato na sala de La Porte de Pantin. O discurso principal esteve a cargo de Lambert, que disse: “todas as dificuldades, os dois milhões de desempregados e as centenas de milhares de despedidos já programados, o aumento de preços, a inflação, *as medidas de intimidação contra o governo:* todas as dificuldades podem ser eliminadas: o governo tem os meios para isso”. (IO 1023)

Aqui temos a razão pela qual o governo está cometendo seu erro “desastroso”: a burguesia o está intimidando, por isso o dilema estaria se resolvendo, no “apaziguamento dos capitalistas e

banqueiros”. Porém, nem tudo está perdido, mas o dilema pode se resolver em outro sentido já que, o “governo tem os meios para isso”.

E ainda que mais adiante trate de salvar a roupa dizendo que no futuro “governo PS-PCF sem representantes da burguesia teria os meios para isso”. (ainda que não levante a consigna “fora os ministros burgueses”, nem neste discurso e nem uma outra parte), sua política para o governo atual, que “tem os meios” para praticar a “luta de classes”.

A OCI, partido que se considera trotskista e pelo tanto quer conduzir as massas para a derrota da burguesia e do imperialismo, a conquista do poder e a destruição do regime burguês, considera que sua missão sob o governo frente populista burguês de Mitterrand, como membro de se “campo progressivo” consiste em impulsioná-lo pela via da “luta de classes” e as medidas “anti capitalistas”, já que conta com todos os meios para fazê-lo. Se o governo se desvia do bom caminho, então deve ser mostrado como voltar a ela.

Resumindo: sob o governo frente populista, a OCI deixa de ser um partido de combate contra a burguesia e *seu governo*, para converter-se em um objecto assessor do mesmo.

6. Uma estranha ruptura com a burguesia

Em diferentes ocasiões, tanto nos documentos como no jornal *I.O.*, se defende que a OCI tem como política central a “ruptura com a burguesia”: “Esta é a situação concreta que devemos levar em conta para formular a *linha fundamental de nossa política: ruptura da aliança com a burguesia*”. (*Projeto de informe político*, p.4).

Pois bem, a aliança com a burguesia existe *dentro* do governo, já que, como assinala corretamente o *Projeto*:

“... o governo Mitterrand - Mauroy inclui ministros gaulistas e do partido radical. Sua presença tem um significado político preciso: fortalecimento dos laços com a burguesia, e mais precisamente, a intenção do governo de não questionar a V República e suas instituições, ao estado burguês modelado pelo bonapartismo bastardo”.

Frente a essa situação, mostrada como uma correção que nos isenta de comentários, o Leninismo e o trotskismo tem uma linha tática tradicional, expressada na consigna “Fora os ministros burgueses do governo”. Essa consigna expressa de forma acessível para as massas a tática trotskista de exigir a ruptura dos partidos operários com a burguesia. Mas, para a OCI(u) a linha de ruptura com a burguesia não passa por essa consigna:

“A pouca importância de suas funções ministeriais - se refere aos ministros gaulistas e radicais - e da força política que agrupa atrás de si, limita consideravelmente a eficácia da denúncia de sua participação do governo, diante das massas. Na realidade, *a reivindicação da ruptura com a burguesia não pode ser eficaz dentro dessa única forma(...)* Mesmo que em nossa agitação tenhamos que colocar o que significa a presença de Crépeau - Jobert no governo, já que a CNPF aparece para todos como o estado maior diretamente político da burguesia, *se deve enfatizar o seguinte: por acaso se pode satisfazer as reivindicações das massas e aplicar ao mesmo tempo os planos da CNPF? Esse é o conteúdo principal da linha de ruptura com a linha da burguesia*”.

Num outro lugar se insiste: “A linha fundamental de nossa política é a ruptura da aliança com a burguesia, cuja materialização consiste *em enfatizar a mobilização contra o CNPF*”.

Significa dizer que a linha de ruptura com a burguesia não significa romper com o governo frente populista tocando os ministros burgueses, mas a ruptura do governo frente populista *em seu conjunto*, com ministros burgueses e tudo, com o CNPF.

Esta política obriga a OCI a fazer estranhos malabarismos quando se produzem conflitos nas empresas estatais, que possuem enorme peso, na economia francesa. Ali os operários não se chocam com o CNPF, mas contra o próprio governo de Mitterrand. Por consequência, na greve em uma empresa estatal, (a Renault, digamos, ou então, o aeroporto de Paris) “ruptura com a burguesia” significa *ruptura com o governo*: exijamos do governo Mitterrand que incorpore os militantes demitidos, ou aumente nossos salários, ou seja o que for.

Como a OCI resolve essa situação, como faz para que os operários não rompam com o governo? Voltemos aos exemplos anteriores, que estão no *Projeto*.

No caso da CPC desmantelada pelo decreto do governo: “O CNPF manteve seu plano de desmantelamento da CPC (..) Pela defesa real de nossos direitos e garantias, pela defesa dos assegurados sociais, podemos aceitar *que o CNPF siga ditando suas leis* ? O CNPF foi derrotado, junto com Giscard - Barrot”. (op.cit., p.4)

No caso do aeroporto, que entrou em greve pela demissão de seis militantes a mando do governo: “o que devíamos fazer? Lutar pela vitória da greve, formulando uma tática que em seu desenvolvimento *colocasse a ruptura com a burguesia, e neste caso concretamente, a revogação dos altos funcionários colocados por Giscard...*”. (op.cit. p.5)

E um terceiro exemplo, o da gigantesca empresa estatal Renault, cujos trabalhadores estiveram em greve contra o aumento do ritmo de trabalho na cadeia de produção, desde os meados de setembro até final de outubro. Fazendo um balanço da greve, *I.O.* 1024 disse em seu editorial : “Os *homens nomeados por Giscard para dirigir a Renault, os Vernier - Palliez e os Hanon, enfrentam as mobilizações dos trabalhadores e aplicam os planos dos seus mandantes, os capitalistas e banqueiros*”.

É preciso reconhecer o engenho revisionista de Lambert e do editorialista de *I.O.* Para esta situação sem saída, que leva os operários à romper inevitavelmente com o governo, inventam o cuco do CNPF(CPC) e dos altos funcionários giscardianos (aeroporto e Renault). Estes são os cínicos sabotadores das boas intenções pró-operárias de Mitterrand e seus ministros.

Esta linha é permanente, se repete em cada número de *I.O.*, por exemplo o editorial do número 1019, com o título: “Em que situação se encontra Mitterrand ?” se diz:

“Em sua coletiva a imprensa, Mitterrand enumerou uma série de medidas tomadas pelo governo sob sua responsabilidade. Os professores tem pleno direito de perguntar: Para que serve as medidas tomadas pelo ministro da educação nacional, *se sua aplicação é sabotada sistematicamente ao nível da alta administração e os reitores*”.

Quer dizer que, se fosse por Mitterrand, os bons professores da França estariam em uma ótima situação. O problema é que os reitores e os funcionários sabotam sistematicamente estas medidas.

Todos estes argumentos da OCI não são mais do que recursos para adequar sua linha central: manter intacto o campo do governo frente populista e orientar este campo *em seu conjunto* contra a burguesia.

Isto é exatamente o contrário do que defende o trotskismo. Por exemplo: “De fevereiro a outubro, os mencheviques e os social revolucionários, que constituem uma boa comparação com os comunistas e sociais democratas /e com os “trotskistas” lambertistas, adendamos nós/ se encontram em estreita aliança e coligação permanente com o partido burguês dos “Kadetes” com os quais formaram vários governos de coalizão. Sob o nome de Frente Popular se encontrava a massa do povo, inclusive os soviets dos operários, camponeses e soldados. Desde logo os bolcheviques participaram nos soviets. Porém, não faziam a menor concessão a Frente Popular. Exigiam a *ruptura* dessa Frente Popular, a destruição da aliança com os kadetes, A criação de um verdadeiro governo operário e camponês”. (Trotsky, *Oeuvres*, T.10, pp. 248-249; sublinhado no original)

A linha que Trotsky nos ensinou é diretamente oposta a da OCI: O eixo de nossa política é de lutar pela independência política do proletariado, para romper a colaboração de classes do proletariado com a burguesia a nível governamental; denunciar o governo frente populista diante das massas como um governo contra revolucionário de colaboração de classe; mostrar que, contra a ilusão dos trabalhadores; esse governo jamais poderá fazer a luta de classes contra a burguesia por *razões de classe*; que por essas mesmas razões de classe, é parte da luta da classe burguesa e o imperialismo contra os trabalhadores franceses e os povos das colônias e semi colônias.

7. Mentir para as massas para proteger o governo

Voltamos novamente aos dois exemplos que sintetizam a política da OCI: a greve no aeroporto e a mobilização contra a destruição da CPC.

Diz o *projeto de informe político*: “Nós não dizemos: ‘O ministro do transporte Fiterman é o responsável, mas dizemos: *a culpa é da direção geral do aeroporto*’ ”.

E comentando essa mesma greve *IO* diz: “Os trabalhadores bateram contra um muro, o dos *altos funcionários giscardianos*, decididas a aplicar no aeroporto de Paris a política geral dos capitalistas contra os trabalhadores, e colocar o novo governo diante do fato consumado (...) Os trabalhadores souberam criar as melhores condições para obrigar a *direção giscardiana* a retroceder”.

E mais adiante em uma afirmação que sintetiza tudo: “Esgotadas as possibilidades de negociar, os trabalhadores começaram a greve contra o *patrão: os altos funcionários da direção*”. (*IO* 1009)

É um fato mais que elementar que quem decide as demissões em uma empresa é o patrão ou a gerência, tratando-se de uma empresa estatal o patrão é governo e o gerente geral é o ministro. Porém, acontece que, o patrão é nada menos que o chefe do campo da OCI: Deus nos livre de atacá-lo ! Devemos atacar é a “*direção giscardiana*” ou seja, o campo inimigo. Esta é nossa política, custe o que custar, e mesmo que tenhamos que *mentir deliberadamente às massas*.

Assim, no documento que coloca a política da OCI para todo o próximo período, dá instruções para mentir às massas sobre quem é o patrão, para impedir que seu justo ódio se dirija até o governo de Mitterrand e seus ministros, e o jornal como vimos, é o fiel interprete desta linha.

O segundo exemplo é igualmente ilustrativo. Recordemos que a célula da OCI da CPC havia distribuído um panfleto que dizia : “Não se votou em Mitterrand para que sua ministra leve adiante essa política de destruição da CPC”. Essa linha de acordo com o Projeto, “é completamente errada”. Por que? Por acaso, não é certo que a ministra estava aplicando a política de um ministro de Giscard? E não é igualmente certo, e claro como cristal que os operários franceses, não elegeram Mitterrand para que aplique a política de Giscard? Sim, é certo, porém no afã de proteger o chefe do campo, Lambert diz a seus camaradas que devem *mentir às massas*:

“Qual é, partindo das necessidades das massas, a linha correta? Devemos dizer: Derrotamos Giscard, e ao votar em Mitterrand, *votamos contra o CNPF*”.

A verdade, é que os trabalhadores franceses votaram *não só* contra o CNPF, *mas também*, contra todos os partidos e organizações burguesas. Seu voto majoritário pelo PS e o PCF reflete a vontade de eleger um governo operário antiburguês, que avance o mais rápido possível para uma república socialista.

Mitterrand traiu essa confiança, e todos os votos de confiança que deram a ele. Não tomou uma só medida contra o CNPF e a burguesia. No entanto, a OCI não só se limita a não denunciar o governo e a concentrar seus ataques no CNPF. Vai ainda mais longe e *mente para as massas*. No aeroporto, onde o patrão era Mitterrand - Fiterman, disse que o patrão era a administração giscardiana. Na CPC, onde o patrão era Mitterrand - Questiaux, disse que era o CNPF. Nas eleições, disse que o voto operário e popular só foi contra o CNPF. Qualquer método, inclusive o pior e mais canalha de todos, mentir para as massas, consideram lícito para manter o campo de Mitterrand contra o CNPF.

8. Proteger o governo ou combatê-lo

Os exemplos anteriores (e centenas de outros que poderíamos citar de *IO*), demonstram claramente que a política central da OCI é evitar cuidadosamente que as lutas operárias se voltem contra governo. A função da OCI é de proteger o governo e desviar o ódio dos trabalhadores para outros lados. Para isso, está disposta a recorrer a qualquer método, inclusive o mais baixo, que é o de mentir para as massas.

Trotsky tem a política oposta, e já respondeu a quem aplicou a orientação da OCI.

Em julho de 1936, o jornal *Revolução*, da Juventude Socialista Revolucionária, cujos dirigentes eram membros da seção francesa, expressou a linha atual da OCI, nos seguintes termos: “Sob a *proteção vigilante* dos trabalhadores franceses, o governo da Frente Popular poderá realizar o seu programa”.

Trotsky respondeu imediatamente “em uma carta de 19 de julho” dizendo o mesmo que nós dizemos ao longo desse documento: que nenhum governo burguês, mesmo que seja frente populista, como o de Blum, pode aplicar uma política anti burguesa. E concluiu:

“Nossa tarefa não é de nenhum modo a de proteger o governo de coalizão entre o proletariado e a burguesia (...) Nós e a Frente Popular temos inimigos comuns. Por eles estamos dispostos a

combater juntos com os grupos regulares da Frente Popular, *sem tomar a menor responsabilidade por esse governo nem nos levantarmos como protetores de Leon Blum*. Consideramos que esse governo é um mal menor comparado com o de La Rocque. *Porém, ao combater ao mal maior nos protegemos do mal menor*". (Trotsky, *Oeuvres*, T.10, p. 271).

Se a OCI quer elevar sua política ao plano teórico, terá que dizer exatamente o contrário: "Nós e o governo frente populista de Mitterrand temos inimigos comuns: o CNPF e os funcionários giscardianos. Os combatemos juntos e assumimos uma pesadíssima responsabilidade: proteger o governo de Mitterrand dos ataques da classe operária por todos os meios, buscando que os operários não o odeiem, mas que confiem nele, que jamais vejam sua verdadeira face de governo burguês e imperialista, agente do CNPF. Por isso, abandonamos a política de Lênin e Trotsky, que consiste em mostrar aos trabalhadores de maneira sistemática que o primeiro passo para derrotar o CNPF e os funcionários giscardianos consiste em tocar esse governo e implantar o governo dos operários e camponeses".

9. O tipo lambertista da frente popular de combate

Durante todo o *Projeto de informe político* se nega a política de "Frente Popular de combate": "Ajudar aos aparatos contra a luta de classes é o desvio da Frente Popular de combate"; "os doutrinários ignorantes(...) não demorariam em criticarmos na linha tão revolucionária de frente popular de combate"; "também os militantes da OCI unificada sofrem a pressão da Frente Popular de combate". E assim sucessivamente: A OCI rechaça esta política com horror e asco.

Recordemos brevemente que, para Marceau Pievert, existe duas frente populares de combate: uma está conformada pelas direções dos partidos revolucionários, esta é reformista e agente da burguesia. A outra está integrada pela base dos partidos operários e por todos os que querem combater a burguesia e o regime, está é a Frente Popular de combate, cujo objetivo consiste em impulsionar a Frente Popular reformista para posições antiburguesas. Os revolucionários devem fazer parte dessa frente popular.

Pois bem, segundo o *Projeto* da OCI toda a Frente Popular de Mitterrand realiza "ações de resistência à burguesia", portanto, todo o campo desta Frente Popular é anti burguês. E o *Projeto* diz claramente: "estamos no campo de Mitterrand".

Por outro lado, Stéphane Just nos disse que a política da OCI trata de impulsionar o governo frente populista para que "avance o máximo possível para a via de ruptura com o governo". É exatamente o que dizia Pivert, mesmo com acréscimo cínico: que a OCI não deve "semear ilusões".

Isso não é mais que um tipo da "Frente Popular de combate, que a OCI rechaça com tanto desprezo... nas palavras. Onde Pivert via duas frentes populares, Lambert vê somente uma, que inclui a todos, desde Mitterrand até os operários debaixo, passando pelos ministros burgueses e os dirigentes do PS e o PCF. E já que realiza "ações de resistência a burguesia", toda essa Frente é uma grande "Frente Popular de combate", na qual os trotskistas devem participar com orientação central de impulsioná-la para que avance cada vez mais no caminho de ruptura com a burguesia.

Lambert e Just rechaçam a tática de Frente Popular de combate com horror, sem compreender o que significa. O crime de Pivert é ter acreditado que a Frente Popular em qualquer de seus tipos podia praticar a "luta de classes" contra a burguesia. Lambert e Just cometem exatamente o mesmo crime, porém em relação ao governo de Mitterrand. Esta é a razão pela qual o trotskismo combate a Pivert e a Lambert - Just.

10. A OCI aplica uma política stalinista

Havíamos dito anteriormente que as profundas diferenças existentes no seio da burguesia dão lugar ao surgimento de distintos setores. Estes espalham suas diferenças em distintos terrenos, que vão das eleições ao parlamento, choque físico a guerra civil quando a situação exige.

Diante dessa realidade, a política permanente do stalinismo é levar ao movimento operário a aliança com a burguesia "de esquerda", tanto quando está na oposição (como ocorreu sob Giscard)

como quando se encontra no poder, como ocorre agora no governo de Mitterrand. Neste último caso, o stalinismo busca inclusive, formar parte do governo burguês.

Esta aliança já teve distintos nomes e formas, mesmo que a essência da colaboração de classes seja sempre a mesma, assim se conforma duas frentes anti fascistas com a burguesia democrática, as frentes anti imperialistas com a burguesia, anti monopolista ou anti imperialista dos países semi coloniais, etc. A todas as conhecemos genericamente como frentes populares, já que respondem a política stalinista do campo progressivo com a burguesia.

Esta é a política que está aplicando a OCI na França. Nos momentos em que não existe guerra civil nem perspectivas imediatas de um choque físico entra distintos setores da burguesia, nem ameaça de golpe fascista, a OCI é um integrante político do campo burguês mitterrandista.

Sendo assim, a OCI teria que ser conseqüente: toda vez que aparece um setor da burguesia a esquerda do governo reacionário do momento (por exemplo, se Chirac acaba eleito nas próximas eleições e Mitterrand volta a oposição junto com os radicais e gaulistas de esquerda) deverá formar parte desse “campo burguês progressivo” e se é conseqüente com suas posições, deverá aplicar referente a mesma situação exatamente a mesma política que está aplicando referente ao governo de Mitterrand.

Se a OCI (u) tivesse aplicado essa política quando da união de La Gauche, teria sido repudiada por todo movimento trotskista. Isto é o que ocorrerá a curto prazo, por trair os princípios mais elementares do marxismo revolucionário.

11. Uma tradição traída

Se a OCI é conseqüente com sua política atual, deve auto criticar-se. Considera que um governo frente populista como o de Mitterrand é antagônico com o aparato estatal da V República e o regime burguês, realiza permanentemente, “ações contra a burguesia”. Sua eleição provoca uma grande crise no sistema de dominação burguês, até o ponto de se tornar incompatível com ele, deu o surgimento a dois campos não antagônicos, que existe uma guerra civil “em germe” entre eles.

Sua políticas frente a esse campo “progressivo”, é impulsionar a luta contra o CNPF e os funcionários giscardianos. Mais ainda, trata de que “vá o mais longe possível nessa vida” da luta anti capitalista. Por isso, jamais ataca o governo, nem mesmo o critica: se limita a assessorá-lo fraternalmente e humildemente, e mostrar seus erros, ou seja, na realidade suas medidas anti operárias.

Se essa política é correta quando a Frente Popular está no poder, por que não é quando está na oposição? Porque ao se formar a união de Gauche, com suas listas eleitorais encabeçadas por Mitterrand, não defendeu a mesma coisa que agora: “Estamos no campo da UG em suas ações de resistência ao governo de Giscard”; orientamos as lutas dos trabalhadores contra o CNPF e Giscard, jamais contra os integrantes dessas listas frente populistas”; “sem ilusões, sem semear ilusões tratamos de que a Frente Popular avance o mais possível no caminho da luta contra o governo de Giscard?”

Aqui não pode haver nenhum problema moral. Se pensamos que a eleição de um governo frente populista provoca semelhante desajuste ao regime, e que a Frente Popular no governo pode levar adiante a luta contra o capital, então, nossa política referente a Frente Popular na oposição, deve ser a de chamar as massas não só em votar nela, mas, também em confiar.

Se somos conseqüentes até ao fim, deveremos reconhecer com toda a franqueza que o trotskismo sempre teve uma política errada, sectária referente ao frente populismo. O trotskismo sempre repudiou o bloco eleitoral frente populista e tem qualificado os partidos operários que participam nele, de traidores e contra revolucionários. Tem utilizado esta qualificação não só para a social democracia e o stalinismo, mas também, para o POUM espanhol e a Gauche Révolutionnaire francesa (o partido de Pivert), cujos dirigentes entraram nas frentes populares de seus respectivos países.

Essa foi a política da OCI até 10 de março passado. Denunciou a Frente Popular e sua política eleitoral e atacou brutalmente os partidos operários que a praticaram. Porém abandonou essa política quando a Frente Popular chegou ao governo, entrou no seu campo e deixou de atacar ao PS e ao PCF.

A OCI deve repensar seriamente sobre esse problema e tomar uma resolução. Não pode defender sua política atual e ao mesmo tempo sua trajetória anterior, que é a do trotskismo. Ou faz auto crítica de sua trajetória e denuncia o sectarismo dos trotskistas, ou realiza uma virada brusca para romper com sua política atual.

12. A revolução por etapas, versão Lambert

Diz o *Projeto de informe político*: “O importante é compreender que as massas, inclusive as que querem que suas reivindicações sejam satisfeitas, se dirijam ao governo, aos ministros, considerando-os mais como aliados pedindo-lhes para que as apoiem, para que elas sejam aprovadas. É preciso, pela nossa prática política, abrir o caminho a esse processo político em que as massas querem entrar numa espécie de diálogo com “seu governo e seus ministros”. Igualmente necessitamos, mesmo que seja de maneira embrionária, desenvolver os primeiros elementos de auto-organização das massas. É assim, como preparamos os momentos seguintes, nos que as massas exigirão de seus governos e seus ministros que satisfaçam suas reivindicações”. (op.cit. p.8)

Isto significa o seguinte: na atualidade, as massas querem que suas reivindicações sejam atendidas, porém, consideram que o governo e seus ministros são seus aliados, e buscarão diálogo com eles. Esta é a etapa final, que segundo se entende em todo o documento, corresponde a luta exclusiva contra o CNPF e os funcionários giscardianos.

Depois virá a segunda etapa, na qual as massas estabelecerão outro tipo de diálogo com o governo: lhe farão *exigências*. Quando isso ocorre, segundo se diz um pouco mais abaixo, “... se abrirá a crise revolucionária. Certamente, as massas tentarão colocar suas exigências no meio de uma greve geral”. (op.cit. p.8)

Existe pois, duas etapas claramente definidas: a primeira é a do diálogo com o governo, e durará até que as massas se decepcionem com ele, logo virá a segunda etapa, na que as massas passarão do diálogo à exigência. Para Lambert, a derrubada do governo pelas massas e a instauração da ditadura do proletariado fica colocada para uma terceira etapa, num futuro indeterminado, porém, tão distante que nem mesmo se fala. As duas próximas etapas tem como eixo o governo burguês de Mitterrand: a primeira será de negociação e a segunda de exigência.

Como todo revisionista, Lambert confunde uma realidade, além do mais hipotética, com a política que deve ter o partido trotskista. Efetivamente, existe uma possibilidade de que o movimento operário negocie com o governo em uma etapa e exija na seguinte. Insistimos que é só uma *possibilidade*: para nós parece mais provável que as negociações se combinem com as lutas e enfrentamentos (como efetivamente está ocorrendo, no caso da Renault.).

Porém, suponhamos que a hipótese da Lambert fosse correta, nós não transformamos a realidade objetiva em nossa política: se as massas acreditam em um governo burguês e se limitam a negociar com ele, nós não fazemos o mesmo, não fazemos seguidismo as massas atrasadas. Aceitamos essa realidade objetiva e adequamos nossa política através de uma tática, o que é completamente diferente. Por isso, repudiamos todas as teorias etapistas, seja a do stalinismo ou a de Lambert.

Nós consideramos que tem razão Trotsky contra Lambert e Stálin. Nossa política, e assim defendemos diante do movimento operário e as massas, é que existe *uma única possibilidade*, derrotar o mais rápido possível o governo burguês e implantar o governo operário.

A tarefa de combater o CNPF e o governo de Mitterrand não estão separadas no tempo, mas, intimamente combinadas. Taticamente pode ser necessário centrar nossa luta contra um golpe fascista ou uma ofensiva do CNPF. Porém, no meio da luta contra esse golpe e essa ofensiva, mantemos nossa política de enfrentar e derrotar o governo, não esperamos a derrota prévia do CNPF, porque essa derrota é impossível sem a derrubada revolucionária do governo. Por isso, em nossa agitação, mostramos o governo frente populista como o agente da burguesia que impede nossa luta contra a reação.

Dissemos que a teoria de Lambert é etapista como a de Stálin. Devemos retificar, pois existe uma diferença entre ambas teorias. O stalinismo prometia lutar contra Franco e logo, derrotando este contra Negrin. Ou seja, que a segunda etapa era de luta contra o governo frente populista e pelo socialismo.

Lambert coloca que a primeira etapa será de negociação com o governo e de luta contra o CNPF em aliança com o governo. Porém, a segunda não será de luta *contra* o governo, mas de exigir que este lute contra a burguesia. Isso é revisionismo dentro do revisionismo já que, para Lambert, *jamaís* chegará o momento de lutar contra o governo burguês da Frente Popular e pela ditadura do proletariado.

13. A OCI não tem consigna de governo

Evidentemente com a concepção etapista da Oci(u), seria absurdo pensar que a organização levanta alguma consigna de poder para a etapa atual na França. No entanto, para não esquecer o ritual trotskista o *Projeto de Informe Político* coloca o problema partindo do seguinte prognóstico apocalíptico previsto para um plano muito próximo.

“A natureza do governo Mitterrand-Mauroy (governo burguês de colaboração de classe, governo burguês de tipo frente popular), assegura que qualquer que seja os conflitos, que podem impor a burguesia o aparato do estado burguês na V República formou, em última instância, só pode capitular diante dele. *Afinal de contas as massas se levantarão contra este tipo de governo. Concretamente, exigiram a ruptura com a burguesia, um governo sem representantes da burguesia.* Então, se abrirá uma crise revolucionária. Certamente, as massas tentarão impor suas exigências a *nível governamental*, em meio a greve geral. E também seguramente, surgirão os conselhos, os soviets, sob uma ou outra forma. (*Projeto de informe político*, p.8).

Ou seja que, como vimos anteriormente, a luta não será das massas contra o governo e sim das massas exigindo do governo que rompa com a burguesia. Para essa tarefa empregaram métodos políticos e organizativos revolucionários (mesmo que aqui não se coloque a insurreição): a greve geral e os soviets .

É uma situação mais que absurda: as massas, organizadas em soviets realizam uma greve geral, porém o partido trotskista não as chama a derrotar o governo burguês mas sim exigir-lhe que rompa com a burguesia. Agora veremos como se coloca a questão do governo:

“Em cada período, em cada etapa, em cada momento da luta de classes, nossa política está determinada em função das condições atuais e da atual consciência das amplas camadas operárias, pela forma que devemos colocar e responder a questão do poder”.

Avançando um pouco mais nos encontramos com a seguinte consigna: “abaixo o governo”, porém para negá-la, na continuação, se diz que seria absurdo colocar para os trabalhadores que o objetivo é derrubar o governo. Ou seja, para a OCI(u) o absurdo não é levantar a consigna abaixo o governo no momento em que as massas confiam nele e sim o *objetivo* de derrotá-lo, que é uma coisa muito distinta.

Poucas linhas mais abaixo nos encontramos com: “Fora os ministros burgueses”. Porém, como já vimos, a OCI está a favor desta tarefa porém contra agitar esta consigna em função da pouca importância que lhe dão as massas a tais ministros. Discordamos com este argumento reformista: se as massas não compreendem a importância dos ministros gaulistas e radicais no governo, nosso dever, como trotskistas, é *fazer que compreendam*. Por isso agitamos constantemente esta consigna de governo.

Porém, suponhamos que “Fora os ministros burgueses” não é a consigna de governo adequada para o momento. Então qual é? Para a OCI(u) a resposta é.. NENHUMA. Se fala de consignas de governo para explicar porque não teria que levantar e logo não se dá outra para colocar ao governo burguês.

A OCI(u) considera que existe uma situação “pré revolucionária” com uma “guerra civil em germe”, que a luta de classes se encaminha até o surgimento de soviets e a greve geral. Se falta uma consigna de governo é um crime em qualquer etapa da luta de classes. Que dizer da ausência em uma etapa como a que pinta a OCI ? E que dizer do partido operário, supostamente revolucionário, que se *nega* como a OCI, a levantar esta consigna ? Francamente o dicionário se mostra insuficiente para encontrar adjetivos.

De toda maneira, a ausência de uma consigna de governo, é uma parte coerente desta totalidade revisionista, que é a política da OCI(u). Se a tarefa de derrotar o governo frentepopulista e instaurar a ditadura do proletariado não está colocada nesta etapa nem na seguinte, então, para que

colocar uma consigna de governo? Ao contrário: segundo a OCI(u) seria um erro total colocar esta consigna e tarefa. Por isso só coloca consignas do governo para refutá-las.

14. Uma previsão clara

Segundo o *Projeto de Informe Político*, “as relações políticas que existem a partir de 10 de maio e 14 e 21 de julho indicam que o governo Mitterrand-Marcoy é só a primeira forma de governo de frente popular. Provavelmente, no decorrer das próximas etapas virão outros governos de frente popular com outras características.

Está previsão é clara: depois do atual governo virão outros governos de frente popular, por anos e anos. Já que cada governo francês dura 7 anos, com 4 governos frente populistas (contando o atual) teremos por 28 anos frente populismo na França. A longo do documento se insiste que o atual governo é inaceitável para a burguesia. Que esta não pode aceitá-lo e que está fazendo todo o possível para derrotá-lo(até o ponto de que já existe uma guerra civil em germe). Como se resolve esta contradição? Nós vemos duas respostas possíveis:

Uma, é que se reconhece implicitamente que tudo o que disse o *Projeto* anteriormente é falso, em que temos razão nós: que o governo frente populista é perfeitamente compatível com o regime burguês, que a burguesia o tolera perfeitamente e, mais que isso, *necessita* dele para impedir que o ascenso operário ultrapasse os marcos do regime, até o ponto de estar preparada a aceitar uma sucessão de governo frente populista.

Porém, o governo frente populista significa para as massas mais miséria, aumento do desemprego, aumento dos preços, diminuição dos salários, mais horas de trabalho, etc. Esta não é uma especulação nem uma previsão: é o que está acontecendo agora na França, como reconhece o próprio *I.O.*, conforme temos citado em outros momentos.

Se o que se espera para o futuro imediato é uma sucessão de governos frente populistas, isso significa que a miséria continuará crescendo. E aqui estamos falando somente dos operários da metrópole imperialista: imaginemos o significará para os trabalhadores de Guadalupe, Nova Caledônia e os das semi colônias africanas.

Sendo assim, porque é absurdo o objetivo de derrotar o governo? Ao contrário, não só não é absurda senão uma tarefa imediata de vida ou morte para o proletariado. Se a OCI(u) disse que é absurda, então deve admitir que toda sua política é reformista ao negar-se a levantar a consigna de governo.

Esta é uma interpretação possível de previsão da OCI(u), porém nós vimos outra que é parte coerente de sua política revisionista. Se se prevê uma sucessão durante anos e anos de governos frente populistas, a ausência de uma política de governo termina por adquirir seu pleno significado. Para a OCI, o governo frente populista, com *seus ministros burgueses* (caso contrário não seria frente populista), não é um governo de *classe*, ou seja *burguês*, senão, um híbrido supra classista, capaz de orientar-se em tal ou qual direção de acordo com as pressões sobre ele. Por isso é desnecessário, mais ainda, *um erro*, agitar a consigna “fora os ministros burgueses” ou qualquer outra consigna de governo. A política correta é “sem ilusões, sem semear ilusões”, pressionar o governo para que alcance pela “via correta” da luta de classes, “satisfaça as reivindicações dos trabalhadores”, governe contra a burguesia apoiando-se nas massas que expulsaram Giscard e na maioria PS-PCF, etc.

Ou seja, se trata de pressionar o governo *burguês imperialista* para que realize as tarefas que, segundo o trotskismo, só podem, ser realizadas pela *ditadura do proletariado*. Isto é o que sintetiza toda a política revisionista da OCI(u).

CAPÍTULO VI

SE HOUVESSE UMA GUERRA CIVIL NA FRANÇA?

ncias e briga, em toda sua política. Acreditamos haver demonstrado amplamente que esta análise não corresponde em nada a verdadeira situação francesa. Porém, suponhamos por instante que a OCI tivesse razão: por exemplo, que o “campo reacionário”, liderado pela CNPF estivesse preparando um golpe de estado apoiada na força armada dos oficiais reacionários do estado maior francês. Em todo caso, poderíamos dizer que a política da OCI é correta e trotskista?

Desde já respondemos que não: sua política segue sendo igualmente revisionista, oportunista, enfim, perfeitamente de acordo com a teoria dos “campos”. Isto é o que demonstraremos no presente capítulo, porém, antes de continuar, impõem-se a seguinte constatação. Recordemos que nas analogias históricas citadas pelo *Projeto de informe político* afirma-se que os bolcheviques *pronunciaram-se contra* o governo de Kerenski enquanto lutavam em seu campo contra Kornilov. Isto é correto, mas teria sido mais correto dizer que os bolcheviques *combateram implacavelmente* Kerenski, ao invés de “pronunciarem-se contra” ele.

Como demonstraremos no presente capítulo, a OCI se lembra de “lutar no campo” de Mitterrand, mas esquece completamente de “pronunciar-se contra” o mesmo.

1. Guerra civil entre os “campos”

A OCI sustenta, como vimos, que existe uma guerra civil “em gestação” entre o “campo burguês progressivo” de Mitterrand e o campo reacionário da CNPF e compara esta situação com a que existiu na Rússia em agosto de 1917, com a sublevação de Kornilov e outras similares.

Em outras palavras, a guerra civil será levada a cabo entre o campo do governo e das massas e o campo da burguesia e a coluna vertebral do aparelho estatal (que inclui — acreditamos, porque o *Projeto* jamais fala a respeito — o estado maior das forças armadas).

Mas é muito provável que ao estourar a guerra civil, as massas continuem confiando no governo. Ou que ocorra como na guerra civil espanhola, quando as direções traidoras stalinista, social-democrata e anarquista frearam todas as lutas contra o governo e chamaram constantemente as massas a confiar nele.

Qual é a política da OCI? “As massas, inclusive as que querem que suas reivindicações sejam satisfeitas, dirigir-se-ão ao governo, aos ministros, considerando-os como seus aliados, pedindo-lhes que as apoiem para que elas obtenham satisfação. É preciso, através de nossa prática política *limpar o caminho a este processo político no qual as massas querem embarcar em uma espécie de diálogo com ‘seu governo’, ‘seus ministros’*” (op. Cit., p. 8)

Então, parte-se de um fato *possivelmente* real, que as massas continuarão confiando no governo e pensando que bastará o “diálogo” com Mitterrand e seus ministros para satisfazer suas reivindicações e romper com a burguesia. Mas esse fato, que é somente uma probabilidade, é dado como *certo* pela OCI porque é o que melhor se encaixa na teoria dos “campos”. Sequer lhe ocorre colocar, sequer como hipótese, que as massas percam a confiança no governo e nos partidos operários traidores, frente ao aumento do desemprego e da diminuição dos salários reais, etc.

Mas suponhamos que ocorra o que afirma a OCI: as massas continuarão confiando no governo burguês apesar de tudo. Um partido trotskista deve traçar uma política para *combater* a atitude conciliadora das massas, para demonstrar-lhes que somente devem confiar em sua própria mobilização e que o caminho da confiança no governo burguês conduz, unicamente, à catástrofe (Espanha, Chile, etc.)

Não pensa dessa maneira a OCI. Levada pela teoria dos campos e da conseqüente necessidade de manter a unidade do campo progressivo a qualquer preço, inclusive de consolidá-la, sua “prática política” será a de fomentar a atitude conciliadora das massas, facilitando o “diálogo” destas com “seu governo, seus ministros”.

Como isso chega-se ao cúmulo do reformismo pró-burguês. A OCI não coloca, sequer a necessidade de mobilizar as massas contra a reação, sem mobilizá-las contra o governo frentepopulista, política que poderia fundamentar-se em argumentos táticos falsos, mas de verto peso em uma guerra civil. Aqui se defende uma política *oposta* a qualquer mobilização: a de dialogar com o governo, quer dizer com o *chefe do campo*.

2. Guerra civil sem armamento do proletariado

Diz o *Projeto de informe político*:

“Sem dúvida a marcha dos acontecimentos exigirá que seja lançada a palavra-de ordem de milícias operárias, para responder aos ‘ataques da guerra civil’ que prepara o grande capital. (...) Mas decidir hoje, em agosto de 1981, lançar a palavra de ordem de armamento dos operários, palavra de ordem que devemos e estamos nos preparando para lançar na campanha que estamos fazendo em *IO* (...) *seria pecar por um espírito ‘doutrinário’ dos mais desconcertantes*” (op. cit. p., 5)

Vejam. Acontece que “hoje, em agosto de 1981”, o grande capital já está preparando seus ataques de guerra civil”. Mas ao mesmo tempo, “hoje, em agosto de 1981”, lançar a palavra-de ordem de armamento dos operários seria... pecar por um desconcertante espírito doutrinário!

Em todos os casos na história nos quais se tem “preparado uma guerra civil”, os reformistas e os oportunistas se opuseram ao armamento do proletariado. Para isso utilizam argumentos como “não provocar a reação”; “não assustar as classes médias”; “não romper a aliança com a burguesia liberal”; ou argumento aparentemente de outro tipo, como “onde vamos conseguir as armas?”, etc. A OCI, que se reivindica trotskista, limita-se a afirmar que chamar o armamento do proletariado seria hoje “pecar de espírito doutrinário”, por conseguinte, não levanta essa palavra de ordem.

E isso é tudo. Em todo o extenso *Projeto de informe político* não encontramos absolutamente nenhuma outra menção do problemas das milícias operárias e do armamento do proletariado, ainda que sejam, muitas as referências à guerra civil.

Não entendemos por que propor estas palavras de ordem significa demonstrar um espírito “doutrinário”. Ao contrário: o inimigo possui um poderoso exército, bem treinado e perito em combater as massas tanto da metrópole como da semicolônias. Se a guerra civil já está sendo preparada, o mínimo que se pode falar é que o armamento do proletariado não é somente uma bandeira de atualidade candente, problema de vida ou morte para os trabalhadores, como deveria ter sido levantada há tempos, assim que começaram a ser observados os primeiros sintomas de guerra civil.

Segundo o *Projeto*, “nós caracterizamos que atualmente na França existe uma situação *pré-revolucionária...*” (op. cit. p., 8). Tal vez seja por isso que chamar o armamento do proletariado é pecar de espírito doutrinário: haveria que aguardar que a situação se torne revolucionária para levantar essa palavra-de ordem. O único significado desse argumento é que os operários devem deixar serem massacrados até que a situação se torne revolucionária. Os operários não devem responder a cada golpe do capital, despertar a todas as massas exploradas com seu exemplo e passar por usa vez ao ataque; não, deve deixar serem golpeadas com impunidade. Nos permitimos recordar à OCI uma verdade elementar da luta de classes: as situações *pré-revolucionárias* podem converter-se em revolucionárias, mas também em *contra-revolucionárias*. Com esta política da OCI, de negar-se explicitamente a chamar o armamento do proletariado, ocorrerá justamente a última.

Na citação que transcrevemos inicialmente, se diz que “(...) a palavra-de ordem de armamento dos operários, palavra de ordem que devemos e estamos nos preparando para lançar na campanha que estamos fazendo em *IO* (...)”.

Em primeiro lugar, o tempo que está levando a OCI para “preparar-se” é extraordinariamente longo. O *Projeto* apareceu em agosto. Estamos escrevendo este documento em dezembro, ou seja, já se passaram *cinco meses*. Para o pensamento formal, cinco meses são sempre cinco meses. Para a dialética, cinco meses em uma situação de “guerra civil em gestação” são exatamente o oposto do mesmo lapso de tempo em períodos de “paz social”. Se a situação é a que desenha Lambert, então é um crime deixar passar um dia, melhor, *uma hora*, sem levantar a palavra de ordem de armamento dos operários, porque durante esse tempo o inimigo está se armando.

Em segundo lugar, “a campanha que estamos fazendo em *IO...*”: de que campanha falam? Se tomamos os *IO* a partir de “hoje, agosto de 1981” até hoje (números 1011 e 1032), não encontramos absolutamente nenhuma campanha de preparação dos trabalhadores e a vanguarda proletária para a guerra civil.

No máximo aparecem algumas denúncias: por exemplo, em *IO* 1029 é denunciado um ataque fascista contra a editora *Etudes et documentation internationales* (EDI), dedicada à difusão de obras marxistas. Estas denúncias ocupam algumas linhas na seção “Notícias breves da semana”. Onde

está a campanha pelo esclarecimento destes crimes e, principalmente, pela formação, ao menos, de piquetes de defesa operária (nem falemos de milícias)? Respondemos: *em nenhuma parte*, a não ser que se considere que estas breves denúncias constituem uma campanha. Além do mais, são denúncias *contra* os fascistas, não *pelo* armamento do proletariado e a destruição do corpo de oficiais.

Resta perguntar, por que um partido que se reivindica trotskista se nega a levantar as palavras de ordem pelo armamento e a formação de milícias operárias quando considera que existe uma situação pre-revolucionária e uma guerra civil em gestação. A teoria dos campos nos proporciona a resposta. A guerra civil que está sendo preparada é entre os “campos” conhecidos, então é preciso evitar a todo custo que se transforme em uma *guerra civil do proletariado contra a burguesia*, como ocorreria inevitavelmente se os operários se armassem e formassem suas milícias.

Mas alertamos: armem-se ou não os operários, a guerra civil será sempre entre as classes, porque a burguesia se arma para defender seus interesses de *classe* contra o proletariado. Se este não se arma, a guerra civil não será evitada, nem a derrota das classes exploradas em seu conjunto.

Esclarecemos, para concluir este ponto, que nós não acreditamos que o armamento do proletariado seja uma tarefa de urgência imediata, na medida em que discordamos de Lambert, que afirma que a França está já às portas de uma guerra civil e que nossa política deve ser *agora* a que teve Trotsky para Espanha. O que denunciemos é a inconsequência de Lambert, a serviço de sua política de apoio ao “campo burguês progressivo”. Nós devemos levantar essas palavras-de-ordem, mas para explicá-las aos trabalhadores, não para a ação imediata.

3. Guerra civil sem destruição do exército burguês

É uma lei da luta de classes que o proletariado não pode ser vitorioso em uma guerra civil contra a burguesia sem destruir previamente o exército burguês. Destruí-lo significa ganhar para a causa proletária a maior parte desse exército e desmoralizar ou neutralizar completamente o restante. Em outras palavras, que o estado maior se converta em um grupo de “generais sem exército”, que as tropas (os operários e camponeses que fazem o serviço militar), além de um setor importante do corpo de sub-oficiais e de oficiais de baixa patente, se revoltam contra o alto comando burguês e passem ao outro lado da barricada.

A luta pela destruição do exército burguês deve ser uma campanha permanente do partido revolucionário. Mas esta luta passa do nível propagandístico e pedagógico ao nível da agitação e da ação quando existe uma situação como a que pinta a OCI, de guerra civil em gestação.

O *Projeto de informe político* da OCI não contém nem sinal de tal campanha. Em todo o texto jamais é *mencionado* o alto comando ou o estado maior das forças armadas contra-revolucionárias, nem é traçada uma política para destruí-las. O único corpo armado que é mencionado é o Serviço de Ação Cívica, corpo paramilitar criado por De Gaulle e que a OCI considera uma instituição fundamental da V República.

“Mitterrand está criando ele mesmo as condições [para a guerra civil] como a *operação contra o SAC* (...) O grande capital prepara-se para a guerra civil partindo do próprio coração das instituições da V República — o SAC é uma delas, ligado às demais — e do aparelho de estado burguês” (op. cit.).

E o exército, não é parte do estado burguês? Não é a peça fundamental do dispositivo da burguesia na guerra civil? E si é assim, por que nunca é mencionado?

A citação anterior nos dá a chave. O SAC é *parte do campo inimigo*, junto com outras instituições do estado burguês. Por isso é mencionado tantas vezes ao longo do documento e praticamente não há edição de IO que não tenha um artigo a respeito. *Porque o próprio Mitterrand é quem está à frente da luta contra o SAC.*

Que tipo de campanha faz a OCI contra o exército? Nós vimos somente duas: uma delas é pela redução do serviço militar a seis meses. Esta campanha tem início em IO 1022, de 17 de outubro de 1981; sublinhamos esta data porque em nossa carta ao comitê central do POSI, datada de 13 de outubro denunciávamos a OCI por não realizar esta campanha, que consiste em exigir do governo que cumpra suas próprias promessas eleitorais. Significa que a OCI assumiu esta campanha em resposta a nossas críticas.

A outra campanha é contra o aumento do orçamento militar. IO 1025 denuncia que o atual orçamento militar é 17% maior que o do ano passado (144 bilhões de francos contra 123) e que é mais alto que o orçamento para a educação (137 bilhões de francos).

A OCI coloca que o orçamento militar deve ser usado para resolver o problema do desemprego e também para aumentar o orçamento destinado à educação pública, aceitando, assim, nossas críticas. Mas estas são as duas únicas campanhas em IO que têm relação com o exército.

Em IO 1026 é denunciado esse aumento do orçamento militar depois de sua aprovação pela Assembléia Nacional e afirma-se: “Ao ir contra as aspirações dos jovens operários e camponeses uniformizados, ao satisfazer os desejos do corpo de oficiais, *não fortalece o governo o lugar e o papel político deste? Colocado acima da mudança, quer dizer, da vontade popular, pelo próprio governo, como não será levado o exército, com sua vontade política arbitrária, a atuar contra a mudança por conta da reação?*”

Apesar do estilo queixoso desta passagem, que combina muito mal com um partido revolucionário (e que digamos de passagem, é o que prevalece em todo o IO), aqui se coloca corretamente o corpo de oficiais no campo da reação. Mas na medida em que o governo não está no campo da reação e lidera o campo progressivo, toda essa denúncia se reduz a um chamado fraternal ao chefe do campo para que não cometa o erro de dar aos oficiais o orçamento que pedem. Não existe, aqui, um chamado à *mobilização das massas* contra o orçamento militar.

No que se refere à redução do serviço militar a seus meses, não tem sido feito, até agora, outro chamado à mobilização senão a constituição de uma delegação para apresentar-se no Ministério da Defesa com um abaixo assinado, promovido pela OJR, a organização juvenil orientada politicamente pela OCI, e uma marcha à Assembléia Nacional no dia em que deveria ser aprovado o orçamento militar.

As palavras-de-ordem de redução do serviço militar e utilização do orçamento militar são corretas, mas de maneira nenhuma podem ser consideradas como uma campanha pela destruição do exército burguês, muito menos se há uma situação de guerra civil em gestação. Em lugar nenhum aparecem artigos agitativos chamando os soldados e suboficiais a rebelar-se contra o comando reacionário e a negar-se a atuar contra os trabalhadores. Também não são chamados a retirar as armas dos quartéis e entregá-las às organizações operárias.

E por que deveria ser assim? Basta dirigir respeitosos chamados à chefia de campo, o governo burguês de Mitterrand, para que ele saiba de nossas aspirações e denunciar as maquinações malignas do corpo de oficiais; eles se encarregarão de solucionar o problema. Mas nada de nos mobilizarmos pela destruição desses oficiais pelos trabalhadores nem propor que os comitês de soldados constituam um novo corpo de oficiais, porque isso poderia romper o campo.

4. As virtudes especiais do frentepopulismo

Diz o *Projeto de informe político*: “Nós condenamos o governo frentepopulista espanhol e entretanto estávamos no ‘campo’ desse governo contra franco. Entretanto, quando ocorreu o golpe de estado dos generais de Argel, em 1961, contra de Gaulle, *nós nos negamos a entrar no ‘campo’ de De Gaulle*. Da mesma forma, é necessário, ainda que o estado burguês seja sempre o estado burguês, saber discutir a forma e as particularidades de cada estado burguês” (op.cit. p., 7).

Aqui somente é citado o exemplo de De Gaulle, mas a OCI também se negou em outra oportunidade a integrar-se ao ‘campo’ do rei Juan Carlos da Espanha.

Pois bem, a realidade é que o proletariado espanhol sob o regime de Juan Carlos conseguiu conquistas muito maiores que o francês sob Mitterrand e relação à situação existente antes de ambos assumirem o comando. Desde a morte de Franco e a ascensão de Juan Carlos conquistou-se a eliminação total da censura à imprensa; a realização de eleições democráticas burguesas, com a participação dos partidos que Franco havia ilegalizado., como o PC, o PSOE e inclusive partidos revolucionários trotskistas; o direito de greve; a liberdade sindical;. Nada comparável conseguiu o proletariado francês sob Mitterrand, quer dizer, não conquistou quase nenhum direito ou reivindicação que não tivesse sob o governo de Giscard. Então, por que a OCI se negaria a defender essas conquistas contra um golpe dos franquistas? Ou por que se nega a defender a democracia francesa, tal qual existiu sob De Gaulle contra o golpe dos generais fascistas da OAS?

Para os marxistas, -pelo contrário, sempre é necessário combater militarmente no “campo” de um governo burguês quando este é ameaçado por um golpe ou sublevação da reação. Bom exemplo disso é o que dava Trotsky sobre a política dos revolucionários no caso da Inglaterra “democrática” invadir o Brasil governado pelo semifascista Vargas.

“No Brasil reina atualmente um regime semi-fascista, que deve ser odiado por qualquer revolucionário. Suponhamos, entretanto, que amanhã Inglaterra entre em um conflito militar com Brasil. De que lado se colocaria a classe operária nesse conflito? Nesse caso, eu, pessoalmente, estaria junto a Brasil ‘fascista’ contra a ‘democrática’ Grã Bretanha. Por que? Porque não se trataria de um conflito entre a democracia e o fascismo. Se Inglaterra ganhasse, colocaria outro fascista no Rio de Janeiro e amarraria Brasil com correntes duplas. Se, pelo contrário, vencesse Brasil, a consciência nacional e democrática desse país ganharia um poderoso impulso que levaria à derrubada da ditadura de Vargas. Ao mesmo tempo, a derrota da Inglaterra acertaria um bom golpe no imperialismo britânico e daria um impulso no movimento revolucionário do proletariado inglês” (*Escritos*, t. X, p. 44)

Quer dizer que para Trotsky, o caráter “semifascista” do governo Vargas não é empecilho para colocar-se em seu lado *militar* frente a uma eventual invasão imperialista, que colocaria um governo ainda mais reacionário.

O mesmo defendeu, como veremos em outro lado, com relação à Alemanha em 1933: a necessidade de lutar militarmente junto ao bonapartista reacionário Bruening e Hinderburg se é atacado por Hitler e seus nazistas.

Nós, na Espanha, teríamos lutado com Juan Carlos-Calvo Sotelo contra Tejero se houvesse ocorrido uma guerra civil entre ambos.

Verdadeiramente, o governo frentepopulista de Mitterrand deve possuir virtudes muito especiais para merecer que os trotskistas lutem em seu campo contra a reação, os mesmos trotskistas que não lutariam no campo de De Gaulle.

Com essa posição, a OCI está demonstrando que oportunismo e ultraesquerdismo no fundo são duas caras da mesma moeda revisionista. É oportunista com relação a Mitterrand. Em cujo governo burguês vê tantas virtudes que luta em seu campo subordinando-se politicamente a essa direção. É ultraesquerdista com relação a De Gaulle, já que se nega a combater militarmente em seu campo contra a reação fascista. Em ambos casos tem uma política diretamente oposta à de Trotsky, que afirmou, como vimos, que sempre lutamos militarmente no campo do governo burguês se este é ameaçado pelo fascismo ou o imperialismo.

Nós, que combatemos a *todos* os governos burgueses e não apoiamos *nenhum*, combatemos com *qualquer* deles se entra em guerra civil contra um adversário reacionário.

5. Os três exemplos de Lambert

Vimos que o *Projeto de informe político* traz três exemplos históricos nos quais se produziram enfrentamentos físicos entre o governo e a burguesia do campo reacionário: a sublevação de Kornilov, a invasão japonesa da China e a guerra civil espanhola. Justamente esses três exemplos nos servirão para demonstrar que a política da OCI para a França (supondo que realmente existe uma guerra civil em gestação), é oposta da que aplicaram Lenin e Trotsky.

Lutar com Kerenski contra Kornilov

Aproximadamente uma semana antes da sublevação de Kornilov (agosto de 1917) já corriam rumores por toda Rússia de um levante contra-revolucionário contra o governo de Kerenski. Imediatamente se formou um bloco “defensista” (defesa do governo) com os mencheviques, os eseristas e aparentemente um setor do Partido Bolchevique. Esta foi a reação de Lenin: “Qualquer bolchevique que tenha chegado a um acordo com os defensistas (...) para expressar de forma indireta confiança ao governo provisório (que é defendido, segundo se afirma, dos cossacos) seria, evidentemente, imediata e sumariamente expulso do partido (...) Nossos operários e nossos soldados vão combater as tropas contra-revolucionárias se elas iniciam uma ofensiva contra o

governo provisório; o farão *não para defender a esse governo que chamou Kaledin e Cia. no dia 3 de julho, mas para defender independentemente a revolução na busca de seus próprios fins: os fins de garantir a vitória dos operários, dos pobres, a causa da paz, e não a vitória dos imperialistas Kerenski, Auxentiev, Tseretelli, Skobeliev e Cia.*” (*Obras completas*, t. XXVI, pp. 329-330).

E quando os cossacos de Kornilov avançavam sobre Petrogrado: “Não devemos apoiar o governo de Kerenski sequer agora. É uma falta de princípios (...). Lutamos contra Kornilov exatamente como fazem as tropas de Kerenski, *mas nós não apoiamos Kerenski. Pelo contrário, desmascaramos sua debilidade*” (op.cit. p. 373).

Como vemos, a política de Lenin consiste em lutar contra Kornilov junto com as tropas de Kerenski, mas sem prestar-lhe o menor apoio; pelo contrário, o ataca constante e implacavelmente. A finalidade de sua luta não é a defesa do governo burguês, mas sim garantir a vitória do proletariado. A política de Lambert, em troca, consiste em lutar contra a CNPF mas em defesa do governo e facilitando o diálogo das massas com ele. Tememos muito que com essa política, Lambert tivesse sido “expulso imediata e sumariamente” do partido bolchevique.

A invasão japonesa da China

Em julho de 1937, inicia-se a invasão japonesa da China. Nesse momento, Trotsky envia um comunicado à imprensa burguesa, onde diz:

“Se existe no mundo uma guerra justa, é a guerra do povo chinês contra seus opressores. Todas as organizações operárias, todas as forças progressistas da China, *sem abandonar seus programas e sua independência política*, cumprirão até o fim com seu dever na guerra de liberação, independente de sua atitude frente o governo de Chiang Kai-shek” (*On China*, p. 547).

Esta posição de Trotsky despertou algumas dúvidas nas fileiras do movimento trotskista internacional, na medida em que se tratava de lutar com o exército de Chiang Kai-shek, o mesmo que havia massacrado os operários de Shanghai. Por isso Trotsky pouco depois esclareceu sua posição em uma série de artigos e cartas:

“Ao participar da guerra nacional legítima e progressiva contra a invasão japonesa, as organizações operárias devem manter sua total *independência política* frente ao governo de Chiang Kai-shek” (op.cit.p., 573; grifos no original).

“Sabemos muito bem que Chiang Kai-shek é o carrasco dos operários. Mas o próprio Chiang Kai-shek é obrigado a conduzir uma guerra que é *nossa guerra*. Em tal guerra nossos camaradas devem ser os melhores combatentes. Politicamente devem criticar Chiang Kai-shek por fazer a guerra de maneira ineficaz, por não impor pesados impostos à classe burguesa, por não armar os operários e camponeses, etc. O operário chinês deve dizer: ‘Os ladrões japoneses impuseram esta guerra a meu povo. É minha guerra. Mas, infelizmente, a condução da guerra está em mãos erradas. Devemos vigiar severamente essa direção e *nos preparar para substituí-la*’” (op.cit., pp. 574 e 575).

Quer dizer, inclusive em uma polêmica com setores ultra-esquerdistas que se negam a combater o imperialismo, Trotsky não se cansa de insistir na *independência política* das organizações operárias e na necessidade de denunciar o governo.

A guerra civil espanhola

Finalmente, a política de Trotsky na guerra civil espanhola também é oposta à preconizada pelo *Projeto de informe*. Em um artigo publicado em *Lutte Ouvriere* no dia 21 de maio de 1937, disse: “É necessário mobilizar aberta e audaciosamente as massas *contra o governo de Frente Popular*” (*A revolução espanhola*, t. II, p. 104).

E pouco depois: “Acusamos este governo de proteger os ricos e atacar os pobres. *Enquanto não sejamos o suficientemente fortes como para derrubá-lo, combateremos sob sua bandeira. Mas em todas as ocasiões manifestaremos nossa desconfiança nele: esta é a única possibilidade de mobilizar politicamente as massas contra esse governo, preparando sua derrubada*. Qualquer outra política seria traição à revolução” (op. cit., p. 167).

“A renúncia à agitação independente e à organização de cara à *derrubada revolucionária do governo burguês* não podem, no melhor dos casos, senão prolongar a agonia da democracia burguesa e *facilitar o triunfo do fascismo*” (op.cit., p.157).

E isto também está muito claro. Para Trotsky, é um dever lutar nas fileiras republicanas contra Franco. Mas aceitamos a direção *militar* de Negrín, não sua direção política. Pelo contrário, chamamos constantemente as massas a desconfiar do governo frente populista, a mobilizar-se contra ele e a preparar sua derrubada revolucionária.

6. A verdadeira política bolchevique e trotskista

Destas afirmações tão claras de Lenin e Trotsky despreende-se a verdadeira política dos revolucionários ao produzir-se um choque físico entre dois “campos”. Resumamos suas características principais.

Lutamos militarmente no campo frente populista

Quando ocorre um *choque físico* entre dois setores da burguesia, não podemos permanecer neutros, estamos obrigados a alinhar-nos. Mas o fazemos respondendo a uma realidade objetiva, alheia a nós, que nos obriga a lutar em um terreno que não é o nosso. Nosso terreno é o da luta de classes, do proletariado contra a burguesia.

É nosso dever de combater o fascismo ou uma invasão imperialista, e se o governo burguês também faz isso nos encontramos no mesmo campo. Mas esse campo é unicamente *militar*: jamais, em momento algum, nos subordinamos a sua direção política. Nossa “oposição irreductível” ao governo, nossa independência política com relação a ele, é o eixo principista de toda nossa política; o único que muda é a *forma* de combater o governo, quer dizer, a tática. Por exemplo, denunciemos suas vacilações e debilidades frente o inimigo fascista ou imperialista. Exigimos que arme os trabalhadores e camponeses e garanta um treinamento militar de primeira, pago pela patronal. Exigimos também que obtenha os fundos para a guerra mediante os impostos sobre os lucros da burguesia. Justamente, a guerra nos proporciona uma magnífica oportunidade de demonstrar na prática que o governo frentepopulista é quem mais favorece a vitória do fascismo e o esmagamento das massas

O alinhamento militar é um episódio tático

Mas a subordinação militar ao comando da frente antifascista o governo frentepopulista não é uma política permanente. É somente uma tática que responde a determinada relação de forças: quando os partidos operários traidores e o governo da frente popular contam com a confiança das massas e possuem maior força que o partido bolchevique. Por isso, Trotsky afirma que combatemos sob as bandeiras de Negrín enquanto não tenhamos força suficiente para derrubá-lo.

Transformar a luta entre campos em luta de classes

O partido revolucionário tem um objetivo permanente, que não é abandonado durante a guerra civil: é a independência política do proletariado.

Durante as guerras civis ou invasões imperialistas ocorre que os campos surgem na realidade, como demonstram os três exemplos históricos citados pelo *Projeto* da OCI. Como temos afirmado, os revolucionários lutam militarmente no campo mais “progressivo”, mas não para capitular frente a sua direção política burguesa como faz a OCI. Exatamente o contrário, durante essa luta militar combatemos politicamente a direção burguesa, inculcamos nas massas a mais absoluta desconfiança nele e buscamos transformar essa desconfiança em ódio de classe. Nossa propaganda e agitação desmascara passo a passo as vacilações e debilidades da direção do campo e a mostra como a melhor aliada em nossas fileiras do campo inimigo.

Derrubar o governo burguês e conquistar o poder

Nossa política de independência de classe e ruptura do bloco proletário com a burguesia, aponta para nosso objetivo supremo de derrocar o governo burguês e conquistar o poder. Sem a derrubada revolucionária do governo burguês não pode haver vitória contra o fascismo ou somente pode haver uma vitória momentânea. O perigo fascista continuará existindo. A miséria das massas subsistirá não como perigo e sim como *realidade*.

A atual política da OCI, de manter a classe operária amarrada à carroça do governo frentepopulista, faz o jogo do “campo reacionário” e constitui a melhor maneira de conduzir o proletariado francês à catástrofe.

CAPÍTULO VII

A POLÍTICA FRENTE OS PARTIDOS OPERÁRIOS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

O ascensão dos partidos operários contra-revolucionários ao governo seja para exercê-lo de forma direta com a “sombra da burguesia” (ocaso atual da França) ou para participar em um gabinete com maioria de partidos burgueses (o primeiro governo francês do pós-guerra, no qual Thorez foi ministro do trabalho) é um fato realmente inusual na maioria dos países capitalistas, ainda que mais freqüente nos adiantados. Quando ocorre, provoca diferentes tipos de reações no movimento marxista. Justamente essa reação é um excelente termômetro para saber se o partido em questão é revisionista ou conseqüentemente marxista. Adiantando o que seria o desenvolvimento do presente capítulo, sintetizemos brevemente as diferenças.

Para os revisionistas, o ascenso dos partidos operários contra-revolucionários ao governo significa uma mudança favorável nas características dos mesmos. O fato de que as massas confiem neles lhes outorga certas virtudes, que os convertem de contra-revolucionários e agentes da burguesia, em reformistas que estão contra a burguesia mas tem um método equivocado: a colaboração de classes.

Daí se conclui que deve ser abandonada a denúncia violenta e constante dos mesmos e de suas direções, em troca de uma política de apoio combinado com a crítica fraternal para que modifiquem sua orientação equivocada.

Os marxistas revolucionários pensam exatamente o contrário. Quando tais partidos fazem parte do governo burgueses, seu caráter contra-revolucionário é acentuado ao máximo, porque a sua função habitual de agentes da burguesia no movimento operário acrescenta-se a função de governantes, gerentes políticos do estado capitalista contra os trabalhadores. Esta é a análise de princípios que fazem os marxistas revolucionários: que se converteram de agentes da burguesia no movimento operário em agentes da burguesia e avalistas da ordem burguesa *em nível a sociedade em seu conjunto*. Podemos dizer que passaram de partidos operários burgueses a *partidos burgueses operários*: sua característica de classe não muda pelo fato de entrar ao governo burguês mas a partir de então sua função é aplicar a política da burguesia ao nível de toda a sociedade não só do movimento operário.

A política que se depreende desta apreciação é que nossa denúncia dos partidos traidores, se foi violenta antes de sua ascensão ao governo é, agora, um milhão de vezes mais violenta e conseqüente. Para não estendermo-nos digamos simplesmente que, quando os mencheviques entraram no governo provisório, Lenin falou que a política dos bolcheviques para eles deveria ser igual a que possuíam com relação aos kadetes antes de fevereiro. E quando Blum chegou ao governo em 1936, Trotsky o qualificou de irmão gêmeo do partido radical burguês.

Estas são, em traços gerais, as diferenças entre os revisionistas e marxistas frente aos partidos operários contra-revolucionários no governo. Como é a política da OCI(u)? *Revisionista até a medula*, como veremos a seguir.

1. A OCI não combate os partidos operários contra-revolucionários

A OCI(u), partido que se reivindica trotskista, mudou completamente a caracterização marxista tradicional dos partidos operários contra-revolucionários e da política revolucionária com relação aos mesmos desde que o PS e o PCF subiram ao governo com Mitterrand.

Se prestamos atenção os *IO* que apareceram nos oito meses que transcorreram desde as eleições, encontramos o seguinte panorama. *Não há nenhum* artigo contra o Partido Socialista.

Exatamente o oposto: *IO* número 1004 expressa sua alegria porque nas eleições o PS ganhou 46 cadeiras do PC e afirma: “A derrota aplastante dos partidos burgueses é acompanhada de um retrocesso considerável do PC”. *IO* número 1024 publica um artigo ao qual já nos referimos em outra parte, sobre o congresso do PS, com um violento ataque frontal à ala Rocard, suposta representante do “campo reacionário” nas fileiras do partido do governo.

Com respeito ao partido stalinista, encontramos *artigos* nos seguintes números de *I.O.* (ressaltamos a palavra artigos porque não nos referimos a tal ou qual frase solta): 1007, 1014, 1022, 1023, 1027, 1030 e 1032. Dois deles (1014 e 1032) não se referem à França e sim à Polônia e criticam a direção do PCF por apoiar a burocracia polonesa e soviética em sua guerra contra os operários poloneses. Temos então que, em trinta e três edições do jornal aparecem somente sete artigos contra o partido stalinista e dois deles não se referem a sua política na França.

Pois bem, o *Projeto de informe político* afirma: “Sua presença [no governo] significa que o PCF, o aparelho stalinista da CGT, não somente acobertam o conjunto da política do governo como tomam sob sua responsabilidade freio e o retrocesso das massas, a defesa da burguesa, do estado, da V República e de suas instituições, avalizando as exigências econômicas e políticas da burguesia” (p.7).

Excelente afirmação não fosse por dois pequenos defeitos. Em primeiro lugar, porque não inclui ai o PS? Justamente este é o máximo responsável de provocar o “freio e retrocesso das massas” e o que está encarregado da “defesa da burguesia, do estado, da V República e de suas instituições” por ter sob sua responsabilidade a máxima instituição do estado francês, a presidência da república.

Em segundo lugar, é lícito acreditar que semelhante afirmação no documento que fixa os traços gerais da política do partido para o próximo período deveria concretizar-se em uma *campanha* de denúncia implacável pelo menos contra o PC. Nada disso: só cinco artigos em oito meses, sem contar os dedicados à questão polonesa.

Antes de 10 de maio passado, o PC era objeto de ataques constantes e brutais em *IO* por sua política contra-revolucionária a serviço da burguesia.; o PS também era atacado, ainda que em menor medida. Edição após edição do jornal, era atacado por sua política divisionista que colocava em perigo a derrota eleitoral de Giscard.

Eleito o novo governo tudo isso mudou. Os escassos ataques ao PS desapareceram completamente e a campanha constante contra o PC transformou-se em um ou outro artigo de denúncia.

2. Ao invés de denúncia, crítica fraternal

A falta de denúncia dos crimes contra revolucionários do PC e de principalmente do PS, na atual etapa tem em contrapartida o que o OCI diz sobre eles. Essa política pela positiva tem dois aspectos que veremos separados, ainda que ambos respondam a mesma concepção global, típica do revisionismo: *que o PS e o PC perderam seu caráter contra revolucionário*. O primeiro aspecto é o da crítica fraternal ao PS e ao PC; o segundo, que veremos mais adiante, consiste em chamar-lhes para a frente única.

A declaração do CC da OCI, outro dos documentos que serão discutidos no XXVI Congresso da organização faz referencia a política do governo e a dos partidos operários dentro do mesmo:

“É um fato: contra as aspirações das massas trabalhadoras, o governo não toma medidas anti capitalistas que se imponham para tirar o país da crise. O governo e a maioria do PS-PCF tem obtido, junto com essa maioria, a confiança da classe trabalhadora, das massas trabalhadoras e da juventude. O governo e a maioria do PS-PCF não deixam de ceder aos capitalistas e aos banqueiros. É um fato: desde a sua constituição, *o governo e a maioria PS-PCF somente fazem concessões e mais concessões aos capitalistas e banqueiros*”.

Se diria que a conclusão, visto que se trata de um documento supostamente trotskista, é óbvio: “não é casual que o governo, com sua maioria PS-PCF atue exclusivamente em benefício dos patrões e contra o interesse dos trabalhadores que temos escolhido contra Giscard. *Esse governo não pode atuar de outra maneira porque é um governo burguês, patronal. O PS-PCF não podem atuar de outra maneira pois são partidos traidores, a serviço da patronal a muitos anos.* Isso confirma o que nós trotskistas desde muito tempo que o movimento operário e as massas trabalhadoras não podem confiar em um governo patronal. Ainda que formado majoritariamente pelo PS-PCF”.

Isto dizemos nós, trotskistas, porém, não é o que diz a OCI:

“A verdadeira saída consiste em responder aos pedidos dos trabalhadores e romper com a burguesia. O que pedem os trabalhadores é que o país seja governado contra os capitalistas”.

A quem está dirigido este chamado choroso ? *Ao governo e aos partidos operários traidores:*

“Existe a possibilidade de fazer uma política diferente. *A existência de uma maioria PS-PCF na assembléia indica claramente (...) a exigência do momento, que vem de muito tempo, é clara: tem que se governar com os capitalistas, apoiando-se na maioria. Tem-se que apoiar na maioria que rechaçou a Giscard, a maioria que elogiou a uma maioria PS-PCF para terminar com a sabotagem dos capitalistas e banqueiros:*”.

Ou seja, que no lugar de se aproveitar da situação para terminar as ilusões equivocadas dos trabalhadores, mostra-lhes na prática o verdadeiro caráter do governo, e o PS e o PCF, diz que este mesmo governo e estes partidos podem tomar um outro caminho, o de governar contra os capitalistas. De passagem afirma-se que se deve seguir *confiando* neles porque podem fazê-lo.

Agora que a situação objetiva permite a nós trotskistas passar das denúncias propagandistas contra os partidos traidores, denúncias que fazemos desde muito tempo, a ação e a mobilização das massas contra os mesmos, o OCI chama os trabalhadores a confiar neles. Toda a sua ação se limita a criticar fraternalmente por governar a favor dos patrões e a chama-los para que endureçam e rompam. Pode haver crime maior contra o trotskismo e a revolução proletária ?

3. A OCI chama o PS e o PCF a formar uma frente única

A outra cara desta política desta política de confiar nos partidos traidores se expressa da seguinte maneira: “contra o aumento dos preços, contra o achatamento dos salários, *organizado deliberadamente pelos patrões*, só existe uma possibilidade de lutar: *formar a frente única das organizações operárias* para reclamar precisamente para os patrões que tanto se alegram: aumento geral de salários, congelamento dos preços”. (IO, 1007)

Aqui existe uma mentira flagrante a serviço de proteger ao governo: o aumento dos preços e o achatamento dos salários é exigido pelos patrões, porém, que os decreta é o governo Mitterrand, e *assim tem que ser dito*.

Porém, esta mentira tem um objetivo imediato: ocultar que são o PS e o PCF quem aplicam esta política porque aqui são chamados a formar a frente única para lutar contra a mesma. É dizer, que o OCI chega ao extremo da idiotice para chamar ao PS e ao PCF a formar uma frente única com outra política... que eles mesmo aplicam no seu governo! O OCI é consciente do absurdo desta política facilmente desmascarada; por isso mente para ocultar os verdadeiros autores da política de fome.

Poderiam opor-se que um simples editorial não reflete a política geral e permanente do partido. Sem dúvida, existem duas afirmações categóricas que demonstram que a frente única é um dos eixos da política atual do OCI.

Na carta ao CC do POSI dizíamos: “Quando aparece um governo de frente popular, terminou a tática de frente única “. O fraudulento “conselho geral” convocado pela OCI respondeu: “*A luta pela frente única operária é uma constante*” (Bulletin...p.27)

A “Declaração do CC” diz, citando um manifesto do OCI(U) editado no dia seguinte às eleições: “Nós, a OCI(U), dizemos aos trabalhadores aos jovens: Vocês conseguiram impor a unidade contra a divisão. Giscard foi vencido. É preciso fazer todo o possível para manter e estabelecer o bloco unido dos trabalhadores, *de seus partidos e organizações políticas*, que acabam de infligir uma primeira derrota ao capital”.

Um pouco mais abaixo: “Assim, a posição da OCI(U) é clara e *se caracteriza por uma continuidade política que, em todas as circunstâncias, opõe a unidade da frente proletária à burguesia...*”

Aqui está dito com uma clareza que não admite dúvidas que, para a OCI(U), a entrada do PS e do PCF ao governo não significa o abandono da frente única, porque é a política a aplicar “em todas as circunstâncias”. Na realidade, houve uma mudança: antes, o chamado à frente única ia acompanhado da denúncia desses partidos; agora, essa denúncia foi atenuada no caso do PC e abandonada completamente no caso do PS.

Os trotskistas acreditam no contrário: que é condição indispensável – ainda que não única – para aplicar a tática da frente única, que os partidos operários estejam na oposição, não no governo. Quando o PS e o PC se encontram no governo, existe uma aliança política entre ele se a burguesia, ou setores importantes da mesma. Isto não elimina que exista uma posição política ao governo, mas dentro dos marcos do regime institucional que abarca tanto aos partidos burgueses como aos partidos operários contra-revolucionários.

Existem momentos excepcionais nos quais a maior parte da burguesia rompe com o governo frente-populista e procura derrubá-lo mediante um golpe de estado, ou sublevação contra-revolucionária. Nestes momentos, quando se rompe o acordo entre o PS-PC e a burguesia pode estar colocada a tática de frente única com eles. Mas estes momentos são, insistimos, excepcionais. A regra geral é o acordo político desses partidos com a burguesia. E nesta situação, não pode haver chamado à frente única operária com os gerentes políticos do regime burguês.

A razão é muito simples: a frente única é uma tática que consiste em convidar os partidos operários majoritários e as suas bases para lutar contra a burguesia e seu governo ao redor de pontos comuns, que são as reivindicações mais sentidas pelas massas. É o chamado a uma luta imediata, já, agora.

Quais são os pontos em comum que tem os trotskistas com o PS e o PC atualmente na França? As reivindicações mais sentidas pelas massas francesas hoje são terminar com o desemprego, congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade de aumento de salários. Como podemos chamar o PS e o PC a lutar por essas reivindicações se são eles mesmos os que aplicam a política de austeridade do governo, de desemprego, preços altos e salários miseráveis? Uma frente com o PS e o PC contra o desemprego significa lutar pela aplicação do plano Mauroy que promete trabalho para 10% dos desempregados atuais para o final de 1984 e para todos lá por 1988. Este sim seria um ponto em comum para fazer uma frente única, mas um ponto em comum dos traidores, da canalha contra-revolucionária da qual forma parte hoje a OCI(U).

4– Uma confusão teórica a serviço da traição

A resposta do suposto “conselho geral” a nossa carta ao CC do POSI diz: “*Toda a política de Lenin e Trotsky em relação aos partidos operários ou que representam as massas, tem como eixo a linha da frente única, com a reivindicação: rompam com a burguesia!* Na França a reivindicação de um governo PS-PCF sem ministros burgueses é uma das expressões mais elevadas da luta pela frente única operária”. (*Bulletin...* número 1, pg.26; sublinhado no original).

Em primeiro lugar, é falso que a linha da frente única seja o eixo da política de Lenin e Trotsky em relação aos partidos operários burgueses; nos deteremos sobre isso um pouco mais adiante. Aqui está se fazendo uma confusão entre duas táticas distintas: a frente única e o governo operário e camponês.

O chamado ao PS e ao PC para romperem com a burguesia é, efetivamente, “uma das expressões mais elevadas da luta pela frente única operária”, quando esses partidos *estão na oposição*; aqui estão se referindo ao PS e ao PCF no governo, em aliança com a burguesia.O

chamado a romper a burguesia como expressão da tática da frente única é, como *todas* as expressões dessa tática, um convite à luta ao redor dos pontos comuns, sentidos pelas massas até o ponto em que estejam dispostas a se mobilizar de maneira imediata.

O chamado a “romper com a burguesia” quando o PS e o PC estão no governo não é um convite à luta conjunta com eles, mas uma *exigência*, destinada a impulsioná-los a constituir um governo sem burgueses, um governo contra a burguesia; no caso em que um grande ascenso de massas os obrigue a fazê-lo, o governo resultante não seria ainda a verdadeira ditadura do proletariado mas um passo extremamente importante para a mesma. Mas se eles não rompem com a burguesia, *o que é o mais provável*, então sua essência contra-revolucionária ficaria clara perante às massas. Digamos logo: esta é a tática do governo operário e camponês.

Esta confusão, de nenhuma forma é casual, mas obedece a uma lógica profunda, coerente com toda a política da OCI(U). Porque, como continuação do trecho do Bulletin citado mais acima, está escrito: “É necessário recordar mais uma vez o *Programa de Transição* e este trecho tão importante sobre o governo operário e camponês?” (op.cit.pg.26).

Digamos que sim e recordemos: “Exigimos a todos os partidos e organizações que se apoiam nos operários e camponeses e falam em seu nome, para que rompam politicamente com a burguesia e entrem no caminho da luta pelo governo dos operários e dos camponeses. Neste caminho, lhes prometemos pleno apoio contra a reação capitalista. Ao mesmo tempo, desenvolveremos uma infatigável agitação ao redor das reivindicações de transição que deveriam formar, em nossa opinião, o programa do “governo operário e camponês”. (P.de T., pg.34).

Aqui está dito que é uma exigência aos partidos operários, não um convite a luta conjunta com eles. Mas o mais importante aqui é que “desenvolveremos uma infatigável agitação ao redor das reivindicações de transição que deveriam formar, em nossa opinião, o programa do governo operário e camponês”.

Qual é a única agitação que faz a OCI? O apoio às “medidas” ou “passos progressivos” do governo Mitterrand contra a burguesia e a CNPF (Confederação do Patronato Francês); o apoio aos princípios que surgem no plano Mauroy para liquidar o desemprego em sete anos; o chamado ao governo a não cometer o erro de conciliar com a burguesia.

Alguns exemplos:

- A grande greve da Renault foi ignorada pela OCI durante um mês e, finalmente, deu uma linha aventureira destinada a paralisar a luta.

- Em Logabax, contra as demissões, colocou-se que havia que “dar tempo ao governo, o tempo que necessite” para resolver os problemas e não propôs a nacionalização da empresa.

- No movimento estudantil, a UNEF, dirigida pela OCI e pelo PS, limita-se a “felicitar” o governo frente a cada medida que toma.

- Finalmente, no conflito de Orly, contra as demissões, a OCI constituiu uma frente única com a burocracia sindical ligada ao PS e ao PC para aprovar uma resolução onde adotou-se, como única medida para impedir as demissões, uma reunião com o Ministro do Trabalho.

Esta é a lógica profunda da confusão teórica entre a frente única e governo operário e camponês: a OCI(U) constituiu uma sólida frente única com o governo frente-populista, burguês, imperialista de Mitterrand e com todos os partidos que o integram (incluídos os burgueses). O objetivo de suas referências fraudulentas a Lenin e Trotsky é disfarçar sua traição ao proletariado e à revolução sob um disfarce trotskista.

5. Uma frente única dentro da frente única

Dizemos, então, que a OCI(u) é parte de uma grande frente única encabeçada pelo governo de Mitterrand, da qual participam os partidos burgueses e operários do mesmo. No entanto, é necessário matizar essa afirmação, porque dentro dessa grande frente, a OCI(u) impulsiona outra, mais reduzida, que obedece à lógica dos “campos progressivos”. Vejamos:

“O conflito se desenvolverá tanto no interior do governo *como no interior do PS*. E nesse caso, tampouco a OCI(u) permanecerá neutra”(Projeto de informe político, p.7).

Ou seja, a teoria dos campos se estende aqui ao PS, o principal partido do governo.

IO 1024 (31/10/81) dedica um importante artigo ao congresso do PS, realizado em outubro. Ali se diz:

“Frente ao furor reacionário (da patronal e da imprensa), inúmeros delegados ao congresso foram muito aplaudidos ao pedir ao governo que utilize os meios de que dispõe para fazer cessar os golpes lançados pelos banqueiros e a escandalosa sabotagem da alta administração. Mas essa vontade de reagir e de nomear claramente o inimigo foi atacada no segundo dia por vários membros do governo, principalmente por dirigentes *de correntes minoritárias do PS: Rocard / ministro do Plano/, Chevenement, Mauroy /primeiro-ministro/*. Não é este o objetivo da nova corrida da imprensa, dirigida desta vez contra o congresso de Valence: apoiar-se nos chamados à ‘moderação’ provenientes do interior do PS para redobrar a ofensiva contra os trabalhadores e *o governo?*”

Mais claro, impossível. O governo (ou seja, Mitterrand) está sendo atacado dentro do próprio PS por ministros como Mauroy e Rocard. Estes são os agentes dos “capitalistas e banqueiros” que sabotam a ação do governo.

Outro artigo, intitulado “Por que eles preferem Rocard” diz que este ministro está contra “provocar uma confusão no aparato produtivo”; em outras palavras, está contra as nacionalizações. Devido a essas declarações e outras do gênero, o jornal *La Croix*, que expressa as opiniões da hierarquia católica, disse que Rocard “se destaca no grupo dos razoáveis (...) por preconizar a moderação nos aumentos salariais...”(IO 1024).

IO contrasta essas declarações de Rocard com as do ministro do interior Gaston Defferre: “Quanto aos banqueiros, é eles ou nós”, ou seja, o governo é o inimigo mortal dos banqueiros..

Aqui se revela o aspecto sectário da orientação geral oportunista da OCI(u): se exclui Mauroy e Rocard do “campo burguês progressivo”. O governo frentepopulista é progressivo, e por isso a OCI(u) faz frente única com ele. Mas dentro dessa frente única há uma ala “infiltrada”, digamos assim, que responde ao campo inimigo, reacionário, o da CNPF. Esse setor é o que impede que o governo avance pelo “bom caminho” de satisfazer as reivindicações das massas, e o faz ceder às exigências dos capitalistas e banqueiros. Por isso a OCI(u) conforma uma frente única – dentro da frente única maior – com Mitterrand e seus incondicionais, como Defferre, contra Rocard e os seus.

Com isso, o PS – e nos referimos ao PS em seu conjunto, com *Mitterrand* à cabeça – deixou de ser um partido operário traidor, um partido operário burguês que se passou definitivamente ao bando da contra-revolução há quase 70 anos. Agora é um partido que integra os dois campos, o burguês e o antiburguês; a OCI faz frente única com este último, ou seja, nada menos que com Mitterrand.

– verdadeira política de Lenin e Trotsky

A roupagem leninista e trotskista com a qual a OCI(U) procura disfarçar sua traição realmente não resiste à crítica: basta ver o que disseram Lenin e Trotsky sobre o tema de que nos ocupamos.

Em primeiro lugar, a entrada dos partidos operários traidores ao governo exige uma mudança radical na caracterização dos mesmos e, conseqüentemente, uma mudança na política do partido revolucionário. Escutemos primeiro Lenin referindo-se aos mencheviques quando começaram a fazer parte do governo provisório:

“A mínima confiança nos mencheviques eqüivale a uma traição à revolução, *como teria sido confiar nos kadetes entre 1905 e 1917*”.

Agregando: “A principal garantia de seu êxito está agora na clara compreensão das massas sobre a traição dos mencheviques e os esseristas, no total rompimento com eles, num boicote do proletariado revolucionário de tal forma incondicional, como foi o boicote aos kadetes depois da experiência de 1905.” (obras completas, T. XXVI, p. 330).

Lenin afirmava e insistia que, a partir de sua entrada no governo burguês, os mencheviques mereciam, da parte do proletariado, o mesmo tratamento que o partido burguês dos kadetes recebe: nenhuma confiança, ruptura total, boicote incondicional. Evidentemente, esta caracterização excluía toda política de acordo ou frente com eles. Lenin o dizia explicitamente: “Os mencheviques passaram definitivamente para o campo dos inimigos do proletariado. Com pessoas que passaram definitivamente para o campo dos inimigos não se negocia; com elas não conformamos blocos. A tarefa primordial dos social-democratas revolucionários é isolá-los por completo, de todos os

elementos mais ou menos revolucionários da classe operária”. (*Obras completas*, T.XXVI, pg. 329–330).

Trotsky não era menos categórico. Quando chegou Blum ao governo, disse. “O partido de Blum é um partido burguês, o irmão menor do radicalismo decadente” (*On France*, pg. 178).

Voltou a insistir neste conceito, em plena guerra civil espanhola: “É preciso desencadear uma batalha implacável contra a aliança com a burguesia e pelo programa socialista. É preciso denunciar a direção stalinista, socialista e anarquista, precisamente por sua aliança com a burguesia. Não se trata de redigir artigos que permanecerão mais ou menos confinados nas colunas de *La Batalla* /o órgão do POUM/. *Do que se trata é de dirigir às massas contra seus dirigentes que estão a ponto de conduzir a revolução ao desastre*” (*A revolução espanhola*, vol.2, pg 77).

Ou seja, no meio da guerra contra o fascismo, Trotsky chama a combater o frente–populismo e as direções traidoras o PS, o PCE e os anarquistas: o oposto da frente única.

Para concluir, “toda a política de Lenin e Trotsky em relação aos partidos operários ou que representam as massas tem como eixo” justamente o contrário do que afirma a OCI: nenhum acordo, ruptura total, isolamento, dirigir às massas contra eles, quando formam parte de um governo burguês.

7– Uma tática excepcional para uma circunstância excepcional

Dizíamos que existe uma circunstância excepcional na qual está colocada a tática da frente única com os partidos operários traidores quando estão no governo. Essa circunstância deu–se em agosto de 1917 e durou exatamente quinze dias. Nesse período, Lenin e Trotsky levantaram a frente única com os mencheviques e social–revolucionários, ainda que sem deixar de atacá–los. Assim o explicou Trotsky anos depois, na polêmica contra os stalinistas do terceiro período, que se negavam a combater Hitler com os social–democratas: “Os bolcheviques tinham o direito de dizer: para derrotar à Korniloviada devemos derrotar primeiro à kerenskiada. Disseram isso mais de uma vez, porque era correto e necessário para toda a propaganda posterior. *Mas isso resultava totalmente insuficiente para oferecer resistência à Kornilov no dia 26 de agosto e nos dias subsequentes, e para impedir que ele massacrasse o proletariado de Petrogrado*. Por isso, os bolcheviques não se limitaram a fazer um chamado geral aos operários e soldados a romper com os conciliadores e apoiar a frente única vermelha dos bolcheviques. *Não os bolcheviques propuseram à luta em frente única, aos mencheviques e social–recolucionários e criaram organizações de luta conjuntas*”. (*The Struggle Against Fascism in Germany*, pág.136).

Frente à sublevação contra–revolucionária de Kornilov, os bolcheviques deixaram de ter como centro de sua agitação o chamado a “romper com os conciliadores” e, como exceção, propuseram aos mencheviques e SRs uma luta conjunta por um objetivo imediato: derrotar Kornilov. Dito de outra forma, até a sublevação de Kornilov adotaram uma tática completamente oposta à da frente única com os mencheviques e SRs. No lugar disso chamavam a romper com os conciliadores e constituir a frente única *revolucionária* (“vermelha”).

Em que circunstâncias se propôs esse acordo? Novamente, falava Trotsky: “*A burguesia de conjunto apoiava Kornilov*. A aliança dos bolcheviques com os social–revolucionários *só foi possível porque os conciliadores romperam temporariamente com a burguesia*: o medo a Kornilov os obrigou a isso. Os representantes destes partidos sabiam que, se Kornilov triunfasse, a burguesia já não os necessitaria e Kornilov os estrangularia. (op. citada pág. 187; sublinha do original).

Lenin e Trotsky, levantaram a frente única quando a burguesia de conjunto rompeu a aliança com os mencheviques e SRs e se passou para o lado de Kornilov.

O caso da Espanha foi diferente: só um setor da burguesia rompeu com a República e se uniu a Franco. O outro setor manteve a aliança com o PS, o PC e os anarquistas, e por isso Trotsky jamais levantou a tática de frente única na guerra civil espanhola.

8– A origem da tática da frente única

A frente única, tática de aplicação circunstancial, quando o momento a exige, é uma das melhores que elaborou o leninismo. Em mãos dos revisionistas da OCI(u) tornou-se um princípio de aplicação universal e permanente: “A luta pela frente única operária é uma constante”.

Para nossos mestres, a frente única era uma tática formidável que se aplica em determinados momentos, de acordo com a situação da luta de classes e do grau de força (ou debilidade) da organização marxista revolucionária. A III Internacional levantou, pela primeira vez, depois de 1921, nas circunstâncias que explicava Trotsky:

“Os acontecimentos contra-revolucionários de fevereiro de 1921, demonstraram que era absolutamente impossível seguir postergando a adequação dos métodos econômicos de construção socialista às necessidades do campesinato. Os acontecimentos revolucionários de março de 1921 na Alemanha demonstraram que era absolutamente impossível continuar postergando uma retirada tática, no sentido de preparar a luta para ganhar a maioria da classe operária. Como vimos, ambas retiradas coincidem no tempo e estão intimamente ligadas entre si. São retiradas em sentido relativo, porque demonstram graficamente a necessidade, tanto na Alemanha como na Rússia, de passar por um certo período preparatório: um novo rumo econômico na Rússia; *a luta por palavras-de-ordem transicionais e pela frente única no ocidente*” (*The First Five Years of the Communist International*, vol. 2, pág. 267).

Ou seja a tática surgiu em 1921, quando se estabilizou o capitalismo e fracassou o plano da Internacional Comunista de afastar a social-democracia do movimento operário mediante o triunfo da revolução em algum país da Europa Ocidental. A derrota de revolução alemã significou a estabilização do capitalismo e uma grande ofensiva contra o nível de vida das massas, e ao mesmo tempo, a consolidação da social-democracia do movimento operário. Com isso os partidos comunistas, que em alguns países europeus adquiriram muita força, continuaram sendo minoritários em relação à social-democracia. A tática de frente única se formula a partir dessa nova situação objetiva e subjetiva, que obriga os partidos comunistas a passar por um “período de preparação” no qual deverão ganhar a maioria da classe.

Como se colocava essa tática?

Novamente dizia Trotsky: “Hoje, o setor organizado da classe operária está dividida em três formações. Uma delas, comunista, luta pela revolução social e, precisamente por isso, apoia toda mobilização, dos trabalhadores contra os exploradores e o estado burguês, por mais parcial que seja.

Outra formação, a reformista, busca a conciliação com a burguesia. *Mas para não perder a influência sobre os trabalhadores, os reformistas vêm-se obrigados, contra os desejos mais ardentes de seus próprios dirigentes, a apoiar as mobilizações parciais contra os exploradores.*

Por último, o terceiro grupo, centrista, vacila constantemente entre os outros dois e carece completamente de importância como setor independente.

“Por conseguinte, devido a estas circunstâncias, é perfeitamente possível realizar ações conjuntas entre os operários agrupados nestas três organizações e as massas desorganizadas que aderem às mesmas, em torno a toda uma série de problemas vitais” (op.cit., pág 94).

No mesmo documento que estamos citando, se diz que: “*Nos casos em que o partido comunista é uma organização de uma minoria numericamente insignificante, o problema da sua conduta na frente da luta de classes não tem uma importância prática e organizativa decisiva.* Em tais condições, as ações de massas continuam sendo dirigidas pelas velhas organizações que, devido a existência de poderosas tradições, seguem desempenhando um papel decisivo. O problema da frente única também não se coloca nos países onde o PC é a organização dirigente das massas trabalhadoras. Mas, onde o PC já constitui uma força política grande, bem organizada, mas não decisiva; onde o partido abarca organizativamente a quarta ou terceira parte, ou a um setor maior da vanguarda proletária organizada, o problema da frente única se coloca de forma muito aguda” (op. cit., pág.92).

De tudo isso se derivam uma série de caracterizações da tática da frente única, que podemos sintetizar assim:

– Se levanta quando existe uma determinada relação de forças entre o partido revolucionário e o reformista, sendo aquele mais débil que este, mas sem constituir uma minoria insignificante do movimento operário.

- Se coloca quando o movimento operário está lutando para defender-se de uma ofensiva capitalista.
- Está dirigida aos partidos oportunistas com influência majoritária no movimento operário – na época de Lenin e Trotsky eram os social-democratas – quando estes se vêem obrigados a apoiar as mobilizações parciais dos trabalhadores.
- É um convite – não uma exigência – à luta conjunta e imediata ao redor dos problemas que sofrem os trabalhadores.
- Desprendem-se daqui uma característica adicional, sobre a qual é necessário dar ênfase, mesmo correndo o risco de ser repetitivos: já que se aplica somente em determinadas circunstâncias, trata-se de uma *tática*, de forma alguma de uma política de aplicação permanente. Caso contrário, a III Internacional a teria definido como uma estratégia, que iria requerer táticas acessórias ou subordinadas para conseguir a frente única, em cada etapa da luta de classes.

O OCI, com sua concepção de que “a luta pela frente única é uma constante”, afirma exatamente o contrário. Em tal caso, deve ser conseqüente e afirmar que a III Internacional cometeu um erro político ao defini-la como uma tática que se aplica somente em circunstâncias especiais e conjunturais, como as descritas acima. Se a OCI fosse conseqüente até o final, deveria afirmar que Lenin e Trotsky se enganaram em 1917 na Rússia porque não aplicaram essa tática (durante todo o ano repudiaram os acordos com os mencheviques e SRs) e que se equivocaram novamente nos dois primeiros congressos da Internacional Comunista, quando propuseram todo tipo de táticas, menos o acordo com a social-democracia.

Além disso os dirigentes da OCI deveriam por-se de acordo entre eles. Em sua intervenção no Brasil, Luis Favre levantou, como vimos, que as únicas palavras que devem ser *agitadas* são as palavras-de-ordem para a ação imediata, razão pela qual a OCI não levanta agora uma palavra-de-ordem de governo. Suponhamos por um instante que Favre tem razão. Mas a frente única é justamente para a ação imediata: porque, então, é uma “constante”, quer dizer, que se levanta até quando não existem possibilidades para realizá-la?

9- Uma tática contraditória

Essa tática, na sua aplicação, se enfrentava freqüentemente à realidade de que a direção social-democrata se negava, rotundamente, à luta conjunta. Dessa realidade surgiu uma discussão, já no IV Congresso. A ala direita, encabeçada por Radek e Thalheimer levantava que a frente única passava essencialmente pelo acordo com as direções social-democratas, enquanto que a esquerda, liderada por Zinoviev, afirmava que deveria buscar-se a unidade com as bases operárias, de qualquer tendência que fosse. Esta é a discussão entre os partidários da frente única “por cima” e os da frente única “por baixo” (desconhecendo a direção social-democrata).

Em base a estas contradições, o stalinismo caiu depois, em dois desvios diametralmente opostos. O primeiro foi o do Comitê de Unidade Sindical Anglo-russo, frente única da burocracia soviética com a burocracia sindical britânica em 1925. Graças a essa frente única, os burocratas britânicos puderam trair e provocar a derrota da formidável greve geral britânica de 1925, aproveitando-se do prestígio de sua aliança com a direção da Revolução Russa. O outro desvio deu-se na Alemanha, quando os stalinistas, no seu “terceiro período” ultra-esquerdista, levantavam a frente única “pela base” e o desconhecimento da direção “social-fascista”. Com isso, sabotaram a unidade do proletariado alemão e permitiram o ascenso de Hitler ao poder.

Desvios a parte, a tática de frente única é contraditória devido a um fato real. Trata-se de conseguir uma mobilização unitária e imediata dos trabalhadores, e a luta não é precisamente no terreno que as direções reformistas sentem-se mais cômodas. Seu teatro de ação é a tribuna parlamentar, a redação do jornal, o escritório do sindicato ou do partido. Não a fábrica ou a barricada na rua. O eixo da sua atividade é a negociação não a mobilização.

Para nós, diz Trotsky, “nos interessa arrastar os reformistas dos seus santuários e colocá-los junto a nós na frente dos olhos das massas que lutam” (The first five years..., pág....).

Em certas ocasiões, quando a pressão das massas é muito forte e, sobretudo, quando uma ofensiva do capitalismo põe em perigo seus privilégios, podemos “arrastar os reformistas de seus santuários” e obrigá-los a lutar. Esta situação nos beneficia como revolucionários, já que só através

da mobilização é que se fortifica nosso partido e se torna clara a verdadeira face contra-revolucionária dessas direções.

Mas em, muitas ocasiões, talvez na maioria delas, se torna impossível obrigar a burocracia reformista a se mobilizar. Em tais casos, sempre e quando o partido revolucionário possua a força suficiente (recordemos que essa é uma das condições para aplicar a frente única), se há de fato uma frente única pela base. Se se produz uma luta, então este tipo de frente pode nos favorecer já que desmascara a direção traidora.

Seja como for, a frente única é uma tática para mobilizar as massas, e somente assim deve ser colocada. Jamais para frear uma mobilização como a levantou o stalinismo em suas duas versões contraditórias, “por cima” (na Inglaterra), e “pela base” (na Alemanha).

10– A frente única nas nossas fileiras

A tática de frente única, aplicada pelos trotskistas na vida de Trotsky, passou por etapas claramente definidas.

A primeira, correspondeu à etapa do Comitê Anglo-russo e de outra grande frente única dessa época: a do Partido Comunista Chinês com o Kuomintang. E dentro da URSS se deu de fato a frente única da burguesia com o campesinato rico, nos marcos da NEP, como vimos num capítulo precedente.

O eixo da política de Trotsky, nessa etapa, foi a ruptura dessas três frentes únicas contra-revolucionárias. Na Inglaterra e na China suas previsões se viram confirmadas pela derrota da greve geral na primeira e a derrota da revolução de 1925–27 na segunda. Dentro da URSS, a burocracia, obrigada por circunstâncias que colocavam em perigo sua dominação, teve que dar um sangrento fim a sua frente com os Kulaks e tomar as palavras-de-ordem da Oposição de Esquerda pela aplicação de um plano quinquenal e a industrialização do país, de forma ultimata e totalitária.

A segunda etapa se produziu entre 1928 e 1933. Com o avanço do nazi-facismo na Alemanha, a frente única se transformou em tática principal do trotskismo. Esta tinha todas as características clássicas da frente única, tal como foram definidas pela III Internacional.

Em primeiro lugar, deve se ter em conta que o trotskismo, ultraminoritário, não se considerava uma organização independente, mas sim uma fração leal do Comintern e de seus partidos nacionais. Por conseguinte, lutava para que o PC alemão, organização com grande influência de massas, mas minoritário em relação à social-democracia, chamasse-a a constituir a frente única. Em segundo lugar, se tratava de uma tática defensiva para mobilizar unitariamente as massas contra o perigo fascista.

A segunda etapa chega ao seu fim em 1933, com o triunfo do fascismo na Alemanha. A partir de então, os trotskistas rompem com o Comintern, se constituem enquanto grupos independentes, e praticamente abandonam a tática da frente única. Quer dizer, não totalmente: continuam levantando-a à nível local, ao redor de lutas reivindicatórias dos trabalhadores, mas à nível nacional só a levantam *propagandisticamente*, no sentido de “isto é o que deveriam fazer os partidos operários de massa”, abandonando-a como tática para a ação imediata do próprio partido. A própria menção da frente única desaparece da literatura trotskista a partir do ascenso das frentes populares na Espanha e França.

O abandono da frente única obedece uma razão muito sólida: “é uma tática para a ação imediata. O trotskismo, corrente muito débil e ultra-minoritária no movimento operário, não encontrava condições de colocá-la. Daí decorre o fato notável de que os documentos programáticos mais importantes da fundação da Quarta Internacional – o *Programa de Transição* e o manifesto *A guerra imperialista e a revolução proletária mundial* (chamado “Manifesto de Emergência”) –, nem sequer mencionam a tática da frente única. Isto demonstra, por outro lado, que é só uma tática subordinada à grande tarefa estratégica da construção do partido revolucionário do proletariado.

Pode haver uma circunstância em que a frente única continue colocada: é a nível local, de uma categoria ou de uma nacionalidade oprimida. Por exemplo, frente a uma greve numa fábrica, ou de uma mobilização de trabalhadores imigrantes, pode estar colocada a frente única com a burocracia sindical, ou com a direção local do partido socialista ou stalinista, para conseguir o triunfo da

mobilização. Mas isso é inteiramente diferente da frente única a nível *nacional*, como foi colocada originalmente pela III Internacional.

Quando os partidos operários traidores estão no governo, só é levantada sob uma circunstância absolutamente excepcional como a sublevação de Kornilov.

11– A tática do entrismo

A partir de 1934–35, Trotsky começa a levantar uma nova tática: a do entrismo nos partidos socialistas.

A nova tática responde aos seguintes fatos: como consequência da traição stalinista na Alemanha e o avanço do fascismo na Europa, um grande setor da juventude é atraído à social-democracia e ingressa em suas fileiras. Com isso se produz um duplo fenômeno: os partidos social-democratas se fortalecem, mas ao mesmo tempo aparecem em seu seio uma série de tendências centristas de esquerda que enfrentam às direções regionais.

Nos países onde isto sucede – principalmente na França, na Espanha e nos Estados Unidos – Trotsky propunha a linha do entrismo.

Para analisar esta tática, o exemplo mais claro, ainda que pareça estranho, é um caso que aparentemente estava colocado a frente única; a França de 1934. Vejamos o que dizia Trotsky: “Já dissemos que a frente única dos partidos Socialista e Comunista encerra possibilidades imensas. Se o quiser seriamente, amanhã será o amo da França. Mas deve possuir a vontade de fazê-lo (...) A chave da situação está na frente única. Se o proletariado não utiliza esta chave, a frente única jogará o lamentável papel que teria jogado a frente única dos mencheviques e os social-revolucionários na Rússia em 1917 se ... se os bolcheviques o tivessem permitido” (*On France*, pág. 58).

Isto é um chamado de Trotsky a constituir a frente única? Não: é reconhecer que essa frente entre os dois partidos operários existe na realidade e arma-se de uma política para isso. Essa política foi a do entrismo no partido socialista e foi levantada precisamente quando se formou a frente única PS-PC.

“A frente única inicia a marcha no caminho das massas. *Queremos participar ativamente.* A única possibilidade que nossa organização tem de participar na frente única de massas, nas circunstâncias dadas, consiste em ingressar no PS” (*Escritos*, T. VI, vol.1, pág....).

Quer dizer, se colocava como tática para que o pequeno partido trotskista não ficasse marginal do movimento de massas. Com que objetivo?

“Vários camaradas – eu entre eles – acusamos à direção da Liga (francesa) e de *La Verité* de que sua luta contra a direção social-democrata era insuficiente. À primeira vista poderia parecer que há uma contradição irreconciliável entre esta crítica (que mantenho em todos os seus aspectos) e a proposta de ingressar ao partido social-democrata. Na realidade não há tal coisa (...) A entrada de forma aberta naquele partido *com a finalidade de desenvolver uma luta inexorável contra a direção reformista*, implica levar a cabo um ato revolucionário. O exame crítico da política de Blum e Cia. deve ser o mesmo em ambos os casos” (op.cit., pág. 65–66).

Trotsky então critica a direção da seção francesa pela insuficiência de sua luta contra a direção social-democrata e propõe que, para que esta luta seja mais efetiva (“inexorável”) a Liga *entre* no partido social-democrata. É o oposto da frente única, que é o acordo entre duas organizações ao redor de pontos comuns para a luta. O entrismo é uma tática para que o pequeno grupo revolucionário se insira na corrente das massas e leve adiante sua “luta inexorável contra a direção reformista”. Demos o exemplo da França, mas insistimos que a tática entrista se aplicou, não pela existência da frente do PC-PS, mas para ganhar as correntes de esquerda do PS, quer dizer, pelas mesmas razões que nos Estados Unidos, Holanda, etc., onde essa frente única jamais surgiu.

12– O governo operário e camponês

Ao desaparecer a frente única entre as táticas do trotskismo, surge outra, que rapidamente adquire status como uma das táticas mais importantes do nosso movimento: o governo operário e camponês.

Não é casual que Trotsky não levantou essas duas táticas ao mesmo tempo, e que surgisse uma na medida que desapareceria a outra. Como dissemos, a frente única é um chamado, feito por um partido revolucionário com influência de massas, a um partido reformista majoritário à luta conjunta, em base a pontos comuns.

O governo operário e camponês como tática frente aos partidos operários corresponde a outra etapa, quando os partidos stalinistas e social-democratas deixaram de ser reformistas para converter-se em contra-revolucionários, já que se passaram definitivamente à ordem burguesa. A frente única parte da na base de que existem atritos entre a burguesia e os partidos operários. A tática de governo operário e camponês se levanta quando existe uma profunda unidade contra-revolucionária entre eles, o que é característico na atual etapa histórica.

A frente é o chamado à mobilização das massas com suas direções reformistas. O governo operário e camponês não é um chamado, mas sim uma exigência; não para lutar conjuntamente, mas sim, para que essas direções rompam sua colaboração e sua aliança com a burguesia e tomem o poder com um programa revolucionário. É em síntese, o chamado às massas a romper com suas direções traidoras ou obrigar a estas a romper com a burguesia.

Por tudo isso, a frente única e o governo operário e camponês são táticas opostas, que correspondem a etapas totalmente diferentes da luta de classes.

Digamos, para concluir, que só nos referimos ao governo operário e camponês como tática para varrer as direções traidoras do movimento operário, e não no outro sentido que é descrita pelas Teses (da IV-CI), quer dizer como tipo específico de governo.

13- A frente operária revolucionária

A etapa em que os partidos operários se converteram definitivamente em contra-revolucionários, produziu outro fenômeno: o de correntes centristas, que, em muitos casos surgem no seio destes partidos, que evoluem em direção a posições revolucionárias trotskistas. Chamamos estas correntes de “trotskizantes”, porque adotam muitos de nossos postulados programáticos: a necessidade da revolução operária e a destruição do estado burguês, a denúncia dos partidos operários contra-revolucionários, a necessidade de apoiar-se na mobilização revolucionária das massas, o tipo de estado que se deve construir depois da tomada do poder, etc.

É necessário armar-se de uma política frente a estas correntes, para ganhá-las para o programa marxista, para a revolução proletária, e para a construção do partido trotskista. Essa política é a da frente única revolucionária, já colocada em 1917 como “frente única vermelha”. O trotskismo a levantou na Espanha e França, países onde a situação revolucionária ou pré-revolucionária havia dado surgimento a ditas correntes nos partidos operários de massa, frente as traições de suas direções. Vejamos como levantava na Espanha:

“A tarefa imediata do proletariado é criar, no próprio curso da luta, uma direção capaz, que não pode ser outra que um verdadeiro partido revolucionário marxista, que não esteja carregado dos velho erros e dos velhos crimes, que esteja livre de todo oportunismo e de todo desejo de conciliação (...). *Os elementos desse novo partido já existem*, Se encontram nos restos do POUM, onde se havia formado uma ala esquerda que criticava muito vivamente a pusilanimidade do Comitê Executivo; entre os anarquistas, sobretudo entre os “amigos de Durruty”; nas juventudes socialistas, onde os camaradas se sublevaram contra o curso contra-revolucionário dos stalinistas.

“A todos os revolucionários que se sentem próximos a nós, dirigimos este chamado: venham reforçar nossas fileiras. Deixemos claro os pontos divergentes em base a uma discussão amigável. Unidos na luta, derrotaremos, nosso inimigo comum”. (*A revolução espanhola*, Vol.2 pág. 482 e 485).

Uma política similar foi aplicada na França, com o chamado à constituição da *frente proletária revolucionária*. O jornal *La Lutte Ouvrière*, na sua edição de 10 de outubro de 1936, publicou uma carta aberta do Birô político do POI dirigida à Esquerda Revolucionária (o grupo de Pivert), ao Grupo *Que Fazer?* (uma pequena organização centrista), à União Anarquista e à Aliança das Juventudes Socialistas do Sena, corrente dirigida por Fred Zeller, que havia rompido com a juventude do partido de Blum e estava se aproximando dos trotskistas.

Depois de uma breve análise da situação na Espanha e França, a carta diz:

“Numa situação semelhante, só a luta resoluta pelo programa revolucionário da *expropriação da burguesia* pode tirar a iniciativa dos fascistas e preparar os trabalhadores para a luta decisiva. Propomos que a luta se organize em torno as seguintes palavras–de–ordem:

“Controle operário e camponês da produção, da indústria e dos bancos, supressão do segredo comercial;

“Constituição de comitês de Ação de massas eleitos e Congressos de delegados de Empresa;
“Viva a ocupação das fábricas!”.

O chamado conclui assim:

“A crise da frente popular é a expressão da crise do capitalismo liberal na França. A burguesia radical ameaça os operários que ocupam as fábricas. Para vencer, a classe operária deve romper a frente da traição, essa associação monstruosa da água e do fogo.

“As classes médias e o campesinato escutarão a *frente proletária revolucionária* e a ajudarão, se expressa a luta das classes exploradas e não é o fruto da domesticação dos trabalhadores pela burguesia. Neste momento, em que a situação nos exige redobrar e estender a luta, propomos a ação conjunta sobre as bases aqui expressas.” (sublinhado no original).

“As bases aqui expressas” são justamente as palavras–de–ordem que constituirão o Programa de Transição: o controle operário e a criação dos soviets (“Comitês de Ação”). Um chamado sobre essas bases não pode estar dirigido às direções traidoras do movimento operário, mas sim, a grupos ou correntes com posições revolucionárias ou que evoluem a ditas posições: aqui está se propondo nada menos que a expropriação da burguesia com um programa revolucionário.

Este chamado foi objeto de uma verdadeira campanha no *Lutte Ouvrier*: na sua edição de 24 de outubro lançou as palavras–de–ordem:

“Frente única proletária contra a burguesia, o fascismo e a guerra imperialista;

“Temos que expulsar os ministros radicais do governo;

“Agrupemos aos explorados *no terreno da luta de classes contra o capitalismo*”.

O chamado a lutar por estas palavras–de–ordem repete–se em quase todas as edições do *L. O.*, que não citamos para não continuarmos nos estendemos.

Devemos assinalar que o entrismo e a frente revolucionária se colocaram em duas etapas totalmente diferentes da luta de classes. O primeiro correspondeu a um momento em que as massas haviam sofrido uma derrota, com o ascenso de Flandim ao governo e a transformação da III República francesa em um estado bonapartista. No partido social–democrata de Blum existiam correntes de esquerda que questionavam à direção traidora.

A frente única revolucionária foi colocada quando as massas haviam retomado a ofensiva, enquanto que a frente única PS–PC havia se convertido numa *frente popular* com o Partido Radical burguês. Esta etapa exige uma tática para ganhar as correntes que definimos como “centristas trotskizantes” (centristas com uma dinâmica positiva, em direção à revolução) para a construção do partido revolucionário. Por isso, o chamado à luta conjunta com essa correntes, se faz sobre a base do programa trotskista.

14– A única estratégia do trotskismo

De tudo que foi anteriormente colocado, se desprende que, para o trotskismo, a frente única com os partidos reformistas, o governo operário e camponês (do ponto de vista que o tratamos aqui) e a frente única revolucionária são somente *táticas* cada uma corresponde a uma determinada circunstância da luta de classes, e é adotada ou desenhada por conveniência circunstancial.

O trotskismo conhece somente *uma estratégia* no terreno político organizativo: *a construção do partido revolucionário para superar a crise de direção revolucionária do proletariado*. Subordinada a esta estratégia, aplica as diferentes táticas que acabamos de descrever, com o fim de destruir, varrer do movimento de massas as direções contra–revolucionárias stalinistas e social–democratas. O fato que se aplique uma ou outra dessas táticas, depende da situação objetiva (ascenso ou retrocesso do movimento de massas, fortalecimento ou debilidade da classe dominante, etc.) e subjetiva (a relação de forças entre o grupo revolucionário e as direções contra–revolucionárias, a existência ou inexistência das correntes trotskizantes).

A direção revolucionária que transforma qualquer uma dessas táticas em uma estratégia universal de aplicação permanente, abandona de fato a construção do partido revolucionário e, com isso, a luta pela conquista do poder. Este é, precisamente o caso da OCI, para a qual a “a luta pela frente única é uma constante”.

O único constante para nós e a construção do partido trotskista mediante distintas e múltiplas táticas.

Esta mania da OCI(u) por transformar a frente única numa estratégia supra-histórica é uma manobra para afastar o trotskismo da direção da luta da classe operária e das massas exploradas, conformando-se com o chamado às direções traidoras para que encabeçam essas lutas.

Capítulo VIII:

A OCI abandona o programa de transição em troca de um programa mínimo

Como vimos, a OCI tem uma política de centrar seus ataques exclusivamente no CNPF e nos altos funcionários giscardianos. Não só não ataca o governo, como também forma parte do seu “campo”. Isto a leva a afirmar que o movimento de massas atravessará duas etapas em sua atitude frente ao governo. Na primeira as massas verão o governo como seu “aliado” contra o CNPF, e tentarão “dialogar” com ele. A tarefa da OCI nesta etapa é “facilitar” esse diálogo. Na segunda, que se iniciará uma vez produzida a derrota do CNPF, as massas tomarão distância, não para derrubar o governo, mas para obrigá-lo a romper com a burguesia. Supomos (porque jamais é dito explicitamente) que a palavra-de-ordem “Fora os ministros burgueses do governo” fica relegada para essa segunda etapa, ou seja, para um futuro indeterminado. A síntese desta política é que OCI não tem, nem tenta ter, uma palavra-de-ordem de governo.

Isto não significa o abandono total do programa de transição, tanto na letra, como no método. Porque o eixo do programa de transição é justamente o problema de governo: um programa trotskista é justamente um conjunto de palavras-de-ordem e tarefas, que tem como objetivo, a mobilização revolucionária das massas para a derrubada da burguesia – *ou seja, do governo burguês de turno* – e a conquista do poder pelo proletariado.

Vejamos, com OCI acontece algo bastante cômico. Toda a sua política é revisionista, mas como tenta ocultar este fato, cita a cada passo, a Trotsky e ao programa; o *Projeto de informe político* tem um capítulo intitulado “Aplicar o método do programa de transição” e, ao longo do documento, são abundantes as citações de Trotsky (além de algumas de Lenin e da III Internacional). Isso é típico do revisionismo envergonhado: citar ritualmente aos mestres, jurar por eles, aplicar uma política diretamente contrária a seus ensinamentos.

1– A OCI reconhece que não tem programa

No *Projeto de informe político*, afirma-se que a OCI não tem na atualidade um programa de transição “... as outras palavras-de-ordem que conformarão a coluna vertebral do programa de ação que *teremos que redigir*”.

Quer dizer, as palavras-de-ordem transicionais e o programa de ação ainda não foram redigidos.

Deixemos claro que na terminologia trotskista “programa de ação” é o mesmo que “programa de transição”: em 1934 Trotsky redigiu um “programa de ação para a França”; no programa de transição ele retoma as mesmas palavras-de-ordem e, acima de tudo, mantém o mesmo caráter e método que aquele. Continuemos.

O *Projeto* pergunta: “Estamos frente a uma tarefa que devemos cumprir: saber elaborar, sobre a base do Programa de Transição da IV Internacional, um programa de ação que responda à nova situação política entre as classes no nosso país. Podemos fazê-lo de imediato?”

A resposta é não: “É indispensável que a OCI elabore nas próximas semanas e nos próximos meses, um programa de ação. No entanto, não se trata de ser ultimativista, nem de ser abstrato”.

Nisto, a OCI procede exatamente ao contrário do trotskismo. Um trotskista diz: “Feita a caracterização de uma nova etapa da luta de classes, não podemos avançar nem mais um passo sem a elaboração de um programa adequado à mesma”. A OCI, em troca, coloca tudo de pernas pro ar ao afirmar que o programa é necessário, que deve elaborá-lo, mas que pode deixar esta tarefa mais para a frente, para as próximas semanas ou meses.

2– Trotsky versus Frank–Molinier–Lambert

A negativa consciente em formular um programa não é um fato casual. Também não é novo: já aconteceu antes em nossas fileiras com a fração Frank–Molinier do partido francês. Vejamos como foi, e a polêmica que fez Trotsky naquela ocasião, porque a história está se repetindo.

Em 1935, uma ala do partido trotskista francês, encabeçada por Frank e Molinier, resolve publicar um “órgão de massas” para responder à nova situação criada pela Frente Popular de Blum e o crescente ascenso das massas. Este jornal, chamado *La Commune*, formulou cinco palavras-de-ordem: criação de comitês operário e comunas, formação de milícias populares e armamento do proletariado, derrotismo revolucionário, governo operário e camponês, reconstrução do partido operário e camponês, reconstrução do partido revolucionário.

Excetuando-se o das “comunas”, estas palavras-de-ordem parecem extraídas de *Aonde vai a França?* ou algum outro escrito de Trotsky da época. No entanto, Trotsky qualificou o manifesto do *La Commune* de “capitulação frente à onda social-patriota”. Quem não compreende assim, não é um marxista. (*The crisis of the French Section*. New York: Pathfinder Press, 1977; pág. 102). Porque? Porque *La Commune* – como a OCI hoje em dia – não tinha um programa:

“Para nós, o importante é um *programa* que corresponda à situação objetiva (...) no pensamento e na carta de P. Frank – e no conhecido manifesto de *La Commune* – não se menciona um programa, e não é uma casualidade: o programa é um obstáculo importante para a confraternização com a pequena-burguesia, os intelectuais, pessimistas, céticos e aventureiros; nós, ao contrário, estamos convencidos de que o programa determina tudo”.

Aqui Trotsky nos dá a chave: Frank e Molinier não levantavam um programa, para poder capitular frente a ala à esquerda da Frente Popular: Marcel Pivert e companhia. Lambert se nega em levantar um programa para capitular, não frente aos intelectuais como Pivert, mas pior, frente ao governo burguês de Miterrand e o mais podre da direita burocrática contra-revolucionária do aparato sindical, Bergeron e seus comparsas.

Lambert diz que não levanta um programa porque “não é questão de ser ultimativista”. Frank dizia exatamente o mesmo. “Nada de ultimativismo organizativo”. Trotsky responde:

“Que distorção repugnante da formulação leninista! Nada de ultimativismo em relação as massas, aos sindicatos, ao movimento operário; o ultimativismo ao que nos referimos se chama *programa marxista*”.

Um pouco depois, quando Frank e Molinier propuseram a reunificação, Trotsky insistiu: “*Antes de mais nada o programa!* jornal de massas? Ação revolucionária? Reunificação? Comunas por todas as partes? Muito bem, muito bem. Mas, *antes de mais nada, o programa!*”.

Como vemos a história se repete. Mas, como dizia Marx, o que ontem foi tragédia, hoje se repete como farsa. Frank–Molinier levantavam cinco palavras-de-ordem e chamavam isso de programa. Trotsky respondeu: “Milícia operária e derrotismo revolucionário não constituem um programa. Todo o mundo as aceita com tais ou quais reservas”.

Em troca, Lambert se nega explicitamente a levantar um programa.

Frank–Molinier repeliem o “ultimativismo” para capitular frente a uma corrente centrista de esquerda, que por sua vez capitulava à frente popular. Lambert capitula diretamente ao governo burguês de frente popular e à burocracia sindical.

3– As tarefas e palavras–de–ordem de Pablo e Lambert

A negativa de elaborar e levantar um programa de ação (quer dizer, transição) não significa que a OCI não coloque tarefas e palavras–de–ordem frente à política do governo. Ao contrário, as coloca da forma mais clara e categórica no *Projeto de informe político*.

O ponto de partida para elaborar as tarefas é a seguinte constatação, imediatamente após afirmar que não se pode ser ultimata nem abstrato:

“O governo Mitterrand–Mauroy é forçado, a cada momento, a entrar em conflito com o aparato do estado burguês, com a burguesia cujos interesses, no entanto defendem”. Além da frase ritual de que o governo defende os interesses da burguesia, estas apreciações dá a tônica das tarefas que se impõe a OCI:

1) Sobre a necessidade de quebrar o aparato de estado da V República: “A OCI(u) apoiará todo o passo que o governo Mitterrand–Mauroy possa dar nesse sentido”;

2) Sobre a política econômica e as nacionalizações com indenização que projeta o governo: “A OCI(u) apoiará todo o passo que o governo Mitterrand–Mauroy dê nesse sentido. Consideramos que as medidas tomadas pelo governo para que os trabalhadores de Boussac–Saint–Frères conservem seus empregos até setembro, constituem um primeiro passo”.

3) Sobre a anulação das leis anti–laicas e a supressão dos fundos oficiais para o ensino privado: “Uma vez mais, a OCI apoia todo avanço nesse sentido”.

4) Sobre o problema do emprego, o aumento de preços, o ensino, a formação profissional: “Será sempre do mesmo ângulo que deveremos abordá–los”, ou seja, se trata de apoiar os passos progressivos do governo.

Em síntese, a OCI tem um programa claríssimo e concreto frente ao desemprego, a inflação, as leis anti–laicas, o ensino, as condições de trabalho e a formação profissional, nada menos que a totalidade dos problemas mais angustiantes do proletariado francês. Não tem um programa transicional, dirigido contra o governo burguês e a propriedade capitalista: é o apoio às medidas reformistas do governo. Como diz o próprio *Projeto*, este é o eixo da política da OCI: “será sempre do mesmo ângulo que deveremos abordá–los”. Mais claro, impossível: é preciso que reconheçamos essa virtude.

Por seu lado, Pablo tem exatamente o mesmo programa. Na resolução política do Congresso constitutivo da Tendance Marxiste Révolutionnaire Internationale se diz: “Apoiaremos cada *medida* favorável aos trabalhadores”. (Suplemento de *Pour l’Autogestion*, N° 2). E em outra parte:

“Nós defenderemos incondicionalmente ao governo Mitterrand contra os ataques da direita, e apoiaremos todas as *medidas sociais e políticas* que tome, que satisfaçam as reivindicações dos trabalhadores”. (*Pour l’Autogestion*, N° 1).

E em síntese: “trata–se de combinar habilmente a unidade de ação, o apoio a toda *medida progressiva*, com a propaganda do programa transitório”. (*Sous le drapeau du socialisme*, 10 de maio).

Quer dizer, do mesmo modo que Lambert, Pablo faz o apoio às medidas progressivas do governo, o eixo de sua política e programa; e, para completar as coincidências aparecem as mesmas frases rituais de rigor entre os revisionistas: “a propaganda do programa transitório”.

Então, a coincidência entre Pablo e Lambert sobre o problema chave do programa é total. A única diferença entre elas é a terminologia, porque onde Pablo fala em apoiar “medidas”, Lambert fala em apoiar “passos”. Nisto, vemos uma aproximação entre Lambert e ... Stálin. Como vimos, Stálin se caracterizava por apoiar os “passos progressivos” do governo provisório a partir das páginas do *Pravda*, na época em que tal jornal tinha uma política totalmente oportunista, segundo Trotsky.

4– Uma política a partir das ilusões das massas

No afã de justificar sua capitulação frente ao campo frente populista, a OCI montou uma estrutura explicativa que parte da seguinte consideração: “O governo Mitterrand–Mauroy, burguês, de colaboração de classes, de tipo frente populista, é produto da derrota que as massas trabalhadoras e a juventude, infligiram à burguesia: o reconhecem e o reconhecerão, durante toda

uma etapa como seu governo. A partir desta constatação, feita sobre a base de fatos objetivos rigorosamente estabelecidos (...) é que devemos guiarmos *hoje*, para determinar nossas tarefas”. (*Projeto de informe político*, p. 3; sublinhado no original).

Na realidade, aqui se mencionam dois fatos, mas os dois não são “objetivos”. Que o governo Mitterrand–Mauroy é “Burguês”, de colaboração de classes do tipo frente–populista, é sim um fato objetivo. Mas o fato de que as massas “o reconhecem e o reconhecerão durante toda uma etapa como *seu governo*” é claramente *subjetivo*. É o que pensam as massas – de forma equivocada, por outro lado – sobre o caráter do governo.

O fato que a OCI leva em conta para determinar suas tarefas é unicamente o subjetivo, já que durante todo o documento se repetem frases, tais como: “combater as ilusões, no terreno das ilusões” tomando em conta que “os trabalhadores não fizeram a experiência com a política de colaboração de classes do governo Mitterrand–Mauroy”. E a própria estrutura do documento confirma o que dizemos: o primeiro capítulo fala “Sobre o problema das ilusões”, vale dizer, sobre o problema subjetivo.

Fica claramente estabelecido, então, que o ponto de partida da OCI para elaborar sua política é o fator subjetivo, as ilusões das massas. Agora vejamos o que significa isso na prática.

A empresa de computadores Logabax havia começado a instrumentar um plano de reestruturação, que implicava na demissão de várias centenas de operários. Qual foi a política da OCI frente esse problema desesperador? “Nós não propusemos, imediatamente, a nacionalização da Logabax, porque levamos em conta que os trabalhadores, que acabavam de tirar Giscard, acreditaram que o novo governo Mitterrand–Mauroy necessitava tempo para preparar as nacionalizações”.

Não poderia ser mais claro. Contra a política trotskista – “para que não haja mais demissões, ocupemos a fábrica e exijamos sua expropriação” – a OCI resolve, junto com os trabalhadores, dar a Mitterrand o tempo que pede.

5– A política trotskista parte do fator objetivo

Nós afirmamos, junto com Trotsky, que a concepção da OCI de tomar como o ponto de partida da sua política, o fator subjetivo – o que as massas acreditam – é uma concepção absolutamente revisionista, de fazer seguidismo ao atraso das massas para justificar o apoio a Mitterrand. Expliquemo–nos: No nosso artigo publicado em *Correspondência Internacional* n.º 13, assinalávamos que o ultra–esquerdismo e o oportunismo, compartilham o defeito metodológico de só levar em conta um elemento da realidade. Para os oportunistas da OCI, esse elemento é o subjetivo, as ilusões das massas. Mas são tão oportunistas, que levam em conta o outro fator subjetivo: As massas, além de ilusões, têm aspirações. As aspirações das massas francesas, hoje em dia se concretizam em liquidar com o desemprego, tal como prometeu Mitterrand; se concretizam em melhores salários, etc. E se sintetizam numa França socialista: por isso elegeram a Mitterrand. Este, traiu absolutamente a todas as aspirações das massas, mas a OCI não toma, absolutamente em conta isso, ao formular sua política.

Os marxistas revolucionários elaboram sua política e palavras–de–ordem com base em todos os elementos – objetivos e subjetivos – que nos dá a realidade, em sua relação orgânica e sua dinâmica. Mas o ponto de partida para elaborar nossa política sempre é o fator *objetivo*, concretamente, as *necessidades das massas*: baixos salários, desemprego, etc. Por isso, não é casual que o *Programa de Transição* parta das premissas *objetivas* da revolução socialista”. Nosso programa não parte da colocação de que as massas acreditam em Stalin, Blum ou Jouhaux, mas do seguinte: “As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e progresso técnicos não conduzem a um acréscimo da riqueza material. As crises de conjuntura, nas condições da crise social de todo o sistema social de todo o sistema capitalista, impõem às massas privações e sofrimentos sempre maiores” (*Programa de Transição*, Bogotá, Editora Pluma, 1977, pág. 7).

Por outro lado, Trotsky assinala muito claramente que, quando surge uma nova situação na luta de classes, devemos em primeiro lugar, dar uma visão honesta e clara da situação objetiva, das tarefas históricas que emanam desta situação independentemente de que os trabalhadores estejam

maduros ou não para isso. Nossa tarefa *não depende da mentalidade dos operários* (...) nós devemos *dizer a verdade aos trabalhadores* e então ganharemos os melhores elementos". ("Discussões sobre o Programa de Transição").

Quer dizer, nossa política não depende da mentalidade (das ilusões) dos trabalhadores, mas sim de suas necessidades.

Isto significa que não levamos em conta as ilusões? De forma alguma. Este é justamente o erro dos ultra-esquerdistas. Nós as levamos em conta para elaborar nossa tática, quer dizer, a forma em que "dizemos a verdade aos trabalhadores" de tal forma que eles nos compreendam e se mobilizem.

Para explicar melhor, voltemos ao exemplo da Logabax. Ali havia um fato objetivo – centenas de operários correndo o perigo de perder seu emprego – e um objetivo, esses trabalhadores acreditavam que Mitterrand solucionaria o problema.

Um oportunista diz, com a OCI: "já que os trabalhadores acreditam em Mitterrand, devemos dar-lhe o tempo que pede e não exigir a expropriação da fábrica".

Um ultraesquerdista diz: "As demissões da Logabax demonstram que este governo burguês não solucionará nada, é igual ao de Giscard. Abaixo o governo de Mitterrand".

Nós trotskistas dizemos: "Contra as demissões, devemos ocupar a fábrica e exigir sua expropriação imediata, sem indenização e sob nosso controle. Vocês confiam em Mitterrand, nós não. Propomos um acordo: lutemos junto contra as demissões, ao mesmo tempo que negociamos com o governo no qual acreditam".

Qualquer trabalhador pode aceitar esta simples colocação, mobilizar-se, lutar e ao mesmo tempo negociar com o governo. Assim, através da ação e da mobilização, compreenderá o erro de confiar no governo.

Isto nos leva a outro problema. Segundo a OCI, há que "combater as ilusões no campo das ilusões". Falso: colocar-se no terreno das ilusões é fazer seguidismo às mesmas, como a OCI. As ilusões só podem ser combatidas mediante a *mobilização*, e as massas só se mobilizam a partir de suas necessidades objetivas.

6– Uma "confusão" no caráter das palavras de ordem

As palavras de ordem e tarefas que formula a OCI são todas mínimas: nenhuma vai contra a propriedade privada capitalista, que é *sine qua non* para que uma palavra de ordem seja transicional. Um pouco mais adiante nos aprofundaremos no aspecto, do caráter das palavras de ordem. O que assinalamos aqui é que a falta de palavras de ordem transicionais entre as que levanta a OCI (nos referimos às que levanta de forma sistemática, não às que aparecem um ou outro artigo de jornal de forma ritual) não é casual: atentar contra a propriedade privada capitalista significa dirigir-se contra o governo burguês, e isso é o que a OCI quer evitar a todo custo.

Uma das razões que colocam para não levantar palavras de ordem transicionais e de governo nesta etapa, a do camarada Luis Favre na sua intervenção frente a uma plenária conjunta da Convergência Socialista e da Organização Socialista Internacionalista do Brasil. Diz Favre:

"Um camarada disse que para propor uma política é necessário uma palavra de ordem de governo. Agora vejamos, *esta palavra de ordem de governo tem um caráter de agitação ou de propaganda? Se o problema de derrubar o governo está na ordem do dia, o caráter desta palavra de ordem é agitativo, é um chamado imediato à ação das massas para derrubá-lo. Se do que se trata é de uma perspectiva, a OCI afirmou em vários editoriais que se pronuncia por um governo PC–PS sem ministros burgueses*". (transcrito da gravação efetuada na reunião).

Começando pela última afirmação de Favre, é verdade que em vários editoriais de *IO* assim como no *projeto de informe político* a OCI pronuncia-se por um governo PS–PC sem ministros burgueses. Mas o faz de forma abstrata, ritual: ao negar-se a levantar "fora os ministros burgueses", a palavra-de-ordem por um governo PS–PC converte-se numa bandeira para agitar nos dias de festa, e num lema que em nada inquieta o governo burguês.

Segundo Favre, as únicas palavras-de-ordem que devem ser agitadas são aquelas que servem para mobilizar as massas de forma imediata. Isto é um erro: agitação e ação imediata não são sinônimos. As palavras-de-ordem agitativas são as três ou quatro idéias fundamentais que

apresentamos ao movimento de massas de forma constante, independentemente de que este se mobilize por elas imediatamente.

A OCI nos deu o melhor exemplo disso. Em 1974 lançou sua palavra-de-ordem “Derrubar Giscard”; as massas derrubaram eleitoralmente Giscard em 1981. Quer dizer, passaram-se 7 anos; mas durante estes sete anos, a OCI jamais deixou de agitar essa grande reivindicação, concretizada em palavras-de-ordem, tais como, “unidade PS–PC para expulsar Giscard”, “votar em Mitterrand”, etc.

Vejamos outros exemplos. Os camaradas venezuelanos levantavam a seguinte palavra-de-ordem: “por uma conferência das organizações operárias para combater o desemprego”. Possivelmente vários anos se passarão antes que essa tarefa possa ser levada a cabo, no entanto, os camaradas venezuelanos não deixarão de agitar essa palavra-de-ordem, e entendemos que é um grande acerto que façam isto.

O PST argentino agita as palavras-de-ordem “abaixo a ditadura militar” e “por uma assembléia constituinte”. Ninguém afirma que as massas se levantarão para derrubar o governo de forma insurrecional. Mas ao mesmo tempo, ninguém critica o PST(a) por fazer da palavra-de-ordem “abaixo a ditadura militar” o centro de sua agitação. Ao contrário, todo o nosso movimento mundial considera que é um grande acerto político.

Este ‘erro’ da OCI, como todos os outros, não é casual. É parte coerente da sua política de proteger a unidade do ‘campo’ liderado por Mitterrand e seu governo burguês.

7. O caráter do nosso programa de transição

O *programa de Transição*, esse programa que a OCI se nega explicitamente a formular, tem uma série de características essenciais como veremos, sinteticamente, a seguir.

O trotskismo não tem dois programas, tem somente um. A social–democracia, como a OCI hoje, tinha dois problemas. Um chamado ‘mínimo’, estava composto por reivindicações reformistas, quer dizer, aquelas que o regime capitalista podia conceder mais sem por em perigo sua dominação. O outro programa, ‘máximo’, incluía as palavras-de-ordem que eram contra a propriedade privada capitalista e colocava diretamente o problema do poder. A agitação da social-democracia se baseava no programa mínimo; as palavras-de-ordem contra a propriedade capitalista e pela conquista do poder ficavam relegadas aos ‘dias de festa’, os discursos no primeiro de maio, etc.

O trotskismo tem um só programa, porque as palavras-de-ordem contra a propriedade privada capitalista não são guardadas para os dias de festa, ao contrário, são suas palavras-de-ordem fundamentais. Considera que os objetivos que a social-democracia relegava ao programa máximo – a conquista do poder, a expropriação da burguesia, a instauração da ditadura do proletariado, são tarefas urgentes, imediatas. A crise do sistema capitalista, significa, não somente que a burguesia não pode dar novas concessões, mas que, nem sequer pode manter as existentes, muitas das quais foram conquistadas à década pelo movimento operário.

Devido a isso, já não existem palavras–de–ordem máximas e mínimas. Qualquer reivindicação operária, por mais elementar que seja, é revolucionária porque questiona a propriedade capitalista e, como consequência, o poder político da burguesia. Muitas tarefas que o movimento operário tinha colocadas para realizadas dentro do sistema capitalista, devem ser resolvidas pelo socialismo. Por exemplo, o problema do emprego e do nível de vida: o capitalismo não pode garantir trabalho e uma vida digna para a imensa maioria da humanidade. Por isso, estas reivindicações requerem a implantação da escala móvel de horas de trabalho (distribuição do trabalho existente entre toda a mão-de-obra disponível) e a escala móvel dos salários (aumento automático dos salários de acordo com o aumento do custo de vida). Estas tarefas não são reformistas, mas sim, transicionais, porque só o governo do proletariado pode realizá-las, a partir da planificação socialista da economia.

Isto não significa que o partido trotskista não lute por tarefas reformistas: um pequeno aumento de salários, a expulsão de um capataz abusivo de uma fábrica, etc. Ao contrário, agita continuamente uma infinidade de palavras-de-ordem como essas, que não vão contra a propriedade privada capitalista. Mas o método do programa exige que tais palavras-de-ordem jamais sejam colocadas de forma isolada: expulsão do capataz e ponto. Pelo contrário, essas palavras-de-ordem são muito úteis para iniciar uma mobilização, mas buscando que a referida mobilização não se

detenha. Por isso, combinamos a palavra de ordem “reformista” com outras cada vez mais audazes para que a mobilização não se detenha: da expulsão do capataz à expulsão de todos os capatazes, logo, do dono da fábrica, à expropriação da mesma, à imposição do controle operário.

Em síntese, o trotskismo jamais coloca suas palavras-de-ordem de forma isolada, nem anárquica. Cada palavra-de-ordem é parte de um sistema, que pode partir de uma tarefa sentida pelas massas, mas levando sempre ao questionamento de todo o regime.

Voltemos ao exemplo anterior da Logabax: há demissões, mas os trabalhadores confiam no governo. A OCI coloca, baseando-se neste último, que a única tarefa é negociar com o governo, nós os trotskistas não estamos contra negociar; mais ainda, já que os trabalhadores confiam no governo, negar-se a negociar seria uma política ultra-esquerdista estéril. Mas de forma alguma nos limitamos a negociar. Nossa política é: “Negociemos com o governo, enquanto isso, *ocupemos a fábrica e imponhamos o controle do Comitê de Empresa e a distribuição do trabalho disponível entre todos*. Aqui há mil operários trabalhando oito horas diárias. A patronal quer demitir quinhentos. Proponhamos que continuem trabalhando os mil, quatro horas sem redução de salário”.

Esta é a essência do programa transicional: o encadeamento dinâmico das palavras-de-ordem, desde as mais elementares, até as anti-capitalistas, para originar a mobilização permanente dos trabalhadores contra o sistema e o regime.

8– Os eixos do Programa de Transição

As características mencionadas conformam, de conjunto, um aspecto do Programa, mas não o esgotam. Este método se apoia em três pilares distintos, mas intimamente ligados entre si: o problema do governo, o das instituições do estado e a superação da crise de direção revolucionária do proletariado.

Já que o objetivo presente, imediato do trotskismo é a conquista do poder, nenhum programa pode considerar-se transicional, se não inclui uma palavra-de-ordem de governo. Nos referimos a uma palavra-de-ordem *concreta*, quer dizer, qual é a superestrutura operária que deve entrar no lugar da superestrutura burguesa e os passos para conseguir isso. Isto significa levantar palavras-de-ordem tais como, “o governo do PS e do PC”, que deve ir acompanhada, no caso da França, com “fora os ministros burgueses”. Na Argentina, para dar outro exemplo, colocamos “fora o governo militar, convocar imediatamente uma Assembléia Constituinte com liberdade para os partidos operários”. Na Espanha ou na Inglaterra diríamos “abaixo a monarquia”, acompanhada da palavra-de-ordem da assembléia constituinte ou outra adequada.

Diferentemente do problema do governo, que se baseia nos partidos políticos, o problema do *Estado* burguês, se baseia nas instituições: presidência, ministérios, parlamento e a mais importante de todas são as forças armadas. Frente a esta estrutura de estado, o trotskismo sempre coloca uma estrutura do tipo soviética, baseada nas organizações operárias de base.

O terceiro pilar, que constitui o eixo central do programa, é a superação da crise de direção revolucionária do proletariado. Isto implica na crítica constante e brutal dos partidos operários contra-revolucionários, agentes do capital no movimento operário, e às burocracias sindicais. Simultaneamente à luta por esmagar, varrer, massacrar às direções traidoras, construímos o partido revolucionário, que só pode ser um partido trotskista.

Toda a atividade do partido trotskista se baseia no método e nos eixos mencionados. Em outras palavras, nunca levantamos uma palavra-de-ordem isoladamente ou um conjunto anárquico de palavras-de-ordem, mas sim um sistema de palavras-de-ordem que leve à classe operária as seguintes conclusões: que a solução de todos os problemas, por mínimos que sejam, exige a insurreição contra o governo burguês e a conquista do poder pelo proletariado; que isso exige a construção de uma direção revolucionária, derrotando os partidos operários traidores.

9– O reformismo da OCI

Por tudo isso dizemos que a política da OCI é absolutamente reformista, ao serviço do campo de Mitterrand.

Em primeiro lugar, todas as palavras-de-ordem e as tarefas que coloca são as mesmas do governo burguês, com a inclusão de alguns lemas extraídos do *Programa de Transição*, que aparecem na sua imprensa colocados de forma abstrata e por motivos puramente rituais.

Em segundo lugar, ao não estar ligadas às reivindicações transicionais e ao problema do poder, não constituem um programa, mas sim uma soma de palavras-de-ordem anárquicas, sem hierarquização nem vinculação entre si. Ou seja, são todas palavras-de-ordem *mínimas*, que não questionam a propriedade privada capitalista, nem o poder burguês, por mais que algumas delas tenham sido extraídas textualmente do *Programa de Transição*.

Finalmente, como é demonstrando no exemplo da Logabax (e muitos outros exemplos que não citamos para não nos estendermos muito), o método da OCI não é a mobilização, mas sim a negociação. Insistimos que os trotskistas não se opõem à negociação. Mas para nós o fundamental é a mobilização das massas, e nesse marco negociamos com a patronal ou o governo do momento e nos termos que a correlação de forças nos obriga a isso. Para a OCI e todos os reformistas, em troca, o fundamental é a negociação, e nesse marco às ilusões das massas pode obrigá-los a chamar uma que outra vez à mobilização.

Como síntese de toda a sua política oportunista-revisionista, a OCI não tem uma política de superar a crise de direção revolucionária do proletariado francês. Junto ao *Projeto de informe político* aparece uma “Resolução sobre os partidos dos 10.000”. Nela não aparece nenhuma menção do PS nem do PCF e da necessidade de combatê-los. Por outro lado, se antes das eleições tinha na sua imprensa uma campanha sistemática contra o PCF e outra, não tão brutal, contra o PS, agora os ataques contra os stalinistas se suavizaram e os ataques aos social-democratas desapareceram completamente.

Por isso, a construção do “partido dos 10.000” é uma frase ritual a mais. Toda a política da OCI conspira diretamente contra a construção do partido trotskista revolucionário.

Capítulo IX

UM PROGRAMA OPORTUNISTA FRENTE AS NECESSIDADES MÍNIMAS DAS MASSAS

Dizíamos em nossa Carta ao CC do POSI que uma das características fundamentais do bolchevismo e do trotskismo e, ao mesmo tempo um aspecto fundamental do método do *Programa de Transição*, é a agitação constante de palavras de ordem que mobilizem o proletariado a partir de suas necessidades mais sentidas. Ainda que possamos parecer repetitivos, convém nos deter nessa questão, insuficientemente desenvolvida na Carta.

O *Programa de Transição* coloca que nossa “tarefa consiste na mobilização sistemática das massas para a revolução proletária”. (p.12)

O conceito de *mobilização sistemática* se repete em cada uma das tarefas enumeradas pelo programa:

“O desemprego e a carestia de vida exigem *bandeiras e métodos de luta generalizados...*”.(idem).

“Contra a carestia de vida só é possível *lutar com uma bandeira*: a escala móvel de salários”(idem).

“A *luta* contra o desemprego é inconcebível sem o chamado a uma ampla e audaciosa organização de obras públicas” (op. cit.,p.18).

E, em síntese: “A ‘possibilidade’ ou ‘impossibilidade’ de realizar as reivindicações é, no presente caso, uma questão de relação de forças que *só pode ser resolvida pela luta*”. (op. cit., p.13).

Pois bem, a OCI se opõe a este conceito de mobilização com um argumento bastante sofisticado, no qual convém deter-se. Vejamos a forma como está colocada no *Projeto de Informe Político*, por meio de um exemplo.

Entre as empresas que o governo pensa nacionalizar está a Thomson-Brandt, grande multinacional da indústria elétrica e eletrônica, que produz desde eletrodomésticos até aparatos de radar e computadores. Na empresa explode um conflito quando o governo anuncia que só nacionalizará a casa central, não suas inúmeras filiais e subsidiárias. Isto implica uma reestruturação da empresa, com um grande número de demissões.

A célula local da OCI publica um panfleto dizendo: “não às demissões, anulação do novo plano de reestruturação do grupo Thomson-Brandt, pagamento integral dos dias não-trabalhados, emprego para os temporários, indexação dos salários conforme a alta do custo de vida” (citado pelo *Projeto...* p.6).

Lambert comenta: “A linha política desse panfleto é *diretamente oposta* à linha deste informe (op.cit.,p.6). Por que?

“Todas as palavras de ordem (as enumeradas mais acima) (...) estão totalmente separadas ‘ao estilo stalinista’, como bandeiras ‘econômicas’, da bandeira política de nacionalização sem indenização nem direito de reaquisição, ausente dessa enumeração. Em outras palavras, nosso camarada convida os trabalhadores a lançar-se à ‘luta, a luta’ por reivindicações ‘econômicas’ que, ao estar ausente a bandeira de nacionalização, implicam que esvaziamos o conteúdo transitório – político – dessas reivindicações que, por outro lado, aparecem desordenadas ao trabalhador; devido ao caráter de algumas dessas reivindicações, essa desordem implica que de fato se propõe aos trabalhadores a luta... pela greve geral ‘reivindicativa’ ” (op. cit., p.6).

Vamos desarmar essa armadilha para inocentes. Aqui se está dizendo que é incorreto colocar a bandeira “contra as demissões” sem uni-la à de nacionalização sem pagamento, (isto, diga-se de passagem, é o oposto ao que se propõe em Logabax, onde a OCI *não coloca* a nacionalização porque os operários confiam no governo; por acaso os operários da Thomson-Brandt *não* confiam no governo?). Mas aqui se diz algo mais. Já que os trabalhadores levantam bandeiras “econômicas”, puramente ‘reivindicativas’ e não levantam a bandeira transicional de nacionalização sem pagamento... não se deve chamá-los à luta!

Esta é uma tergiversação repugnante do *Programa de Transição* e seu método. Os trotskistas impulsionam todas as lutas dos trabalhadores, por mais “reivindicativas” que sejam, e no curso das mesmas buscamos dar-lhe um conteúdo transicional, através da mobilização permanente. Concretamente, no caso da Thomson, a OCI diz: “É um erro impulsionar esta luta porque os trabalhadores não estão se mobilizando pela nacionalização sem pagamento da empresa”.

Nós, trotskistas, dizemos: “Vamos à greve contra as demissões e a reestruturação. Para que haja demissões, nacionalização sem pagamento da Thomson, com controle operário para impor *nossa* reestruturação, de acordo com *nossos* interesses e não os da patronal”.

A diferença entre a OCI e os trotskistas é a diferença entre não mobilizar baseando-se em um argumento ultra-revolucionário (na realidade, profundamente reformista por suas conseqüências), e elevar uma luta “econômica” ao nível político, colocando bandeiras transicionais na própria mobilização.

Toda luta operária parte dessas reivindicações que o *Projeto* chama com tanto desprezo “econômicas”. Elevá-la ao nível “político” mediante bandeiras transicionais é a tarefa *nossa, dos trotskistas*. Abandonar a luta pelas reivindicações econômicas, que é a política da OCI, é abandonar toda luta. Isto a OCI o sabe muito bem, sua atitude de desprezar “a luta, a luta” esconde, atrás de um argumento ultra-esquerdista, a abjeta política reformista de *não mobilizar as massas*.

Ao longo deste capítulo, veremos como o desprezo pela “a luta, a luta” se traduz na militância prática da OCI.

1. A situação do proletariado francês

Começemos por conhecer um pouco a situação do proletariado e das massas trabalhadoras franceses sob o atual governo. No início do mandato de Mitterrand tivemos o seguinte quadro:

aumento da tarifa de gás em 22% e da luz em 15%; aumento do preço da gasolina em seis centavos o litro; aumento dos aluguéis das moradias entre 10 e 13%; aumento das tarifas de transporte público de passageiros em 14%. Por outro lado, o aumento do salário mínimo é de 10%, e existem 1.800.000 desempregados, além de uma cifra indeterminada de subempregados, trabalhadores que só encontram trabalhos temporários. (Todos os dados são de *Le Monde*, 1,2,7,10 e 18 de julho de 1981).

Seis meses depois, a situação é muito pior. Segundo *Informations Ouvrières* nº 1025, “passou a margem dos dois milhões de desempregados (...), cifra oficial à qual se devem acrescentar as centenas e centenas de jovens em busca de seu primeiro emprego, que não são computados como desempregados”. Além do mais, “o desemprego continua aumentando”.

Uma “Declaração aprovada pelo Comitê Central da OCI”, publicada em *IO* 1030, sintetiza tudo: “Os salários estão congelados, os preços continuam subindo, os aluguéis se tornam uma carga cada vez mais pesada – tão pesada que cresce o número de desempregados que não podem pagá-los -; as condições de trabalho, longe de melhorar, se tornam tão intoleráveis que, em uma agência dos correios, os trabalhadores protestaram contra o ‘local giscardiano’ em que são obrigados a trabalhar, ou seja, contra o fato de sofrer as mesmas condições de trabalho que sob Giscard. Sem falar do aumento do ritmo de trabalho (...) Sem falar da negativa obstinada de reclassificar os operários semi-especializados da Renault (...) Sem falar do aumento nas cotizações ao seguro social. Sem falar das incríveis manobras mediante as quais se busca fazer pagar a redução da jornada de trabalho mediante o trabalho sabatino (aos sábados) e inclusive a redução de salários. Sem esquecer a cifra oficial de dois milhões de desempregados e as sombrias previsões para 1982”.

Temos, então, um panorama extraordinariamente sombrio, que já gerou várias lutas de importância dos trabalhadores franceses, como na Renault e outras empresas, como veremos mais adiante.

2. A OCI não luta contra a miséria do proletariado francês

O *Programa de Transição*, como vimos, coloca a necessidade de lutar contra estas pragas do capitalismo. E propõe uma série de medidas de luta concretas:

Contra o aumento de preços e a queda do salário real: “... a escala móvel de salários. Isto significa que os contratos coletivos de trabalho devem assegurar o aumento automático dos salários correlativamente com a elevação do preços dos artigos de consumo”(p.12).

Contra o desemprego: “... chegou o momento de lançar, junto com a exigência de obras públicas, a bandeira de escala móvel de trabalho”(p.13).

Estas palavras de ordem devem fazer parte de “um plano geral, traçado para um período de vários anos (...) do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, e não dos exploradores’ (p.18).

Aqui temos, pode-se dizer, o método do *Programa*, em todo o seu esplendor: desde as reivindicações mais elementares, contra o desemprego e a queda do salário real, até a elaboração de um plano econômico operário.

A OCI não tem um plano para lutar contra a miséria do proletariado: se limita a *denunciá-la*. Quando dizemos *plano*, nos referimos a uma campanha de agitação sistemática, com “bandeiras e métodos de luta generalizados” como diz o *Programa de Transição* (p.12). Aqui e ali aparecem bandeiras: aumento de salários e pensões em relação ao custo de vida em *IO* 1005; congelamento de preços em *IO* 1014; escala móvel de horas de trabalho no nº 1020. A citada “Declaração do CC” (*IO* nº 1030) traz uma lista de palavras de ordem, que citamos a seguir, intercalando alguns comentários: “Por um verdadeiro controle de preços (aplicado por quem? Não se diz); por um aumento geral de salários em relação ao aumento de preços; pela redução do horário de trabalho sem contrapartida e respeitando a legislação de 1936; pela medida de urgência de dar trabalho obrigatoriamente aos desempregados (e por que não se levanta a bandeira de ‘plano de obras públicas’? Respondemos: porque seria uma exigência a formular ao governo, coisa que a OCI evita por todos os meios); pela satisfação das reivindicações dos trabalhadores imigrantes (quais são essas reivindicações? Quem deve satisfazê-las e como o obrigamos que as satisfaça?); pela nacionalização sem indenização nem direito a requalificação dos grandes grupos capitalistas (e o

controle operário? Sem isto, 'nacionalização' significa para os trabalhadores uma mera mudança de padrão); por um plano de produção que não responda às necessidades da lei do lucro nem as exigências dos capitalistas, mas sim às necessidades dos trabalhadores" (IO 1030).

Se esta última palavra de ordem é o "plano geral traçado para um período de vários anos" mencionado pelo *Programa de Transição*, onde estão os "métodos de luta" para impô-lo? Respondemos: não estão em IO, nem no *Projeto de informe político*, nem na "Declaração do CC". E acrescentamos: não é por acaso, porque toda mobilização, em última instância, se dirigirá *contra o governo de Mitterrand, chefe do campo "progressivo"*.

Isto Stephane Just não explica com clareza no documento do Burô Político que também será discutido no XXVI Congresso da OCI:

"Neste momento, devemos expressar o que as massas esperam do governo, o que não significa que *todas as reivindicações devem ser dirigidas ao governo: a regra geral é que devemos dirigi-las à patronal, e não obrigatoriamente em termos de ação imediata*" (La Lettre d'Informations Ouvrieres, nº 11).

Aqui está a justificativa teórica da negativa da OCI em mobilizar: as aspirações das massas estão depositadas no governo, e a conclusão implícita disso é que *se mobilização contra o governo* quando essas aspirações forem traídas. A tarefa (ou "regra geral") da OCI é desviar as reivindicações em direção à patronal; quando se dirigem contra o governo, a OCI as formulará (como na "Declaração do CC") mas não em "termos de ação imediata", daí a ausência de métodos de luta em tal declaração e em toda a literatura da OCI.

Quando se diz que nem todas as reivindicações devem ser formuladas em termos de ação imediata, poderíamos estar de acordo com Just, mas com duas condições. A primeira é que se especifiquem as bandeiras que não são para a ação imediata: por exemplo, "quando tenhamos a força suficiente derrubaremos o governo burguês de Mitterrad", ou inclusive "fora os ministros burgueses". As massas não se mobilizam por essas tarefas enquanto confiem no governo. Mas em uma situação como a que vive o proletariado francês, "aumento de salários" ou as bandeiras para pôr fim ao desemprego sim são "para a ação imediata", porque se trata de problemas de vida ou morte.

A segunda condição é que se esclareça que "agitação" e "ação imediata" não são sinônimos. Se a classe operária confia no governo, as bandeiras que se referem ao caráter burguês do mesmo e a necessidade de derrubá-lo evidentemente não são para a ação imediata. Mas isto não significa que não as agitemos. Pelo contrário: aplicamos a famosa frase de Lenin de "explicar pacientemente", que para nós significa *de maneira constante e pedagógica*.

Para Just, no entanto, se determinada bandeira não é "para a ação imediata", então não deve *ser levantada, nem agitada*, e só colocada de vez enquanto, nos dias de festa, de forma abstrata.

As bandeiras enumeradas na "Declaração do CC" são *todas* para a ação imediata, vista a situação em que se encontram as massas da França. No entanto, a OCI não menciona *nenhuma* medida de luta, porque todas essas reivindicações se dirigem contra o governo, e isso vai contra a "regra geral" de Just. Por isso reafirmamos o que foi dito acima: a OCI *denuncia* os problemas das massas francesas *mas não os combate*.

Vejamos alguns desses problemas mais de perto.

3. O desemprego

Quando o primeiro-ministro Mauroy pronunciou seu discurso programático diante da Assembléia Nacional, no dia 8 de julho, havia na França um milhão e oitocentos mil desempregados; essa cifra já superou os dois milhões. Mauroy apresentou o seguinte plano, batizado "guerra contra o desemprego" (*guerre au chômage*):

"O governo vai propor em dezembro a aprovação de um plano de dois anos (...) que organizará a luta implacável contra o desemprego. Permitirá iniciar uma transformação profunda em nossa sociedade em 1984. Então, será apresentado um plano quinquenal mais ambicioso" (*Le Monde*, 10/7/81). E em outro momento do discurso, diz que o objetivo do primeiro plano é a criação de 200.000 postos de trabalho para final de 1984.

A OCI não só não propõe nenhuma medida de luta concreta contra o desemprego, como, no comentário sobre o discurso de Mauroy diz: “*Nenhum trabalhador pode deixar de apoiar o princípios desses planos*”.

O que é isso senão uma brincadeira de mau gosto? O trabalhador desempregado sabe que, segundo o plano de Mauroy, para 1984 haverá trabalho para 10% dos desempregados atuais (quem sabe quantos serão na época), e que depois haverá um plano de cinco anos. Portanto, terá que esperar sete anos para ver se os planos burgueses podem eliminar o problema do desemprego. E a OCI diz que há que apoiar esse plano! E vai além, como demonstra o exemplo de Logabax, dever ser paciente e dar ao governo o tempo que necessita para implementar o plano.

O problema se agrava com a existência dos “intérimaires”, trabalhadores que conseguem empregos temporários por meio de agências de emprego. Este é um dos setores mais explorados da classe trabalhadora, já que a instabilidade no trabalho o torna particularmente vulnerável aos ataques patronais.

A OCI atribui – corretamente – grande importância a esta questão. Mas quando se trata de passar das denúncias às propostas para a ação, o único que propõe é a realização de um congresso de trabalhadores temporários para eleger uma delegação que entregue um abaixo assinado ao ministério do trabalho.

Pois bem, a delegação foi formada e foi ao ministério. O resultado da entrevista, publicado em *IO* nº 1029 é uma ode à impotência: o funcionário que recebeu a delegação fez algumas promessas vagas, mas quando perguntaram a ele por que não se aplica a promessa eleitoral do PS, de obrigar as agências a pagar o trabalhador temporário um salário no intervalo entre um emprego e outro, na perspectiva de abolir o trabalho temporário, respondeu: “Não resolvemos isso, porque provocaria o desaparecimento imediato das empresas de trabalho temporário. Não queremos isso. Sem dúvida, chegaremos a esse resultado, mas não imediatamente”. Acrescentou que o governo formularia um plano de três anos para pôs fim ao trabalho temporário.

A delegação se retirou chorando: “Sendo assim, o governo se orienta de fato para uma lei que manterá o trabalho temporário durante três anos, pelo menos... Como isso se concilia com os interesses da democracia e com o dos mais afetados, os superexplorados trabalhadores temporários?”

Ponto, fim do artigo. O que esperavam? Achavam que uma delegação ao ministério do trabalho, sem estar acompanhada de nenhuma medida de luta, resolveria o problema?

Aplicando o método do *Programa de Transição*, o problema do desemprego (incluindo os temporários), teríamos um programa como este:

“Companheiros trabalhadores, há em nosso país mais de dois milhões de desempregados, cifra que aumenta constantemente e não inclui os temporários nem os jovens que buscam seu primeiro emprego. O governo nos pede um tempo de sete anos para resolver o problema. O plano do governo contempla somente os interesses dos patrões, é uma burla a nossas aspirações e às razões pelas quais o elegemos. Vamos repudiá-lo!

“Que os comitês de empresa convoquem um congresso de delegados para elaborar um plano econômico que contemple o trabalho para todos e aprove as medidas de luta necessárias para impô-lo. Nesse congresso, a OCI proporá as seguintes medidas de emergência:

- Aumento imediato dos impostos sobre os lucros dos patrões.
- Anulação do orçamento de defesa.
- Que se utilize esse dinheiro para um plano de obras públicas que garanta trabalho para todos os desempregados, com salários fixos pelos sindicatos.
- Reintegração dos despedidos a seus antigos postos de trabalho.
- Que se ponha à disposição do congresso de delegados os livros de contabilidade das empresas em processo de demitir trabalhadores ou de fechar as portas. Uma comissão nomeada pelo congresso estudará esses livros e, em base a seu informe, o congresso decidirá: as empresas que possam reintegrar os demitidos serão obrigadas a fazê-lo; as que não possam serão expropriadas imediatamente, sem indenização e sob controle dos trabalhadores das mesmas.
- As agências de emprego temporário serão fechadas e postas fora da lei.
- A OCI alerta: a patronal e o governo não podem aceitar este plano, porque o mesmo se baseia em nossas necessidades, não nos lucros dos patrões; é um plano oposto ao de Mauroy. Isto

exige que o congresso adote as medidas de luta necessárias. Estamos convencidos de que só venceremos a patronal e o governo mediante uma greve geral com ocupação de fábrica, e propomos que comecemos desde já a prepará-la, com a criação de comitês de greve por fábrica e um comitê de greve nacional”.

Este programa é só um exemplo, que deve ser melhor adequado à situação concreta. Só queremos assinalar que a OCI não levanta nenhum programa transicional desse gênero. Se contenta com a medida ultramínima de exigir ao governo que cumpra com seu miserável plano burguês e suas promessas eleitorais, e a chorar quando o governo diz que não pode fazê-lo. Em síntese, a OCI renunciou a lutar contra o desemprego, porque renunciou a lutar contra a burguesia e o governo de Mitterrand.

4. O apoio às nacionalizações do governo

Dizíamos em nossa carta ao CC do POSI que a OCI(u) apoia o plano de Mauroy, de nacionalizar uma série de empresas em crise.

A OCI respondeu parcialmente a nossa crítica, dizendo que distorcemos o editorial de *IO* ao não citar, entre outras, as seguintes frases:

“Este exemplo é significativo em outro sentido. É correto ‘reembolsar’ ou ‘indenizar’ a Agache-Willoy? Quantos milhões de francos beneficiaram os grandes grupos da siderurgia e as indústrias elétrica, eletrônica e química? (*Bulletin* nº 1, p. 31).

Com isto querem demonstrar que nós distorcemos a linha do editorial: “Nesse editorial se ressalta claramente, em oposição ao plano de nacionalizações do governo, a reivindicação de ‘nada de indenizações’, a requisição de toda empresa que demite etc”. (op.cit., p.31).

Então, vamos citar nossa Carta ao CC do POSI, e ver que distorce:

“Ao invés de fazer invocações à supressão e à coletivização da propriedade privada, e portanto ‘estar a favor... das nacionalizações’ que o governo Mitterrand vai fazer, no Programa de Transição se diz que é preciso ‘prevenir as massas contra os charlatões da Frente Popular’, já que são ‘agentes do capital’, e só confiar na ‘força revolucionária’, ou seja, não confiar no governo dos charlatões. Trotsky teria dito que Mauroy é um charlatão a serviço do capitalismo, que não se pode confiar nele e só na força revolucionária das massas, que é preciso expropriar sem pagamento e lutar já pela “tomada do poder pelos operários e camponeses”.

“O programa da OCI(u) se transforma em um programa mínimo, que ‘está a favor de uma medida ultraburguesa, que não soluciona absolutamente nenhum problema e que não ataca em absoluto a burguesia. E paralelamente, há uma ou outra diferença no jornal, muito, muito excepcional, através de perguntas algumas vezes e outras em forma implícita, à conveniência de não pagar aos burgueses que sejam expropriados. Mas a linha positiva, editorial, foi o apoio a priori, o plano de nacionalização do governo’.

Creemos que nossa crítica foi perfeitamente clara e não distorce em nada o editorial e a linha da OCI. Nós dizemos que sua política é a de *apoiar* o plano de Mauroy, porque se diz que todo avanço nesse sentido (da aplicação do plano de nacionalizações) “só pode ser positivo”, e que se deve estar “a favor, a priori, da nacionalização”.

E ritualmente, de quando em quando, se diz que o ideal seria que não se indenizasse os capitalistas expropriados. Justamente o mesmo que dizem Pablo, o PC e todos os reformistas que existem no mundo! Que as nacionalizações do governo burguês são progressivas, que devemos apoiá-las. E aproveitamos para dizer ao governo que seria melhor não indenizar os capitalistas.

Se Lambert e Just dizem que os distorcemos, então que nos digam onde está dito em *IO* ou em qualquer dos materiais da OCI(u): “O plano Mauroy é um plano burguês que consiste em nacionalizar empresas em crise e indenizar seus donos com o dinheiro que obtêm explorando os trabalhadores. Com esse plano, Mauroy e Mitterrand se mostram como o que são, servos abjetos dos capitalistas. A nacionalização que nós queremos é a expropriação sem pagamento e sob controle operário de todas as empresas capitalistas e a imposição do controle operário das já nacionalizadas. Essa é a única ‘nacionalização’ a favor dos trabalhadores, e que só pode ser alcançada por um governo dos operários e dos camponeses. Por isso, *recusamos* o plano Mauroy.

Que Lambert e Just nos mostrem onde se faz uma *campanha* sistemática e brutal com a bandeira “Abaixo o plano burguês de Mauroy; pela nacionalização sem pagamento”.

Nós não a encontramos. O único que encontramos foi, como dissemos, a aprovação do plano Mauroy “por princípio” e “a priori”, e a sugestão tímida de não indenizar. Por isso dizemos que Lambert e Just são charlatães a serviço de Mauroy, que por sua vez é um charlatão a serviço do capital.

5. A Educação

O problema do ensino público adquiriu grande importância ultimamente, devido ao fechamento, sob Giscard, de milhares de escolas públicas. Isto obriga a muitas famílias trabalhadoras a enviar seus filhos à escola católica paga. O problema então está no que significa o ensino católico como difusão de uma ideologia super-reacionária, além da redução dos ingressos do trabalhador.

Esta situação exige do partido trotskista uma política pela reabertura imediata das escolas fechadas, e frente à resposta inevitável do governo, de que “não há fundos para isso”, a reivindicação de que se aumente o orçamento para o ensino às custas, por exemplo, o orçamento militar.

Esse é um aspecto do problema. O outro é que o ensino é um fato social e que todo o sistema educativo deve estar em mãos da sociedade, não nas mãos caprichosas de qualquer grupo capaz de autofinanciar-se, como a Igreja.

A campanha da OCI, que se expressa permanentemente em todas as edições do jornal, do nº 1000 ao 1020, está sintetizada na bandeira “fundos públicos para a escola pública, fundos privados para a escola privada”. A partir do número 1021, e como se fosse uma resposta a esta nossa crítica feita na carta ao Comitê Central do POSI, esta reivindicação aparece ligeiramente modificada: “só uma escola deve ser financiada pelos contribuintes: a escola pública aberta a todas as crianças”. (IO 1025).

Isto não altera nada: a OCI faz campanha em torno da velha reivindicação dos maçons, os liberais e os socialistas burgueses: que o Estado deve dar fundos unicamente para a escola pública, mas a escola privada e confessional tem direito a coexistir com ela sempre que possa autofinanciar-se. Mais adiante nos referiremos a este aspecto do problema e suas implicações profundamente reacionárias. Agora vamos ver o que se diz em IO sobre a reforma do ensino:

“Quem melhor que os professores, pais de alunos e jovens para definir em que sentido se deve reformar a escola, expressar as necessidades e propor medidas? Para quebrar a resistência dos capitalistas, não haveria que apoiar-se nos professores, pais e jovens e mobilizá-los?” (IO 1018). Esta é uma posição liberal burguesa, que esquece o fato de que os “pais e jovens” se dividem em burgueses, pequeno-burgueses e proletários. A posição trotskista, de classe, é a expropriação das escolas privadas e a estatização de todo o sistema educativo, sob controle do movimento operário, e com um programa de estudos único, elaborado pelos profissionais de ensino e sujeito à aprovação também pelas organizações operárias. Junto com isso, exigimos uma série de garantias para os estudantes: um salário que os livre de toda obrigação que não seja a de estudar; direito à educação superior para todos os jovens; direito ao trabalho ao concluir os estudos.

Pois bem, nós já havíamos formulado esta crítica em nossa Carta ao CC do POSI, e a OCI nos respondeu. Em IO 1028 critica o “curioso método de discussão de Moreno, já que no citado artigo de IO 1018, a continuação das frases citadas por nós (e que são as mesmas que aparecem um pouco mais acima), se diz:

“Não haveria que convocar uma conferência nacional de delegados de professores e pais, com as organizações operárias, preparada em todos os municípios da França, para discutir como se organiza a nacionalização laica do ensino e as medidas a tomar para garantir o direito real aos estudos e à formação profissional para todos?”

Em nossa Carta ao CC do POSI dizíamos: “Estamos nos referindo não à simples menção, em dois ou três frases perdidas em alguns jornais, das tarefas mais elementares, mas à campanha e agitação permanente e sistemática, em *todos* os jornais, das bandeiras...”

Este é justamente o caso: só encontramos o chamado a uma conferência nacional de pais e professores com as organizações operárias em duas edições do jornal, um suplemento especial

sobre o ensino no nº 1017 e a citação do nº 1018. Portanto, nossa crítica é válida; tratasse efetivamente de “duas ou três frases perdidas em alguns jornais”, de forma alguma uma *campanha* tal como a entendemos os trotskistas. Trata-se da repetição ritual de algumas frases do léxico trotskista, nada mais.

Em torno do problema do ensino, a OCI realiza duas campanhas sistemáticas. Uma é a de “fundos públicos para a escola pública”; a outra, sobre a universidade, se refere à anulação de certas leis giscardianas. A ambas nos referiremos mais adiante, quando vejamos o que a OCI faz, não o que deixa de fazer.

De qualquer maneira, discordamos com o chamado à conferência nacional feito nesses termos. As organizações operárias aparecem ali como um participante a mais, junto com os pais (sem diferenciação de classe) e os professores. Nós achamos, como dissemos mais acima, que as organizações operárias são as que devem controlar e dirigir a tal conferência e ter o voto definitivo sobre qualquer plano ou programa que ali se elabore.

Segundo, a “nacionalização laica do ensino” se contrapõe por completo à bandeira sobre o destino dos fundos públicos e privados, que reconhece o direito à existência da escola confessional. A bandeira que se agita sistematicamente é esta última.

Terceiro, a conferência deveria resolver sobre as “medidas a tomar para garantir” etc, etc. Por que a OCI oculta as medidas que, a seu ver, deveriam ser tomadas? Um partido trotskista diria: “A conferência deverá discutir as medidas a tomar. Nós proporemos as seguintes, para que o movimento operário e os trabalhadores da educação comecem a discuti-las...”

“Finalmente, as críticas da OCI a nossa Carta ao CC do POSI começaram a aparecer meses antes que a versão francesa de tal carta. Por isso, os leitores franceses não sabiam que nós criticamos a *falta de uma campanha conseqüente*, não tal ou qual frase isolada. “Curioso método de discussão” é o seu, senhores da OCI!

6. Os trabalhadores imigrantes

Dedicamos um capítulo aparte aos imigrantes porque são aproximadamente a quarta parte dos trabalhadores manuais na França, e seu setor mais explorado. Os problemas que afetam a todos os trabalhadores – salários, custo de vida, desemprego, moradia etc – estão exacerbados ao máximo no caso dos imigrantes por causa da discriminação racial. Além do mais, eles são proibidos de organizar-se sindicalmente e participar na vida política do país. Os que se encontram em pior situação são os indocumentados (“sans-papiers”): são aproximadamente 300.000, de acordo com cifras recentes, e estão sujeitos à expulsão imediata do país.

Em 26 de maio, pouco depois de assumir o novo governo, o ministro do interior suspendeu as expulsões de imigrantes, à espera das novas leis que regulamentem sua situação. A OCI aplaudiu a medida: em IO nº 1002 se diz que a suspensão “é *um importante primeiro passo* na satisfação das reivindicações dos trabalhadores imigrantes depois da saída de Giscard-Bonnet-Soléru. Em segundo lugar, *indica o caminho a seguir para dismantelar o aparato repressivo aperfeiçoado por Giscard-Poniatowsky-Peyrefitte* (...) A medida de suspensão provisória, à espera do debate na Assembléia nacional, parou essa máquina que perturbava suas vidas em nome das leis giscardianas”.

Segundo a OCI, então, os trabalhadores imigrantes não devem desconfiar do governo burguês, social-chovinista, nem organizar-se para lutar por seus direitos. Para que, se o governo satisfaz suas reivindicações? Mas vejamos como foi o “debate na Assembléia Nacional” e as “novas leis”.

Segundo IO 1020, as leis apresentadas para regularizar a situação dos imigrantes “estão longe de responder as necessidades de igualdade e justiça reclamadas por eles”. De fato, os que desejem beneficiar-se com as novas leis devem ter 20 anos de residência no país e “apresentar provas irrefutáveis disso”. Aprovou-se, ademais, um projeto apresentado pelo senador socialista M. Roujas, que suprime o direito das organizações de imigrantes com mais de cinco anos de existência a “lutar contra a discriminação” e a exercer “diante da justiça os direitos reservados à parte civil”.

IO nº 1025 se refere novamente a este problema, quando informa que trabalhadores imigrantes de nove empresas da região parisiense se declararam em greve e ocuparam as fábricas devido a um novo decreto: os indocumentados têm prazo até fim deste ano para apresentar diante das

autoridades um contrato ou pelo menos uma promessa de trabalho; quem não pode apresentar será expulso. Os ocupantes das fábricas foram expulsos “brutalmente pela força conjunta de uma milícia patronal e a polícia”. O mesmo IO denuncia que se trata de “um verdadeiro engano, porque a regularização de sua situação de ‘indocumentados’ depende unicamente da boa vontade dos patrões”.

Que se propõe para remediar a situação: “Os militantes da OCI unificada submetem à discussão (dos imigrantes afetados) a proposta de formar uma delegação das empresas afetadas que vá ao ministério exigir a retirada das forças policiais, a expulsão das milícias patronais, a regularização imediata e incondicional da situação dos indocumentados e a intervenção do governo para obrigar os patrões a dar a cada trabalhador empregado um contrato de trabalho conforme a lei”.

Em resumo, o governo deu “um importante primeiro passo” para a satisfação das reivindicações, e por isso a OCI chamou os imigrantes a confiar nele. Depois esse “primeiro passo” se converteu em uma patada nos direitos dos imigrantes, e a OCI continua *chamando-os a confiar*: a única medida que propõe é que se forme uma delegação para ir ao ministério. E em IO nº 1030 declara seu apoio a uma manifestação convocada para o dia 12 de dezembro pela Maison des travailleurs imigrés.

Nós não estamos contra a delegação ao ministério. Mas essa não pode ser a única medida, sobre todos os trabalhadores que estão em luta. As formas de negociar são importantes, mas o fundamental são as *medidas de luta*. Se os trabalhadores imigrantes de nove empresas estão em greve dirigidos por uma “coordenadora de indocumentados”, há certas tarefas que se colocam de maneira quase automática, para estender a luta e garantir sua vitória: que a “coordenadora” estenda seu raio de ação até abarcar a *todos* os imigrantes, indocumentados e documentados. Assim, o que nasceu como um pequeno organismo *ad hoc*, pode converter-se em uma poderosa organização única de todos os imigrantes da França, e com uma direção independente da burocracia sindical, odiada pelos imigrantes com justa razão por seu racismo.

Esta organização poderia dirigir a luta por todos os direitos dos imigrantes (direitos que até agora a OCI não se dignou sequer a mencionar). Por exemplo, na campanha eleitoral o PS lhes havia prometido o direito de voto. Quando chegou ao governo, anunciou que só poderiam votar a nível municipal. E terminou negando-lhes esse miserável direito. Poderia lutar por seus direitos a obter os mesmos salários que os operários franceses. Poderia lutar por seus direitos nacionais: ter escolas bilingües e conservar seus idiomas, costumes e cultura.

Tudo isso poderia fazer, se existisse um partido revolucionário que o propusesse. A OCI não é esse partido. Seus escassos artigos sobre os trabalhadores imigrantes se limitam a apoiar suas lutas sem oferecer-lhes nenhuma perspectiva revolucionária. Pelo contrário, o único que propõe é uma delegação ao ministério, ou seja, em última instância, a que confiem em que o governo que decretou a expulsão resolverá seus problemas.

7. O problema de classe nesta discussão

Estas deficiências da OCI(u) e de Lambert com respeito aos trabalhadores imigrantes (que, por outro lado, não são sequer mencionados no *Projeto de informe político*) não obedecem a um esquecimento casual. Detrás do revisionismo de Lambert e de sua adaptação à social-democracia há um problema *de classe*.

A OCI (u) é uma organização formada por setores da aristocracia operária e trabalhadores de “colarinho branco”. É um partido de 5.000 militantes, dos quais entre 500 e 1.000 são professores e profissionais. No entanto, em uma fábrica como a Renault tem uma célula de somente dois militantes (até pouco tempo eram três, mas um foi expulso por apoiar nossas críticas neste debate). Por isso, não é casual sua frente única com Bergeron e Force Ouvriere, que é justamente a organização sindical dos trabalhadores de colarinho branco.

No terreno organizativo, a OCI (u) também se adapta à social-democracia e os estratos assalariados privilegiados. Dirigida por Lambert, a OCI abandonou a organização do partido por empresa, categoria ou sindicato em favor da organização de bairro, como o PS.

Tanto por sua política como por sua organização, a OCI(u) se afasta cada vez mais do setor social ao qual deveria dirigir-se como base de sua militância e direção: o proletariado industrial e seu

setor mais explorado, os trabalhadores imigrantes. O escasso trabalho que realiza nesse meio, pelo que IO reflete, não tem como centro as fábricas, mas os *foyers*, ou seja, os lugares de residência.

Não é trotskista o partido francês que não se oriente para os operários industriais e os trabalhadores negros, árabes, antilhanos, mediterrâneos e as mulheres trabalhadoras. Só esse setores, os mais explorados, podem ser trotskistas conseqüentes porque são anticapitalistas e anti-imperialistas. Os setores aos quais a OCI(u) se dirige são “anticapitalistas” em um sentido estreito, já que jamais denunciam nem se mobilizam contra o imperialismo francês, a máxima expressão do capitalismo.

Por isso, não há direção trotskista na França se não for uma organização cheia de camaradas negros, árabes e mulheres trabalhadoras.

Fora da direção da OCI(u) os burocratas corrompidos da UNEF e da CGT (Force Ouvriere), pagos direta ou indiretamente por Bergeron! Por uma orientação em direção aos trabalhadores imigrantes, industriais e mulheres!

Encher a OCI(u) com os operários mais explorados, afastando a aristocracia operária e os burocratas da UNEF e da Force Ouvriere!

Capítulo X

UM PROGRAMA MÍNIMO FRENTE AO ESTADO E A IGREJA

Um problema vital para o partido revolucionário é o de dotar-se de um programa para a destruição das instituições mediante as quais a burguesia exerce sua dominação. Nos referimos a todo esse dispositivo de ministério, secretarias de Estado, hierarquias de funcionários, forças armadas, que comumente chamamos “aparato estatal”, coroado no caso da França ela presidência da República.

Quando um novo governo chega ao poder, é muito comum que faça algumas mudanças superficiais, desde a substituição de altos funcionários do governo anterior por gente de confiança, até a reforma constitucional. O governo de Mitterrand não é uma exceção: acabou com a pena de morte; promulgou uma lei de anistia (muito limitada, aliás); está estudando uma chamada “lei de descentralização”, que limita os poderes dos governadores dos estados enquanto aumenta os dos conselhos municipais.

Para os marxistas, o objetivo dessas “reformas” não é nenhum segredo: trata-se de abolir algumas instituições ou leis particularmente irritantes para as massas, sem alterar em nada o essencial. Ou seja, “mudar alguma coisa para que tudo fique igual”.

Nós consideramos que em cada etapa da luta de classes, o partido trotskista deve ter um programa para a destruição do Estado burguês e suas instituições, propondo ao mesmo tempo o tipo de instituições que devem entrar em seus lugar: soviets, eleição popular dos funcionários públicos com revogabilidade imediata etc. E tratando-se de um Estado bonapartista como é a Vª República francesa, uma de nossas bandeiras permanentes deve ser “abolição da presidência”.

Em nossa carta ao CC do POSI criticávamos a OCI por carecer de um programa para a destruição da V República. No presente documento, vimos que isso se deve a que a OCI transferiu sua teoria dos “campos” para o seio do aparato estatal e considera que a eleição de Mitterrand é ‘incompatível’ com a existência da V República.

A OCI respondeu a nossa crítica dizendo que sim, tem um programa para a destruição do Estado burguês da V República. Programa que se expressa, segundo eles, na seguinte passagem do *Projeto de informe político*.

“É impossível respeitar a vontade expressa pelas massas em 10 de maio e em 14 e 21 de junho, enquanto se respeitam a V República, a Constituição e suas instituições antidemocráticas. O aparato

de Estado (que é um aparato de Estado burguês) da V República é um aparato de Estado bonapartista. É preciso quebrá-lo. A OCI unificada apoiará todo passo que o governo Mitterrand-Mauroy possa dar por esse caminho, sem levar em conta sua política” (citado em “Sobre o problema da frente popular e a política da OCI unificada”, *Bulletin intérieur d’information et de discussion international* nº 1, 30/11/81).

Isto não é mais do que ratificar nossa crítica: o único programa que a OCI tem para a destruição do Estado burguês é o apoio a “todo passo” que o governo burguês de Mitterrand possa dar nesse sentido. Não se diz o que se deve fazer no caso de que o governo não dê nenhum passo nesse sentido (que é, desde já, o que está ocorrendo) nem se contrapõem instituições operárias às dos Estado burguês.

E como para reafirmar ainda mais o que dizemos, na “Declaração do CC” publicada em IO 1030 aparece uma lista de palavras de ordem, algumas das quais têm a ver com o problema do Estado. São elas:

“Pela abolição de todas as leis antilaicas, a supressão dos créditos públicos para a escola livre e confessional e a entrega íntegra dos mesmos à escola pública;

“Pela revogação imediata dos altos funcionários impostos por Giscard e que continuam em seus postos, e que organizam a sabotagem; (...)

“Pela redução imediata do serviço militar para seis meses”.

Vamos ver o que significa este “programa”, tanto pelo que diz como pelo que omite.

1. Primeira omissão: a V República

Podemos dizer que até 10 de maio passado, a OCI teve uma política que é uma aula de trotskismo no que se refere a princípios. Denunciou constantemente seu caráter bonapartista, que outorga poderes quase ilimitados à presidência, enquanto anula os do parlamento. Remarcou sempre o caráter antidemocrático do aparato estatal, como retrocesso frente às conquistas da própria democracia burguesa. Esta política da OCI se expressava na agitação da reivindicação “abaixo a V República”, concretizada em bandeiras para a ação tais como: “tirar Giscard para derrubar a V República”, “frente única dos partidos operários contra os partidos e instituições da V República” etc. O ataque ao aparato estatal bonapartista era o eixo das campanhas políticas da OCI, centradas nos governos que exerciam as funções estatais. Daí a luta feroz contra os governos sucessivos de De Gaulle, Pompidou e Giscard.

Desde que Mitterrand subiu ao governo, a reivindicação “abaixo a V República” desapareceu por completo da agitação e da propaganda da OCI, como demonstra a lista de bandeiras que reproduzimos mais acima.

Evidentemente, não se pode agitar no momento a bandeira “tirar Mitterrand para destruir a V República”. Esta seria uma política ultra-esquerdista estéril, já que as massas ainda confiam no novo governo. Mas isto não significa que a bandeira “abaixo a V República” deve desaparecer da agitação do partido revolucionário, mesmo momentaneamente. Pelo contrário: agora que se inicia um ascenso do movimento de massas, é necessário agitá-la mais que nunca, não só porque se pode dirigir a mobilização operária e popular para a destruição do Estado burguês, como também porque nesse processo se pode desmascarar o governo de Mitterrand como acérrimo defensor da V República. O único que muda com respeito à etapa anterior é a formulação tática das palavras de ordem. Por exemplo:

“Para que se respeite a vitória das massas é preciso dismantelar o Estado RPR-UDF, terminar com a V República, suas instituições e sua constituição. Elegemos Mitterrand contra a V República, mas ele diz que as instituições estão bem feitas (ver sua entrevista em *Le Monde*, 2 de julho), até agora não mudou nada nem pensa fazê-lo no futuro.

“Por isso devemos confiar somente em nossas forças. Só nossa mobilização independente pode liquidar a V República! Convocatória a uma assembléia nacional que assuma plenos poderes executivos e legislativos até dotar a França de uma nova constituição! Que seus membros sejam eleitos em assembléias locais e possam ser revogados quando, a critério dos eleitores, traem seus mandatos!

“Nessa assembléia, os trotskistas propõem uma nova estrutura estatal, baseada em conselhos operários locais que elejam delegados a um conselho operário central, que concentraria todos os poderes de Estado e principalmente a força armada”.

2. Segunda omissão: a presidência da República

A instituição que coroa todo o dispositivo estatal bonapartista é a presidência da República. Na França, este fenômeno é especialmente pronunciado: a constituição gaullista outorga ao presidente poderes quase ilimitados; por exemplo, é ele quem determina a ordem do dia que deve ser discutida pelo parlamento. Esta instituição, que cumpre um papel quase decorativo, não tem poderes para se opor ao presidente. A presidência inclusive pode emitir decretos (*ordonances*) com força de lei, que não estão sujeitos à aprovação pelo poder legislativo.

Por tudo isso, as bandeiras pela *abolição da presidência* e sua substituição por um organismo operário deve fazer parte da agitação constante do partido revolucionário contra a V República. Mas como no caso anterior, a OCI se “esqueceu” disto desde o 10 de maio. Ainda que jamais explique o porque dessa ausência, nós achamos que o motivo se deduz facilmente de toda a sua política. A OCI considera que a simples eleição de Mitterrand é incompatível com a existência da V República, daí que todo seu programa nesse terreno se reduza a impulsionar os “passos” que ele dê nesse sentido. Mas para dar “passos” se deve contar com os poderes necessários, e não há instituição na França que os possua em maior grau que a presidência.

Nossa conclusão não se baseia em uma afirmação explícita da OCI, mas é a consequência lógica de toda a sua política. A OCI está contra levantar as bandeiras pela abolição da presidência porque considera que essa instituição, em mãos do “burguês anti-burguês Mitterrand, é a ferramenta para *destruir a V República por dentro*.

É errônea esta afirmação? Em todo caso, ninguém pode tachá-la de aventureira nem especulativa, já que se baseia nos fatos rigorosamente comprovados que expomos mais acima. A OCI só poderá nos convencer de que estamos equivocados se nos mostra, jornal por jornal, as bandeiras que levantou contra a presidência a partir de 10 de maio.

3. Terceira omissão: as forças armadas burguesas

Uma das bandeiras do “programa” da “Declaração do CC” é “pela redução imediata do serviço militar para seis meses”.

Foi talvez pensando nela que François Forgeue disse, em seu artigo de resposta a Capa em *Correspondência Internacional* nº 13: “Pode haver alguém que tenha verdadeiramente a audácia de pretender (...) que a OCI apoia as forças armadas de seu imperialismo?”

Pois sim, nós afirmamos isso, e não com audácia (no sentido de ser especulativos ou de inventar fatos), mas estritamente em base à realidade. Imediatamente antes da frase citada, Forgeue diz que não se deve “confundir momentos diferentes da situação”, e aclara:

“A forma concreta da luta das massas contra o Estado burguês, o ponto que neste momento as massas podem tomar para mobilizar-se contra o mesmo são os setores do aparato de Estado como a polícia, as polícias paralelas ‘institucionalizadas’, a alta administração que possui todos os instrumentos de mando do Estado” (op.cit.). E em base a isto afirma que não se deve acusar a OCI de apoiar as forças armadas imperialistas.

Expresso em termos de documento, temos: Visto que as massas neste momento não prestam atenção ao problema das forças armadas e considerando que somente se devem agitar as bandeiras que sirvam para a mobilização imediata, a OCI resolve... abandonar a luta contra as forças armadas! E somente um “audaz” pode pensar que isto é uma forma de apoio às forças armadas do imperialismo francês.

Nós, com a audácia que nos brinda nosso firme apoio sobre o método marxista, afirmamos que a OCI sim está apoiando as forças armadas do imperialismo francês, mas de forma vergonhosa, negativa, ao negar-se explicitamente a combatê-las. Consideramos que se existe um bom momento para passar da propaganda à agitação pela destruição das forças armadas, esse momento é o *presente*, quando as massas estão em ascenso e aspiram a liquidar esse inimigo eterno que é o

exército burguês. Se suas ilusões as fazem acreditar que Mitterrand o fará, então devemos combater essas ilusões no terreno da *denúncia do governo e a mobilização*.

A bandeira “pela redução do serviço militar a seis meses” merece um parágrafo a parte. Que significa esta bandeira isoladamente, como a OCI(u) a expressa? Esclarecemos que taticamente podemos coincidir com ela, já que se trata de uma promessa eleitoral não cumprida pelo governo, e uma reivindicação pela qual a juventude está se mobilizando multitudinariamente. Mas, em primeiro lugar, a OCI não centra seus ataques no governo por não cumprir com suas promessas, mas sim no PC por aceitar publicamente a duração atual do serviço militar (um ano).

Em segundo lugar, a redução do serviço militar é uma bandeira mínima, reformista, que não atenta contra as forças armadas burguesas se não está unida a um programa de palavras de ordem transicionais relacionadas. Vejamos o que dizia Trotsky:

“Não podemos nos opor ao treinamento militar obrigatório por parte do Estado burguês, assim como tampouco podemos nos opor à educação obrigatória por parte desse mesmo Estado. O treinamento militar aparece diante de nossos olhos como parte da educação”(“Sobre o serviço militar”, 9/7/40; *Escritos*, tomo XI, vol.2, p.435). E aclara:

“Estamos absolutamente a favor do treinamento militar obrigatório, assim como do serviço militar. Serviço militar? Sim. Pelo Estado burguês? Não. *Não podemos confiar essa tarefa, nem qualquer outra, ao Estado dos exploradores*.”

“Em nossa propaganda e agitação devemos diferenciar claramente estas duas questões. Ou seja, não lutar contra a necessidade dos trabalhadores de serem bons soldados e de construir um exército baseado na disciplina, ciência, corpos fortes etc, incluindo o serviço militar, mas sim contra o Estado capitalista que abusa do exército em favor da classe exploradora” (op.cit., pp.434-435). E pouco depois:

“Nossos camaradas deveriam ser os melhores soldados e oficiais e, ao mesmo tempo, os melhores militantes de classe. Deveriam provocar nos trabalhadores desconfiança em relação à velha tradição, os planos militares da classe burguesa e seus oficiais, e insistir na necessidade de educar a oficiais operários, que serão absolutamente leais ao proletariado”(op.cit., p.453).

Desses conceitos de Trotsky se desprende todo um programa transicional:

- Controle do serviço militar pelas organizações operárias;
 - Emprego das forças armadas unicamente para repelir a agressão externa; não para atacar outros países; desmantelamento imediato de todas as bases estrangeiras e retirada das tropas ali estacionadas;
 - Proibição de utilizar as forças armadas para reprimir o movimento operário;
 - Salário mínimo industrial para os soldados, pago por seus patronos;
 - Legalidade para os comitês de soldados; que estes se filiem aos sindicatos centrais;
 - Que esses comitês elejam os oficiais e suboficiais, sob controle das organizações operárias;
- que garantam um bom treinamento no uso das armas mais modernas para todos os soldados; não queremos ser bucha de canhão! Até chegar ao objetivo colocado pelo *Programa de Transição*: “Substituição do exército permanente por uma milícia popular em união indissolúvel com as fábricas, as minas, as granjas etc”. (p.30).

A OCI, com sua bandeira única (a qual, insistimos, só serviria taticamente para denunciar o governo) tem o “programa” contrário: que os operários devem ser piores soldados que antes e permanecer sempre sob o mando de seus oficiais burgueses, a serviço dos exploradores.

4. Se abandona a luta contra a Igreja

Uma das críticas formuladas em nossa carta ao CC do POSI se referia ao emprego por parte da OCI da bandeira “fundos públicos para a escola pública, fundos privados para a escola privada”, porque a mesma significa respeitar o direito da igreja católica a manter suas escolas e difundir sua ideologia putrefata, com tanto que se autofinancie.

Nossa crítica não provocou a menor resposta por parte da OCI. Pois bem, *IO* (por exemplo, nos números 1019 e 1020) dedicou muito espaço a explicar como as escolas católicas difundem sua ideologia ao serviço da exploração. Como denúncia está muito bem, mas o curioso (melhor dito, o repugnante) é que a OCI *continua defendendo o direito da escola católica a existir e a contaminar as*

mentes infantis: sua única reivindicação continua sendo a de não outorgar créditos públicos à escola privada, ou seja, o velho lema da maçonaria, os liberais e o socialismo burguês.

Se consideramos que a igreja católica, além de um colossal aparato a serviço da contra-revolução, é uma potência econômica (o Papa é hoje o primeiro acionista da Bolsa de Nova York), o corte dos fundos públicos seria um golpe duro para ela, mas de nenhuma maneira a faria desaparecer de cena. Por isso, para os revolucionários é um dever supremo empregar os métodos da luta de classes mais implacável para tirar da Igreja os meios com que conta para sua ação contra-revolucionária. Isto significa, em outras palavras, expropriar suas escolas, clubes, hospitais e todos os seus meios de autofinanciamento: fábricas, campos etc. Significa obrigar os padres a trabalhar, e a exercer os rituais fora das horas de trabalho, assim como o trabalhadora vai à missa só em suas horas livres. Significa, enfim, levantar um programa de transição contra a Igreja:

- Fora os padres e as freiras da escola, sindicatos, hospitais, associações esportivas e culturais, de toda atividade que não seja estritamente a do culto!
- Expropriação imediata e sem pagamento de todos os bens da Igreja!
- Que os padres ganhem a vida trabalhando, não difundindo sua ideologia podre a serviço da exploração!
- Fundos públicos para a escola pública, fundos privados... também!

5. A teoria dos campos no aparato governamental

A OCI não só considera que surgiram dois campos antagonicos na sociedade, como transferiu essa teoria para o seio do próprio governo e do aparato estatal. Segundo o *Projeto de informe político*, não existe somente um aparato governamental a serviço da burguesia, mas os dois campos citados. O campo antiburguês compreende o presidente Mitterrand, os altos funcionários nomeados por ele e a maioria dos ministros. O outro, por hora muito mais poderoso, é o campo burguês dos funcionários giscardianos e também alguns ministros.

Vejamos alguns exemplos de aplicação dessa política. Em julho, ocorre uma greve no aeroporto Roissy-Charles de Gaulle pela readmissão de seis sindicalistas demitidos. Esse aeroporto é, desde já, uma empresa estatal; por isso, o patrão contra o qual se dá a greve é o Estado, e concretamente o governo de Mitterrand. Mas a OCI não entende assim:

“Que devíamos ter feito? Lutar pela vitória da greve, formulando uma tática que no seu desenrolar colocasse a ruptura com a burguesia, e nesse caso, a revogação dos altos funcionários impostos por Giscard, que se mantêm em seus postos...” (Projeto de informe político, p.5).

Ocorre então que o patrão não é o governo, mas sim os altos funcionários, e não qualquer funcionário, mas os que vêm da administração anterior, que por alguma razão (talvez por falta de tempo) o governo não removeu.

Um exemplo acima, se diz: “Nós não dissemos: ‘O ministro Fiterman é o responsável (pelas demissões), mas dissemos: a culpada é a direção geral (do aeroporto)’”(op.cit., p.4).

Portanto, os trabalhadores dessa empresa estatal estão lutando unicamente contra a administração do aeroporto, que vem da época de Giscard; não contra o ministro de transportes Fiterman (que pertence ao PC e que ficamos sabendo que faz parte ao campo mitterrandista), nem contra o patrão supremo das empresas estatais, o presidente da República. Em outras palavras, segundo a OCI, quando o patrão é o governo, os trabalhadores não devem lutar contra ele, mas contra os representantes do campo inimigo que se encontram em seu seio.

Exemplo como este há muitíssimos, e os veremos quando nos aprofundemos na política da OCI para a atual etapa; nos referimos ao problema de Roissy para mostrar como responde a uma concepção geral, a dos “campos”, transferida para o seio do aparato estatal. O *Projeto de informe político* eleva a linha aplicada em Roissy ao nível de uma política geral para o período:

“Devemos explicar às massas trabalhadoras que (...) para respeitar a democracia que derrubou Giscard, é preciso tirar esses altos funcionários (giscardianos); exonerá-los”(op.cit., p.3).

Dizíamos que alguns ministros do atual governo pertencem ao campo inimigo. O *Projeto de informe político* menciona concretamente quatro ministros: o gaullista de esquerda Jobert, o radical Crépeau e os socialistas Delors e Rocard. “Apesar dos radicais e gaullistas de ‘esquerda’ estarem totalmente marginalizados, sua presença no governo é altamente significativa. Mas o fato de maior

importância está em que, frente à derrota de sua representação política, a burguesia teve que tomar diretamente a seu cargo o combate político contra o governo de Mitterrand”(op.cit., p.4).

Jobert e Crépeau são, então, membros do campo inimigo no governo; no entanto, sua debilidade, fruto da derrota de seus partidos nas eleições, os torna insuficientes. O *Projeto de informe* continua: “Por agora, o CNPF assumiu esse combate político contra esse governo burguês, que não pode considerar como seu (...) O CNPF teve que assumir tanto a reorganização da representação política da burguesia como o fato de fazer explodir o PS, apoiando-se em primeiro lugar em *Delors e Rocard*”.

Portanto, os ministros Delors e Rocard, apesar de socialistas, são também membros do campo inimigo, e têm maior importância que Jobert e Crépeau: por algo a patronal se apoia neles.

Isso de transferir os campos para o seio do governo tem um objetivo claro, sobre o qual nos estenderemos ao tratar da política da OCI. Esse objetivo é *preservar o campo*, não fazer nem dizer nada que possa molestar nossos aliados do campo e fundamentalmente o chefe do mesmo, o presidente Mitterrand.

6. Como dismantelar o aparato estatal, segundo a OCI

Vimos neste documento que, em vários conflitos operários, sobretudo em empresas públicas, a OCI coloca que a mobilização deve dirigir-se contra os “altos funcionários giscardianos que se mantêm em seus postos”. Nesses casos, esta bandeira cumpre o papel de desimcumbir o governo dos problemas dos trabalhadores e impedir que estes se mobilizem contra ele.

Mas esta palavra de ordem, a nível programático, cumpre outro papel, ainda mais nefasto. A lista de palavras de ordem na “Declaração do CC” inclui a de “Revogação dos altos funcionários”; o *Projeto de informe político* nos esclarece seu significado:

“Devemos explicar às massas trabalhadoras que (...) para respeitar a democracia que tirou Giscard é preciso varrer esses altos funcionários; exonerá-los. *Por acaso não é esta uma política de princípios a nível da tarefa principal que as massas trabalhadoras devem resolver: destruir o estado burguês dismantelando as instituições reacionárias da V República?*” (Projeto..., p.3).

Temos, então, que a “tarefa principal” que as massas devem resolver é a “destruição do Estado burguês”, e para isso devem “dismantelar as instituições reacionárias da V República”. E a maneira “principista” de fazê-lo consiste em *revogar os altos funcionários giscardianos*, ou seja, substituí-los por funcionários socialistas.

Digamos, para começar, que esta política não tem nada de novo. Sob o governo provisório russo, os mencheviques e esseristas levantavam a bandeira de “por um ministério dos partidos majoritários nos soviets”. Ao que Lenin respondeu:

“Um ministério dos partidos majoritários nos soviets’ significa uma mudança de pessoas no ministério, conservando todo o velho aparato governamental, aparato integralmente burocrático, integralmente não-democrático, incapaz de fazer reformas sérias que constam até mesmo nos programas esseristas e mencheviques (...) Mesmo naqueles ministérios que estavam em mãos dos ministros socialistas, manteve-se inalterado todo o velho aparato administrativo, e deteve toda a atividade.

“Compreende-se – conclui Lenin. Toda a história dos países parlamentares burgueses demonstra que uma mudança ministerial significa muito pouco, pois a atividade administrativa real está nas mãos de um enorme exército de funcionários (...) Este exército está atado pela sujeição à hierarquia, por determinados privilégios do serviço ‘oficial’; os quadros superiores desse exército estão totalmente subordinados, por meio das ações e dos bancos, ao capital financeiro e são, em certa medida, seu agente e o veículo de seus interesses e influência”(Obras Completas, T. XXVI, p.451).

Ou seja, para Lenin, substituir os funcionários burgueses pelos dos partidos soviéticos (ou os giscardianos pelos socialistas mitterrandistas) significa deixar intacto o aparato estatal. E mais ainda: significa enganar as massas ao fazê-las crer que as velhas instituições, em mãos de funcionários socialistas, podem satisfazer suas necessidades.

O movimento operário revolucionário tem uma tradição, que se remonta à Comuna de Paris, contra a burocracia dos funcionários públicos. Esta se resume nas palavras de ordem:

- Que as organizações operárias assumam as funções estatais;
- Eleição dos funcionários pelo movimento operário;
- Que estes permaneçam nos cargos por períodos limitados, possam ser revogados em qualquer momento por seus eleitores e recebam o mesmo salário que ganha um operário médio.

Com esta questão dos funcionários públicos se arredonda a política oportunista da OCI em relação às instituições estatais. Se abandona as exigências de “abaixo a V República” e “abolição da presidência”; se abandona a luta pela destruição das forças armadas burguesas e sua substituição pela milícia operária, em favor da exigência mínima de “redução do serviço militar”; se coloca o respeito por uma instituição arqui-reacionária como a Igreja, com a única exigência de que se autofinancie; e, como chave de ouro, se propõe dismantelar o aparato estatal burguês mediante a simples substituição dos funcionários giscardianos por funcionários social-democratas.

Capítulo XI

LAMBERT E PABLO APOIAM O GOVERNO

Vimos anteriormente que, fora uma ou outra frase ritual, como “por um governo PS-PCF”, a OCI não tem uma bandeira concreta de governo. Justifica essa posição com uma série de razões, todas elas falsas; já vimos quais são, mas convém recordá-las sinteticamente.

A exigência “fora os ministros burgueses” é tradicional no bolchevismo e no movimento trotskista: a levantamos quando está no poder um governo frentepopulista ou operário-burguês. Lenin a levantou sob o governo de Kerenski, e Trotsky sob os governos de Blum e Negrín.

A OCI invoca a tradição oposta, a do reformismo: não levanta essa bandeira devido a “escassa importância das funções ministeriais e das forças burguesas que respaldam” os ministros burgueses. Ou seja, o mesmo argumento que os mencheviques e seus discípulos, os stalinistas, usaram. Os bolcheviques-trotskistas dizem: se o PS e o PCF, com sua maioria eleitoral e parlamentar, incluem em seu governo a sombra da burguesia, então devemos denunciá-los implacavelmente por isso, chamando as massas a expulsar os ministros burgueses do governo.

Outra razão para não levantar este nem nenhuma outra bandeira de governo nos da Luís Favre: que as únicas bandeiras que devemos agitar são aquelas que mobilizem as massas de forma imediata. Com isso, confunde agitação com ação imediata, mas além disso, contradiz toda a política anterior da OCI, que durante os sete anos de Giscard levantou a bandeira “Fora o governo de Giscard, por um governo do PS e do PCF”, sem que existisse, pelo menos até muito pouco tempo, possibilidade alguma de levá-la a cabo.

Outra razão, que se repete inúmeras vezes no documento, é que “as massas consideram que o governo Mitterrand-Mauroy é seu governo”, ou seja, confiam nele.

A razões anteriores, todas de índole tática, poderiam nos fazer pensar que ao mudar as circunstâncias (por exemplo, que as massas deixem de confiar no governo) a OCI começará a levantar bandeiras de governo. Mas o *Projeto de informe político* [esgrime uma razão adicional, de tipo teórico, onde nos diz de fato que *jamais levantará uma bandeira de governo enquanto a frente popular continue ali*]:

“Seria absurdo apontar para os trabalhadores o objetivo de derrubar o governo. A linha que devemos desenvolver é a de ruptura com a burguesia”(op.cit., p.7).

Em primeiro lugar, não entendemos como se pode romper com a burguesia sem romper com o governo burguês. Mas o mais grave é que aqui se abandona por completo o eixo do *Programa de Transição*:

“É preciso ajudar as massas, no processo de luta cotidiana, a encontrar a ponte entre suas atuais reivindicações e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias, que *partindo das condições atuais e da atual consciência das amplas camadas operárias, conduzam a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado*” (p.10).

Trotsky insiste nisso ao longo do documento: “O velho ‘programa mínimo’ é constantemente superado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste *na mobilização sistemática das massas para a revolução proletária*”(op.cit., pp. 11-12).

“Sobre a base desta luta [por salários e contra o desemprego] (...) os operários compreenderão melhor a necessidade de *liquidar a escravidão capitalista*”(op.cit., p.13).

“A estatização dos bancos só dará resultados favoráveis *se o próprio poder estatal passar das mãos dos exploradores para as mãos dos trabalhadores*”(op.cit., p.21).

E em síntese: “Cada uma das exigências transitórias deve conduzir, portanto, a uma *única conclusão política*: os trabalhadores necessitam romper com todos os partidos tradicionais da burguesia para estabelecer, junto com os camponeses, *seu próprio poder*”(op.cit., p.35).

Então, o objetivo de derrubar o governo burguês não só não é ‘absurdo’, como deve ser a “única conclusão política” de cada bandeira que levantamos.

Este é o programa mais geral do trotskismo, mas o que acontece sob o governo de frente popular? Em julho de 1936, a Preconferência Internacional da Quarta Internacional aprovou o documento “O novo ascenso revolucionário e as tarefas da IV Internacional”, referido à situação da Bélgica, *França e Espanha*, países estes últimos onde governavam frentes populares.

A tese 9 afirma: “Só pode haver uma união séria, profunda e duradoura do proletariado com as massas pequeno-burguesas, em oposição aos acordos parlamentares com os exploradores radicais da pequena-burguesia, sobre a base de um programa revolucionário, ou seja, *a conquista do poder pelo proletariado e uma revolução nas relações de propriedade* em prol dos interesses de todos os trabalhadores. A ‘Frente Popular’ como coalizão com a burguesia é um freio para a revolução e uma válvula de segurança para o imperialismo”.

E a tese 10 insiste: “O primeiro passo para uma aliança com a pequena-burguesia é a ruptura do bloco com os radicais burgueses na França e na Espanha, o bloco com os católicos e liberais na Bélgica etc. É necessário explicar esta verdade, sobre a base da experiência, a todo operário socialista e comunista. *Esta é a tarefa central do momento*. Na etapa atual, a luta contra o reformismo e o stalinismo é principalmente umaluta contra o bloco com a burguesia. *Pela unidade honesta dos trabalhadores, contra a unidade desonesta com os exploradores! Fora a burguesia da Frente Popular! Abaixo os ministros capitalistas!*” (*Documents of the Fourth International*, p.87).

Tanto na França como na Espanha, onde existiam governos de Frente Popular, a “tarefa central do momento” para Trotsky era *a revolução proletária e a conquista do poder*. Isto é lógico, se levamos em conta que a etapa do governo frentepopulista corresponde a um debilitamento do poder burguês e ao mesmo tempo a um momento em que o proletariado tem aspirações anticapitalistas e socialistas. É a etapa em que a crise revolucionária está na ordem do dia, e por isso é necessário desenvolver as aspirações e necessidades do proletariado e das massas em direção a um objetivo único: a derrubada do governo e a conquista do poder.

Quando a OCI afirma que o *objetivo* de derrubar o governo frentepopulista é “absurdo” nos dá, em meio ao emaranhado de razões falsas, a verdadeira razão para não levantar bandeiras de governo: a OCI apoia o governo burguês. E nisto coincidem plenamente Lambert e Pablo.

1. Como se expressa o apoio ao governo

Deixamos claro em primeiro lugar que não estamos comparando as respectivas trajetórias de Lambert e Pablo, que são antinômicas. Afirmamos que, neste ponto preciso de apoio ao governo burguês de Mitterrand, existe uma identidade essencial entre eles.

Já citamos as passagens essenciais dos documentos de um e outros, onde expressam seu apoio às medidas (ou passos) progressivos do governo. A OCI afirma que “apoiará todo passo que o governo dê nesse sentido” (se refere às nacionalizações anunciadas por Mauroy) e agrega que “será sempre do mesmo ângulo que deveremos abordar” praticamente todos os problemas mais sentidos do proletariado e da juventude (Projeto..., p. 7). Enquanto que o órgão pablista diz: “apoiaremos todas as medidas sociais e políticas que [o governo] tome, que satisfaçam as reivindicações dos trabalhadores...” (*Pour l'autogestion* nº 1).

Pois bem, tanto Pablo como Lambert dizem que não apoiam o governo:

- “Nós *não* apoiaremos o governo como apoiaríamos um verdadeiro governo dos trabalhadores”(*Pour l'autogestion* nº1).

- “Portanto, não devemos apoiar o governo burguês de Mitterrand-Mauroy. Isso seria abandonar os princípios” (*Projeto...*, p.3).

A pergunta é: é possível apoiar os passos ou medidas progressivas de um governo burguês e não apoiar tal governo? Nós achamos, com Trotsky, que não: que apoiar os “passos/medidas” de um governo burguês é solidarizar-se politicamente com ele. É algo qualitativamente diferente de lutar no “campo militar” ou “físico” do governo frentepopulista quando é atacado pelo setor mais reacionário (Kornilov contra Kerenski etc). Sempre os reformistas esconderam seu apoio ao governo burguês frentepopulista atrás da máscara de apoio às “medidas/passos progressivos”.

2. Alguns governos burgueses são mais progressivos que outros?

A OCI e seus discípulos do POSI espanhol têm uma política com a qual concordamos plenamente quanto aos princípios (ainda que discordemos quanto à sua aplicação tática). É a política de repudiar todas as medidas do governo Juan Carlos-Suárez, por mais “progressivas” que pareçam. As medidas desse governo foram vinte vezes mais “progressivas” que as de Mitterrand-Mauroy. Basta mencionar uma: o direito de voto para todos os espanhóis e a legalidade para os partidos e sindicatos operários. A OCI jamais declarou seu apoio a tais medidas/passos e com justa razão, porque significava apoiar a política de conjunto da monarquia para salvar o essencial do aparato estatal franquista modificando alguns aspectos secundários. Em outras palavras, para a OCI e o POSI, apoiar uma medida/ passo do governo Juan Carlos-Suárez equivale a brindar-lhe meios para fortalecer sua política de conjunto. Nós consideramos que essa política corretíssima é a que os partidos revolucionários devem aplicar frente a *todos* os governos burgueses, independente do seu tipo.

A OCI não pensa o mesmo. Assim como repudia as medidas de Juan Carlos, considera seu dever apoiar os “passos progressivos” de Mitterrand, infinitamente mais mesquinhos que os daquele, e com isso proporcionar os meios ao governo frentepopulista francês para que engane os trabalhadores.

A OCI não tem uma política de princípios com relação aos governos burgueses: aprova os passos de um e repudia os de outro. Não vê a ambos como os veria um trotskista: como *inimigos de classe*, ambos merecedores de nosso repúdio.

Para nós, só existe uma explicação para a política da OCI: que considera que o de Mitterrand é um governo burguês *sui generis*, anti-burguês, cujos “passos progressivos” devemos apoiar. E isto se deve a que Mitterrand goza do apoio das massas, estas o consideram seu governo, como se repete enfadonhamente ao longo do *Projeto*.

Existe, então, dois tipos de governos burgueses: os progressivos e os reacionários, e a diferença entre ambos está no apoio ou falta de apoio que lhe brindem as massas. Em base a isso, o partido revolucionário deve apoiar ou repudiar seus “passos/medidas progressivos”.

Isso se reflete na já citada afirmação do *Projeto de informe político*: “Quando se deu o golpe de estado dos generais de Argel em 1961 contra De Gaulle, nós nos negamos a nos incorporar ao ‘campo’ de De Gaulle. É preciso discernir em cada caso de que governo se trata em particular” (op.cit., p.7). Ou seja, o governo de De Gaulle é *qualitativamente* diferente do de Mitterrand, e qualitativamente diferente significa, para os marxistas, que a diferença é *de classe*.

A política oportunista até a medula de apoiar o governo de Mitterrand se fundamenta no caráter burguês “antiburguês” desse governo.

Essa política tem sua contracara sectária e ultraesquerdista” já que o governo gaullista não tem as “virtudes antiburguesas” do mitterrandista, a OCI não está em seu “campo” contra o golpe dos coronéis fascistas de Argel. É justamente o contrário do que afirma Trotsky, que quando se dá uma luta física entre um governo burguês e um golpe fascista, intervimos militarmente no campo do governo, sem deixar nem por um instante de combatê-lo.

Esta política sectária se estende a outro terreno, como se vê claramente no caso da Espanha. Ali, o governo de Juan Carlos-Suárez concedeu eleições e legalidade para todos os partidos. A obrigação dos revolucionários era denunciar o conteúdo contra-revolucionários dessas medidas, coisa que o POSI sim, fez. Mas ao mesmo tempo, tinha a obrigação revolucionária de utilizar essas medidas, e não o fez. Até pouco tempo não havia lutado por obter sua legalidade e participar nas eleições às Cortes.

3. A posição dos trotskistas

Trotsky e nós, seus discípulos, temos uma política oposta à da OCI em todos esses terrenos. Nós partimos de um fato, que constitui uma verdade elementar da luta de classes: que todos os governos burgueses têm a mesma essência contra-revolucionária. Não pomos um sinal de igual entre todos os governos: só um idiota poderia dizer que é o mesmo o governo de Mitterrand que o do marechal Pétain. Mas ambos têm em comum seu caráter burguês, contra-revolucionário; ambos buscam por distintas vias manter o regime burguês. Por isso, não existe uma diferença qualitativa entre eles.

O marxismo é uma ciência que define os governos por seu caráter de classe, e a partir daí, busca as diferenças que possam existir entre eles. A OCI, no entanto, aplica um critério acientífico, de definir os governo em base às ilusões das massas, mais especificamente, de seus setores mais atrasados. Se é conseqüente até o fim, o dia em que as massas percam suas ilusões dirá que o de Mitterrand se converteu em um governo burguês “normal”.

Nós, trotskistas, não fazemos esse tipo de diferenciação, não consideramos que há que apoiar os passos/medidas dos governos burgueses “progressivos” para impulsioná-los a romper com a burguesia. Pelo contrário: nossa atitude em relação aos passos/medidas de Mitterrand é a mesma que em relação aos de Juan Carlos-Suárez: denunciemos o caráter contra-revolucionário de ambos os governos e de todas as suas medidas.

O fato de não ver nenhuma “virtude anticapitalista” especial em nenhum governo burguês, ainda que seja frentepopulista, significa que somos conseqüentes também em outro terreno: nossa política quando o governo burguês é atacado por um setor mais reacionário, que busca impor um regime bonapartista ou fascista. Vejamos em primeiro lugar o que diz Trotsky:

“Eu comparo a luta de Bruening contra Hitler com a luta de Kerenski contra Kornilov; eu comparo a luta dos bolcheviques contra Kornilov com a luta do Partido Comunista Alemão contra Hitler” (*The Struggle Against Fascism in Germany*. New York: Pathfinder Press; 1971, p. 186).

Ou seja, para Trotsky não existe uma diferença *qualitativa* entre o frentepopulista kerenskista e o bonapartista reacionário Bruening; e quando se apresenta a ameaça de Kornilov-Hitler, sua política é a mesma: lutar militarmente no campo de Kerenski-Bruening.

Em outra parte, esclarece: “A guerra civil entre Negrín e Franco não tem o mesmo significado que a concorrência eleitoral entre Hindenburg e Hitler. Se Hindenburg tivesse começado uma luta militar contra Hitler, então, isto teria sido o ‘mal menor’. Mas Hindenburg não era o ‘mal menor’, não levou uma luta aberta contra Hitler” (*A revolução espanhola*, vol. 2, pp. 163-164).

Ou seja, o qualitativo para Trotsky é que exista ou não uma “luta militar”. Por isso, é correto alinhar-se no campo militar da República contra Franco, não no de Hindenburg contra Hitler, porque essa “luta militar” não se deu.

Quanto aos “passos/medidas”, *jamais* os apoiaremos, mas sim temos a obrigação de *utilizá-los*, qualquer que seja o caráter do governo burguês que os outorgue. Isto deu lugar a uma grande discussão entre o PST argentino e Mandel. Quando a ditadura militar de Lanusse convocou eleições e outorgou legalidade a todos os partidos, inclusive os operário, o PST(A) não apoiou essa

medida, mas proclamou constantemente e aos quatro ventos que se tratava de uma conquista arrancada da ditadura pelas lutas operárias a partir do Cordobazo. Dizia que o governo tentava desviar o ascenso de massas para os canais democrático-burgueses parlamentares. Mas contra a ultra-esquerda e contra Mandel, que nos atacavam por reformistas, dizíamos que era nossa obrigação utilizar essas conquistas do movimento operário. Por isso realizamos uma árdua campanha por nossa legalização e participamos depois nas eleições. Graças a isso, o PST se converteu, *nas palavras de Pierre Lambert*, em um grande partido nacional.

Para sintetizar, nossas diferenças com a OCI nesse terreno são:

- Julgamos um governo pelo que é (ou seja, por seu caráter de classe), e não pelo que as massas pensam dele.
- Não encontramos diferenças qualitativas entre os governos burgueses: todos são absolutamente contra-revolucionários.
- Não apoiamos absolutamente nenhuma de suas medidas ou passos progressivos, mas sim as aproveitamos para nossos fins.
- Quando um governo burguês é atacado por um setor mais regressivo, combatemos no campo militar daquele, sem deixar de atacá-lo politicamente. Isto, sempre que se dê uma luta militar.

4. Uma distorção grosseira de nossa posição

Em sua já citada intervenção em Angola, Luís Favre afirmou, em resposta a um camarada que havia defendido a necessidade de denunciar todas as medidas do governo Mitterrand: “Por exemplo, se o governo decide pagar o salário de setembro a todos os operários demitidos de Boussac-Saint Freres, nós dizemos, ‘está bem, mas não é suficiente porque não há uma garantia de emprego’. Os camaradas /se refere a nós/ diriam outra coisa: ‘Está mal, não se deve receber, isso é incorreto’. Agora, qual operário entenderia isso?” (Atas gravadas. Onde diz “receber” (“cobrar”, em espanhol, N.T.), Favre diz “pagar” na gravação original, mas supomos que se trata de um erro involuntário).

Isto é o inverso exato de nossa verdadeira posição, expressa no artigo de Miguel Capa em *Correspondência Internacional* nº 13.: “As medidas ‘progressivas’ de um governo burguês, seja frentepopulista ou não, *nós as utilizamos; nunca as apoiamos*. E as defendemos quando são atacadas”.

Aplicando esta posição ao caso de Boussac-Saint Freres, temos uma posição que não é a oportunista-revisionista de Favre, nem a ultra-esquerdista que ele nos atribui, mas a seguinte:

“O governo nos dá este salário para que não lutemos pela garantia de emprego permanente; sob este governo, o número de desempregados aumenta constantemente. Por isso, vamos receber esse salário para poder continuar a luta, única garantia de que o governo não nos deixe sem emprego como já fez com centenas de milhares de companheiros em todo o país”. cremos que qualquer operário entenderia esta – a nossa verdadeira posição – perfeitamente bem.

A posição de Favre, de apoiar este “primeiro passo” do governo, é totalmente oportunista, porque fomenta a confiança da classe operária no governo, conspirando com ele contra a única maneira de conquistar o emprego permanente: a mobilização dos operários. A diferença entre o oportunismo e o trotskismo é exatamente a que expressa Favre. Os oportunistas da OCI dizem que o que o governo faz “está bem”. Com isso, desmobilizam a classe, levando-a a pensar que o governo atua em seu favor.

Os trotskistas queremos inculcar na classe operária que o governo é seu máximo inimigo político, e que se faz alguma concessão é com o objetivo de enganar e desmobilizar. Por isso, repudiamos ou denunciemos a medida da seguinte maneira: “O governo nos oferece o salário para setembro e a fome para depois. Se não é assim que nos demonstre: que não nos despida a nós, trabalhadores, mas os patrões; que eu nos deixe o controle da fábrica para garantir que não haverá uma única demissão. Mas desde já alertamos: não haverá nada disso, porque é um governo de acordo entre um setor da burguesia e os partidos operários traidores. Por isso, devemos receber esse salário e logo em seguida ocupar a fábrica e apelar para a solidariedade do movimento operário. Caso contrário, nos pagarão setembro e talvez outubro, mas depois ficaremos desempregados e na miséria”.

Em outra parte de sua intervenção, Favre diz: “Os setores auxiliares /do ensino/ lutaram sempre pela titulação; este ano, como em todos os outros, pediram que o governo lhes garantisse emprego. O governo fez uma declaração dizendo que garantiria o emprego. A nós nos pareceu que era um primeiro passo para a satisfação das reivindicações. Agora o governo declarou que não tem emprego para todos, e disse que os que não vão trabalhar vão receber de qualquer maneira um salário. E nós, não contentes com isso – imagine como estavam os professores auxiliares, iriam receber salário sem trabalhar -, reivindicamos que se dividissem as classes com até 25 alunos, e que todos pudessem assim trabalhar. Lançamos todo um combate para impor as reivindicações. O camarada /novamente, o que concorda com nossas posições/ teria que dizer: “Temos que denunciar o governo por esta medida, de decidir pagar os salários aos professores auxiliares apesar de não trabalharem”. (Ata gravada).

De fato, cremos que haveria que denunciar o governo, por não cumprir com suas promessas. Segundo Favre, “O governo fez uma declaração dizendo que garantiria o emprego(...) Agora o governo declarou que não tem emprego para todos, e disse que os que não vão trabalhar vão receber de qualquer maneira um salário.” Então, segundo ele, os professores estão contentíssimos e a OCI lhes diz que essa alegria está muito bem, que se deu “um primeiro passo”, e que temos tempo para negociar a distribuição de 25 alunos por classe para que haja trabalho para todos.

Nós, trotskistas, dizemos: “O governo nos prometeu trabalho, e claro, não cumpriu, porque é um governo burguês, do qual participam o PS e o PC, os partidos que nos traíram. Agora, para nos contentar, nos oferece um salário gratuito. Mas nós não queremos esmolas: não queremos ser desempregados com salário, mas trabalhadores com salário. O que o governo quer é nos desmoralizar e nos dividir; assim, quando resolva suspender nosso salário gratuito, não teremos forma de lutar. Por isso, devemos receber esse salário mas sem suspender por um instante a nossa luta pelo pleno emprego.

E, em seguida, proporíamos medidas concretas e bandeiras transicionais que dêem a essa luta uma perspectiva revolucionária. Por exemplo:

“Sob o governo de Giscard foram fechadas milhares de escolas públicas. Nós devemos reabri-las, ocupá-las e realizar um congresso de professores para distribuir o trabalho disponível. Ao mesmo tempo, devemos exigir que o orçamento escolar seja administrado pelos professores e pelo movimento operário. Assim, haverá trabalho para todos os professores, incluindo os novos, na medida que concluam seus ‘estudos’. Esse é um programa de transição para mobilizar os professores contra seu patrão, o governo.

O programa de Favre, no entanto, é cúmplice da manobra do governo; destinada a ganhar a confiança dos professores, demobilizá-los, lumpenizá-los e finalmente tirar a esmola quando já não estejam em condições de lutar.

Nossa posição, de forma alguma implica que os professores não devam receber o salário, mas pelo contrário: devem receber e, além disso, exigir que se dê tratamento igual a todo professor, inclusive o professor recém formado, enquanto segue a luta pelo emprego.

5. Uma discussão chave

Toda nossa discussão com a OCI gira em torno de dois pontos chaves: um é o dos campos, de saber se os revolucionários devem fazer parte política do “campo progressivo” burguês de Mitterrand ou não; e o outro, como vimos no presente capítulo, é o de apoiar ou não as medidas supostamente “progressivas” do governo. A OCI defende que sim, nós que não. Mas antes de avançar devemos definir o que se entende (ou o que nós entendemos) por “medida progressiva”.

Na época imperialista, em que a burguesia e todos os governos burgueses são absolutamente contra-revolucionários, “progressivo” é todo passo ou medida que acelere o curso da revolução socialista, ou seja, todo passo anticapitalista. As medidas dos governos burgueses, suas concessões ao movimento de massas, são contra-revolucionárias porque respondem a três objetivos: freiar a luta de classes e o ascenso revolucionário; aumentar o prestígio do governo e dos

partidos, tanto burgueses como operário-burgueses, diante das massas; consolidar ou salvar o regime capitalista.

Como marxistas revolucionários, não podemos julgar cada medida de um governo separadamente: “esta é boa, a apoio; esta é má, a recuso”, mas no marco de sua política de conjunto. Se um governo é burguês, sua política de conjunto é contra-revolucionária, e portanto, também o são todas as suas medidas, por mais “progressivas” que pareçam.

Em síntese, julgamos cada medida de um governo no marco de sua política geral e em relação à luta de classes, jamais isoladamente.

Em base a esse métodos marxista de apreciar os fenômenos em seu conjunto e em sua dinâmica, afirmamos: nesta etapa da luta de classes não há no planeta Terra um só governo burguês capaz de tomar uma “medida” ou dar um “passo” progressivo, ou seja, que tenda à destruição do regime burguês, a instauração do socialismo e a abolição da exploração.

Nada disso significa que não lutaremos por medidas reformistas, mas entendendo sempre que estas são um subproduto da mobilização revolucionária da classe operária. Vejamos um exemplo.

Suponhamos que um governo burguês concede um aumento de salários devido a uma greve geral. Nossa política frente a essa “medida” dependerá do momento da luta de classes. Se o governo decretou o aumento porque não quer que a greve se prolongue, mas os trabalhadores não estão em condições de continuar lutando, diremos: “tomemos o que conquistamos e voltemos ao trabalho”, porque vemos que não há possibilidade por enquanto de levar a greve até o final, até derrotar o governo burguês e instaurar um governo dos operários e camponeses. O que não faremos jamais será dizer, com a OCI: “está bem que o governo tenha concedido o aumento; apoiamos essa medida”, porque nesse caso estamos apoiando o governo, colaborando com sua política de ganhar prestígio frente as massas e deter a luta. Se atuamos assim, o operário que nos escutar dirá: “Minhas ilusões neste governo estão justificadas, porque adota medidas progressivas, anticapitalistas. Já deu um primeiro passo, agora devemos ter paciência e virão os outros”.

Aclaremos que o exemplo anterior se refere a uma greve geral contra o governo, mas aplicaríamos a mesma política se se tratasse de uma greve parcial contra um patrão individual ou contra a patronal de um setor da indústria. Continuemos.

Se o aumento de salários é fruto de uma greve, esse fato tem de servir para que denunciemos o governo, demonstrando que tomou essa medida contra sua vontade e da patronal, forçado por nossa luta. Concretamente, diríamos:

“Nossa luta acaba de obter uma vitória, ao forçar o governo a nos dar um aumento de salários. Novos avanços exigirão novas lutas. Mas devemos dizer que Mitterrand nos traiu. O elegemos contra Giscard para que nos garanta trabalho e bons salários para todos, e olhem o que aconteceu: para manter nosso nível de vida (nem mesmo para melhorá-lo) somos obrigados a lutar, enfrentar a polícia, passar fome e correr o risco de ficarmos sem trabalho, como ocorria antes. Achávamos que isso tinha acabado, mas é evidente que não podemos confiar no governo nem no PS nem no PC: nada ganharemos se não lutarmos”.

A OCI, com sua política revisionista, faz exatamente o contrário: não só apoia as medidas, o que constitui um ato de solidariedade política com o governo, como levada pela lógica de sua posição, apoia a este de forma direta. Assim, se nega a exigir a nacionalização da Logobax para dar a Mitterrand o tempo que necessita.

Apêndice

EM RESPOSTA A ALGUMAS CRÍTICAS

respondência Internacional nº 13 e na Carta ao Comitê Central do POSI, de 13 de outubro passado, foram respondidas de maneira parcial e às vezes indireta em certos documentos da OCI: o artigo de François Forgue em CI nº 13, os documentos publicados no *Bulletin interieur d'information et de discussion internationales* nº 1, a intervenção de Luís Favre em um plenário conjunto dos dois partidos angolanos e, fundamentalmente, em uma “Declaração do CC da OCI”, submetida à discussão no XXVI Congresso e publicado em IO 1030.

Neste último documento, e como resposta indireta à nossa afirmação de que a OCI não tem um “programa de ação”, ou seja, transicional, para a França, aparece a seguinte lista de palavras de ordem:

- “Por um verdadeiro controle de preços;
- “Por um aumento geral de salários em relação ao aumento de preços;
- “Pela redução do horário de trabalho sem contrapartida, respeitando a legislação de 1936;
- “Pela adoção da medida de urgência de dar trabalho obrigatoriamente aos desempregados;
- “Pela satisfação das reivindicações dos trabalhadores imigrantes;
- “Pela nacionalização sem indenização nem direito a requisição (rachat) dos grandes grupos capitalistas;
- “Por um plano de produção que não responda às necessidades da Lei do lucro e às exigências dos capitalistas, mas sim às necessidades das massas populares;
- “Pela revogação das leis antilaicas, a supressão dos créditos públicos à escola livre e confessional e o outorgamento de tais créditos integralmente para a escola pública;
- “Pela revogação imediata dos altos funcionários postos por Giscard e que continuam em funções e organizam a sabotagem;
- “Pelo respeito ao estatuto do funcionário público;
- “Pela redução imediata do serviço militar para seis meses;
- “Pela revogação das restrições aos estudos e da lei Faure na Universidade.

Este “programa”, ou melhor, esta soma de palavras de ordem, reafirma milimetricamente o eixo de nossas críticas. Não há aqui nenhuma bandeira de governo, nada que indique que só um governo dos trabalhadores pode realizar estas reivindicações, nem como chegar a tal governo (colocando, por exemplo, “para realizar este programa é necessário em primeiro lugar varrer os ministros burgueses, Jobert e Crépeau, do governo”). Portanto, devemos concluir que, mais que bandeiras (apesar da forma) são pedidos dirigidos ao governo de Mitterrand, o que é coerente com toda a orientação da OCI. De fato, quem vai elaborar e aplicar um “plano de produção baseado nas necessidades das massas populares, não dos capitalistas”? Quais são as reivindicações dos trabalhadores imigrantes”, quem e como se há de satisfazê-las? Quem deve controlar os preços e determinar a taxa do aumento dos mesmos para fixar o aumento dos salários? A resposta é: o governo de Mitterrand; a tarefa da OCI é pressioná-lo para que não ceda às “exigências dos capitalistas”.

Por esta “resposta” indireta a nossas objeções e outras que analisamos nas páginas seguintes, afirmamos que nossas críticas continuam em pé e se reafirmaram e ampliaram.

1. A OCI(u) NA RETAGUARDA DA PRIMEIRA ONDA

Em junho de 1936 ocorre na França a grande onda de greves com ocupação de fábricas que culmina na greve geral. Este é o processo a que Trotsky chamou a “primeira onda” e que resultou em uma série de conquistas do proletariado francês, como a “Lei das quarenta horas”, que estabelece uma semana de trabalho máxima de quarenta horas, e as horas trabalhadoras além dessas devem ser pagas como horas extras.

Este grandioso movimento do proletariado francês foi precedido por uma série de conflitos locais e de fábrica, “greves econômicas” ou “corporativas”, como as chamavam os dirigentes stalinistas e social-democratas daquela época, e pela vitória eleitoral de Blum.

Nós consideramos que a França está vivendo atualmente os primeiros indícios de uma situação similar; o ascenso das massas ainda não alcançou o mesmo grau dos meses prévios a maio-junho de 1936, mas aponta nessa direção. Em todo o país ocorrem lutas operárias: contra as demissões, por aumentos de salários etc. Isso significa que as massas, ainda que confiem em Mitterrand e seu

governo frentepopulista, não se limitam a esperar passivamente que este resolva seus problemas, mas lutam por eles.

A política da OCI(u), tal como a temos visto, consiste em evitar cuidadosamente que as massas lutem contra o governo. Daí seus constantes esforços por orientar as lutas contra os “banqueiros e capitalistas” no caso das empresas privadas, e contra os “altos funcionários giscardianos” quando o conflito afeta uma empresa pública ou nacionalizada, ou se trata de uma luta estudantil.

O fato de desviar ou freiar o enfrentamento das massas com o governo não só constitui uma violação dos mais sagrados princípios do trotskismo, como tem outra conseqüência: a OCI não tem uma política para se colocar à cabeça das lutas do movimento operário e de massas.

Em nossa carta ao CC do POSI dissemos que a OCI(u) não tem uma política de solidariedade com as lutas do movimento operário, de propagandizá-las, defendê-las, muito menos de estendê-las e colocar-se à frente para dar-lhes uma perspectiva revolucionária, mediante consignas transicionais adequadas. Agora reafirmamos essa acusação: nada se diz, por exemplo, da greve ferroviária de Paris-Saint Lazare, iniciada em 10 de dezembro, e que paralisou a circulação de um grande setor da *banlieu* parisiense. Nós ficamos sabendo da existência dessa luta por meio de *Le Monde* (11/12/81), e não por meio de *Informations Ouvrières*. Por outro lado, o “programa” da “Declaração do CC” já citada, nada diz sobre a solidariedade com as lutas operárias em curso.

Tampouco disse nada sobre as lutas dos camponeses. Na última carta ao CC do POSI acusamos a OCI(u) de falta de solidariedade para com as lutas camponesas e de uma política para uni-las às lutas do movimento operário. Esta situação não mudou: nas respostas (ainda parciais) a nossa carta não se diz nada a respeito e, pior ainda, se nos guiamos pela “Declaração do CC”, na França não existem camponeses.

A esta altura, não podemos prever se estas lutas preliminares do movimento de massas desembocarão em uma “primeira onda”, como a de 1936, ou se o governo conseguirá abortar o processo. A dinâmica objetiva aponta para o primeiro, já que a situação material do povo trabalhador piora dia a dia. Afirmamos que o partido trotskista tem o dever de aplicar uma política para estender, unificar e fortalecer as lutas parciais e colocar-se à cabeça da primeira onda quando esta ocorra. A OCI(u), pelo contrário, tem uma política para freiá-la. Por isso, quando se dê, romperá sobre a cabeça da OCI(u) e a varrerá de seu caminho junto com os demais obstáculos.

1. A Plataforma de Orly: capitulação diante da burocracia

É preciso reconhecer que a OCI(u) sim formulou uma política para alguns (muito poucos) conflitos operários. Já vimos dois: Logabax, onde se negou a levantar a bandeira de “nacionalização para que não haja demissões”, porque o governo “precisa de tempo para resolver os problemas”; e Boussac-Saint Freres, onde defendeu que a medida do governo de garantir o emprego de várias centenas de trabalhadores demitidos *durante três meses* foi “um passo adiante”. Agora vejamos outros dois casos.

Segundo informa IO 1026, em 12 de novembro realizou-se a conferência dos trabalhadores do aeroporto de Orly, para resolver sobre as medidas a tomar diante da ameaça de demissão de vários trabalhadores. Diz-se que foi “uma autêntica assembléia operária para organizar a luta contra as demissões, contra o desemprego”, e que “Esta conferência é um êxito”.

Vale a pena deter-se em primeiro lugar na intervenção de um delegado da central operária Force Ouvriere, que o artigo de *IO* cita extensamente e sem a menor crítica: “Para FO, os únicos responsáveis antes do 10 de maio são a camarilha de Horffel e companhia, que organizaram premeditadamente o desmantelamento da plataforma de Orly. Portanto, não é o novo governo. Mas o novo governo deve responder às aspirações dos trabalhadores: significa que não deve aceitar esses planos. Giscard não foi varrido para que seus planos sejam aplicados”.

Claro, por que iria criticar esta intervenção de um burocrata sindical, se coincide milimetricamente com a posição da OCI(u): a culpa de tudo é do governo anterior, só se trata de advertir Mitterrand que não deve aplicar esses planos.

Mas o pior (ou melhor, segundo a ótica lambertista) veio depois, quando se aprovou “por unanimidade menos quatro abstenções” uma declaração elaborada pela organizações sindicais presentes, onde se estabelecem as medidas a tomar contra as possíveis demissões:

“A conferência delega ao comitê coordenador aqui constituído o *objetivo de reunir-se com o Sr. Fiterman* [o ministro do setor] *para discutir esses problemas (...)* e resolve que se as gestões com o ministro de transportes fracassam, *fará idênticas gestões diante do primeiro ministro e depois diante do Presidente da República*” (citado em IO 1026).

Valentes medidas! Reunir-se com o ministro dos transportes, depois com o primeiro-ministro, depois com o presidente e depois... nada, porque aí termina a declaração. E se ocorrem demissões, a culpa é de Giscard.

Suponhamos que as quatro *abstenções (não votos contra a traição, mas abstenções)* não são da OCI(u), porque IO não critica a declaração: se limita a transcrevê-la e diz que “a conferência é uma êxito”, porque aprovou uma medida de “luta contra as demissões”.

Nós não estamos contra fazer gestões junto aos ministros, e Mitterrand e a avózinha de Mitterrand. Mas essa não é uma medida de luta, e sim de negociação, e de negociação impotente, além do mais. Nos parece elementar para um partido que se diz trotskista propor, por exemplo: “Sim, façamos gestões junto a Fiterman, Mauroy e Mitterrand, mas enquanto isso *paralisemos o trabalho e ocupemos a plataforma*. Assim evitaremos as demissões”. Se a relação de forças nos é desfavorável, proporemos medidas de luta menos radicais. Mas se se toma uma decisão como a de Orly, teremos que dizer: “Acataremos disciplinadamente a decisão tomada. Mas a conferência foi um fracasso total porque se impôs a política traidora da burocracia sindical, de confiar no governo e fazer reuniões com os ministros. Saibamos desde já que é uma decisão nefasta porque nos leva inevitavelmente à derrota, a que se dêem novas demissões”.

Nada disso: a OCI(u) capitulou por completo diante da burocracia sindical traidora.

2. Renault, a segunda traição

No início de setembro ocorre uma greve na Renault, a fábrica mais importante das nacionalizadas. A empresa tem 40.000 operários e tem plantas em todo o país.

O conflito começa nas plantas Sandouville (Seine-Maritime) e Boulogne-Billacourt (região parisiense). As principais reivindicações são: redução do ritmo de trabalho na linha de produção e revogação de um decreto da administração que estabelece o *chomage technique*, a suspensão do trabalho durante cinco dias “para adaptar a produção ao mercado” (informes recolhidos em *Le Monde*, 25/9/981).

Qual foi a política da OCI(u)?

Primeiro, o silêncio total. *Le Monde* diz que o conflito começou “nos primeiros dias de setembro”. A primeira notícia que aparece em IO é no número 1021, de 10 de outubro, ou seja, um mês depois, e se trata de uma nota de um terço de página.

O nº 1022 (17 de outubro) dedica o editorial ao assunto, com o título: “Renault: primeiro enfrentamento entre as classes depois do 10 de maio”. Ali se diz: “Os trabalhadores se perguntam o que faz o governo? Onde se localiza frente as provocações patronais?” Aqui já está a primeira confusão, porque em uma fábrica nacionalizada, o patrão, autor desses “provocações” é o *governo de Mitterrand*.

O editorial responde à pergunta feita pelos trabalhadores: “A tarefa da OCI(u) é explicar a contradição entre a manutenção, na direção da Renault, de Hanon e outros altos funcionários dedicados a defender os interesses de capitalistas e banqueiros, e a realização da vontade das massas trabalhadoras, expressa no voto massivo ao Pose ao PCF”.

Como formulação tática, poderia estar bem, se em seguida se dissesse que o governo Mitterrand está traíndo as aspirações dos trabalhadores da Renault ao aplicar a mesma política de Giscard. Mas não é isso que IO diz, já que em um artigo da mesma edição (1022) afirma: “Os trabalhadores sabem que o governo não pode “decidir tudo em todas as partes’. Então, deveria decidir, para respeitar a vontade das massas trabalhadoras, revogar toda essa direção da Renault, todos os altos funcionários que, como todos sabem, representam os capitalistas e banqueiros.

Então, existe uma “contradição” entre o patrão (o governo de Mitterrand) e a gerência, nomeada por Giscard. Mas já que o patrão “não pode fazer tudo em todas as partes”, lhe sugerimos que revogue a gerência e nomeie uma nova: com isso se solucionam todos os problemas.

Temos um conflito operário em uma grande fábrica nacionalizada, onde o patrão é o governo. Com a mobilização, os operários estão adquirindo consciência, por um lado, de que seu maior inimigo é o governo burguês, no qual confiam erroneamente; por outro, do verdadeiro significado da “nacionalização” burguesa, que só inclui uma mudança de patrão.

A OCI considera que seu dever é impedir essa aquisição de consciência. Desvia a luta contra o governo, canalizando-a para a “gerência giscardiana”. Por outro lado, jamais levanta a bandeira pelo controle operário da Renault, que se concretiza de maneira muito simples: desconhecer a gerência burguesa, eleição de uma nova gerência pela Assembléia Geral dos trabalhadores e responsável perante ela.

Pois bem, a OCI(u), como pata esquerda “trotskista” do campo mitterrandista, tem que dar uma colaboração “vermelha” à sua política de impedir a mobilização. O consegue mediante a agitação da bandeira “Greve total unitária de todas as fábricas”.

Vejamus que significa “greve total” como método de luta. A Renault é um colosso multinacional, que tem na França mais de 10 plantas fabris e 40.000 trabalhadores. Portanto, a “greve total” exige métodos e bandeiras de luta que poderíamos chamar “acessórios” a serviço da greve: piquetes de greve; assembléias gerais por planta para eleger comitês de greve locais e que estes elejam um comitê de greve central para dirigir a luta a nível nacional; formação de comissões para organizar ações de solidariedade; convocatória regular a assembléias gerais de planta para informar sobre o andamento do conflito e submeter à discussão e votação as medidas a serem tomadas etc.

No marco da orientação geral da OCI(u), o simples chamado a uma “greve total” não é um erro, mas uma política consciente: lançar uma bandeira aventureirista e estéril para paralisar a luta.

O segundo aspecto se refere à perspectiva que se dá à luta. A OCI(u) se limita a levantar as reivindicações dos trabalhadores: pela redução do ritmo de trabalho e contra os fechamentos temporários. Um partido trotskista não pode deter-se aí, mas deve propor:

“Para satisfazer nossas reivindicações de forma permanente, devemos impor o controle operário da Renault, o que significa:

- Derrubar a atual gerência burguesa;
- Eleição de uma gerência operária pela assembléia geral dos trabalhadores; não se aceita nenhum gerente enviado pelo governo;
- A nova gerência elaborará os planos de produção, ritmo de trabalho, salários etc, e os submeterá à aprovação da assembléia geral;
- A gerência prestará contas periodicamente diante da assembléia geral;
- Os gerentes terão as seguintes características: são eleitos pela assembléia geral e podem ser revogados por esta em qualquer momento;
- Seu mandato dura dois anos no máximo, sem possibilidade de reeleição;
- Ao finalizar seu mandato, voltam ao posto de trabalho;
- Ganham o mesmo salário que um operário qualificado.

Este é um programa transicional para a Renault, porque parte das reivindicações pelas quais os trabalhadores já estão lutando (ritmo de trabalho e fechamentos temporários) e orienta essa luta em uma perspectiva anticapitalista, revolucionária, ao mesmo tempo que põe a descoberto os verdadeiro caráter do governo de Mitterrand diante dos trabalhadores.

3. Aguardar o amadurecimento político das massas

O documento de Stéphane Just publicado em *La Lettre d'IO* nº 11 nos dá a chave teórica para compreender porque a OCI(u) não impulsiona as lutas operárias:

“A preparação das grandes lutas que virão, talvez da greve geral, depende essencialmente do amadurecimento político e, portanto, da resposta que damos aos problemas políticos” (p.5).

Esta afirmação é falsa por várias razões. Em primeiro lugar, não pode haver “amadurecimento político” das massas se não é através da luta. Justamente, o amadurecimento político necessário para as grandes lutas e greve que se preparam está se forjando na atual onde de conflitos locais.

Mas a luta não basta, se não existe um partido trotskista que apresente uma perspectiva revolucionária. Isto significa que o partido deve intervir em todas as lutas parciais do proletariado e das massas, ligando as reivindicações das mesmas a bandeiras de transição e ao problema do poder.

Se falta o partido com o programa revolucionário, as lutas parciais das massas e inclusive as grandes explosões, como o maio francês, se dissipam, e a vontade de luta das massas cede diante da confusão e da apatia.

Por outro lado, o partido que não intervém nas lutas operárias e se senta, aguardando que se dê o amadurecimento político, abandona toda possibilidade de se colocar à cabeça do proletariado.

Por tudo isso, a orientação da OCI(u) freia objetivamente o amadurecimento político das massas e o desenvolvimento da única expressão verdadeira desse amadurecimento, o partido revolucionário, trotskista.

2. A OCI(u) VIOLA OS PRINCÍPIOS ELEMENTARES DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Nossa carta ao CC do POSI formulava contra a OCI(u) uma série de acusações muito graves no terreno de certos princípios ao movimento operário. A fundamental acusação que fazíamos era que, frente ao plano de conjunto de Mitterrand e Calvo Sotelo para reprimir os militantes da ETA refugiados na França, a OCI(u) não fazia campanha pela liberdade desse militantes quando eram presos pela polícia francesa. Recordemos que Mitterrand tem uma política bastante sutil, destinada a salvar seu prestígio ante as massas e manter ao mesmo tempo suas boas relações com a monarquia espanhola: não fazer acordo para extradição dos militantes bascos, mas por sua vez mantê-los presos na França. Hoje os mantém presos na ilha-prisão de Yeu.

Segundo *Le Monde* de 22 de setembro, vários militantes da ETA presos na ilha estão fazendo uma greve de fome em protesto contra sua prisão, já que não cometeram qualquer violação das leis francesas. Fiel à sua linha, a OCI(u) não disse uma palavra a respeito, nem para solidarizar-se com essa greve de fome, nem para exigir a liberdade desses militantes.

Devemos assinalar que, pelo contrário, IO faz uma campanha permanente de solidariedade com os grevistas de fome do IRA irlandês. O fato se explica facilmente: os presos do IRA questionam o regime de Thatcher, não o de Mitterrand.

Tampouco apareceu em IO uma campanha em solidariedade com os combatentes bretões, bascos e corsos, nem pelos das colônias francesas. A “Declaração do CC” em IO 1030 não inclui bandeiras dirigidas a esses setores, nem sequer os menciona.

1. As vergonhosas explicações de Luís Favre

Sim houve, por parte da OCI(u) uma resposta parcial a estas acusações. Em sua já citada intervenção no plenário dos partidos angolanos, Luís Favre explicou a posição da OCI(u) com relação aos presos da ETA e do IRA. Vejamos seus argumentos em base às atas gravadas da reunião.

Favre: - “Nós lançamos uma campanha contra a extradição, é preciso dizer, quando a questão estava colocada”.

Primeiro problema: A questão já não está colocada? Não há presos da ETA na Ile de Yeu?

Segundo problema: Favre está mentindo: não há nenhuma campanha em IO pelos presos da ETA. Há um único artigo, o já mencionado de IO 1010, mas seu objetivo é a defesa do ministro Defferre, como dissemos na carta ao POSI. Poderia responder-se que a campanha se realizou por meio de panfletos e folhetos, não através do jornal. Não aceitamos essa explicação. O partido pode publicar todos os panfletos que queira, mas só consideramos que são campanhas partidárias as que se realizam por meio do órgão oficial, a cara do partido diante das massas.

Favre: - “O governo cedeu frente a quê? A essa campanha contra a extradição”.

Supondo que houve campanha, que significa que o governo “cedeu”? Ceder é prender os bascos na Ile de Yeu ao invés de extraditá-los? Sinceramente, a OCI(u) se contenta com muito pouco...

Favre: - “Quem é o advogado que defende os bascos? Ives Deschafer, membro do Comitê Internacional contra a repressão”.

Bom, felicitamos o senhor Deschafer e a seu comitê. Mas continuamos sem saber onde está a campanha da OCI(u). Por acaso é membro do Comitê? Não sabíamos, porque IO jamais o menciona.

Favre: - “A ETA pediu para fazer uma campanha contra a extradição porque pensou que a situação de seus presos na França não seria a mesma que na Espanha. Uma coisa que não tem nada a ver com o marxismo, só com o sentido comum: *é preferível estar preso que com uma bala na cabeça; é preferível inclusive estar condenado – ao que eu me oponho – que ser liberado para ser assassinado*”.

Veja o leitor o que acontece quando se substitui o marxismo pelo “sentido comum”, o mais vulgar do pensamento vulgar. Ocorre que quando os combatentes da ETA são perseguidos pelas polícias dos dois países, Favre diz: “Por favor, prendam os *flics* franceses para que não sejam mortos pela Guarda Civil espanhola”.

Favre diz que “a ETA pediu para fazer uma campanha contra a extradição”. Deixando de lado que a OCI(u) não fez essa campanha nem nenhuma outra, devemos recordar que nós não somos a ETA, partido nacionalista burguês ou pequeno-burguês. Nós somos os trotskistas, o partido do proletariado para a revolução socialista. Não calamos nossas bandeiras ainda que a ETA não as levante. Se se conforma uma frente de unidade de ação exclusivamente contra a extradição, participaremos nela, mas observando nossa regra de ouro: conservamos nossa independência política e agitamos nossas bandeiras.

A ETA pode ter razões válidas para negociar “prisão” em troca de “não extradição”, se a relação de forças lhe é desfavorável. Mas isso não significa que os trotskistas franceses devam sair à rua gritando “Sim, sim, que os prendam”, como propõe nosso campeão do “sentido comum”. Pelo contrário, devem redobrar sua campanha por:

- Liberdade total aos combatentes da ETA;
- Que lhes seja dado asilo, trabalho e plena liberdade de ação política;
- Que tenham permissão para cruzar a fronteira, em ambos os sentidos, quantas vezes desejarem.

Favre: - “Os camaradas falam em sua resolução sobre os presos do IRA na França. Vocês conhecem algum nome de preso do IRA na França? Ocorre que não há nenhum.

Pois sim, nós conhecemos os nomes de dois: Denis Donaldson e Billy Kelly. Segundo *Le Monde* de 29 de agosto, p.3, título “Dois membros do IRA presos em Orly”, Donaldson e Kelly foram presos no aeroporto por utilizar passaportes falsos. A edição do dia seguinte esclarece que na verdade são membros do Sinn Fein, braço político do movimento republicano irlandês e que serão julgados pelo tribunal de Créteil.

Nós, na América Latina, sabíamos disso, a OCI(u) na França não? Impossível: Favre está mentindo, está fingindo que desconhece a existência dos presos republicanos irlandeses na França para ganhar uma discussão; tal é o método tipicamente pequeno-burguês que emprega em uma discussão de vital importância para o futuro do trotskismo mundial.

A OCI(u) faz campanha pelos presos da Irlanda, mas se nega a fazê-la pelos presos na França para evitar atritos com o governo de Mitterrand. Que o levem em conta os heróicos combatentes pela independência da Irlanda: a OCI(u) os defende contra o imperialismo britânico, não contra seu grande aliado, o imperialismo francês. Com isso, demonstra que toda sua campanha de solidariedade com os grevistas de fome não passa de fraseologia vazia.

2. MITTERRAND É PARTE DO DISPOSITIVO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL

Creemos desnecessário voltar a insistir no papel do governo de Mitterrand como fiel servidor dos interesses da burguesia imperialista francesa, e como parte integrante do dispositivo contra-revolucionário mundial liderado pelo imperialismo ianque. Papel que lhe foi reconhecido por Reagan quando declarou ao *New York Times* (23/7/81) depois da conferência de cúpula das sete potências imperialistas em Ottawa:

“Mitterrand rompeu o gelo em Ottawa. Enquanto almoçávamos, afirmou que a França respeitará absolutamente todos os seus compromissos com a Aliança Atlântica. *Suas declarações frente à ameaça soviética poderiam ter sido pronunciadas por mim ou por qualquer de nós*”.

Nossa carta ao CC do POSI denunciou os fatos que levaram Reagan a fazer tal declaração e a convidar Mitterrand para uma visita de Estado pouco antes da Conferência Norte-Sul de Cancún.

Denunciamos também a OCI(u) por não fazer uma campanha contra o governo de Mitterrand: por seu papel em Ottawa, por seus planos armamentistas e, por outro lado, por manter tropas francesas na África. Agora somos obrigados a reafirmar estas acusações.

1. A OCI(u) não ataca o imperialismo francês

Nossa carta ao CC do POSI estava baseada principalmente na leitura de IO, já que até o momento não havíamos tido tempo de fazer um estudo exaustivo do Projeto de informe político e outros materiais. Agora, feito esse estudo, devemos afirmar: em todo o documento que fixará a política geral da OCI(u) até seu próximo congresso jamais aparece o termo *imperialismo francês*; portanto, a OCI(u) não se dá uma política para combatê-lo.

Só aparece uma menção isolada na “Declaração do CC” em IO 1030: “O PCI [nome que adotará a OCI(u) depois do próximo congresso] lutará pelo direito dos povos oprimidos de dispor de si mesmo, em particular o dos que são oprimidos pelo imperialismo francês”.

É uma menção bastante mesquinha, para dizer o mínimo. Além do mais, não vai acompanhada de nenhuma bandeira, para falar de um programa, frente a questões concretas tais como a presença de tropas francesas na África: a lista de bandeiras não traz uma só a respeito.

Uma pessoa que desconhecesse por completo os fatos e quisesse conhecê-los através de IO não saberia que a burguesia e o governo franceses são imperialistas, salvo que tivesse a boa sorte de tropeçar com as três linhas acima citadas, ou com um artigo em IO 1029 sobre a recente visita de Mitterrand a Argélia. Lendo isto ficaria sabendo, por exemplo, que “os vínculos entre o imperialismo francês e a Argélia são muito antigos”, mas não em que consistem esses vínculos, nem como Mitterrand busca fortalecê-los, nem o que devem fazer os revolucionários para rompê-los.

Tampouco saberia que a multinacional francesa Pechiney-Ugine-Kuhlman é dona das minas de bauxita de Camarões e de chumbo, estanho, cobalto e manganês do Zaire e Gabão. Nem que o governo de Mitterrand mantém ali corpos especiais do exército (os chamados *paras*) para “proteger nossos cidadãos se são ameaçados ou molestados”(como disse o ministro da defesa em uma entrevista), ou seja, para defender as instalações da P.U.K. se o povo de Camarões, Zaire ou Gabão resolve recuperar suas riquezas naturais.

Na carta ao CC do POSI citávamos um comunicado do Grupo de Liberação Armado de Guadalupe que diz: “O atual governo francês (...) adota com relação a suas próprias colônias atitudes retrógradas pelas quais deverá prestar contas perante a história”.

Nós agregamos que a OCI(u) deverá fazer o mesmo, como *cúmplice*.

2. A OCI(u) mente sobre sua política

Entre nossas acusações à OCI(u) estava o fato de não denunciar o papel de Mitterrand como firme aliado de Reagan e peça chave do dispositivo contra-revolucionário; não se denunciava, por exemplo, seu papel na conferência de cúpula de Ottawa.

Esta nossa afirmação mereceu a seguinte resposta indignada de François Forge em seu artigo de *Correspondência Internacional* 13:

“Sem falar sobre o “não se diz nada’ sobre o que o governo faz em Ottawa: quem siga, por pouco que seja, a política da OCI(u) sabe que não somente IO consagrou um editorial internacional a esta questão, como que sua direção colaborou na elaboração de um artigo sobre o mesmo tema para *Correspondência Internacional*”.

Não nos interessa o que escreve a direção da OCI(u) para C.I., revista teórica e informativa internacional, mas sim o que aparece em IO, o órgão de imprensa que reflete sua política oficial. Quem seguir a política da OCI(u) pelo IO como fizemos nós, saberá que *Forge está mentindo*: não

há em IO um único editorial nacional ou internacional, nem um único artigo dedicado à conferência de Ottawa, ou que sequer a mencione.

Novamente, como no caso do IRA, se recorre à mentira consciente para confundir o leitor desprevenido, ou que não tem acesso à imprensa da OCI(u), contanto que se ganhe a discussão.

3. Um editorial em seis meses

Em IO 1024 (que saiu um mês depois do artigo de Forgue) há um editorial internacional sobre a conferência Norte-Sul de Cancúm, o único que vimos em IO a esse respeito. Ali se diz, ao contrapor as declarações de Reagan e Mitterrand:

“Mas tanto em um caso como em outro, se trata de manter e defender o sistema imperialista e manter em seus postos os governos compradores que governam na maioria dos países economicamente atrasados devido à sua exploração pelo imperialismo”. E o editorial conclui:

“Devemos terminar com o imperialismo, o capital e todas as classe e camadas exploradores e seus governos. O único caminho é o socialismo. Em todo caso, é intolerável que um governo levado ao poder pelas massas populares contra Giscard, tome a seu cargo a política imperialista deste”.

Quando se diz que “devemos terminar com o imperialismo (...) e seus governos”, se inclui o governo de Mitterrand? Se é assim, por que o órgão do partido francês não o diz claramente? Por exemplo: O governo de Mitterrand é peça chave na estrutura imperialista que explora os países atrasados, como demonstra toda sua política, assim como sua participação em Ottawa e Cancúm. Os trabalhadores franceses devem combater esse governo. A mais elementar solidariedade de classe com nossos irmãos africanos exige que lutemos pela retirada das tropas francesas da África, pela expropriação das multinacionais e a devolução de suas riquezas naturais aos povos de Camarões, Zaire, Gabão, Marrocos, Argélia etc”.

Nada disso: o único editorial internacional em seis meses, dedicado ao imperialismo francês, se limita a dizer que é “intolerável” que Mitterrand aplique a política de Giscard, sem agregar que além de intolerável é lógico, já que se trata de um governo burguês.

Digamos, para concluir, que isto dá uma nova dimensão à mentira de François Forgue. Este editorial que comentamos não só não havia aparecido quando Forgue escreveu seu artigo, senão que é o único em seis meses: quem pode acreditar que a OCI(u) está fazendo uma campanha de denúncia do papel contra-revolucionários de Mitterrand a nível internacional?

4. A POLÍTICA SINDICAL DA OCI(u) NO MOVIMENTO OPERÁRIO

Vimos em nossa carta ao CC do POSI qual é, em linhas gerais, a política sindical da OCI(u), e fundamentalmente, que não tem uma política de denúncia constante e sistemática das traições da burocracia sindical. Pelo contrário, como demonstramos no caso da plataforma de Orly, faz suas as propostas das direções traidoras. Ou seja, não atua como um partido revolucionário, que acata disciplinadamente uma decisão que considera equivocada, mas ao mesmo tempo a denuncia.

Não queremos repetir aqui esses argumentos, mas aprofundar em dois aspectos que só vimos de passagem na carta citada: o apoliticismo sindical e a falta de palavras de ordem pela unidade do movimento operário.

1. O apoliticismo, política burguesa

A militância dos trotskistas nos sindicatos tem um sentido muito preciso: vamos a essas organizações de massas colocar nosso programa revolucionário e ganhar a vanguarda proletária para o mesmo, ou seja, para nosso partido. É evidente que adequamos nossas formulações de forma que fiquem compreensíveis para todos os trabalhadores, inclusive os mais atrasados. Em cada sindicato, formulamos um programa político específico com bandeiras para a ação.

A orientação de não fazer política nos sindicatos faz o jogo do sindicalismo amarelo e da burocracia, que busca fazer com que as organizações sindicais deixem a atividade em mãos dos partidos separados das massas.

As bandeiras políticas brilham por sua ausência nos artigos sindicais de IO na presente etapa. É muito chocante o contraste com o jornal anterior ao 10 de maio de 1981. Naquela época, a OCI(u) fazia uma campanha política no movimento operário pela eleição de Mitterrand. Quase não havia artigo sindical em IO que não terminasse com as bandeiras políticas do partido: “expulsar Giscard”; “abaixo a V República”; “votar por Mitterrand e uma maioria PS-PCF” etc. Com isso, se dava uma perspectiva política às reivindicações dos trabalhadores.

Isto é o que falta agora em IO. Mais ainda, como dissemos em nossa carta ao CC do POSI, a direção da UNEF se opôs explicitamente a que o sindicato de estudantes secundários recentemente criado votasse uma posição política de votar por Mitterrand nas eleições.

Vejamos o que disseram nossos mestres a respeito. A III Internacional aprovou em seu IV Congresso as “Teses sobre a ação comunista no movimento sindical”. Uma delas está dedicada justamente ao problema do neutralismo sindical:

“A influência da burguesia sobre o proletariado se reflete na teoria da neutralidade, segundo a qual os sindicatos deveriam ter objetivos corporativos, estritamente econômicos e não de classe. O neutralismo sempre foi uma doutrina puramente burguesa contra a qual o marxismo revolucionário leva a cabo uma luta a morte. Os sindicalistas que não se colocam nenhum objetivo de classe, ou seja, que não apontam para a derrocada do sistema capitalista são, apesar de sua composição proletária, os melhores defensores da ordem e do regime burguês”. (*Los cuatro primeros congresos de la IC*, vol. 2, pp. 216-217).

Leve-se em conta que esta tese programática estava destinada a armar os comunistas, corrente minoritária nesse momento, em luta contra a corrente reformista nos sindicatos. Esta é justamente a situação da OCI(u). Está tentando ganhar força no movimento sindical *ocultando seu programa político*, capitulando assim diante “dos melhores defensores da ordem e do regime burguês”.

2. A unidade sindical

A citada tese do IV Congresso da IC afirma: “os interesses da burguesia exigem a divisão do movimento sindical”(op.cit., p.215). E um pouco mais adiante: “Nos países onde existem paralelamente duas centrais sindicais nacionais (Espanha, França, Checoslováquia etc), os comunistas devem lutar sistematicamente pela fusão das organizações paralelas (...) A preservação da unidade sindical assim como o restabelecimento da unidade destruída só são possível se os comunistas levamadiante um programa prático para cada país e cada setor da indústria”(op. cit., pp. 219-220).

Na França, o movimento sindical está dividido em várias centrais: CGT, CFDT, CGT-FO etc. A OCI(u) afirmou que a V República se mantém de pé e sua agonia se prolonga ao não existir uma ação unificada que provoque sua derrubada final.

Sendo assim, por que não propõe a unidade sindical, a filiação de todos os trabalhadores a sindicatos por ramo industrial e a organização de uma central única? Esta teria que ser uma campanha de agitação permanente no movimento operário. Se a unidade é uma reivindicação tão sentida pelas operários franceses, que operário de base (não burocrata de aparato) estaria contra essa proposta? A orientação da OCI(u), de não reivindicar a unidade sindical, faz o jogo da burguesia e dos aparatos em seu afã de manter a divisão do movimento operário.

5. A POLÍTICA SINDICAL DA OCI(u) PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Nossa carta ao POSI dedicava um capítulo à política da OCI(u) para o movimento estudantil, política aplicada por meio do sindicato UNEF Independente e Democrática. Recordemos que esse organismo é dirigido conjuntamente por militantes socialistas e da OCI(u). Seu presidente, Jean-Cristophe Cambadélis, é membro do CC da OCI(u).

Dizíamos que a UNEF, chamada Independente e Democrática para diferenciar-se dos stalinistas de Renouveau, considera que seu papel consiste em “informar as autoridades de todas as reivindicações e aspirações dos estudantes”(IO 1000), como resposta ao anúncio do

primeiro-ministro Mauroy, de que a política do governo para as universidades seria o resultado de uma “concertação e negociação” com o movimento estudantil.

Esta política da UNEF se acentuou até um grau monstruoso, como o demonstra um comunicado do sindicato estudantil publicado em IO 1025, onde se diz:

“A UNEF Independente e Democrática e a Federação da Educação Nacional [FEN, sindicato dos professores universitários dirigido por socialistas] estudaram a situação da universidade e se felicitam por:

“1) A revogação definitiva da Lei Salvasse decidida em 2 de outubro [pelo parlamento];

“2) A decisão do governo de *apresentar em novembro de 1982 um informe para uma nova política universitária*”.

Então, além de limitar-se a informar as autoridade e concertar com o governo as soluções dos problemas estudantis, a UNE, sob a direção da OCI(u), felicita o governo pelo anúncio de que, dentro de um ano, publicará um informe sobre a situação universitária. Se chegou a um grau de degradação tal, que não só apoiam as medidas “progressivas” tomadas pelo governo, como se antecipa que suas futuras medidas também serão “progressivas”.

Nossa carta ao C/C do POSI qualificava a política da OCI(u) no terreno estudantil de “oportunista”. Frente a esses novos fatos, não podemos menos que modificar nossa apreciação: é uma política de traição direta e consciente ao movimento estudantil.

Esta política obedece, como descobrimos posteriormente, razões muito profundas. Devemos dizer que já suspeitávamos dessas razões, mas agora as mesmas são confirmadas por certos dados que se tornaram públicos.

1. Favre responde a Nahuel Moreno

Antes de mais nada, vejamos uma resposta parcial que a OCI(u) deu às críticas formuladas na Carta. O autor da resposta é o inefável Luís Favre, em suas intervenção perante o plenário dos partidos angolanos. Ele não se dignou responder nossa colocação central, de que a UNEF se havia convertido em correia de transmissão do governo burguês no movimento estudantil. Se limitou a responder sobre a política de “concertação e negociação” da UNEF, e de passagem, distorceu grosseiramente nossa posição.

Favre começa esclarecendo, com um pedantismo que está totalmente fora de lutar em uma discussão séria entre trotskistas, que leu “um livrinho que não é nem de Lenin, nem de Marx, nem de Engels, nem de Trotsky, peguei um livrinho que em meu país se chama ‘mataburros’[dicionário], que é para aqueles que têm dificuldade para saber o significado de uma palavra. Concertação quer dizer discutir, negociar”.

E conclui em um tom irônico: “Acontece que o governo de Mitterrand, não é culpa nossa, decidiu abrir as negociações com o sindicato estudantil, e os sindicatos estudantis disseram: ‘Revogação da lei de orientação’. Os camaradas estão contra que os sindicatos negociem com o governo e a patronal? Isso é absurdo!

“Vamos recomendar a esse campeão do “sentido comum” que deixe de lado o dicionário e se dedique a ler um pouco de Lenin, Marx, Engels e Trotsky. Descobrirá que, efetivamente, nossos mestres não se opõem à “concertação” (como sinônimo de negociação) dos sindicatos com a patronal e o governo (“com o diabo e com sua avó”, segundo a conhecida frase de Trotsky). Mas, contra a corrupta burocracia sindical, correia de transmissão dos interesses da patronal, se opõem terminantemente a fazer da negociação/concertação o eixo da atividade do sindicato, como é para a UNEF, a OCI(u) e Favre.

A tarefa do sindicato é mobilizar seus filiados por suas reivindicações: no caso do movimento estudantil, por maior orçamento universitário, melhores instalações, trabalho para os graduados de acordo com seu nível de capacitação etc. A negociação concertação é uma tática dentro dessa tarefa central, uma tática que depende da relação de forças.

Por exemplo: suponhamos que o movimento estudantil está se mobilizando por um aumento do orçamento universitário. Se os estudantes estão fortes, se contam com a solidariedade do movimento operário e se encontram em condições de levar adiante uma verdadeira luta, proporemos medidas radicais, tais como ocupação da universidade, manifestações etc, e negociaremos o fim da

luta em troca da satisfação dessa reivindicação. Mas como somos trotskistas, ligaremos a reivindicação “econômica” a bandeiras de transição: por exemplo, controle da universidade e o orçamento controlado pelos sindicatos dos estudantes e professores e dos trabalhadores da Universidade.

Se, pelo contrário, os estudantes estão lutando sós, o movimento operário está em refluxo, etc, nossas medidas de luta deverão se adequar a essa situação e limitar-se a abaixo-assinados, cartas abertas e outras do gênero. Possivelmente negociemos o fim da luta em troca de que não haja estudantes expulsos, deixando a reivindicação do orçamento para um momento mais favorável.

Por último, se o governo está tão forte que consegue impor a “normalidade” nas aulas sem conceder nenhuma reivindicação, então nos dedicaremos a preparar pacientemente as lutas futuras para quando surja uma relação de forças mais favorável.

A UNEF e a OCI(u) dizem o contrário: basta que o governo receba os delegados do sindicato e lhes diga: “Temos em conta suas reivindicações” para que a UNEF os felicite publicamente por sua atitude.

Em síntese, para a burocracia sindical e a UNEF, o eixo da atividade do sindicato é ‘concertar’ com o governo imperialista contra-revolucionário de Mitterrand. Em linguagem do dicionário, caro Favre, isso significa “negociar”. Em linguagem marxista, significa entregar o movimento estudantil atado de pés e mãos ao governo burguês.

Para os trotskistas, o eixo da atividade é mobilizar os estudantes contra o governo, e negociar com ele como e quando a relação de forças nos imponha.

2. As verdadeiras razões por trás de uma política

Ao estudar a política da UNEF e da OCI(u) para o movimento estudantil, nos perguntávamos com assombro os motivos profundos da mesma: verdadeiramente acreditavam nas virtudes revolucionárias do governo de Mitterrand? Não: as verdadeiras razões saíram à luz pouco depois de enviada nossa Carta ao CC do POSI.

Em *UNEF Inform* (órgão do sindicato estudantil) de 7 de outubro, aparece uma carta do ministro da educação nacional Alain Savary, datada de 30 de setembro, onde se diz:

“É necessário (...) reconhecer a representatividade das organizações estudantis e brindar-lhes os meios para assumir essa representatividade nas melhores condições de vida democrática. É a dita necessidade que respondeu a busca, particularmente difícil, *dos meios financeiros suplementares que serão entregues de forma constante às associações sob a forma de subvenções*”.

E *Le Monde* de 10 de dezembro informa que a UNEF Independente e Democrática está recebendo um subsídio anual de 200.000 francos, ou seja, 35.000 dólares ao câmbio atual.

Trinta e cinco mil dólares, além dos “meios financeiros suplementares” que serão entregues “de forma constante” à UNEF... eis aí a verdadeira causa da política putrefata da “concertação”!

Já sabemos que a burguesia tem duas políticas alternativas frente às organizações sindicais: destruí-las, e quando isso não é possível, corromper seus dirigentes com dinheiro e brindes.

Cambadélis, membro do CC da OCI(u) e presidente da UNEF, tornou-se um membro a mais da confraria de traidores como Maire, Bergeron e Seguy. Não é um oportunista, ou o é secundariamente. É um traidor, um burocrata corrompido que vendeu o movimento estudantil à burguesia em troca de trinta e cinco mil dólares além dos “meios financeiros suplementares”.

Desde já, nós, os trotskistas franceses, temos pela frente uma campanha no movimento estudantil: “Fora o judas Cambadélis da direção da UNEF!”

NOTA FINAL: Quando estávamos dando os últimos toques neste documento, nos chegou a versão francesa de nossa carta ao CC do POSI, publicada no *Bulletin intérieur d'information et de discussion international*, junto com uma resposta de François Forgeue.

Ainda não pudemos ler a resposta de Forgeue a nossa carta, mas devemos notar o seguinte: nossa carta ao POSI está datada de 13 de outubro. O “conselho geral” convocado pela OCI(u) se

reuniu em novembro. Este boletim com a versão francesa de nossa carta tem data de 20 de dezembro. O Congresso da OCI(u) está marcado para 26 de dezembro.

Isto significa que os membros desse suposto “conselho geral” não conheceram nossa carta, e os delegados ao congresso da OCI(u) a conheceram com apenas seis dias antecedência. No entanto, sim, conheciam, com um mês de antecedência, as críticas parciais a nossa carta.

Assim é como a direção da OCI(u) discute....

DOCUMENTOS DA ORGANIZAÇÃO COMUNISTA INTERNACIONALISTA (unificada)

Projeto de informe político preparatório ao XXVI Congresso da OCI(u), aprovado pelo Comitê Central de 22, 23 e 24 de agosto de 1981. Seu autor é Pierre Lambert. Versão em espanhol, *Correspondência Internacional* nº 15, 12/11/81.

Documento discutido e aprovado pelo Burô Político da OCI(u), publicado em *La Lettre d'Informations Ouvrières* 10 e 11. Seu autor é Stéphane Just. Não existe versão espanhola.

Resoluções do “conselho geral” posterior à divisão da OCI(u), reunido de 21 a 26 de novembro de 1981. *Bulletin intérieur d'information et de discussion internationale*, nº 1, 30/11/81. Se aclara que essas resoluções se baseiam no informe de Stéphane Just, “As frentes populares e a política da OCI(u), seção francesa da Quarta Internacional (Comitê Internacional). Não existe tradução espanhola no momento de redigir este documento.

Forgue, François: “Primeira resposta ao camarada Capa”, *Correspondência Internacional* 13, outubro de 1981.

Favre, Luis: “Sobre a frente única antiimperialista”, *Correspondência Internacional* 10 e 11, julho-agosto de 1981.

Favre, Luis: Intervenção no plenário conjunto dos dois partidos angolanos aderentes à ex-CI(QI); atas gravadas, versão espanhola.

Jornal *Informations Ouvrières*, órgão da OCI(u), números 1000 a 1032 (16 de maio a 26 de dezembro de 1981)

Jornal *UNEF Inform*, órgão da União Nacional dos Estudantes da França, independente e democrática.

MATERIAIS DA CORRENTE PABLISTA

Pour l'autogestion y Sous le drapeau du socialisme.

MATERIAIS DE NOSSA CORRENTE

Moreno, Nahuel: Carta ao Comitê Central do Partido Operário Socialista Internacionalista da Espanha, 13 de outubro de 1981.

Capa, Miguel: “O governo Mitterrand, suas perspectivas e nossa política”, em *Correspondência Internacional* nº 13, outubro de 1981.

TEXTOS

Lenin, V.I. *Obras Completas*, Buenos Aires, Editorial Cartago, 1970.

Mao Tsé-tung *Obras Escogidas*, Pequim, Edições em línguas estrangeiras, quatro tomos, 1971.

Trotsky, L. *Escritos*, Bogotá, Ed. Pluma, 1977-79.

- Trotsky, L. *Programa de Transición*, Bogotá, Ed. Pluma, 1977
- Trotsky, L. *La revolución española*, Barcelona, Ed. Fontanella, 1977.
- Trotsky, L. *On China*. New York, Monad Press, 1976
- Trotsky, L. *On France*, new York, Monad Press, 1979
- Trotsky, L. *The Challenge of the Left Oposition*. New York, Pathfinder Press, 1975
- Trotsky, L. *The Crisis of the French Section*. New York, Pathfinder Press, 1977
- Trotsky, L. *The First Five Years of the Communist International*, 2da. Ed. New York, Monad Press, 1972.
- Trotsky, L. *The Struggle Against Fascism in Germany*. New York, Pathfinder Press, 1971.
- Trotsky, L. *The Third International After Lenin*. New York, Pathfinder Press, 1971
- Trotsky, L. *Oeuvres*, Paris, EDI, 1981.
- Vários – *Documents of the Fourth International, 1933-40*. New York, Pathfinder Press, 1973.
- Just, S. e Berg, Ch. *Fronts populaires d'hier et d'aujourd'hui*. Paris, Selio, 1971.
- Guérin, D. *Front populaire, révolution manguée*. Paris, Maspero, 1979.
- Internacional Comunista: *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1ra. Ed., 1973.
- Degras, J., ed. *The Communist International, 1919-1943*. Londres, Frank Cass & Co., 1971.